



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXIX — Nº 034

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 26 DE ABRIL DE 1984

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 62ª SESSÃO CONJUNTA, EM 25 DE ABRIL DE 1984

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO FREITAS NOBRE — Apelo no sentido de que a presente sessão possa se desenvolver dentro de um clima de ordem, respeito e segurança, para que se alcance um resultado positivo em seus trabalhos. Protesto em nome da Oposição pela prisão dos Deputados Jacques D'Ornellas e Aldo Arantes, ocorrida ontem à noite, nesta Capital, por ato arbitrário do General Newton Cruz. Reclamação à Presidência sobre possível corte que teria havido nos telefones dos Srs. Deputados.

DEPUTADO WALBER GUIMARÃES — Nota de protesto expedida pelo Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, pela prisão arbitrária de Deputados federais, ocorrida, ontem à noite, nesta Capital.

DEPUTADO NELSON MARCHEZAN — Confiança de S. Ex^a na condução dos trabalhos da presente sessão, pelo Sr. Presidente Moacyr Dalla, que deseja seja tranquila e que seu resultado espelhe os anseios do povo. Lamentando incidentes havidos ontem à noite na Esplanada dos Ministérios, envolvendo estudantes e que culminaram com a prisão de dois deputados.

SENADOR HUMBERTO LUCENA — Solidariedade ao protesto feito pelo Deputado Freitas Nobre, contra a prisão arbitrária dos Deputados Jacques D'Ornellas e Aldo Arantes. Demarques desenvolvidas pelo Senador Aloysio Chaves, que resultaram na suspensão do cerco militar feito na proximidade da área física do Congresso Nacional.

DEPUTADO CELSO PEÇANHA — Solidariedade de S. Ex^a ao assunto tratado pelo Deputado Freitas Nobre. Exaltação de atividades desenvolvidas pelo Senador Aloysio Chaves, graças às quais foram encerrados incidentes que menciona, ocorridos ontem nesta Capital.

SENADOR ALOYSIO CHAVES — Defesa do prestígio, independência e integridade do Congresso Nacional, a propósito dos trabalhos a serem desenvolvidos na presente sessão. Mediação de S. Ex^a em solucionar incidente ocorrido ontem, envolvendo estudantes universitários em área do Congresso Nacional.

DEPUTADO BRANDÃO MONTEIRO — Protesto de S. Ex^a pela prisão dos Deputados Aldo Arantes e Jacques D'Ornellas. Corte doloso que teria havido em telefones dos Srs. Deputados.

FALA DA PRESIDÊNCIA — Esclarecimentos ao Plenário, a propósito do último tópico do discurso do Sr. Brandão Monteiro, atinente a corte doloso que teria ocorrido em telefones dos Srs. Congressistas.

DEPUTADO AIRTON SOARES — Não funcionamento de telefones dos Srs. Deputados, que amanheceram mudos. Pedindo a atenção da Casa para acidentes que poderão ocorrer nas galerias do Plenário, a propósito de fato que menciona. Incidente havido com estudantes ontem à noite, no percurso que fizeram da Câmara à Estação Rodoviária, envolvendo deputados federais.

DEPUTADO JORGE CURY — Solicitação à Presidência para que, a partir desta data, pelas razões que expõe, passe a considerar S. Ex^a como um Deputado independente, desligado do PTB.

DEPUTADO AIRTON SOARES — pela ordem — Sentido da intervenção de S. Ex^a, feita na presente sessão, a propósito de fala da Presidência sobre a mesma.

DEPUTADO CELSO PEÇANHA, como Líder — Esclarecimentos ao Plenário sobre as razões pelas quais não responderá, nesta oportunidade, às acusações feitas pelo Deputado Jorge Cury ao PTB.

DEPUTADO TIDEI DE LIMA — Abusos e excessos que vêm ocorrendo no Distrito Federal. Solicitação de constituição de uma comissão especial, para

apurar os abusos e desmandos cometidos em decorrência das medidas de emergência decretadas pelo Governo.

DEPUTADO FREITAS NOBRE — Dificuldade que estão tendo os profissionais de rádio e telecomunicações, na legalização e reconhecimento de documentos que os habilitem ao exercício de suas profissões, para cobertura dos trabalhos da sessão.

FALA DA PRESIDÊNCIA — Esclarecimentos ao Plenário sobre os propósitos que animam S. Ex^a na Presidência dos trabalhos, esperando que os Srs. Congressistas cooperem para o pleno sucesso e clima de ordem da sessão.

1.2.2 — Questão de ordem

Formulada pelo Sr. João Cunha e respondida pela Presidência, relativamente à transmissão, pelo rádio e televisão, dos trabalhos da presente sessão.

1.2.3 — Breves comunicações

DEPUTADO JOÃO CUNHA — Medidas de coação que pesam sobre o Congresso Nacional. Pronunciamento do Deputado Ulysses Guimarães, feito na data de ontem, sobre às eleições diretas. Posição de S. Ex^a em relação ao chamado governo de transição.

DEPUTADO RUY CÓDO — Homenagem aos políticos brasileiros que foram impedidos de chegar a Brasília. Apelo ao Congresso Nacional em favor da aprovação da Emenda Dante de Oliveira.

DEPUTADO ANTÔNIO DIAS — Defesa do pronto restabelecimento do processo de eleições diretas para a sucessão do Senhor Presidente da República.

DEPUTADO DARCY PASSOS — Restabelecimento das eleições diretas como anseio do povo.

DEPUTADO JOSÉ GENOINO — Manifestação de sua confiança em que o Congresso Nacional corresponderá ao desejo do povo, no restabelecimento das eleições diretas, já.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

ALOISIO BARBOSA DE SOUZA

Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

RUDY MAURER

Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 3.000,00

Ano Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares

DEPUTADO ITURIVAL NASCIMENTO — Apoio à causa das eleições diretas, já.

DEPUTADO MARCONDES PEREIRA — Exortação aos parlamentares que permanecem indecisos para que apóiem a Emenda Dante do Oliveira.

DEPUTADO JORGE CARONE — Observações sobre o desempenho do Gen. Newton Cruz na execução das medidas de emergência.

DEPUTADO JOSÉ FOGAÇA — Esperança de S. Ex^a de que sejam restabelecidas hoje, pelo Congresso Nacional, eleições diretas para o cargo de Presidente da República.

DEPUTADA CRISTINA TAVARES — Invasão da Confederação de Jornalistas Profissionais, em Brasília, por policiais militares.

DEPUTADO ALDO ARANTES — Agressão perpetrada contra S. Ex^a e contra o Deputado Jacques D'Ornellas pelo Gen. Newton Cruz.

DEPUTADO JACQUES D'ORNELLAS — Aduzindo novas considerações ao episódio tratado pelo orador anterior.

DEPUTADO JORGE ARBAGE, como Líder do PDS — Comunicado nº 2, expedido pelo Gen. Newton Cruz, sobre o episódio narrado pelos Srs. Aldo Arantes e Jacques D'Ornellas.

DEPUTADO FREITAS NOBRE, como Líder do PMDB — Apreciação da nota lida pelo orador que o precedeu na tribuna.

DEPUTADO MÚCIO ATHAYDE — Posição de S. Ex^a favorável à Emenda Dante de Oliveira.

DEPUTADO MÁRIO HATO — Defesa do restabelecimento das eleições diretas em todos os níveis.

DEPUTADO FLORICENO PAIXÃO — Necessidade do restabelecimento de eleição direta para o próximo Presidente da República, como única saída para a crise brasileira.

1.2.4 — Comunicação da Liderança do PMDB no Senado Federal

Substituição de membro em comissão mista.

1.3 — ORDEM DO DIA

Proposta de Emenda à Constituição nº 5/83, que dispõe sobre a eleição direta para Presidente e Vice-Presidente da República.

1.3.1 — Parecer

Proferido oralmente pelo Sr. Ernani Satyro, contrário à proposta e às de nºs 6, 8 e 20, de 1983, que com ela tramitam em conjunto.

1.3.2 — Discussão da proposta

Usam da palavra os Srs. Farabulini Júnior e Nilson Gibson.

1.3.3 — Intervenções

— Do Sr. Elquisson Soares, solicitando à Presidência diligências no sentido de verificar a procedência ou não de informações sobre cerco policial ao Congresso Nacional.

— Da Sra. Cristina Tavares, reportando-se ao episódio da prisão de deputados, na noite de ontem.

— Do Sr. Israel Dias-Novaes, de protesto contra a apreensão de jornais em diferentes pontos do País.

— Do Sr. Sebastião Curió, sobre reunião realizada ontem no prédio do Congresso Nacional por estudantes

1.3.4 — Fala da Presidência

Referente à improcedência das informações trazidas ao plenário pelo Sr. Elquisson Soares no concernente a cerco policial do Congresso Nacional, na presente sessão.

1.3.5 — Continuação da discussão da proposta (Ordem do Dia)

Usa da palavra o Sr. João Agripino.

1.3.6 — Intervenções

— Do Sr. Theodoro Mendes, indagando à Presidência sobre o ordenamento da matéria da Ordem do Dia a ser submetida ao Plenário.

— Do Sr. Jorge Arbage, prestando esclarecimentos sobre fatos narrados pelo Sr. Israel Dias-Novaes, na presente sessão.

1.3.7 — Continuação da discussão da proposta (Ordem do Dia)

Usa da palavra o Sr. Júlio Martins.

1.3.8 — Comunicações da Presidência

Sobrerestamento da discussão da proposta, em virtude do término do prazo regimental da sessão.

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 14 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 63^a SESSÃO CONJUNTA, EM 25 DE ABRIL DE 1984

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discurso do Expediente

SENADOR MARTINS FILHO — Reafirmando posição de S. Ex^a favorável ao pronto restabelecimento das eleições diretas, a propósito de notícia imprecisa e tendenciosa, veiculada no jornal *Diário de Natal*.

DEPUTADO JOSE TAVARES — Medidas de emergência decretadas pelo Governo. Restabelecimento das eleições diretas, já.

DEPUTADA MYRTHES BEVILACQUA — Arbitriedades cometidas contra S. Ex^a e estudantes, ontem à noite, na Esplanada dos Ministérios. Carta de Porto Alegre, favorável às eleições diretas.

DEPUTADA IRMA PASSONI — Projeto de lei apresentado na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, que estabelece discriminações para os parlamentares, em relação a fatos que especifica, a propósito da apreciação da Emenda Dante de Oliveira pelo Congresso Nacional.

DEPUTADO HÉLIO DUQUE — Declarações do empresário Geraldo Forbes sobre a proposta de emenda à Constituição que restabelece as eleições diretas, a ser apreciada na data de hoje pelo Congresso Nacional.

DEPUTADO LÉLIO SOUZA — Medidas de emergência decretadas pelo Governo. Pronto restabelecimento das eleições diretas.

SENADOR FÁBIO LUCENA — Necessidade de coibir abusos e excessos que vêm sendo cometidos nesta Capital pela Polícia Militar, que, promovendo alterações incompreensíveis no trânsito, estão cerceando o direito de ir e vir dos cidadãos, tais os tropeços e atropelos a serem vencidos.

DEPUTADO DORETO CAMPANARI — Diretas já.

DEPUTADO VALMOR GIAVARINA — Restabelecimento das eleições diretas para a sucessão presidencial.

DEPUTADO GÍOIA JÚNIOR — Posição de S. Ex^a favorável à Emenda Dante de Oliveira.

DEPUTADO CELSO SABÓIA — Defesa da adoção de eleições diretas para a sucessão do Presidente Figueiredo.

DEPUTADO HÉLIO DUQUE, como Líder — Segundo o pronunciamento do Sr. Fábio Lucena, feito na presente sessão, solicita da Mesa providências para solução do fato focalizado.

FALA DA PRESIDÊNCIA — Resposta à intervenção feita pelo Sr. Hélio Duque.

DEPUTADO SIQUEIRA CAMPOS — Considerações sobre a fala do Sr. Presidente e ao fato focalizado pelo Sr. Hélio Duque.

2.3 — ORDEM DO DIA

Proposta de Emenda à Constituição nº 5/83, que dispõe sobre a eleição direta para Presidente e Vice-Presidente da República.

2.3.1 — Discussão da proposta

Usa da palavra em sua discussão o Sr. João Calmon.

2.3.2 — Intervenção

Do Sr. José Fogaça, pela ordem, relativamente à denúncia de prisão indevida do Presidente do Sindicato dos Professores e mais dois integrantes de sua Diretoria.

2.3.3 — Continuação da discussão da proposta (Ordem do Dia)

Usa da palavra o Sr. Armando Pinheiro.

2.3.4 — Intervenção

Do Sr. Ibsen Pinheiro, respondida pela Presidência, relativamente a pedido de restabelecimento do funcionamento de telefones de Srs. Parlamentares.

2.3.5 — Continuação da discussão da proposta (Ordem do Dia)

Usa da palavra o Sr. Arthur Virgílio Neto.

2.3.6 — Intervenções

Do Sr. Freitas Nobre, de protesto contra medida determinada pelo DENTEL, de lacração da Rádio e TV Gazeta.

Do Sr. Jorge Arbage, que, referindo-se às denúncias feitas ao longo desta sessão, chama a atenção para a necessidade do respeito que deve haver à lei.

quando acionada para cumprimento das medidas de emergência.

2.3.7 — Continuação da discussão da proposta (Ordem do Dia)

Usa da palavra o Sr. Amaral Netto

2.3.8 — Intervenção

Do Sr. Djalma Falcão, sobre tópicos do pronunciamento do seu antecessor na tribuna.

2.3.9 — Continuação da discussão da proposta (Ordem do Dia)

Usa da palavra os Srs. Márcio Santilli e Sebastião Curió.

2.3.10 — Intervenção

Do Sr. Ademir Andrade, em explicação pessoal — Reparos à citação feita pelo seu antecessor na tribuna, envolvendo o nome de S. Ex^a

2.3.11 — Intervenção

Do Sr. Sebastião Curió, em resposta ao pronunciamento do Sr. Ademir Andrade.

2.3.12 — Questão de ordem

Formulada pelo Sr. Freitas Nobre, relativamente às normas a serem observadas na seqüência dos trabalhos.

2.3.13 — Continuação da discussão da proposta (Ordem do Dia)

Usa da palavra os Srs. José Eudes, Siqueira Campos e Dante de Oliveira.

2.3.14 — Intervenções

— Do Sr. Sebastião Curió, referente a atentado a bomba, praticado contra o DENTEL de Belo Horizonte.

— Dos Srs. Freitas Nobre e Brandão Monteiro, de repúdio ao ato de violência praticado contra o DENTEL de Belo Horizonte.

2.3.15 — Discursos encaminhados à Mesa

Dos Srs. Djalma Falcão, Oswaldo Trevisan, Álvaro Dias, João Baptista Fagundes e Mendes Botelho, referentes à matéria em discussão.

2.3.16 — Encerramento da discussão da proposta

2.4 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, destinada à votação da matéria.

2.5 — ENCERRAMENTO

3 — ATA DA 64^a SESSÃO CONJUNTA, EM 25 DE ABRIL DE 1984

3.1 — ABERTURA

3.2 — EXPEDIENTE

3.2.1 — Discursos do Expediente

SENADOR LUIZ CAVALCANTE — Declaração antecipada do voto de S. Ex^a, favorável às eleições diretas, já.

DEPUTADO JORGE UEQUED — Anseio da Nação pelo pronto restabelecimento das eleições diretas.

DEPUTADO RUY CÓDO — Eleições diretas para a sucessão presidencial.

DEPUTADO THEODORO MENDES — Posição de S. Ex^a favorável à Emenda Dante de Oliveira, pelas razões que expõe, não obstante ser o autor da Proposta de Emenda à Constituição nº 20/84, que dispõe sobre matéria conexa.

DEPUTADO AMADEU GEARA — Responsabilidade histórica do Congresso Nacional na apreciação da matéria constante da Ordem do Dia da presente sessão.

DEPUTADO BOCA YUVA CUNHA — Necessidade da aprovação da Emenda Dante de Oliveira, como atendimento do anseio popular.

DEPUTADO JORGE MEDAUAR — Eleições diretas, já.

DEPUTADO OSVALDO NASCIMENTO, como Líder — Denúncia de crescente violência policial que vem ocorrendo no Distrito Federal, com prisão de dezenas de pessoas.

DEPUTADO FERNANDO GOMES — Apelo, em nome do povo brasileiro, aos Srs. Congressistas em favor da aprovação da Emenda Dante de Oliveira.

DEPUTADO TIDEI DE LIMA — Restabelecimento das eleições diretas para a sucessão do Senhor Presidente da República.

DEPUTADO ANTÔNIO CÂMARA — Necessidade de pronto restabelecimento das eleições diretas, como início das mudanças necessárias para o País.

DEPUTADO MATHEUS SCHMIDT — Eleições diretas para Presidente da República.

DEPUTADO WILMAR PALIS — Posição de S. Ex^a favorável às eleições diretas, já.

DEPUTADO MILTON REIS — União e empolgação do povo em torno do restabelecimento das eleições diretas.

DEPUTADO JOACIL PEREIRA — Posição de S. Ex^a contrária à aprovação da matéria constante da Ordem do Dia.

DEPUTADOS PAULO BORGES, COUTINHO JORGE e OSWALDO TREVISAN — Manifestação favorável à aprovação da proposta de emenda à Constituição que dispõe sobre as eleições diretas para a escolha do sucessor do Presidente João Figueiredo.

3.3 — ORDEM DO DIA

Proposta de Emenda à Constituição nº 5/83, que dispõe sobre eleição direta para Presidente e Vice-Presidente da República.

3.3.1 — Encaminhamento da votação da proposta

Usa da palavra o Sr. Domingos Leonelli.

3.3.2 — Intervenção

Do Sr. Deputado Raul Ferraz — Dando conhecimento de documento recebido de Jequié — BA, de

apelo aos Srs. Deputado Leur Lomanto e ao Senador Lomanto Júnior, para que votem favoravelmente à Emenda Dante de Oliveira.

3.3.3 — Encaminhamento da votação da proposta (continuação)

Usam da palavra os Srs. Fernando Henrique Cardoso, Mário Juruna, Nadyr Rossetti, Nelson Carneiro, Irma Passoni, Roberto Saturnino e Jorge Arbage.

3.3.4 — Questão de ordem

Formulada pelo Sr. Hélio Duque e acolhida pela Presidência, após pronunciamento dos Srs. Líderes, no sentido da concessão da palavra a Srs. Parlamentares, no encaminhamento da votação, no caso em que específica.

3.3.5 — Encaminhamento da votação da proposta (continuação)

Usam da palavra os Srs. Celso Peçanha e Odacir Soares.

3.3.6 — Questão de ordem

Suscitada pelo Sr. Eduardo Galil, sobre o não cabimento da concessão da palavra a parlamentares, sem amparo regimental.

3.3.7 — Fala da Presidência

Resposta à questão de ordem formulada.

3.3.8 — Intervenção

Do Sr. Aloysio Chaves, sobre objeção de S. Ex^o à concessão da palavra a parlamentares sem amparo regimental, a propósito de citação feita pelo Deputado Eduardo Galil.

3.3.9 — Fala da Presidência

Esclarecimento ao plenário sobre decisão de S. Ex^o tomada anteriormente, na concessão da palavra a Srs. Parlamentares.

3.3.10 — Encaminhamento da votação da proposta (continuação)

Usam da palavra os Srs. José Thomaz Nonô, Humberto Lucena, Aloysio Chaves e Freitas Nobre.

3.3.11 — Questão de ordem

formulada pelo Sr. Joacil Pereira e secundada pelo Sr. Airton Soares, relativamente à presença em plenário de pessoas estranhas.

3.3.12 — Encaminhamento da votação da proposta (continuação)

Usam da palavra os Srs. Brandão Monteiro, Airton Soares e Nelson Marchezan.

3.3.13 — Votação da proposta

Rejeitada na Câmara, deixa de ser submetida ao Senado, tendo feito declaração de voto os Srs. Oscar Alves, Reinhold Sthephanes, Ruben Figueiró, Juarez Bernardes, Saramago Pinheiro, Stélio Dias, Oswaldo Lima Filho, Lúcia Viveiros, Nelson do Carmo e Carlos Vinagre. Ao Arquivo.

3.4 — ENCERRAMENTO

Ata da 62^a Sessão Conjunta em 25 de abril de 1984

2^a Sessão Legislativa Ordinária, da 47^a Legislatura

Presidência do Sr. Moacyr Dalla

ÀS 9 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadella — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canelas — Gastão Müller — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Ruy Lino — PMDB.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; Arlindo Porto — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza —

PDS; Mário Frota — PMDB; Randolpho Bittencourt — PMDB.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Sales — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Lúcia Viveiros — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Cid Carvalho — PMDB; Epitácio Cafeteira — PMDB; Jayme Santana — PDS; José Burnett — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Alfredo Marques — PMDB; Chagas Vasconcelos — PMDB; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paulo Lustosa — PDS; Thomas Coelho — PMDB.

Rio Grande do Norte

Antônio Câmara — PMDB; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Aluizio Campos — PMDB; Edme Tavares — PDS; Egnani Satyro — PDS; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Moura — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Afonso — PMDB; Nelson Costa — PDS.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Francisco Rollemburg — PDS; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Angelo Magalhães — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Elquissón Soares — PMDB; Etelviro Dantas — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Hélio Correia

— PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; Jutahy Júnior — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Baçelar — PDS; Virgildálio de Senna — PMDB.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; Max Mauro — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Alair Ferreira — PDS; Amaral Netto — PDS; Arolde de Oliveira — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Clemir Ramos — PDT; Dasso Coimbra — PMDB; Deníssar Arneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Leite — PMDB; José Colagrossi — PDT; José Frejat — PDT; Leônidas Sampaio — PMDB; Marcelo Medeiros — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Roberto Jefferson — PTB; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Aníbal Teixeira — PMDB; Bonifácio de Andrade — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Emílio Gallo — PDS; Emílio Haddad — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; João Herculino — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Aparecido — PMDB; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Manoel Costa Júnior — PMDB; Mário Assad — PDS; Mário de Oliveira — PMDB; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Nilton Velloso — PDS; Paulino Cícero de Vasconcelos — PDS; Rosemberg Romano — PMDB; Sérgio Ferrara — PMDB; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Aírton Sandoval — PMDB; Aírton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Doreto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Farabulini Júnior — PTB; Felipe Cheidde — PMDB; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; João Cunha — PMDB; João Herrmann — PMDB; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mendonça Falcão — PTB; Pacheco Chaves — PMDB; Samir Achôa — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Fernando Cunha — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; João Divino — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Cristino Cortes — PDS; Jonas Pinheiro — PDS.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Querroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Gera — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Aroldo Moletta — PMDB; Borges da Silveira — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Hélio Duque — PMDB; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Oswaldo Trevisan — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Renato Bernardi — PMDB; Santinho Furtado — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Evaldo Amaral — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB; Renato Vianna — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Floriêno Paixão — PDT; Hermes Zaneti — PMDB; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Jorge Uequet — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélio Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nilton Alves — PDT; Oly Fanchin — PDS; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB; Siegfried Heuser — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Moázildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — As listas de presença acreditam o comparecimento de 67 Srs. Senadores e 251 Srs. Deputados

Há número regimental

Declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

O Sr. Freitas Nobre — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Tem a palavra o nobre Líder para uma questão de ordem.

O SR. FREITAS NOBRE (PMDB — SP. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, quero, em primeiro lugar, solicitar a V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Vou fazer uma apelo aos Srs. Parlamentares para que tomem seus lugares. Vamos evitar que a passagem à frente da Mesa fique lotada. (Palmas). Solícito aos Srs. Parlamentares que tomem seus assentos.

Tem a palavra o nobre Líder Freitas Nobre.

O SR. FREITAS NOBRE (PMDB — SP. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, quero reforçar o apelo de V. Ex^a Os Deputados deverão contribuir — e vão fazê-lo — para que se alcance o resultado positivo desta sessão. Nenhum de nós tem interesse na perturbação da ordem dos trabalhos. Ao contrário, a Nação inteira espera que esta Casa, na sua autonomia, na prova de sua independência, possa assegurar a vontade popular clamada pelas multidões nas praças públicas, e não o fará se nós próprios, Deputados e Senadores, não dermos o primeiro exemplo.

Portanto, é um apelo de reforço ao que V. Ex^a formulou agora para que todos estejamos nos nossos lugares, acompanhando os trabalhos, porque o essencial é o objetivo final da votação da Emenda Dante de Oliveira, hoje.

Quero, no entanto, Sr. Presidente, ainda nesta questão de ordem, destacar junto a V. Ex^a a estranheza e, ao mesmo tempo, o protesto da Oposição contra a prisão, esta noite, de Deputados Federais, (Palmas.) cujas imunidades têm que ser defendidas, cuja liberdade de movimento, direito de manifestação do pensamento e liberdade têm de ser asseguradas. Ainda à noite e pela madrugada, com o Presidente da Câmara, que interveio junto ao Ministro da Justiça, e sei que também com a intervenção de V. Ex^a, conseguimos libertar os Deputados Jacques D'ornellas, do PDT, e Aldo Arantes, do PMDB, presos pelo General executor das medidas de emergência no Planalto, numa arbitrariedade sem precedentes, que atinge não apenas os Deputados, o nosso partido, mas atinge a dignidade deste Poder, se ele é realmente Poder, como desejamos e queremos. (Palmas.)

É verdade que os nossos companheiros foram soltos e já estão conosco aqui, Sr. Presidente, mas há ainda a reclamar o corte de todos os telefones nesta Casa. Não há possibilidade de comunicação, senão para a Capital da República, sitiada não pelos militares que, ontem, cercavam este Congresso, mas sitiada pela ausência de possibilidade de comunicação.

É esta, ao lado do apelo que reforçamos, feito por V. Ex^a, a nossa colocação de protesto, reclamando pela dignidade deste Poder, pela independência deste Poder e pela possibilidade de aqui, em ordem, disciplinados, como desejamos, decidirmos a Emenda Dante de Oliveira, numa sessão tranquila, numa votação tranquila, que representa o interesse e a aspiração do povo brasileiro. (Palmas.)

O Sr. Nelson Marchezan — Sr. Presidente, pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Ficará registrado.

Em primeiro lugar, nobre Líder, darei a palavra ao eminente Deputado Walber Guimarães, que já o havia solicitado.

O SR. WALBER GUIMARÃES (PMDB — PR. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para ler a seguinte nota.

“O Presidente da Câmara dos Deputados, tomando conhecimento da prisão, ontem à noite, dos Srs. Deputados Aldo Arantes e Jacques D'ornellas, cuja ocorrência levou pessoalmente ao conhecimento do Sr. Ministro da Justiça, no sentido de providenciar a libertação dos mesmos, apresenta o seu veemente protesto contra o ocorrido e a forma insultuosa com que foram tratados. Brasília, 25 de abril de 1984. Deputado Flávio Marcílio, Presidente.”

“Ao apoiar essa medida, esta nota vigorosa do nosso eminente Presidente da Câmara, quero apresentar a minha solidariedade aos dois colegas insultados e protestar contra um General arbitrário que não sabe cumprir com o seu dever. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Nelson Marchezan.

O Sr. NELSON MARCHEZAN (PDS — RS. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, a bancada do PDS...

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Mesa reitera o seu apelo no sentido de os Srs. Parlamentares tomarem seus assentos.

O SR. NELSON MARCHEZAN — Desde ontem, Sr. Presidente, a bancada do PDS, no gabinete de V. Ex⁴ e por sua convocação, manifestou irrestrita solidariedade a V. Ex⁴ na condução dos trabalhos desta Casa.

O PDS, mais do que ninguém se solidariza e se regozija com a posição do nobre Líder Freitas Nobre e deseja que esta sessão seja tranquila, que a votação se realize num clima de ordem e os resultados espelhem a vontade dos representantes do povo. Nós, do PDS, estamos aqui com a disposição do diálogo, do entendimento, da conciliação nacional. Estamos aqui para lutar pelos nossos pontos de vista estamos aqui para acatar o resultado soberano desta Casa, reunida em nome da Nação brasileira.

Por isso, Sr. Presidente, desejamos também que esta sessão se realize de tal forma que possamos nós todos, amanhã, nos orgulhar dos nossos trabalhos. E não há de faltar a V. Ex⁴ a contribuição de qualquer pedessista. E tenho certeza, agora, de que não vai faltar também a contribuição de nenhum Deputado desta Casa.

Por outro lado, Sr. Presidente, eu também desejo lamentar a prisão dos dois ilustres parlamentares, ocorrida ontem à noite, felizmente imediatamente liberados. Lamentamos este episódio. Mas queremos registrar aqui o empenho que tivemos, V. Ex⁴, a Liderança do PDS e o Líder do Governo, o ilustre Senador Aloysio Chaves, que se deslocou para Palácio como emissário de uma proposta desta Casa, presidiu por V. Ex⁴, que lá foi feliz nessa gestão, fazendo com que as tropas se retirassem de frente do Congresso Nacional, fazendo com que os estudantes pudessem sair livremente.

Lamentamos os incidentes que ocorreram na frente do Ministério do Exército. Não temos conhecimento aprofundado dos fatos ali acontecidos, mas queremos lamentá-los sob todas as formas. Que eles sirvam de exemplo, hoje, sobretudo para nós, que aqui estamos representando a opinião pública, que estamos desarmados e lutando, pela palavra, para que não se estimule ninguém, não se dê cobertura a ninguém que venha a provocar incidentes, para que não se dê cobertura a iniciativas que possam ser estopim de episódios como os de ontem.

Este é o apelo que o PDS faz a tantos quantos, como nós, lutam pela decisão soberana desta Casa, pelo seu prestígio e fortalecimento. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Líder Humberto Lucena.

Reitero aos eminentes Srs. Congressistas o apelo para que tomem seus lugares. É o quarto apelo que faço. Vamos sentar. Apelo também para a imprensa para que se mantenha de lado.

Tem a palavra o nobre Líder.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB-PB. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, venho a esta tribuna para subscrever integralmente as palavras do nobre Líder Freitas Nobre no seu protesto enérgico e vigoroso contra a prisão efetuada ontem, nessa Capital, pessoalmente pelo Sr. General Newton Cruz, executor das medidas de emergência no Distrito Federal e em 10 municípios goianos, dos Deputados Aldo Arantes e Jacques D'Ornellas.

Trata-se de uma violência inqualificável que não podemos aceitar silenciosamente. Por isso estamos aqui, levantando nossa voz, o mais alto possível, para denunciar mais este fato gravíssimo à Nação, no contexto desta crise artificial criada pelo Governo para decretar medidas de constrangimento ao Congresso Nacional na véspera da votação da Emenda Dante de Oliveira.

Não posso, entretanto, deixar de reconhecer a interferência imediata de V. Ex⁴, Senador Moacyr Dalla, Presidente do Congresso, e do Deputado Flávio Marcílio,

Presidente, da Câmara, junto ao Sr. Ministro da Justiça, no sentido da libertação imediata daqueles dois parlamentares. E bem assim exalto o comportamento do nobre Líder Aloysio Chaves, do Senado Federal, que serviu ontem de intermediário para que pudéssemos, num período curto de tempo, levantar o verdadeiro cerco militar a que foi submetido, na tarde de ontem; sob nosso veemente protesto, o Congresso Nacional.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Líder Celso Peçanha.

O SR. CELSO PEÇANHA (PTB-RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, este é um instante de grande ressonância nacional. Todo o País está voltado para o Congresso à espera da decisão que seja aquela de maior interesse para o País. E essa decisão deve ser tomada, dentro da plenitude do seu valor, por cada um dos Parlamentares, examinando o processo que se desenrola com calma, prudência e serenidade. O Parlamento não pode, de maneira alguma, ser perturbado, e V. Ex⁴, ao abrir os trabalhos desta manhã, anunciou o desejo de que transcorram o mais eficientemente possível e com plena liberdade.

Sr. Presidente, meu partido não pode deixar de manifestar-se sobre o assunto ventilado há pouco pelo nobre Líder Freitas Nobre. E traz a sua solidariedade, porque toda vez que se fere um membro do Congresso, fere-se o Parlamento brasileiro.

Queremos também exaltar as palavras proferidas aqui pelo nobre Líder do PDS, que trouxe a sua solidariedade e o desejo da manutenção da ordem.

Por outro lado, quero dizer que aqui estamos separados por idéias políticas, minudências ou turbulências que não ferem o interesse da Pátria, mas nos unimos no interesse maior, que é a defesa do Parlamento brasileiro. Louvamos, ainda, a atitude do nobre Senador Aloysio Chaves, que se desdobrou para, com suas providências, solucionar o ocorrido nesta noite. Vale dizer, todo o Parlamento está unido na defesa da autonomia do Poder Legislativo, na defesa desta Casa, do interesse maior da Nação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Aloysio Chaves.

O SR. ALOYSIO CHAVES (PDS — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. congressistas, as palavras de V. Ex⁴ não interpretam apenas o pensamento da Mesa do Congresso Nacional, mas também o sentimento comum de todos os Senadores e Deputados federais hoje reunidos, nesta sessão memorável, para testemunhar, de maneira eloquente, o prestígio, a independência e a integridade do Poder Legislativo. Estou certo de que só poderemos decidir num clima que permita o debate útil e fecundo nesta instituição, num clima de ordem que permita exatamente preservar as prerrogativas deste Poder.

Ainda ontem, Sr. Presidente, V. Ex⁴, os membros da Mesa e ilustres colegas de Liderança pediram minha mediação. Ela foi feita, e o Governo prontamente atendeu, retirando dispositivo militar que estava fora da área do Congresso nacional, para permitir a saída pacífica e ordenada, em pequenos grupos, dos estudantes que se concentravam no Salão Negro do Congresso nacional.

No entanto, Sr. Presidente, tivemos de esperar pacientemente — o Presidente desta Casa, Líderes e membros da Mesa — no Gabinete de V. Ex⁴, durante 2 horas, até que se ultimasse uma longa assembléia que se realizava no recinto do Congresso nacional, na qual os estudantes deliberavam se sairiam ou não do Congresso nacional. E saíram, Sr. Presidente, mas coletivamente, provocando incidente que levou à prisão dois parlamentares, o que deploramos também. Foi um incidente fatal que deve ser censurado; inclusive, ficou fora dos limites de todo o en-

tendimento estabelecido com as autoridades federais e com as Lideranças neste Congresso.

Trago a V. Ex⁴, Sr. Presidente, a palavra, em nome dos Senadores que integram a bancada do PDS, de que de nossa parte tudo faremos para que esta sessão transcorra em clima de ordem, para que o debate, embora intenso, embora apaixonado, não transponha os limites do razável nem fira, de qualquer maneira, a dignidade desta Instituição. A democracia só pode sobreviver enquanto estiver alta, em pé, vigilante. Mas o Congresso Nacional precisa impor-se ao respeito da coletividade, dando exemplo, entre os seus membros, Deputados e Senadores, do respeito mútuo, da preservação da ordem e do respeito à Constituição. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao preclaro Líder Deputado Brandão Monteiro.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a Liderança do PDT traz neste momento à Casa e à Nação o seu veemente protesto pela quebra das imunidades parlamentares dos Deputados Jacques D'Ornellas e Aldo Arantes.

Secundando o que disse aqui o ilustre Líder Freitas Nobre, mais do que a prisão dos Srs. Deputados, o fato de o executor das medidas de emergência, o notório e conhecido General Newton Cruz, agredir um Deputado representa exatamente o estado em que vivemos. A agressão física ao Deputado Jacques D'Ornellas não é uma agressão a uma pessoa, a um Deputado, mas uma agressão a esta Casa e à própria instituição.

Sr. Presidente, esperamos que aqui hoje possamos debater as questões referentes à Emenda Dante de Oliveira com a tranquilidade que toda a Nação espera e tem mantido durante todo este tempo. Esperamos que aqueles que falam em ordem, para extamente feri-la, que falam em tranquilidade, para intranquilizar a Nação, não temham hoje o topete de intranquilizar esta Casa.

Sr. Presidente, queremos também fazer nova solicitação à Presidência do Congresso sobre a questão de ordem levantada pelo Líder do PMDB. Queremos saber de V. Ex⁴ se o corte dos telefones efetuado hoje em todos os gabinetes emanou de ordem desta Casa ou se foi mais uma das atitudes daqueles que estão censurando o Distrito Federal e o Congresso Nacional. A Casa precisa saber se os telefones foram cortados por ordem do General Newton Cruz ou se por determinação da Presidência do Congresso Nacional.

Era o que tínhamos a dizer, gostaríamos de ouvir a palavra de V. Ex⁴.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Esta Presidência esclarece a V. Ex⁴ que, ainda há pouco, manteve contato telefônico com o Sr. Ministro da Justiça, e o telefone está funcionando perfeitamente. Acaba de chegar ao meu lado o eminente Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Flávio Marcílio, quando S. Ex⁴ afiança a esta Presidência que os telefones do seu gabinete estão funcionando, e que já tomou as medidas necessárias no sentido de serem restabelecidas as ligações dos demais telefones. Não houve nenhuma ordem desta Presidência ou da Presidência da Câmara dos Deputados com relação a corte de telefones.

Concedo a palavra ao nobre Líder do Partido dos Trabalhadores, Deputado Airton Soares.

O SR. AIRTON SOARES (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, embora afirme V. Ex⁴ que os telefones dos gabinetes da Presidência das duas Casas do Congresso Nacional estejam funcionando normalmente, os nossos telefones, os telefones dos Srs. Deputados, não estão. Como V. Ex⁴ admite que providências já foram tomadas, cumpre-nos registrar este verdadeiro atentado que se pratica contra o Parlamento, na tentativa de isolá-lo do quadro político e social da Nação. Ao iniciarmos a votação desta emenda à Constituição, faço esta comuni-

cação, não para deixá-la registrada historicamente, mas para fazer com que esta sessão seja lembrada historicamente pelas condições em que ela se realiza. Vale ressaltar, Sr. Presidente, em primeiro lugar o cerco a esta Casa; em segundo lugar, o corte dos meios de comunicação dos Srs. Deputados; em terceiro lugar, a prisão e espancamento de Srs. Deputados; em quarto lugar, as limitações estabelecidas para as galerias. E, quanto a estas últimas, seja dito, Sr. Presidente, que isso não me trouxe segurança alguma, pois que posso ver a presença de grupos organizados, a maioria deles com uma camiseta branca por baixo da roupa que vestem. Chamo, pois a atenção dos nossos convidados, nas galerias, para que evitem contato com aqueles que trazem uma camiseta branca por baixo da roupa, porque esse é o sinal, é o símbolo que identifica aqueles que vieram aqui instrumentalizados pelos órgãos de segurança. Os que estão aí e são nossos convidados tomem cuidado, não aceitem provocações, não reajam. Fui informado de que senhas foram enviadas a esse serviço, que os mandou para cá, e pude identificar até, pessoalmente, alguns que serviram em São Paulo no Governo Paulo Maluf, trombadinhas da Freguesia do Ó, em número de vinte. Identifiquei visualmente alguns. Estes, Sr. Presidente, oferecem perigo a todos nós. Chamo atenção de V. Ex⁴ para os homens de camiseta branca por baixo da roupa, que estão nas galerias. Esse é o símbolo, e estes são os homens do serviço de segurança. Desafio a quem quer que seja a nos provar que tenhamos trazido para cá qualquer tipo de movimento organizado. Além desses, ali vemos os convidados de deputados, suas famílias, que estão presentes, e peço a V. Ex⁴ proteção para as galerias, ante a presença de homens com esses antecedentes. Saíram de São Paulo expulsos pelo Governo Montoro, alojaram-se aqui nas cercanias do Ministério da Justiça, e estão nesta sessão. Por isso, Sr. Presidente, como V. Ex⁴ me chamou ao gabinete e pediu para que eu cuidasse da minha bancada, para que nenhum dos meus convidados estivesse aqui armado, tenho o dever de alertar a V. Ex⁴ sobre o perigo que corremos, hoje, nós, da Oposição. É mais uma ameaça, Sr. Presidente, que se pratica contra esta Casa.

E por fim, Sr. Presidente, ontem acompanhamos todo o desenrolar da presença dos estudantes. Recebemos a garantia do Líder do Senado e de V. Ex⁴ de que eles saíram tranquilamente daqui. O episódio dos estudantes não envolveu estas Lideranças; não foram convocados por nós, vieram no afã de assistir à sessão. Portanto, Sr. Presidente, concordaram com as Lideranças, saíram da Casa. Todavia, um incidente de percurso: o General Newton Cruz estava nas cercanias e houve por bem dissolver aquela ida dos estudantes até à rodoviária, quando então poderiam utilizar-se do transporte coletivo. Dessa forma, Sr. Presidente, o Deputado Aldo Arantes e o Deputado Jacques Dornellas procuraram interceder junto ao General, para que não houvesse violência. Nós estávamos presentes, Sr. Presidente, na porta do Ministério do Exército, juntamente com os Deputados Eduardo Suplicy, Manoel Costa, Alberto Goldman, Roberto Freire e mais alguns outros, cujos nomes não me ocorrem agora. Comunicamos imediatamente ao Líder do PMDB e às demais autoridades o que se passava. O Presidente Flávio Marçilio, acionado pelo PMDB, tomou as providências que cabiam, não que diz respeito ao resguardo, à proteção das imunidades parlamentares. É bom, Sr. Presidente, que V. Ex⁴ diga à Nação que as imunidades parlamentares não estão suspensas. Que esta Casa, que poderia fazê-lo, não as suspendeu. Portanto, o Parlamentar é inviolável, não pode ser detido, quanto mais por autoridade militar.

Desta forma, Sr. Presidente, fica o registro do Partido dos Trabalhadores de que esses incidentes trouxeram esse clima para a sessão, e não sei, Sr. Presidente, se esta sessão poderá ser, à semelhança das outras, encarada como uma sessão normal deste Parlamento. Acho que vivemos uma anormalidade e temo que o resultado desta sessão possa ser eivado de suspeição quanto à lisura, à

normalidade e à tranquilidade para que os Deputados possam proferir seu voto. Não os Deputados de Oposição, mas os Deputados do PDS, que vieram para cá para votar a emenda Dante de Oliveira, estes sim, estão sendo pressionados por todo esse aparato que se montou nesta data. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Mesa esclarece ao nobre Deputado que fez a distribuição das Senhas aos Srs. Líderes de Partido. Se V. Ex⁴, na sua fala, está fazendo uma sugestão à Mesa para que mande evacuar as galerias, vamos aguardar as manifestações para, depois, tornarmos as medidas cabíveis.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Cury.

O SR. JORGE CURY (PTB — RJ) — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, ocorre que, nesta Casa, pertenço ao Partido Trabalhista Brasileiro. Nesta Casa represento, até hoje e neste instante, o Partido Trabalhista Brasileiro. Quero, contudo, requerer a V. Ex⁴, para os efeitos regimentais, que me considere independente e desligado da bancada do PTB no Congresso Nacional e, por via de consequência, na Câmara dos Deputados, porque a minha tendência democrática me impede de continuar a falar nesta Casa através da palavra do meu Líder para apoiar o Governo, que hoje só vive do arbítrio e da violência contra os preceitos democráticos e contra a Constituição de minha Pátria. Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, posso fazê-lo, porque inclusive estou tendo o meu mandato cassado, perante o Tribunal Superior Eleitoral, por esse Partido, por esse grupo fisiológico que hoje comanda o Partido Trabalhista Brasileiro, nessa Nação. Como não posso comungar de corrupção e de fisiologia de nazismo, quero declarar à Nação que, de hoje em diante, sou um Deputado independente, no Congresso Nacional e na Câmara dos Deputados. Peço a V. Ex⁴ que adote regimentalmente essas providências, para que eu não tenha o desprazer de ser amanhã convocado, como Deputado do PTB, para qualquer ato ou solenidade oficial. Muito grato a V. Ex⁴.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Mesa fará o registro solicitado pelo eminentíssimo Deputado.

O Sr. Airton Soares — Sr. Presidente, peço a palavra, para uma Questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moacir Dalla) — Tem V. Ex⁴ a palavra.

O SR. AIRTON SOARES (PT — SP) — Sem revisão do orador) — Minha questão de ordem, Sr. Presidente, é para retificar a V. Ex⁴ as preocupações desta Liderança quanto ao que foi dito com relação a determinadas presenças nas galerias. Em nenhum momento, Sr. Presidente, essas preocupações levaram-me a sugerir a V. Ex⁴ que evacuasse as galerias. O que recomendei foi que V. Ex⁴ fizesse com que a segurança da Casa prestasse atenção, detalhadamente, no comportamento desses homens que vêm para cá já identificados. Dei até o tipo de identificação. Minha sugestão é que V. Ex⁴ desloque a nossa Segurança, a Segurança que nos protege, para que fique com a atenção redobrada com relação a esses homens.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Mesa agradece a V. Ex⁴.

O Sr. Celso Peçanha — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Celso Peçanha, pela ordem.

O SR. CELSO PEÇANHA (PTB — RJ) — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, pediria a V. Ex⁴ que fizesse registrar na Ata dos trabalhos desta manhã que o Líder do PTB não respondeu às acusações do nobre Deputado Jorge Cury, porque a sessão foi convocada para votarmos um assunto de grande importância,

cia, e a Liderança do PTB não discutirá questões internas, quizilas entre membros do partido numa sessão solene como esta, de grande importância nacional.

O Sr. Tidei de Lima — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra a V. Ex⁴.

O SR. TIDEI DE LIMA (PMDB — SP) — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, esta Nação, que um dia já foi Terra de Santa Cruz, hoje tem sobre ela uma cruz nata santa. Então, quando os membros do Congresso Nacional têm suas impunidades parlamentares violentadas; quando a cidade de Brasília está praticamente sitiada; quando, em nome desse estado de sítio que recebe o nome de medidas de emergência, a sua população se sente aterrorizada; quando, em nome dessas medidas de emergência são cometidos abusos absurdos, estapafúrdios e ridículos, é preciso que a Presidência do Congresso Nacional, com base no Regimento, com base na Constituição Federal, constitua uma Comissão Especial, a fim de apurar os desmandos e os abusos cometidos em nome das medidas de emergência.

Esta é a minha questão de ordem, que é também uma sugestão no sentido de que a Presidência do Congresso Nacional constitua uma Comissão Especial para que sejam apurados todos os abusos cometidos em nome das medidas de emergência decretadas para o Distrito Federal e para as cidades circunvizinhas.

Tenho certeza de que V. Ex⁴, Sr. Presidente, terá condições de instalar essa Comissão Especial com este objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Mesa vai examinar a solicitação de V. Ex⁴.

O Sr. Freitas Nobre — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Tem V. Ex⁴ a palavra.

O SR. FREITAS NOBRE (PMDB — SP) — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, o pessoal de comunicação, particularmente da televisão e do rádio, está em fila qui-lométrica no Departamento de Polícia Federal para conseguir o visto, já que se instaurou a censura na Capital da República. Eles precisam do visto para remeter o material a suas emissoras, e estão encontrando uma dificuldade de enorme para obtê-lo.

O que se sabe é que a burocracia foi criada exatamente para impedir a transmissão desse material.

Dizem até que as transmissões só teriam esse material liberado amanhã, quando a cobertura desta sessão tem que chegar hoje às emissoras, nas Capitais dos Estados, já que Brasília agora é uma cidade sitiada.

É para esta questão de ordem que peço especial atenção da Presidência do Congresso Nacional, em defesa da comunicação não apenas das empresas, dos profissionais, mas também do povo, que necessita de informação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está registrada a reclamação de V. Ex⁴, e a Mesa vai diligenciar.

Srs. Congressistas, antes de dar a palavra ao primeiro orador inscrito para o período de breves comunicações, julgo oportuno reiterar meu propósito de, no que me couber, cumprir e fazer cumprir a Constituição, o Regimento Interno e as decisões do Plenário (Palmas).

Volto a afirmar que é isso o que farei, na certeza de que não me faltará a cooperação dos senhores parlamentares e dos corpos de liderança.

Manifestei, outrossim, a convicção de que este Poder, por si só, está suficientemente instrumentado para garantir a ordem interna (Muito bem! Palmas).

Por isso, adviro as galerias de que não podem manifestar-se. Toda e qualquer forma de manifestação,

por palavras ou gestos, de aplauso ou de desagrado, infringe o Regimento. E dele me valerei para, se necessário, lançar mão dos recursos extremos para garantir a ordem.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no período de breves comunicações, o nobre Deputado João Cunha.

O SR. JOÃO CUNHA (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, antes que eu inicie o desenvolvimento do tema do meu discurso, neste período de Breves Comunicações, quero levantar uma questão de ordem, que reputo por demais importante no momento vivido por este Congresso e pela Nação brasileira.

Sr. Presidente, a Carta Constitucional dispõe e, no art. 10, inciso VII, letra "c", que os Poderes da República são independentes e devem ser harmônicos entre si. No art. 30 da Carta Constitucional está escrito que "a cada uma das Câmaras compete elaborar seu Regimento Interno, dispor sobre sua organização, polícia e provimento de cargos de seus serviços."

Sr. Presidente, esta Casa está, hoje, sob intervenção do Poder Executivo. Haja vista a violação dos telefones dos parlamentares. Neste instante mesmo, pude verificar que o telefone da Liderança do PMDB não faz ligação alguma para fora. Não creio que V. Ex^a tenha solicitado ao Sr. General Newton Cruz que impedissem a imprensa nacional de transmitir os trabalhos que aqui se desenvolvem para a Nação a partir da sede do Congresso Nacional.

Se V. Ex^a não autorizou essa decisão, é uma pergunta que faço: continua a Presidência do Congresso Nacional com o poder de dispor de polícia para autorizar que os trabalhos desta Casa sejam comunicados à Nação, quer através da Agência Nacional, quer através do "Diário do Congresso Nacional", quer através do poder que tem, a fim de que a televisão e o rádio aqui entrem e daí transmitam, por sua conta, o que se passa nesta Casa?

A questão é esta, Sr. Presidente: V. Ex^a autorizou ou não, como mandatário e Chefe supremo desta Casa, a imprensa a transmitir a comunicação do sucedido nesta sessão de hoje?

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Mesa esclarece ao nobre orador que jamais solicitou ou solicitaria qualquer corte de telefone dos Srs. Deputados. Posso dar-lhe a mesma informação há pouco dada ao nobre Líder. O eminente Deputado Flávio Marcílio por se tratar de assunto pertinente à Câmara dos Deputados, já está tomando as providências cabíveis. Tem V. Ex^a a palavra...

O Sr. João Cunha — Falta-me resposta à segunda parte da questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Mesa vai examinar, eis que a questão já foi levantada, hoje, na reunião da Mesa-Diretora do Congresso Nacional e ficou suspenso.

Tem V. Ex^a a palavra, como orador inscrito, no período de breves Comunicações.

O SR. JOÃO CUNHA (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, não concordei nem me conformei com a explicação de V. Ex^a, que considero um homem honrado. Acho que quem preside, e contra a nossa vontade, o ato mais importante destes últimos 20 anos, se não o mais importante da História da República, infelizmente não é o honrado Presidente Moacyr Dalla, não é o digno cidadão e Senador Moacyr Dalla, meu amigo e Presidente do Congresso Nacional. Quem comanda a sessão neste momento, quem intervém entre nós, lesando a independência necessária entre os poderes, é o General Newton Cruz, homem despreparado, violento, incapaz do menor diálogo que os homens estabelecem entre si.

E eu lamento isso, Sr. Presidente, e lastimo que o Presidente da República — que tem um pai cujos discursos

foram aqui citados e que têm merecido a leitura dos Srs. Deputados — não tenha aprendido em casa a lição do espírito democrático e de respeito à vontade da Nação. (Palmas.)

Pois bem, o que havia de discurso, o que havia de mensagem, o que havia de propósito, o que havia de análise, o que havia de expressão do pensamento da Oposição brasileira foi dito ontem, no grande pronunciamento do Presidente Ulysses Guimarães. Ontem, a Nação teve a informação do pensamento comum e a síntese de toda a mobilização em torno da tentativa que fazemos para o restabelecimento da democracia, através do processo de eleições diretas para a Presidência da República.

No entanto, há algo muito importante que penso deva ser dito aqui. Falou já, no início do dia de hoje e no final do dia de ontem, em governos de transição, e eu só vim à tribuna, nesta ocasião, por carência de tempo maior, para perguntar qual a necessidade de transição do ilegítimo para o legal, qual a necessidade de tempo transitivo para passarmos do estado de corrupção para o de moralidade pública; qual a necessidade de governo transitório. Para garantir o quê, na verdade? Garantir a impunidade daqueles que violentaram a Nação nesses anos; garantir a manutenção de mais um tempo de noite para a Nação brasileira; garantir que os que pilharam os cofres públicos possam fazer as suas transferências internacionais; garantir, realmente, os donos do poder.

Sr. Presidente, há uma garantia maior: a garantia do direito da Nação de ser Nação, de não ter destino de boiada, de servir aos interesses de si própria e não vinculada, amarrada e atrelada aos interesses daqueles que, no exercício da ditadura, querem permanecer, querem continuar impondo a vergonha à Nação perante o mundo, no ato do cerco do Congresso Nacional.

Encerro, Sr. Presidente, lembrando mais uma vez ao General Newton Cruz, que hoje é o inimigo nº 1 da Nação brasileira, ao espantado General Newton Cruz, que ele fez um cerco ao Congresso Nacional e, insisti, esqueceu de olhar para trás e de ver que atrás de si há 130 milhões de brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Nobre Deputado João Cunha, o tempo de V. Ex^a está encerrado. Faço um apelo para que encerre o seu pronunciamento.

O SR. JOÃO CUNHA — Eu me submeto, Sr. Presidente.

O sítio é da Nação contra o arbítrio, é da Nação contra a corrupção, é da Nação contra a violência, é da Nação na exigência de liberdade.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Tem a palavra o Sr. Deputado Ruy Côdo.

O Sr. Jorge Carone — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. JORGE CARONE (PMDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quando o Deputado João Cunha pediu a V. Ex^a para se inscrever, eu me inscrevi logo após S. Ex^a. Acho, então, que depois dele, sou o primeiro a ter o direito de usar a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — V. Ex^a não estava presente quando a Mesa decidiu uma questão de ordem levantada pelo Deputado João Cunha, que tinha sido preterido, em sessão anterior, por um engano da Mesa, e pediu que se retificasse, sendo deferido o seu pedido naquela oportunidade. V. Ex^a terá, talvez, oportunidade de falar. Com a palavra o nobre Deputado Ruy Côdo.

O SR. RUY CÔDO (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente Senador Moacyr Dalla, Presidente deste Congresso Nacional sitiado, ilustres Srs. Senadores, ilustres Srs. Deputados, ilustres Líderes do Senado e da Câmara Federal, ilustres Presidentes do meu partido, Deputado Ulisses Guimarães, dos partidos de Oposição e do PDS, do Governo, Srs. Deputados Estaduais, Prefeitos e Vereadores, políticos brasileiros que foram impedidos de chegar a Brasília, quero aqui, brasileiros, cumprimentá-los, porque o Brasil inteiro está voltado para este Congresso, hoje. Mas quero dirigir, Sr. Presidente, uma mensagem de apelo ao Congresso Nacional; aos Deputados comprometidos com o Governo, quero fazer um apelo.

Nesta hora grave que atravessa a Nação, os olhos de milhões de patrícios nossos voltam-se para o Congresso Nacional.

É chegado o momento em que o povo, após manifestar-se esmagadora e inofensivamente a favor das DIRETAS JÁ, quer ver seus representantes votarem em prol da Emenda Dante de Oliveira.

Esta esperança não será frustrada, porque as Casas do Congresso sempre foram e continuarão a ser eco fidelíssimo dos mais profundos e legítimos anseios da Nação.

Não podem os membros desta Casa Legislativa apresentar, neste momento, postura dúbia de representantes de grupos, ou de governo, pois aqui não somos mandatários tão-somente das linhas partidárias que compomos, mas das legítimas aspirações populares.

A vacilação, nesta hora, e o confronto com a vontade soberana do povo trarão ao mandatário infiel seqüelas amargas que irão patentear-se nas próximas eleições de 1986.

Se o princípio da eleição direta para a escolha do Presidente da República já é até mesmo aceito pelo Governo, na Emenda 35/84, por ele proposta, não há razão para se postergar o seu acolhimento na Constituição Federal.

A oportunidade da Emenda Dante de Oliveira, sabem todos os nossos ilustres Pares desta augusta Câmara dos Deputados e todos os representantes da Câmara Alta, não se encontra em sibilinas construções metafísicas, nem nos complicados marabálicos do raciocínio enganoso, mas na inequívoca manifestação do povo brasileiro.

A atual quadra de dificuldades, sem precedentes na história de nossa Pátria, não suporta outra via de Eleição do mais alto magistrado do País que não seja a DIRETA JÁ.

Supor o contrário, ainda que para argumentar, seria fazer o jogo perigoso e arriscado dos que, à Direita e à Esquerda, apostam na instabilidade e no esboroamento das nossas mais caras instituições políticas.

Por outro lado, há de se reconhecer que todas as manifestações populares, reclamando o legítimo direito ao voto direto para Presidente, transcorreram na mais absoluta ordem e tranquilidade.

Não há motivo para temer pressões sobre o Congresso, não havia razão para a decretação das medidas de emergência.

O Governo assevera que busca entendimento com a Oposição. Que tipo de diálogo é esse que edita as medidas de segurança sem que tenha existido razões que as fundamentam?

O Brasil espera como feito de grandeza democrática do Presidente da República a revogação imediata desse ato ilegítimo, espúreo, que não permitiu que chegassem aqui 95% da população brasileira através de seus representantes — Vereadores, Deputados Estaduais.

O Brasil espera, após os longos anos sob a tutela do Executivo forte, que o Poder Legislativo não seja mais vítima da solidão do Planalto Central, mas ouça as vozes populares que hoje clamam por todo o País.

Agora as circunstâncias são outras. O Congresso Nacional já não está isolado.

O homem brasileiro já não está solitário. O coro das DIRETAS JÁ pode ser ouvido até mesmo nesta Brasília insegura de tanta segurança.

Este dia há de marcar a nova fase política nacional. O povo e o Congresso hão de se rejubilar com esse passo decisivo e firme para a retomada do processo democrático: ELEIÇÕES DIRETAS JÁ!

Brasileiros, hoje é um dia histórico para o Brasil. O Presidente da República, que não foi escolhido pelo voto popular, está lá no Planalto a decretar medidas esdrúxulas que deixam a família brasileira, especificamente a família brasiliense, numa insegurança total.

Hoje, os brasileiros não podem entrar nesta cidade, onde se discutem os problemas políticos da Nação.

Quero fazer um apelo a V. Ex⁴ no sentido de que mande verificar a situação dos Vereadores e dos Presidentes das Câmaras Municipais de Carapicuíba, Jandira e Salto, que estão fora de Brasília e presos. Tenho aqui a relação, Sr. Presidente.

Quero fazer um último apelo. Que se registre no meu pronunciamento o telegrama que recebi do eminente Professor Golfredo Silva Telles, Decano da Universidade de São Paulo, onde diz:

“Só é legítima a lei harmonizada com o sentimento do povo. O Brasil quer uma coisa só: diretas, já.”

O Sr. José Fogaça — Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra a V. Ex⁴ pela ordem.

O SR. JOSÉ FOGAÇA — (PMDB-RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero fazer uma reclamação a V. Ex⁴. Quando o nobre Deputado João Cunha solicitou sua inscrição para a sessão de hoje e V. Ex⁴ deferiu o segundo a assinar foi o nobre Deputado Jorge Carone, e o terceiro...

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Quero esclarecer, antes que V. Ex⁴ termine. O nobre Deputado João Cunha pediu a palavra e falou antes dos que estão inscritos e desistiram da inscrição para levantar uma questão de ordem, que tem prioridade. Se V. Ex⁴ quer a palavra para levantar uma questão de ordem, tem prioridade, a qualquer momento. É um esclarecimento que a Mesa, respeitosamente, faz a V. Ex⁴.

O Sr. José Fogaça — Sr. Presidente, fui o terceiro a assinar e, estranhamente...

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está registrado na ordem que a Mesa recebeu da sua assessoria. Dentro dos trinta minutos que prevê o art. 31 do Regimento, V. Ex⁴ terá oportunidade de falar.

Concedo a palavra ao Deputado Antônio Dias.

O SR. ANTÔNIO DIAS (PDS-MG. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, gostaria que a sessão de hoje no Congresso Nacional conquistasse a eternidade na alma do cidadão e se convertesse na marca da conquista do direito maior da cidadania: eleger o Presidente da República. (Palmas.)

O clamor do povo é irrecusável e não deveremos fugir à convocação legítima do cidadão brasileiro, que nos pede licença e o direito de eleger o seu chefe supremo. A sociedade brasileira, em todos os seus segmentos, pede mudanças. É nosso dever atendê-la já, restabelecendo os direitos eleitorais da cidadania.

A soberania popular não pode ser surrupiada em função de interesses de grupos e daqueles que querem manter-se no poder. Políticos e líderes da Nação, não devemos admitir que a soberania popular seja encoberta de subterfúgios. A Nação está cansada de manipulações de

sua vontade e reclama a plena restauração de seus mais altos direitos políticos.

Vamos atendê-la sem medo e com liberdade. Aliás, já disse certa vez: em Minas, desde os primeiros anos, Pátria e liberdade são inseparáveis. Não concebemos Pátria sem liberdade, liberdade da Nação e liberdade dos cidadãos. Talvez por amar tanto a liberdade, pregamos de tal maneira a ordem. Sem ordem, a liberdade é mentira; nenhum homem pode ser livre na insegurança da anarquia. Sem liberdade, a ordem é tirania, e ninguém pode viver sob o medo.

Ordem e liberdade constituem, assim, o sentido de nossa existência política. Quando, em nome da ordem, consolida-se o arbítrio e o absolutismo, a exigência da liberdade empurra-nos ao dever da luta.

Deste Planalto Central, para onde hoje se voltam as atenções do Brasil inteiro, cabe-nos resistir. Resistir à força ostensiva e brutal da repressão, sob o pretexto de impor a ordem; resistir à ignorância e à prepotência dos que prendem parlamentares e não respeitam o Congresso. Cabe-nos não nos intimidarmos pelo medo nem tanto ceder ante as pressões de toda ordem.

E a mim me parece que ainda é oportuno reiterar desta tribuna meu apelo à conciliação nacional. Precisamos restabelecer o bom senso como alicerce de ação política. Mas, Sr. Presidente, a conciliação e o entendimento não podem ser entre meia dúzia de homens que dominam a situação de poder no Estado e na máquina dos partidos políticos. A conciliação deve ser de todos os brasileiros e só será legitimada com o endosso livre dos cidadãos deste País. A conciliação, Sr. Presidente, passa pelas eleições diretas para a Presidência da República e pela convocação de uma Assembléa Nacional Constituinte. Fora disso, é persistir no engano dos casuismos e na ampliação do fosso que separa o Estado da Nação.

Nós queremos um Presidente, não importa de que partido seja. Mas queremos um Presidente legitimado pelo voto direto, já, (muito bem. Palmas) a fim de que possa conduzir o País por esta turbulenta travessia entre crises econômicas e sociais.

Parodiando, Vieira, em uma de suas célebres passagens, não hei de pedir, pedindo, senão protestando e exigindo, que essa é a licença de quem não pede, senão exigir. Que todo cidadão tenha o direito de escolher livremente o seu Presidente, e escolher já. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Passos, com as excusas da Presidência por ter pulado o seu nome.

Faço um apelo aos Srs. Deputados e aos Srs. Senadores para que não fiquem atrás do Presidente a falar e a fazer reivindicações, porque agora não é a hora. É hora de prosseguir com a sessão. Faço um apelo aos Líderes no sentido de que peçam aos seus líderados que deixem a Mesa trabalhar dentro dos trâmites do que é necessário nessa oportunidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Darcy Passos.

O SR. DARCY PASSOS (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, antes de mais nada, as excusas de V. Ex⁴ eram desnecessárias, porque fico muito grato por saber que, na sessão em que o Congresso Nacional vai aprovar a eleições diretas já, todos os Deputados querem dar seu testemunho para a História, que não é mais só desta Casa, é a História deste País. Hoje, estamos reunidos aqui, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, num Congresso talvez sitiado, talvez cercado. Cercado fisicamente, de um lado. Mas ao longo de 20 anos, estiveram cercados os movimentos sociais, os sindicatos. Tudo esteve cercado. O País inteiro era uma imensa prisão. E hoje me regozijo, porque, se há um lugar cercado, é uma pequena ilha de esperança, que é o Congresso Nacional. Porque, fora do cerco, o povo já retomou o seu País. Há liberdade por todo o País e, creio,

há liberdade aqui também. E se o cerco físico do temor que reduz a esperança durante 20 anos foi-se mantendo, mas se desgastando, um cerco muito maior, de 130 milhões de consciências surgiu, e este nos acua por dentro. Não é a força bruta que submete a si o direito; é a esperança de toda uma nação que hoje deposita toda a sua expectativa no seio do seu Congresso.

Liberdade além do cerco, liberdade aqui dentro. O povo retomando o seu País lá fora, e o seu Congresso hoje apenas escolhendo por que linhas e que páginas do livro da História que hoje se escreve há de optar.

Tenho confiança e esperança de que cada Deputado, de todos os partidos, os de oposição e os do Governo, há de se lembrar das raízes populares do seu mandato, e lembrar que o mandato, legítimo na origem, pode se tornar ilegítimo no exercício quando perde a seiva da vontade popular. Aí, então, todos os partidos, todos os Congressistas, Senadores e Deputados, todos eles hão de fazer com que esta Casa alcance a sua mais alta dimensão quando o Congresso Nacional conseguir se igualar exatamente à estatura do povo lá fora que nos contempla, nos reforça e deposita em nós a sua esperança, e que faz com que cada mandato, de primeira ou décima legislatura, hoje se honre, hoje se justifique. E hoje aqui o Congresso há de reviver, há de renascer tão grande quanto o povo que em nós confia. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Genoino.

O SR. JOSÉ GENOINO (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, nesta oportunidade gostaria de dedicar este breve pronunciamento aos milhares e milhares de brasileiros que encheram as praças públicas, mas que, infelizmente, não podem estar aqui em Brasília, nem podem acompanhar esta votação histórica e tão esperada por eles. São operários, donas-de-casa, estudantes, trabalhadores rurais, campesinos, jovens, mulheres e crianças que sonham pôr um fim a esta situação. Sonharam nas praças públicas, gritaram aos milhões, bradaram por eleições diretas, e, ao bradarem por eleições diretas já, bradaram — pôr um fim neste regime, bradaram para acabar com esta política econômica, bradaram para melhorar sua situação econômica e social. O povo brasileiro, com seus sonhos, paixões e aspirações, seu canto e sua alegria, o povo brasileiro, que fez muita gente chorar, não está aqui, infelizmente, em virtude do cerco de Brasília, dessas medidas de emergência; não pode estar aqui estampado nessas galerias, na frente do Congresso Nacional, a acompanhar nossa voz e nosso voto.

Este momento é pautado referendando-se nas aspirações, nas expectativas que estão nas ruas deste País, tão bem manifestadas, ontem, em todas as cidades. Nós, da Oposição, nós, do Partido dos Trabalhadores, nos colocamos firmemente pela aprovação da Emenda Dante de Oliveira. Entendemos que a aprovação desta emenda, que estabelece eleições diretas já, é o mínimo — digo mínimo, sim — diante da grande expectativa que o povo brasileiro tem, hoje, de mudar sua situação. O povo brasileiro não é mais parado, calado; é um povo que conquistou sua dignidade maior, que é a dignidade de levantar a cabeça, de gritar, de lutar e não se amedrontar com as ameaças e com a repressão.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — O tempo de V. Ex⁴ está encerrado nobre Deputado.

O SR. JOSÉ GENOINO — Para concluir Sr. Presidente, estamos, juntos aos milhares, aos milhões de brasileiros que sonham, neste dia, virar uma página da História deste País. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Iturival Nascimento.

O SR. ITURIVAL NASCIMENTO (PMDB — GO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, abril de 1964 a abril de 1984, duas décadas de regime arbitrário, mas também duas décadas de resistência democrática. No início, éramos pouquíssimos companheiros brasileiros. Hoje, somos a Nação. Vinte anos de luta sem trégua, de luta desigual contra tudo e contra todos. Quantas e quantas vezes, Srs. Deputados do PMDB — ex — MDB — nós nos reunimos para a autodissolução do nosso partido? Mas a voz do nosso Presidente, Deputado Ulyses Guimarães, ecoava pregando a resistência quando queríamos a autodissolução, porque o sofrimento, as perseguições e a violência imperavam na Pátria brasileira, e nossa luta era muito desigual. Mas sempre encontramos na palavra do nosso comandante a pregação de resistência democrática. E hoje, depois de vinte anos, em 25 de abril de 1984, estamos aqui, nesta manhã memorável, para a Pátria brasileira, a fim de comemorar o dia da vitória, a vitória da liberdade e da democracia para a realização das eleições diretas agora e já. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Marcondes Pereira.

O SR. MARCONDES PEREIRA (PMDB — SP. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a manhã de hoje é memorável para este País, mas é uma repetição da História. Quantas e quantas vezes o povo, através dos seus representantes, traça mais uma página da História!

Hoje, Sr. Presidente, vamos decidir entre dois brasis. Um Brasil da indignidade, do desrespeito, dos escândalos, dos assaltos, dos abusos, da insegurança, da insensibilidade, da intranqüilidade. Este e vou-me valer da palavra de Ruy Barbosa — não é o Brasil; o Brasil não é isto. O Brasil não são as ratazanas do Tesouro; não são os mercadores do Parlamento; não são aqueles que abusam da confiança nacional. Não. O Brasil não é isto. O Brasil é esta multidão de almas livres; é este povo ordeiro que constrói a grandeza do seu País, o Brasil é esta multidão que não teme, que não recua, que não se vende. Este é o Brasil, o meu Brasil. É esta a oportunidade para chamar à consciência todos os Parlamentares. Esta Casa não pode permanecer de joelhos. Este é um Poder, e termos de ter consciência do que representamos: representamos a esperança do povo brasileiro nas praças, esperando que hoje, nesta data histórica, tenhamos a coragem suficiente para dizer não a tudo o que acontece neste País. (Palmas)

A miséria está aí, a fome está aí, o desemprego está aí. Há desgraça por toda a Nação brasileira.

E temos aqui alguns colegas ainda indecisos, a quem peço que desçam dos muros, que venham para a planície, que venham defender conosco o povo brasileiro. Venham defender nossa Nação, venham defender realmente aquilo a que nos propomos nesta Casa: defender a Constituição, o povo desta Nação. Muito obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — com a palavra o nobre Deputado Jorge Carone.

O SR. JORGE CARONE (PMDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando reclamei meu direito de falar, é porque me inscrevi em segundo lugar, em seguida ao Deputado João Cunha, e porque, após 20 anos, não poderia deixar, realmente, da falar. Não participei da Revolução. Fui convidado para isso, e disse ao Gen. Guedes que não acreditava em revolução chefizada por banqueiros. E eu estava certo. Só deu 12, 14% ao mês. Os banqueiros estão cada vez mais ricos e o povo na miséria.

Quero lembrar aqui: como é que têm coragem de cercar o Congresso, de decretar estado de sítio — sim, por-

que é estado de sítio — com uma inflação de 200%, com 75% dos usuários do BNH atrasados, com dez milhões de desempregados. Morre uma criança por minuto, de fome, com cem bilhões de dólares de dívida externa, gasolina a quase mil cruzeiros, paraíso das multinacionais. Os trabalhadores perderam a sua estabilidade e as contas na Suíça aumentaram. Este é o País que nós assistimos. E, após vinte anos de Governo militar, eles ainda têm coragem de colocar tropas nas ruas. O Exército não servirá mais a um grupo de militares. Quero lembrar que apresentei um requerimento, dizendo que o estado de sítio está em vigor no Distrito Federal, e a Executiva do meu partido não aceitou. O art. 47 proíbe que se vote emenda constitucional.

Terminando, Sr. Presidente, quero lembrar uma frase histórica do Chefe Militar da Revolução, o General Mourão, que declarou que, em política, ele era uma vaca fardada. E, no final da Revolução, quero declarar que, em matéria de política, o General Newton Cruz é um touro fardado, em virtude das decisões que tem tornado com relação aos jornalistas, Deputados e estudantes.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Fogaça, último orador inscrito no Pequeno Expediente.

A Sra. Cristina Tavares — Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Aguarde um momento, nobre Deputado, pois há um orador na tribuna.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, este é um grande e decisivo momento histórico para a vida brasileira, para a vida política do nosso País.

Os homens e mulheres de minha idade, os homens e mulheres da minha geração, os que têm mais de trinta anos de idade e menos de quarenta, os homens e mulheres que vêm seus filhos crescerem, que vêm seus filhos se tornarem homens, os homens e mulheres da minha geração jamais puderam escolher o Presidente do nosso País. Esta é uma geração que foi colocada à margem da vida, à margem da História.

Este Governo, que durante 20 anos conduziu o País sob mão de ferro e em estado de opressão, tentou transformar a nossa numa geração de seres não-pensantes, de robôs e autômatos.

Esta mesma geração, estes mesmos homens e mulheres estão dizendo agora que o dia 25 de abril é a data marcadna na História para estabelecer o fim do regime militar. Não importa sequer se eles continuam ocupando fisicamente o Palácio do Planalto, não importa sequer se eles ainda continuam no Governo, tentando sobreviver a um regime que já terminou. Mas está convencionado — dia marcado pelo povo brasileiro — que o dia 25 de abril constitui o marco do fim do regime militar.

Talvez daqui a alguns anos esta data seja registrada nos livros de História como um dos mais belos momentos e das mais luminosas páginas escritas pelo povo brasileiro. E o 25 de abril, em sua simbologia, naquilo que representa, no que traduz, será registrado pela absoluta adolescência desse regime, pelo estado adiantado de decrepitude e envelhecimento em que se encontra. O dia 25 de abril é o marco definitivo do fim do regime militar.

Sr. Presidente, nossos lares, inclusive, estão ameaçados, porque as medidas de emergência suprimem a inviolabilidade dos domicílios.

Ontem o Congresso Nacional anoteceu cercado de tropas e caminhões militares. A Nação está sob o silêncio constrangedor dos meios de comunicação, que não podem noticiar o que se passa aqui. No entanto, ontem à noite, na Superquadra 202 Norte, mais de duzentas

crianças, espontaneamente, com panelas, com tambores, entoavam canções, gritavam: eleições diretas já. Eram crianças com menos de quinze anos.

Por isso, Sr. Presidente, devemos dizer que tentam impor-nos a escuridão. Mas esta geração dos homens que têm menos de quarenta anos de idade está construindo a claridade.

Sr. Presidente, para encerrar, queremos dizer que nos próximos anos os nomes dos ditadores serão referências mortas em livros empoeirados, mas as páginas mais lúminosas serão reservadas para o povo, que arrancou as eleições diretas das entradas da ditadura.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Encerrado o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

Concedo a palavra à nobre Deputada Cristina Tavares, para uma questão de ordem.

A SR. CRISTINA TAVARS (PMDB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, minha questão de ordem diz respeito a mais uma agressão à liberdade de imprensa neste País e particularmente no Distrito Federal. Indago de V. Ex⁴ se como Presidente do Congresso Nacional, tomou conhecimento oficialmente de que a Confederação dos Jornalistas Profissionais foi ontem invadida por policiais da SALT, apenas porque exibia uma faixa que dizia que os jornalistas do Brasil exigem eleições diretas já. Invadida a Confederação dos Jornalistas, um dos seus presidentes, foi preso e detido, o que constitui grave ameaça à liberdade de imprensa.

Tendo V. Ex⁴ a responsabilidade de presidir o Congresso Nacional neste dia histórico, indago se V. Ex⁴ tomou conhecimento desse fato gravíssimo e, nesse caso, quais as medidas que o Congresso Nacional pode tomar no sentido de coibir abusos contra a liberdade de imprensa, que, em última instância, significa a liberdade de o povo brasileiro tomar conhecimento do que se passa em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Mesa registra a reclamação de V. Ex⁴ e vai diligenciar.

O Sr. Aldo Arantes — Sr. Presidente, peço a palavra para uma explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Tem V. Ex⁴ a palavra para uma explicação pessoal, em caráter excepcional.

O SR. ALDO ARANTES (PMDB — GO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, meu nome foi citado várias vezes aqui. Fui um dos Deputados Federais presos ontem. Venho aqui dizer a esta Presidência e aos nobres Congressistas que o art. 32 da Constituição brasileira garante as imunidades parlamentares.

“Art. 32. Os deputados e senadores são invioláveis no exercício do mandato por suas opiniões, palavras e votos, salvo no caso de crime contra a honra”.

Mesmo as medidas arbitrárias de segurança não suspende as imunidades parlamentares. No entanto, Sr. Presidente e Srs. Congressistas ontem, dois Deputados Federais foram presos porque estavam cumprindo uma missão política, uma missão parlamentar. Saímos do Congresso acompanhando estudantes, com a garantia da Mesa desta Casa de que eles não seriam detidos. No entanto, os estudantes foram presos, numa traição à palavra dada. Fomos presos — eu o Deputado Jacques D'Ornellas — junto com os estudantes, por emprestar solidariedade à luta democrática e popular da juventude brasileira. E então, Sr. Presidente, o General Newton Cruz tentou agredir violentamente um Deputado Federal, num desrespeito às imunidades desta Casa. Venho aqui denunciar este fato e dizer que está em jogo

não o mandato do Deputado Aldo Arantes, não a quebra de imundices do Deputado Jacques D'Ornellas, mas, sim, a autoridade política desta Casa; o que está em jogo é a relação entre o Legislativo e o Executivo. Pedimos, pois, aos nobres Senadores e Deputados que tenham consciência da gravidade do momento.

Não se trata, neste momento, de defender as figuras dos Deputados Aldo Arantes e Jacques D'Ornellas, mas de defender as prerrogativas do Legislativo, para que este Parlamento possa, com dignidade, defender aqui o que o povo brasileiro está exigindo: eleições diretas, já, para Presidente da República.

Sr. Presidente, quero aqui aproveitar a ocasião para fazer um apelo aos Deputados do PDS, a fim de que se sensibilizem com este fato, colocando-se contra a arbitrariedade que impera neste País. Só assim poderemos, hoje, sair daqui com a vitória da liberdade e da democracia, votando para as eleições diretas já.

O Sr. Jacques D'Ornellas — Sr. Presidente, gostaria de merecer da Presidência da Casa as mesmas prerrogativas concedidas ao Deputado Aldo Arantes.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — V. Ex^a tem a palavra para uma explicação pessoal.

O SR. JACQUES D'ORNELLAS PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O Sr. Jorge Arbage — Para uma comunicação de liderança.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao Deputado Jorge Arbage.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS — PA) — Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, todo fato geralmente apresenta duas versões: a minha e, — eu diria — a de V. Ex^a. Está-se dando uma versão ao episódio ocorrido ontem, que envolveu as figuras de dois eminentes companheiros representantes do povo nesta augusta Casa. A *priori*, a impressão que se tem, diante das narrativas feitas desta tribuna, é a de que o General Newton Cruz teria saído do seu posto de comando à caça dos Parlamentares, para promover a "violência" — entre aspas — de que o acusam.

Sr. Presidente, o General Newton Cruz expediu a Comunicação nº 2, do Ministério do Exército, que dá exatamente a sua versão a respeito dos lamentáveis incidentes de ontem. Diz S. Ex^a:

"1º) O Executor está firmemente disposto a cumprir as normas e diretrizes baixadas pela Resolução nº 1/ME/84, de 23 de abril de 84.

2º) Hoje, um grupo de manifestantes compareceu ao Congresso Nacional, fazendo divulgar, previamente, que seria realizado um comício no Congresso Nacional (sem especificar se o faria dentro ou fora das dependências do Congresso), comício este proibido pela Resolução já mencionada.

3º) Por volta de 17:00 horas, após os manifestantes terem sido compelidos a se retirarem da galeria e suspensa a sessão pelo Presidente da Câmara dos Deputados, o Executor das Medidas de Emergência determinou à Polícia Militar do Distrito Federal que realizasse o dispositivo antecipadamente acordado com a Presidência do Senado Federal para a Sessão de 25 de abril, que não invade, por 1 milhão sequer, as dependências do Congresso, com duas finalidades: a) impedir que novos manifestantes engrossassem as fileiras dos que se encontravam no Congresso, sem, porém, opor-se à entrada de

parlamentares, funcionários e a de todos aqueles que se destinasse ao Congresso com alguma finalidade específica; b) impedir que os manifestantes, no Congresso, daí se retirasse em passeata, proibida na Resolução nº 1/ME/84.

4º) O dispositivo policial, por ordem do Executor, foi retirado das proximidades do Congresso Nacional às 20h30 min. Aos manifestantes fez-se chegar a informação de que poderiam retirar-se, sem qualquer constrangimento. Não obstante, permaneceram em dependência do Congresso Nacional.

5º) Às 21h30 min. o Executor das Medidas de Emergência e Comandante do CMP foi surpreendido com uma caravana de automóveis, coluna de 3, 4 ou 5, ao lado do seu Quartel-General, testa na altura do Ministério da Fazenda, buzinas acionadas, organizada com o visível propósito de desmoralizar o Executor das Medidas, bem ao lado do seu Quartel-General; desmoralizar as Medidas de Emergências; desmoralizar o Governo

Na parte gramada, também ao lado do QG/CMP, dois Deputados Federais — conforme foi informado ao Executor e os fatos vieram a confirmar — lideravam, à frente de pessoal a pé, a caravana da desmoralização: Aldo Silva Arantes e Daltron Jacques D'Ornellas.

6º) O Executor das Medidas de Emergência, ante a desmoralização que se preparava e que pôde visualizar das janelas de seu PC, não teve outra alternativa senão a de adotar as seguintes medidas:

a) acionar os dois últimos Choques que lhe sobravam, da PM/DF, pois os quatro outros já haviam sido recolhidos a quartel;

b) acionar a Guarda do QG para evitar que ela própria fosse desmoralizada, com a passeata que ostensivamente estava sendo preparada;

c) pessoalmente assumiu o comando da operação, em face da afronta que se preparava a seus olhos.

7º) Resultados:

a) um único motorista sequer teve coragem de acionar a buzina de seu automóvel na presença do Executor das Medidas de Emergência; o silêncio se impôs;

b) os automóveis, um a um, foram liberados e as placas anotadas;

c) os dois Deputados Federais, sem outra alternativa, infelizmente foram presos, pois eles eram os cabeças das manifestações.

8º) Finalmente, e para que o Executor das Medidas de Emergência rigorosamente se posicione conforme os altos objetivos do Governo e que manifestou na Resolução 01/ME/84:

a) os dois Deputados Federais foram postos em liberdade para que, livremente, votem conforme a sua consciência;

b) todos aqueles que foram presos, como consequência da violação das Medidas de Emergência, serão postos em liberdade até as 8hs de 25 de abril de 1984;

c) todas as placas de automóveis anotadas, em 24 de abril de 1984, à frente do QG/CMP, serão ignoradas e desconhecidos os proprietários dos automóveis.

9º) Quem em tudo se veja o propósito de manter a lei e cumprir a missão. — **Gen. Div. Newton Araújo de Oliveira e Cruz**, Comandante do CMP e Executor das Medidas de Emergência."

Sr. Presidente, estes esclarecimentos encerram em definitivo aquilo que diz respeito à missão do Comando Militar do Planalto na execução das medidas de emergência, em face dos relatos aqui registrados pelos eminentes parlamentares da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra, como Deputado, ao Líder Freitas Nobre.

O Sr. Freitas Nobre — Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. FREITAS NOBRE (PMDB — SP) — Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a nota do Comando Militar do Planalto, lida pelo Líder do Governo nesta Casa, é a confissão de que as imundices parlamentares foram rasgadas pelo Comandante Militar do Planalto. Ele confessa a detenção dos Deputados e sabe V. Ex^a, tanto quanto nós, que houve a garantia da Mesa do Congresso para que os estudantes saíssem em grupos, no momento em que também V. Ex^a obtinha o levantamento do cerco militar deste Congresso. Os Deputados estavam assegurando aquela garantia de que os estudantes necessitavam. V. Ex^a deu esta garantia, mas era preciso que os estudantes tivessem cobertura dos Deputados, porque o risco era tão grande que até os Deputados foram presos. A nota do Comando Militar do Planalto é a confissão de que este General não está à altura sequer de cumprir determinações das próprias medidas de emergência, que são, por si, abusivas e absurdas, agravadas pelo seu executor, que confessa, inclusive, que ela incide em dispositivo constitucional, relativo às imundices parlamentares. Não é possível que a Nação secale num momento como este, nem que o PDS, ou qualquer parlamentar do PDS aceite a justificativa desse general e não as explicações dos Deputados que foram presos, que sofreram constrangimento e que estavam atendendo a uma determinação da Mesa, para dar segurança àqueles estudantes que saíram em grupos, conforme a decisão tomada na reunião da Mesa com os Líderes partidários. (Palmas.) É essa, Sr. Presidente, a posição que assumimos. A dignidade desta Casa recusa as lições do General. Disse o General que a Câmara vai votar com independência na sua nota. E votará, apesar do General e das medidas de emergência. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Com a palavra o Deputado Múcio Athayde.

O SR. MÚCIO ATHAYDE (PMDB — RO) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje é, nos últimos 20 anos, o dia mais importante para o Congresso Nacional, o dia em que a Nação inteira aguarda, com os olhos fixados em Brasília, a decisão histórica em que, através da Emenda Dante de Oliveira, possa eleger, através do seu voto direto, na boca da urna, o seu dirigente máximo, o seu Presidente da República.

O clamor nacional parte de todos os rincões brasileiros, desde as grandes cidades como Rio e São Paulo, até os longínquos povoados do meu Estado de Rondônia, onde os seringueiros, os garimpeiros, os caboclos e o povo em geral, estão ligados ao Congresso do nosso País certos de que retribuiremos aos anseios de mais de 95% da vontade sagrada, expressa nas praças e nas ruas.

Nós, representantes do povo, nós os Congressistas, somos os seus procuradores e, para sermos seus procuradores fiéis, temos de agir de acordo com a sua vontade.

Por isso, vamos hoje votar a emenda Constitucional que determina as eleições diretas já, para sermos fiéis aos milhões de brasileiros de quem somos representantes legítimos.

Este é o brado de Rondônia. Este é o brado do Brasil. Este é o meu brado, fiel ao mandato que me foi outorgado.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Mário Hato.

O SR. MÁRIO HATO (PMDB — SP) — Pronuncia o seguiente discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, desgraçadamente, a Lei, no Brasil, é uma falácia.

Os ensinamentos da semântica, a austera ciência da significação dos vocábulos rolam na poeira dos interesses casuísticos. O preto é branco e o branco é preto, segundo o modismo que o patronato delibera conveniente para o atendimento de soluções imediatistas que os donos do poder entedem necessárias a seus amigos e apanhados.

Não reclama a cultura dos juristas nem a especialização dos constitucionalistas a interpretação do claro texto da Constituição, inserto logo no primeiro de seus artigos:

"Todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido".

Todavia, na realidade do nosso cotidiano, aquilo a que se assiste, com desalento e com vergonha, é o predomínio da hermenêutica dos corrilhos. Do povo, assim, não emanam os poderes; e o poder não é exercido em nome do povo.

Nem ninguém me contestará se afirmo, peremptoriamente, que as primeiras palavras daquilo que por aí vai, com o apelido pouco apropriado de Constituição, não passam de palavras ocas, vazias de qualquer conteúdo pragmático.

Assim se expressa, como abertura, a Lei Fundamental:

"O Brasil é uma República Federativa".

Bem sabemos, sem sofismas e sem mistificações, que não somos nem República nem Federação.

E por quê?

Porque os Estados e os Municípios têm, sempre tiveram e terão, seus atos domésticos. A União, porém, avassalou uns e outros, desfigurando a Federação.

Governadores e Prefeitos, escolhidos pelo povo, livremente, há pouco mais de um ano — sejam eles de que partidos forem — estão peados tanto no seu direito quanto no seu dever de governar, eis que Estados e Municípios continuam escravizados à boa ou à má vontade do Poder Central, pois só este paga ou deixa de pagar, adianta ou atrasa a seu bel-prazer a entrega do numerário, já de si ridículo, que legitimamente é dos Municípios ou é dos Estados.

Mesmo eu, que nem bacharel em Direito sou, sei que Federação traduz o governo dos Estados pelos Estados, dos Municípios pelos Municípios e da Nação pela Nação. E aquilo que caracteriza a forma republicana, sob uma Constituição livre, não é só a existência dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Para que haja República é necessário que o Executivo e o Legislativo sejam o fruto da eleição pelo povo.

Ou seja, a democracia só existe onde o voto do povo vale mais do que as armas a serviço do Poder.

A conclusão a que chego, pois, só pode ser uma e é óbvia: o Brasil carece de profundas transformações constitucionais, amplas e largas, sobretudo para que se restitua ao povo o que lhe é inerente: a soberania da escolha.

O patronato, a que estamos submetidos desde vinte anos, não é a solução correta para os problemas nacionais. Todos eles.

Toca-nos o dever, iniludível e irrenunciável, de lutar, desesperadamente, até, para fazermos do Brasil uma República democrática e uma Federação honrada.

A declaração formal — formal e antiga, velha e válida — de que todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido carece de ser vivificada, acalentada e nutrida, sustentada e defendida, seja a que preço for.

É inadmissível o conceito de democracia com a permanência de executivos nomeados pela vontade unipessoal, seja lá de quem for.

O anseio nacional brasileiro, que se expande por todo o nosso imenso território, com multidões antes nunca vistas reunindo-se para exigir a entrega do seu a seu dono, ou seja, a volta da soberania ao seio do povo, é avassalador. E tão intenso esse movimento, tão puro e tão

justo em suas nascentes, que o próprio Sr. Presidente da República já a ele aderiu. Sua adesão, contudo, não traz a marca do tempo: o Sr. João Figueiredo adota o desejo do povo, mas procrastina-o para o futuro.

Lamento que assim seja, pois o Brasil merecia melhor destino.

Temos, sou o primeiro a admiti-lo, um regime legal. Vivemos, bem ou mal, dentro da legalidade. Mas aquilo que nos falta, na verdade, é legitimidade.

Luto, suspiro e anseio por ver o meu País reincorporado às sadias práticas da liberdade, onde ninguém, no Legislativo ou no Executivo, tenha função que não decorra da soberana escolha havida por intermédio do voto popular.

Não aceito a existência do comissário sem a escolha livre do comitente; não comprehendo a presença do delegado sem que lhe socorra a vontade pessoal do delegante; insurjo-me contra o mandatário cujo mandante desconheço.

Somos, no Brasil, uma Nação adulta. Adulta e moralmente sadia. Não se compadece com os estágios a que já alcançamos a continuada presença de tutores ou de curadores, impostos pela força e pela força mantidos.

Este povo, capaz de suar sangue para pagar os impostos crescentes e escorchantes, tão escorchantes e tão crescentes que em menos de três meses de exercício fiscal recolhem mais de dez trilhões de cruzeiros acima do orçamento previsto — este povo, repito, tem o direito de escolher, soberanamente, os que devem conduzi-lo.

Julgo, por isso mesmo, imperioso que conquistemos as primeiras cidadelas. É indispensável que ocupemos os primeiros terrenos tática e estrategicamente valiosos, donde possamos partir, mais garantidos, para defender a Federação e a República.

Estamos no limiar de uma promessa, qual aquela da Presidência da República enviar ao Congresso Nacional uma Mensagem portadora de propostas de reforma da Constituição.

Urge arregimentarmos forças, e vontades e dedicações, onde quer que se encontrem elas, sob todas as legendas patidárias, no sentido que logremos estabelecer, como primeira conquista, a eleição para Prefeitos de todas as capitais e, igualmente, para Prefeitos de todos aqueles municípios tão malsinadamente arrebatados ao povo pela nomenclatura cabalística e mágica de "segurança nacional", como se todos os municípios brasileiros não respondessem, solidariamente, pela segurança do País.

Em suma: Governo e governantes devem ser mandatários da expressa e direta confiança do povo, e cuja atitude sempre se deve exercitar em benefício do povo e da Nação.

Funcionário nomeado depende do patrão que o nomeou. Só o mandatário do povo urgindo da soberania popular tem o lastro da confiança do voto, que lhe legitima o mandato.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Com a palavra o nobre Deputado Floriceno Paixão.

O SR. FLORICENO PAIXÃO (PDT — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o último Presidente da República eleito pelo povo deste País foi João Goulart. Há mais de 20 anos, ele quis implantar, com o povo, e por exigência do povo, as reformas de base de que tanto carecia a Nação.

Ele quis fazer a reforma agrária. Mas Jango foi apelado do poder justamente porque iniciou de forma concreta esta reforma, ao decretar a desapropriação de áreas para executá-la. Se tivesse concretizado a reforma, não haveria hoje 12 milhões de famílias sem terra neste País, nem os latifundiários estariam controlando 86% da área cadastrada pelo INCRA. Os 350 milhões de hectares em suas mãos não cumprem sua função social. E são 2,5 milhões de pequenos proprietários a ocuparem apenas 9%

da área cadastrada. Mesmo assim, já estão sendo espoliados pelo latifúndio. O Governo autoritário fez aprovar um Estatuto da Terra que vai completar em outubro próximo 20 anos de existência, contendo todo o instrumental para uma verdadeira reforma agrária. Mas essa lei existe só no papel. Não foi aplicada simplesmente porque os latifundiários não permitiram. E aí estão nove milhões de desempregados sem ter o que comer.

Jango, eleito pelo povo, quis também fazer a reforma urbana. Constatava das metas de seu governo proporcionar moradia condigna e barata para o trabalhador da cidade. Mas Jango não pode fazê-la.

Ele quis fazer igualmente a reforma bancária, com o objetivo predominante de proporcionar assistência técnica e financeira permanente ao pequeno e médio produtor e ao pequeno e médio empresários.

Atendendo aos anseios do povo, Jango deveria fazer também a reforma do ensino. Em seu governo, o orçamento federal já fazia consignar dotação equivalente a 14% da despesa global da União, hoje reduzida criminalmente para 5% apenas. Ele quis dar acesso às escolas de todos os níveis também aos pobres. Hoje só estuda quem é filho de papai rico. Elitizaram o ensino de tal forma que mais da metade dos universitários abandonam os estudos por não poderem pagar suas anuidades.

No campo do petróleo, Jango desejou estabelecer o monopólio do refino e da distribuição, "filé-mignon" do importante setor, mas não conseguiu. Ao contrário, o arbítrio quebrou o monopólio da exploração consagrado pela Lei 2.004, de iniciativa do saudoso Presidente Getúlio Vargas. O que fez o atual Governo foi convidar as sete irmãs multinacionais para, através dos famosos contratos de risco (cujo teor secretíssimo os representantes do povo nunca conseguiram ver até hoje), "ajudarem" a explorar nosso petróleo. Elas estão aí desde 1976, sem que nada tenha sido revelado à Nação a respeito de suas atividades. Ninguém sabe o que fizeram até agora com o dinheiro que a PETROBRÁS lhes forneceu para a "grande ajuda", dentro dos limites que cobrem nada menos do que 86% da área sedimentar brasileira que genericamente a mesma PETROBRÁS lhes destinou...

Jango quis também nacionalizar a indústria farmacêutica e implantar a FARMACOBRÁS, objetivando o fornecimento de medicamento a preço acessível ao brasileiro. Hoje, 82% da produção de remédios pertencem a empresas multinacionais.

No campo da previdência social, jogaram no lixo o Estatuto do Trabalhador Rural, do saudoso Deputado Fernando Ferrari. Nele se continha aquilo que se constitui hoje na maior aspiração do homem do campo: os mesmos benefícios do trabalhador urbano. Na previdência social urbana, o que vemos hoje é que, a pretexto de "falta de recursos", tómam o caminho mais curto e mais cômodo, que é a mutilação ou redução de benefícios já consagrados na legislação que os contribuintes, à custa de tantas lutas e sacrifícios, lograram aprovar. Talvez porque os detentores do poder não tentam nenhum compromisso com o povo, que não os elegeu. Até os antigos conselhos de administração e fiscal composto de representante dos contribuintes da Previdência fizeram desaparecer da noite para o dia. Hoje ninguém sabe se o dinheiro arrecadado está sendo devidamente aplicado, porque lá não mais estão os contribuintes para administrar e fiscalizar o sistema.

Dutra, Getúlio, Juscelino e Jango, eleitos pelo povo, desejaram dar ao País sempre melhores condições de vida aos brasileiros, notadamente os mais humildes, através de uma política mais racional e mais equitativa de distribuição de renda, para tornar assim os pobres menos pobres e os ricos menos ricos. Passados 20 anos, os ricos se fizeram mais ricos e os pobres mais pobres.

Quando o voto era direto não havia achatamento salarial. Os trabalhadores, os servidores públicos e os aposentados tinham seus ganhos reajustados rigorosamente de acordo com os índices do custo de vida.

Hoje, a desgraça do decreto-lei autoritário, perverso e cruel cai sobre eles como uma espada a mutilar-lhes o que têm de mais sagrado: o salário.

Este Congresso, usurpado em suas prerrogativas, sobrevive apenas para dar aos olhos do mundo aparência de legalidade. A estatística mostrou que no ano passado, dos 2.790 projetos de lei apresentados por Deputados apenas três foram sancionados. Em contra partida, a Presidência da República encaminhou ao Congresso Nacional, também em 1983, 115 decretos-leis, dos quais 71 foram aprovados por votação em plenário e 37 por curso de prazo, enquanto somente sete foram rejeitados...

Por tudo isso, Srs. Congressistas, e por muito mais do que isso é que o consenso da Nação está a exigir que se restitua, já e já, aos brasileiros o direito de votar para Presidente, única saída para a restauração da dignidade, do desenvolvimento, da soberania e da independência deste País.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Sobre a mesa, comunicação que vai ser lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

Brasília, 24 de abril de 1984.

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 10 do Regimento Comum, tenho a honra de comunicar a V. Ex.º, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Sr. Senador Hélio Gueiros pelo nobre Sr. Senador Álvaro Dias, na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre a proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 1984, que "altera, acrescenta e suprime dispositivos da Constituição Federal".

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Senador Humberto Lucena, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Será feita a substituição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 1983, que dispõe sobre a eleição direta para Presidente e vice-Presidente da República.

— dependendo de Parecer a ser proferido oralmente em Plenário.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Ernani Satyro para proferir parecer à Emenda Constitucional nº 5. Solicito aos Srs. Deputados que se sentem.

A Mesa esclarece aos nobres Congressistas que não são permitidos apartes em parecer oral.

O SR. ERNANI SATYRO (PDS — PB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, meu Parecer está sendo proferido oralmente porque, por falta de número, não foi apreciado pela Comissão Mista. Ao contrário do que tem sido noticiado, ele foi apresentado rigorosamente dentro do prazo.

É este o meu Parecer:

"Com o preenchimento dos requisitos exigidos, foram apresentadas ao Congresso Nacional quatro propostas de Emenda à Constituição, que tomaram os números 5, 6, 8 e 20."

Por decisão da Presidência da Senado, essas emendas foram todas anexadas, sendo que algumas tratam tanto da eleição direta quanto do voto distrital; e a outra, somente uma delas, do voto distrital. Deixo de ler o que di-

zem essas emendas, porque isso está amplamente divulgado no avulso. Passo, pois, à apreciação de cada uma delas.

O Sr. Áirton Soares — Sr. Presidente, não é possível ouvir o Relator. O Deputado fala baixo e para dentro; não temos condições de ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Solicito a Casa que faça silêncio, para podermos ouvir o Parecer do nobre Deputado Ernani Satyro.

O SR. ERNANI SATYRO — Emenda nº 5.

"Dispõe sobre a eleição direta para Presidente e Vice-Presidente da República".

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 49 da Constituição, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os arts. 74 e 148 da Constituição Federal, revogados seus respectivos parágrafos, passarão a vigor com a seguinte redação:

"Art. 74 O Presidente e Vice-Presidente da República serão eleitos, simultaneamente, entre os brasileiros maiores de trinta e cinco anos e no exercício dos direitos políticos, por sufrágio universal e voto direto e secreto, por um período de cinco anos.

Parágrafo único. A eleição do Presidente e Vice-Presidente da República, realizar-se-á no dia 15 de novembro do ano que anteceder ao do término do mandato presidencial."

"Art. 148 O sufrágio é universal e o voto é direto e secreto; os partidos políticos terão representação proporcional, total ou parcial, na forma que a lei estabelecer."

Art. 2º Ficam revogados o art. 75 e respectivos parágrafos, bem como o § 1º do art. 77 da Constituição Federal, passando seu § 2º a constituir-se parágrafo único;

A de número 6 dispõe:

"Revoga o parágrafo único do art. 148 do texto constitucional.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 49 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Artigo único. É revogado o parágrafo único do art. 148 da Constituição Federal."

Finalmente, a de número 8 está assim concebida:

"Estabelece o sistema proporcional para a eleição da totalidade dos membros da Câmara dos Deputados e das Assembleias Legislativas.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do artigo 49 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 6º do art. 13 e o *caput* do art. 39, ambos da Constituição Federal, passam a ter, respectivamente, a seguinte redação:

"Art. 13

§ 6º Eleitos pelo sistema proporcional, o número de deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingindo, o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os deputados federais acima de doze.

Art. 39. A Câmara dos Deputados compõem-se de até quatrocentos e setenta e nove representantes do povo, eleitos, dentre cidadãos maiores de vinte e um anos e no exercício dos direitos políticos, pelo sistema proporcional e pelo voto direto e secreto em cada Estado ou Território."

Art. 2º Fica revogado o parágrafo único do art. 148 da Constituição Federal".

Examinamos, pois, cada uma das três propostas.

B — Relatórios Parciais

— II — EMENDA Nº 5

O que se pretende, como se viu, é a eleição direta para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República.

Trata-se de matéria eminentemente política, por isso que, do ponto de vista jurídico, qualquer das duas modalidades pode ser admitida, nos termos que a Constituição estabelecer.

Como entrada na matéria, cabem algumas considerações de caráter geral, para depois situarmos o problema em nosso País.

Em todo o mundo existem, atualmente, cento e cinquenta e tantos países soberanos. Mas, os que vivem sob regime constitucional-democrático, de características nítidas e indiscutíveis, não excedem de duas dezenas. São eles, por sua distribuição geográfica:

Na Europa — Grã-Bretanha, Irlanda, Dinamarca, Noruega, Suécia, Finlândia, Holanda, Bélgica, Alemanha, Suíça e Itália.

Na Ásia — Israel, Índia e Japão.

Na Oceania — Austrália e Nova Zelândia.

Na América — Estados Unidos, Canadá e Costa Rica.

Na África — Nenhum.

2. Destas vinte nações — que, coincidentemente, são as mais ricas e mais cultas — somente duas — França e Costa Rica — elegem o Chefe do Estado pelo voto popular direto. Nos demais, ou não há eleição, por ser monárquica a forma do Estado; ou, por ser parlamentarista o sistema de governo, a eleição do Presidente se faz pelo voto do Parlamento.

3. Note-se que, nos Estados Unidos, a eleição também é indireta. O sufrágio popular elege um colégio (composto de tantos membros quantos os senadores e deputados de todos os Estados) e este, em segundo grau, elege o Presidente. É esse, ainda hoje, o direito constitucional legislado do País, se bem que, na prática, a eleição se tornou quase direta, porque a preferência popular condiciona o voto do colegiado que elege o Presidente, de quatro em quatro anos. É um *caso sui generis*.

4. Não há eleição direta verdadeira, para a Presidência em nenhum País da África. Talvez haja algum caso teórico, quer dizer, algum País em que o princípio esteja consagrado em texto constitucional. Mas a idéia de um Presidente africano, livremente eleito pelo povo, ainda pertence ao domínio da utopia.

5. Também não se conhece a eleição direta de Presidente e governadores na Oceania civilizada e democrática (Austrália e Nova Zelândia).

6. Em toda a Ásia, parece que só há eleição direta nas Filipinas, antiga dependência colonial espanhola, e depois americana, somente emancipada depois da última grande guerra. A sua experiência eleitoral não é longa e está longe de ser convincente.

7. A eleição direta sempre foi estranha ao direito europeu ocidental. A tradição monárquica, ainda sobrevivente em uma dezena de Estados, e a predominância do parlamentarismo nos países republicanos, explicam a ausência dos Presidentes oriundos do voto popular. Atualmente, existem apenas dois: o da França, a partir da reforma constitucional de 1962; e o de Portugal, a partir da recente revolução, que derrubou o regime salazarista, e ainda não perdeu a sua coloração militar.

8. Pode-se dizer, assim, que a eleição popular do Presidente da República é uma peculiaridade americana. O presidencialismo dos Estados Unidos — exemplo de extraordinária longevidade — tem sido, nos últimos duzentos anos, o grande inspirador do pensamento político e do direito constitucional latino-americano. Mas, neste, a eleição direta, consagrada na maioria dos textos constitucionais, tem encontrado uma persistente rejeição, ao mesmo tempo causa e efeito do clima ditatorial do Continente.

9. A eleição direta, em toda a América Latina, não tem sido uma prática constante e exemplar. Com ressalva do caso excepcional da Pequena Costa Rica, não sabemos se será possível apontar-se, em quase dois séculos de vida independente, outro exemplo animador. Não os encontramos entre os grandes — México, Argentina, Colômbia, Venezuela — e ainda menos entre os menores — Guatemala, Bolívia, Paraguai.

10. Da independência até 1930, não se pode apontar qualquer êxito eleitoral na experiência mexicana. De então até hoje, o México vem elegendo os seus presidentes regularmente de seis em seis anos. Mas o regime do partido único, certamente, inviabiliza a veracidade do processo eleitoral. A Argentina teve sessenta ou setenta anos de eleições normais, sob o domínio da oligarquia que unificou e construiu esse belo país. Mas, desde 1930, ela não tem tido eleições regulares, com a agravante de que os eleitos não têm podido governar. Chile e Uruguai tiveram períodos democráticos brilhantes, mas acabaram sucumbindo à vocação militarista subjacente. A Venezuela conseguiu realizar — em período breve e recente, de enorme prosperidade petrolífera — uma rotatividade democrática encorajadora, mas que não sabemos se será capaz de resistir a tempestades maiores. Os anais da Colômbia não são melhores nem piores do que os outros. Nos países menores, da América Central ou da vizinhança imediata, também não encontramos a prova de que a eleição direta é melhor que a indireta.

Este parecer foi elaborado antes da última eleição realizada na Argentina.

11. O caso do Brasil é expressivo, se bem que não muito diferente dos vizinhos ou primos americanos. Nos setenta anos do Império, a forma monárquica impediu que tivéssemos eleições para a Chefia do Estado, como impediu que as tivéssemos no plano provincial. Nos 95 anos do regime republicano, contamos nada menos de 40 em que o Brasil foi governado por Presidentes eleitos pelo voto indireto ou simplesmente não eleitos. Restamos um saldo de apenas 50 anos de sufrágio direto. Mas deste saldo, 35 correspondem à Primeira República, quando o voto não elegia ninguém. No final das contas, podemos apurar apenas 18 anos de eleições diretas, (de 1945 a 1963) Neste período tivemos meia dúzia de Presidentes, dos quais somente um pôde acabar e morrer bem (Dutra). Três foram depostos, um renunciou e o outro foi proscrito da vida pública. Por esse resultado, parece inadequado dizer-se que a eleição direta haja contribuído para a paz da República, ou para o aprimoramento das instituições.

12. Como desdobramento das considerações anteriores, convém apontar os exemplos mais expressivos de eleições indiretas.

Proclamada a República, Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, pelo Congresso Nacional, “reunido em assembléa geral”, de acordo com o art. 1º das Disposições Transitórias da Constituição de 24 de fevereiro de 1891. Daí por diante, as eleições seriam realizadas “por sufrágio direto da nação e maioria absoluta de votos”, conforme rezava o art. 47 da mesma carta.

Como decorrência da eleição indireta, prevista no citado art. 1º das Disposições Transitórias, todos os presidentes ou governadores dos diversos Estados foram também eleitos pelas respectivas assembléias constituintes. Alguns deles foram depostos, por ordem de Floriano Peixoto, quando assumiu a presidência, depois de praticamente também depor Deodoro. Por isso, alguns desses Estados tiveram, logo no limiar da República, duas Constituintes, duas constituições e, consequentemente, um segundo governador ou presidente de Estado. A Paraíba foi um deles.

Em 1934 ocorreu a mesma coisa. O art. 1º das Disposições Gerais e Transitórias da carta de 16 de julho determinava:

“Promulgada esta Constituição a Assembléia Nacional Constituinte elegerá, no dia imediato, o Presidente da República para o primeiro quadriênio constitucional.”

Logo a seguir, em 1934, foram eleitos os deputados federais, pois a Assembléia Constituinte, transformada em Câmara dos Deputados, teria, de acordo ainda com as Disposições Transitórias, curta duração (Arts. 2º e 3º). Foram eleitos também os deputados estaduais constituintes, que, por sua vez, elegeriam os governadores de cada um dos Estados e os seus representantes no Senado da República. (Dispositivos citados). E assim se fez. No dia 31 de janeiro de 1935, cada Assembléia Estadual Constituinte elegera o Governador do respectivo Estado. Já então, por preceito constitucional, estava uniformizada a denominação, não havendo mais presidentes de Estado. No mesmo dia, eram eleitos os senadores, em número de dois para cada Estado, pelas Assembléias Estaduais Constituintes. O autor deste Relatório era deputado estadual constituinte e participou da eleição no Estado da Paraíba. Como se vê, os senadores indiretos não constituem criação da Revolução de 1964...

Por estes exemplos se verifica, pois, que as últimas eleições indiretas, resultantes da Revolução de 31 de março de 1964, não trouxeram tão grande inovação e que, portanto, não se pode gritar tão alto que a eleição direta é uma tradição do direito constitucional brasileiro. Ao longo da história republicana, as duas formas de eleição se têm verificado, com a prevalência ora de uma, ora de outra.

13. Se deixarmos, agora, o terreno das observações histórico-constitucionais para entrar no campo das especulações doutrinárias, também muita coisa curiosa vamos encontrar.

Comecemos pelos comentaristas das diversas Constituições mencionando, é claro, os textos comentados..

A carta de 1891 prescrevia:

“Art. 47 O Presidente e o Vice-Presidente da República serão eleitos por sufrágio direto da Nação e maioria absoluta de votos.”

Quem examinar esse dispositivo, sem maior conhecimento da matéria, pensará que decorreu de uma decisão tranquila do Congresso Constituinte, entusiasta, então, do pleito direto.

Nada disso. Consultem-se os Anais da Constituinte de 1890/91, e ver-se-á precisamente o contrário. Recorra-se a qualquer dos comentadores da Carta de 1891, e outra não será a conclusão. A verdade é que o trabalho da Comissão Especial teve outra conclusão. Diz o projeto Carlos Maximiliano:

“O Projeto da Comissão nomeada pelo primeiro Governo Provisório instituía a escolha do Presidente por eleitores especiais, em número correspondente ao décuplo da representação de cada Estado no Congresso Nacional.

Refundindo aquele trabalho por ordem do General Deodoro, Ruy Barbosa reduziu a soma de eleitores do segundo grau: corresponderiam ao dobro dos membros do Senado e da Câmara. A Comissão dos 21 estabeleceu o sufrágio direto contra, por conseguinte, o projeto do governo e o próprio Ruy Barbosa. Teria cada Estado um voto, que aproveitaria ao candidato triunfante ali. Seria Presidente aquele que afinal contasse com o apoio da maioria dos Estados, embora não representasse no poder a vontade da maior parte dos seus concidadãos. Tomaria posse o que triunfasse, por exemplo, no Amazonas, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba,

Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, Distrito Federal, Paraná e Santa Catarina.”

Depois de outros esclarecimentos sobre o que ocorreu, naquela proposta *sui generis* de eleição direta, por cabeça de Estado e não de eleitores do País interro, mestre Maximiliano narra a reação, em plenário, de Júlio de Castilhos, cujo voto em separado afinal prevaleceu. Conforme dizia há pouco tempo, em conferência proferida na Câmara dos Deputados, o não menos notável mestre Afonso Arinos, se bem o ouvimos, o ponto de vista de Júlio de Castilhos foi vitorioso por um voto de diferença.

A verdade, pois, é esta: mesmo na Constituinte de 91, não foi pacífica a solução do sufrágio direto, para a eleição do Presidente da República. Trata-se, aqui, da História, e não de debates ou especulações doutrinárias.

Embora divergindo da eleição indireta, Maximiliano não deixa de reconhecer a existência do caráter polêmico da matéria, inclusive entre grandes autoridades políticas e jurídicas. Diz ainda ele:

“Seduz, ante de maior exame, o processo indireto, vigente na América do Norte. Não sabe o homem do povo qual será o melhor Chefe de Estado; porém confia no critério do correligionário hábil, louva-se nas suas palavras, acredita que ele escolherá bem o diretor dos destinos do país. Entrega-lhe o encargo e aguarda, sereno, o resultado. Não elege; porém escolhe quem saiba eleger.

Assim pareceu em teoria, até a grandes espíritos, como Thiers e Toqueville, que elogiaram, maravilhados, o sistema norte-americano.”

Depois de assinalar que “sucede o contrário na prática,” o eminentemente tratadista conclui:

“Por isso mesmo se não explica o excesso de apego ao modelo norte-americano que levou uma comissão a propor e o Governo Provisório a adotar o retrocesso ao escrutínio de segundo grau. (“Comentários à Constituição Brasileira”, 4ª edição, Freitas Bastos, Editora, 1946, págs. 199 a 201).

Todas estas considerações — é bom insistir nisto — destinam-se a relembrar sempre que não existe um fundamento seguro para a afirmação de que, somente pelo sufrágio direto, se possa chegar à prática da democracia. São questões polêmicas, correntes de opinião que se confrontam e, consequentemente, opções que se apresentam ao legislador. Pode-se, em face disso, sustentar, com uma boa base doutrinária, que cada momento, de acordo com a situação particular de cada povo, é que deve ditar qual a solução mais conveniente.

Nesta ordem de exposição, vejamos mais uma opinião valiosa, dentro do quadro dos mais autorizados constitucionalistas brasileiros, o Prof. Manoel Gonçalvez Ferreira Filho. Diz ele

“É opinião vulgarizada que no presidencialismo a eleição do Presidente da República deve ser direta. Não falta quem sustente que a eleição indireta é típica do parlamentarismo, de modo que o preceito em tela contribuiria para desfigurar o regime brasileiro.

Essa opinião, porém, não compadece com a realidade. A Constituição dos Estados Unidos da América, modelo do presidencialismo brasileiro, não estabelece a eleição direta do Presidente. Segundo dispõe o art. 2º, com as modificações introduzidas pela Emenda nº 12, essa eleição cabe a um colégio eleitoral, especialmente eleito para tanto.

No Brasil, é certo, a tradição pende em favor da eleição direta. Assim dispunha a Constituição de 1891 (art. 47). Igualmente a de 1934 (art. 52). Abriu excessão a Carta de 1937 (art. 82) que dava a um colégio eleitoral a escolha do Presidente”. (Grifo nosso)

Veja-se que o comentarista emprega a palavra — pende —, cuja significação ninguém precisa esclarecer. Se pende, é porque há uma pendência, uma contenda, um conflito, um litígio, uma briga. (Ver mestre Aurélio, "Novo Dicionário", 1ª pág. 1017). O que está firme, inabalável, não pende, nem muito menos depende.

Voltemos, pois, a essa pendência, ainda através da palavra de Manoel Gonçalves Ferreira Filho:

"Entre os partidários da eleição direta e os da indireta é acesa a polêmica. Os primeiros ressaltam que a participação popular, direta e imediata, na escolha do Presidente da República, enseja a realização da democracia, além de conferir ao eleito um prestígio e uma liderança que muito lhes facilitam as tarefas. Os últimos relembram a observação de Afonso Arinos, segundo a qual a eleição presidencial degenera num "plebiscito entre dois demagogos" onde triunfa "aquele que mais esperanças privatistas despertou nos indivíduos, classes e grupos. Aquele que mais prometeu às coletividades e não à coletividade, aquele que mais mentiu a seções separadas do povo e menos falou a dura verdade ao povo em conjunto" ("Comentários à Constituição Brasileira", edição Saraiva, 1974, 2º Volume, pág. 120).

Sobre o mesmo debate, depõe ainda Pontes de Miranda:

"Por ocasião da feitura da Constituição de 1891, estiveram em luta opiniões diferentes, de iure condendo: a da eleição indireta, por eleitores de segundo grau; a da eleição indireta, pelos Estados-membro, através de representantes, um de cada Estado-membro; a da eleição direta, por maioria relativa; a da eleição direta, por maioria absoluta. Prevaleceu esta última. (Omissis) Também se manifestara na Assembléia Constituinte de 1890-1891 a opinião propensa a deixá-lo (o problema da eleição) para a legislatura ordinária; porém sem repercussão."

Depois de várias incursões nos domínios da doutrina e da história da legislação, conclui mestre Pontes de Miranda, sobre a situação atual:

"Em vez da eleição direta, estabeleceu-se a eleição indireta, em colégio composto pelo Congresso Nacional e por delegados das Assembléias Legislativas.

A solução dos arts. 74 e §§ 1º, 2º, 3º, 75 e §§ 1º, 2º e 3º não foi má. Como expediente de eleição indireta atendeu a que o povo, ao eleger deputados e senadores, manifestou a sua vontade; no plano dos interesses nacionais, ao eleger os deputados estaduais, manifestou-a, no plano dos interesses estaduais. ("Comentários à Constituição de 1967", Ed. Rev. dos Tribunais, 2ª ed., Tomo III, págs. 279 e 287, respectivamente)"

14. Já vimos, pois, duas coisas importantes. Primeiro, que não se pode falar, enfaticamente, numa tradição brasileira da eleição direta. A tradição pende para essa forma de votação, consoante a lição de um dos mestres da matéria. Segundo, que, na própria Constituinte de 90/91, a adoção do voto direto não foi pacífica. Quase prevaleceu o pleito indireto. As eleições de 1891 e 1934, para Presidente, foram indiretas. E assim as de todos os governadores, em 1892 e 1935. Neste último ano, também os senadores.

Agora, como nota igualmente curiosa, vale a pena sublinhar que, mesmo nas Cartas que adotaram o processo de votação direta, não desapareceram os resquícios do sufrágio indireto.

Comecemos pela Carta de 1891. Nesta, o art. 47, como já se viu, prescrevia o sufrágio direto e a maioria absoluta de votos. Mas, já no § 2º, determinava que:

"Se nenhum dos votados houver alcançado maioria absoluta, o Congresso elegerá por maioria dos votos presentes, um, dentre os que tiveram alcançado as duas votações mais elevadas na eleição direta."

Dirão os fanáticos da eleição direta, que ainda aí, foi escolhido, pelo Congresso, um dos candidatos sufragados pelo povo. A esse argumento, opomos um, que consideramos mais forte. E é precisamente este: que o Congresso, entre os dois mais votados, poderia escolher o menos votado e, portanto, aquele que a Nação não elegera, aquele que foi derrotado pela maioria do povo.

Somente por aí se pode ver quanto de exaltação e incompreensão, diremos até quanto de cegueira existe nos olhos dos corifeus do sufrágio direto, em seus termos absolutos. Nossa posição não é esta, de um lado ou de outro, como se verificará a seu tempo.

Mas não fica aí o capítulo das curiosidades. Existe coisa mais curiosa ainda. E esta é da Constituição de 1934.

Depois de estabelecer que a "eleição presidencial far-se-á em todo o território da República, por sufrágio universal, direto, secreto e maioria de votos, cento e vinte dias antes do término do quatriénio, ou sessenta dias depois de aberta a vaga, se esta ocorrer nos dois primeiros anos" (art. 52, § 1º), diz o diploma constitucional:

"§ 3º) Se vaga ocorrer nos dois últimos anos do período, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, trinta dias após, em sessão conjunta, com a presença da maioria dos seus membros, elegerão o Presidente substituto, mediante escrutínio secreto e por maioria absoluta de votos.

Diante de solução como esta, cremos que se calam todos os brados, já enrouquecidos pela repetição, daqueles que consideram antidemocrática a eleição indireta, sob a alegação especiosa de que o povo não sabe, ao eleger deputados e senadores, que estes vão ser delegados de um colégio eleitoral.

Não se esgota, porém, nos casos precedentes, o apelo ao sufrágio indireto, mesmo naqueles diplomas que preconizam a eleição direta. A Constituição de 1946, elaborada sob um clima de amplas e arraigadas inspirações democráticas, posteriores à vitória das nações livres contra o nazi-fascismo até então dominante em boa parte da Europa, com ramificações no Brasil, inclusive no Estado Novo, aqui dominante, essa Constituição de 1946, posterior também à queda da ditadura Vargas, apesar de prescrever, em seu art. 134, que o sufrágio é universal e direto e o voto secreto, também determina:

"Art. 7º, § 2º Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição sessenta dias depois de aberta a última vaga. Se as vagas ocorrerem na segunda metade do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias após da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma estabelecida em lei. Em qualquer dos casos, os eleitos deverão completar o período dos seus antecessores."

Esse dispositivo foi alterado pela Emenda Constitucional nº 4, de 2 de setembro de 1961, que instituiu o sistema parlamentar de governo. Depois, veio o plebiscito, a volta ao presidencialismo, a Revolução de 1964 e o mais que se sabe, inclusive a Constituição atual.

Ainda para mostrar a que extremos chegam as opiniões de alguns tratadistas (não falemos agora dos políticos) em matéria de eleição direta ou indireta, leiamos as palavras de um professor eminentíssimo, também comentador

dos textos constitucionais. É Paulino Jacques, catedrático da Faculdade de Direito da Universidade da Guanabara, hoje Estado do Rio de Janeiro. Doutrina ele:

"A eleição indireta é perfeitamente democrática, embora não seja demagógica, porque é adotada, na escolha dos Chefes de Estado e dos Chefes de Governo, em todos os Estados que adotam o regime de governo parlamentar no mundo inteiro, como (Omissis) bem assim nas repúblicas de governo presidencial, quais os Estados Unidos da América do Norte, a Argentina e a República Árabe Unida, entre outras. Entre nós, devido ao baixo grau de politização de nosso eleitorado, que, em sua grande maioria, é apenas alfabetizado impõe-se a eleição indireta, quer no âmbito Executivo (federal, estadual e municipal), quer no Legislativo (federal, estadual e municipal), a fim de que tenhamos uma escolha mais democrática e menos demagógica, como ainda acontece." ("Curso de Direito Constitucional", Forense, 7ª edição, pág. 241.)

Sem perfilar os últimos conceitos do Autor, ressaltamos a parte essencial do seu pensamento, já hoje quase um turismo, um lugar comum em matéria de pensamento político: as eleições indiretas são tão democráticas quanto as diretas. O eleitorado sabe em quem está votando, e para que está votando. As campanhas não deixam ninguém enganado. Não está em causa, pois, uma questão de doutrina exclusiva, um imperativo filosófico-jurídico, mediante o qual se tenha elemento para afirmar que este caminho é certo, e aquele, errado. Cada partido político é livre para escolher o rumo que pareça mais conveniente aos interesses da Nação, sem demagogia, sem imposição de vontade, porque a isso não se submetem aqueles que detêm a maioria do Congresso Nacional.

15. Ainda a propósito da elaboração da Carta de 1891, a respeito da qual citamos passagens da obra de Carlos Maximiliano, convém lembrar o que escreveu João Barbalho. Esse comentarista, eminentíssimo advogado, que depois seria Ministro do Supremo Tribunal Federal, tornou-se o mais famoso intérprete de nossa primeira Constituição republicana, de tal prestígio que despertou ciúmes do grande Rui Barbosa, em sua resposta ao Presidente Epitácio Pessoa, quando da intervenção federal na Bahia. Disse Rui, numa passagem de seu arrazoado, que transcrevemos apenas como curiosidade histórica:

"Antes de mais nada, já que tanto se argumenta hoje com os comentadores, e com éles que nos querem burlar normas constitucionais, ainda nos pontos onde mais explícita se lhe acentua a textualidade, tomemos, desses comentadores, o primeiro, o que mais anda na berra como tira-dúvidas, até para convencer de errados os próprios autores da Constituição, os sobreviventes dessa obra, os de cuja cabeça e pena saiu o texto constitucional em sua forma primitiva, respeitada na que definitivamente recebeu e conserva. ("Comentários à Constituição Federal Brasileira", Coligidos e Ordenados por Homero Pires, edição Saraiva e Cia, 1932, vol. I, pág. 179.)

Pois é esse João Barbalho que narra, minuciosamente, os debates da Constituinte de 1890/91, em que saiu quase vitorioso o anteprojeto da Comissão Especial, que previa, para a Presidência e Vice-Presidência da República, o sufrágio indireto. Esse sufrágio, como já se viu, seria por Estado, tendo cada um deles um voto. Embora se inclinando pela eleição direta, Barbalho não deixa de acentuar:

"É certo, o voto direto generalizado padece também seus achaques, mas a eles não estão igualmente

sujeitos todos os outros instrumentos e aparelhos dos sistemas políticos governamentais? Instituições perfeitas só entre homens perfeitos também; **vitia erunt donec homines erint**. Eleições estremes de defeitos, sistemas eleitorais escorreitos de vícios são quimeras, e em política não se anda em busca de quimeras, procuram-se coisas possíveis e práticas." ("Constituição Federal Brasileira, Comentários", 2ª edição, F. Briguiete e Cia, 1924, pág. 244.)

Parce que não é necessário dizer mais sobre este ponto — a ambivalência dos dois processos de eleição, a direta e a indireta, sob o ponto de vista da prática da democracia.

16. O ponto fundamental da Emenda nº 5, ora em apreciação, é a eleição do Presidente da República, que se pretende seja feita por sufrágio direto e secreto. Para isso, pleiteia-se:

- a) nova redação do art. 74;
- b) nova redação do art. 148;
- c) revogação dos parágrafos desses dois dispositivos;
- d) revogação do art. 75 e seus parágrafos;
- e) revogação do § 1º do art. 77, todos da Constituição

Federal. A mais ligeira leitura desses dispositivos mostra que se trata de uma só questão, salvo a referência ao § 1º do art. 77, que seja o Vice-Presidente considerado eleito em virtude da eleição do Presidente, com ele registrado. Propõe-se ainda que o mandato presidencial seja reduzido para cinco anos.

Deixamos de fazer considerações pormenorizadas sobre estas últimas partes — tempo do mandato e eleição conjunta — por não encerrarem qualquer indagação de ordem doutrinária, sendo, ao contrário, um desses casos em que o legislador procede com maior liberdade de decisão, podendo, de acordo com o que julga conveniente aos interesses nacionais elastecer ou restringir o prazo, bem como fazer a tomada dos votos de duas ou de uma só vez, indissoluvelmente. Na parte conclusiva deste parecer, ou seja, na parte propriamente do Voto do Relator, diremos, em síntese, o que pensamos sobre os dois problemas, juntamente com os demais.

III EMENDA nº 6

17. Como já se terá verificado, pela transcrição feita inicialmente, esta emenda destina-se a revogar o parágrafo único do art. 148 da Constituição, que, om a redação dada pela Emenda Constitucional nº 22, reza o seguinte:

"Art. 148
Parágrafo único. Igualmente na forma que a lei estabelecer, os deputados federais e estaduais serão eleitos pelo sistema distrital misto, majoritário e proporcional."

Trata-se, pois, do problema do voto distrital, a respeito do qual já se encontra na Câmara dos Deputados Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo.

A Justificação da Emenda alinha parte da série de razões que têm sido levantadas contra esse sistema de eleição. Longa é a lista, do mesmo modo que abundante é a relação dos argumentos até hoje invocados em seu favor.

O problema não é novo. Quer em muitos outros países, quer no Brasil, tem havido modalidades diferentes de voto distrital, acompanhadas, num e noutro caso, de vasta literatura.

Vejamos, sem a pretensão de esgotá-la, a relação dos fundamentos mais conhecidos, pró e contra essa forma de votação.

Os dados que apresentamos foram colhidos em pesquisa da Fundação Getúlio Vargas em 1975, e reproduzidos do estudo do Gabinete de Assessoramento Superior.

(Ver revista "Parlamento", Ano 10, nº 62, existente na Biblioteca da Câmara dos Deputados).

São os seguintes:

A Favor

Organização partidária mais solidada.

Autenticidade do bipartidarismo, com definição de uma maioria e uma minoria reais.

Dará ao partido majoritário a força indispensável à realização de seu programa.

Haverá uma sistemática global, banindo-se os programas esparsos e empíricos.

Eliminação dos representantes de classes ou grupos.

Eliminação dos aventureiros e paraquedistas políticos.

Opções mais claras ao eleitorado, com candidatos e nomes conhecidos.

Arregimentação eleitoral e partidária mais simples.

Evitará a disputa entre candidatos do mesmo partido, fortalecendo-o dando-lhe maior unidade. Aumento da colaboração entre os membros do mesmo partido.

Maior força ao comando político; maior responsabilidade dos diretórios municipais e regionais na seleção dos candidatos.

Fortalecimento das comunidades de base.

Simplificação e barateamento das campanhas.

Maior presença dos candidatos.

Redução da influência do poder econômico.

Dificultará a fraude eleitoral.

Reduz as oligarquias.

Maior fiscalização por parte da Oposição, do eleitorado e das lideranças.

Maior autenticidade da representação política.

Facilitará a ação do representante, vinculando-o mais à região e seus problemas, assegurando, assim, representação de todas as regiões do estado.

O eleitorado acompanhará melhor a ação do representante; comportamento, trabalho e participação, dando maior politização às comunidades.

Maior defesa do eleitorado do interior.

Lideranças reais com favorecimento de novas lideranças."

Contra

"Sujeição aos caprichos do comando partidário.

Impediria a participação das minorias na vida política, conduzindo a um partido único.

Desaparecimento do partido em alguns estados e, possivelmente, no País.

Haverá maior preocupação com as questões regionais, sem visão global e conhecimento dos grandes problemas práticos. A representatividade dos parlamentares seria reduzida a termos da região, dificultando o desenvolvimento global, com a transferência de poder das zonas urbanas e industriais, sem perspectiva nacional.

Deturparia a vontade eleitoral; área de ação e fonte de sufrágios restritos ao respectivo distrito.

Emulação da disputa eleitoral.

Aumento da influência do poder econômico.

Aumentará a corrupção eleitoral, em face da menor área do distrito.

Manutenção das oligarquias; seu retorno Amparo ao coronelismo e clientelismo político.

Os nomes serão impostos pelas convenções cerceando a liberdade de escolha do eleitor.

O deputado não seria representante do povo do estado e sim dos eleitores do distrito.

Prejuízo para as cidades pequenas, que seriam preteridas pelos grandes núcleos eleitorais.

Dificultará a formação de novos líderes.

Retrcesso político aos padrões da República Velha.

Ofensa ao princípio da representação proporcional.

As suas anomalias podem ser corrigidas através de legislação adequada com o sistema pluripartidário real e normas programáticas definidas.

A representação passará a ser dos grandes proprietários e dos prefeitos, naturais candidatos com o voto distrital."

Como facilmente se pode verificar, existem fatos e circunstâncias que servem de argumento aos dois lados, o que vem mostrar, mais uma vez, o acesso da contenda no campo doutrinário.

A esta altura, é também proveitoso conhecer a relação dos Projetos de Lei que foram apresentados ao Congresso Nacional, antes de ser adotada a Emenda Constitucional nº 22, de 29 de junho de 1982.

É a que se segue, também colhida na Biblioteca da Câmara dos Deputados.

PROJETOS DE LEIS CÂMARA DOS DEPUTADOS

1. Nº 132, de 1963 — do Deputado Cunha Bueno
2. Nº 1.036, de 1963 — do Deputado Oscar Corrêa
3. Nº 2.104, de 1964 — do Deputado Ulysses Guimarães
4. Nº 2.152, de 1964 — do Deputado Franco Montoro
5. Nº 1.248, de 1973 — do Deputado Alfeu Gasparini
6. Nº 1.888, de 1974 — do Deputado Maurício Toledo
7. Nº 1.293, de 1979 — do Deputado Jorge Arbage
8. Nº 1.369, de 1979 — do Deputado Ruben Figueiredo

SENADO FEDERAL

1. Nº 38, de 1960 — do Senador Milton Campos
2. Nº 280, de 1977 — do Senador José Sarney
3. Nº 233, de 1979 — do Senador Tarso Dutra

Atualmente se encontra na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 261, de 1983, do Poder Executivo, enviado com a Mensagem Nº 105/83, o qual "institui o sistema distrital misto, majoritário e proporcional, para a eleição dos deputados federais e estaduais. "Essa proposta pende de exame, não tendo ainda parecer.

É vasta a bibliografia existente sobre a matéria, quer no Brasil, quer no estrangeiro.

Ainda aqui recorremos ao serviço da Biblioteca, para dar uma síntese do que existe no Brasil.

1 — Araújo, Aloízio G. de Andrade. As eleições em Minas Gerais. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, p. 51-64, jul. 1980.

2 — Bernardo, Raul. Repúdio ao voto distrital. *Política*, Brasília, p. 19-23, out./dez. 1977.

3 — Cabral, João C. de. O Systema Assis Brasil e seu único defeito. *Systemas eleitorais do ponto de vista da representação proporcional das maiorias*.

Rio de Janeiro, Liv. F. Alves, p. 35-40.

4 — Cintra, Miguel Gonçalves de Ulhoa. Pesquisa sobre a conveniência e a viabilidade da adoção do voto distrital no Brasil. *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, p. 105-112, out./dez. 1971.

5 — Carvalho, Orlando. Os Partidos Políticos e a legislação do processo político brasileiro. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, out./dez. 1979.

6 — O Congresso Nacional no atual sistema político Brasileiro: Sétima legislatura (71 — 74). *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, p. 68, dez. 1978.

7 — Corrêa, Oscar Dias. Os partidos políticos — os sistemas eleitorais. *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, p. 24-26, jul./set. 1971.

8 — Costa, Edgard. A eleição por distritos ou círculos eleitorais. *A legislação eleitoral brasileira (Histórico, comentários e susgestões)*. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1964, p. 26-29.

9 — Costa, Edgard. Votação por distritos. *A legislação eleitoral brasileira (Histórico, comentários e susges-*

tões). Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1964, p. 328.331

— Fleischer, David V. Concentração e dispersão eleitoral: um estudo da distribuição geográfica do voto em Minas Gerais (1966-1974) *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, p. 15-36, jul./set. 1976.

11 — Fleischer, David V. Condições de sobrevivência da Bancada Federal Mineira em eleições distritais. Análise de distribuição geográfica do voto, de 1966 a 1978. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, jul. 1981, p. 153-169.

12 — Marrey, Adriano. Voto distrital — Tema de atualidade. *Boletim Eleitoral*. P. 3-5, março 1976.

13 — Perreira, Joacil. Voto distrital. *Política*, Brasília, p. 8-12, out./dez. 1978.

14 — Piveta, Almeida. Alguns sistemas eleitorais estrangeiros. *Em busca da verdade eleitoral*, p. 31-45, jan. 1965.

15 — Souza, Sully Alves de. Voto e representação distritais. *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, p. 43-59, jul./set. 1970.

16 — A Representação por distritos eleitorais. *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, p. 45-57, abr. 1975.

17 — O voto distrital II — estudo comparativo sobre sistema de representação distrital em vários países. *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, p. 5-145, maio 1977.

18 — Você sabe o que é voto distrital? *Visão*, 18 de setembro de 1978, p. 22-29.

19 — O voto distrital. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, p. 351-428, abr./jun. 1972.

20 — O voto distrital em debate. *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, p. 99-100, jul./set. 1979.

21 — O voto distrital em debate. *Parlamento*.

22 — E Eleição de Deputados na República Federal da Alemanha (Tradução (?)).

23 — Código Eleitoral da República Federal da Alemanha (Tradução (?)).

A estes acrescentamos:

24 — Trigueiro, Oswaldo — “Problema do Governo Democrático”, Gráfica do Senado, Brasília, 1976.

25 — Buescu, Mircea — No Centenário da Lei Saraiava, “Revista de Ciência Política”, vol 4 — nº 3, jul/set. 1970.

26 — Macabu, Adilson Vieira. “A Formação do Poder — Os Partidos Políticos — O Eleitorado — A representação.” — *Revista de Ciência Política*, vol. 7 — nº 3 jul/set., 1973.

27 — Gil Kinzo, Maria Dalva. “Representação Política e Sistema Eleitoral no Brasil”. Edições Símbolo, sem data.

28 — Alves de Souza, Sully. Voto e representação distritais *Revista de Ciência Política*, vol. 4, nº 3, jul/set 1970.

18. Agora, cabe um ligeiro histórico sobre o voto distrital no Brasil. É um dado importante para o melhor conhecimento da matéria. Recorremos ao assunto feito pela revista *Visão*, de 16-9-78, vol. 53, nº 6.

“O voto distrital vigorou no Brasil quase 70 anos. Foi instituído no Império, em 19 de setembro de 1855, pelo Decreto-legislativo 842, conhecido por Lei dos Círculos, que dividiu as províncias em distritos e estabeleceu a eleição de um representante para cada distrito. Cinco anos depois, por outro decreto-legislativo, os “círculos eleitorais” foram aumentados, passando a eleger três deputados. O sistema funcionou desta maneira até 1875, quando a Lei do Terço, de 10 de outubro, aboliu o voto distrital. Em 9 de janeiro de 1881, no entanto, a Lei Saraiava introduziu algumas inovações no sistema eleitoral, contemplando também o voto distrital.

Com a República, em 1892, o sistema de eleição distrital foi redefinido pela Lei 35, permanecendo

até a Revolução de 1930. A prática da eleição distrital na República velha, no entanto, foi menos proveitosa do que no tempo do Império. Apesar de consagrado em várias leis eleitorais, o voto distrital não foi efetivamente respeitado durante a República e, na verdade, ajudou a manter as estruturas de poder e a dominação das oligarquias.

Com o código eleitoral de 1932, em plena fase revolucionária do movimento de 1930, o sistema de distritos eleitorais foi abandonado e nunca mais fez parte da legislação, apesar das tentativas ensaiadas a partir de 1958 (ver boxe “Vinte anos de tentativas”).

Ainda nesta matéria, do mesmo modo que acontecem relação à eleição direta ou indireta, dividem-se as opiniões. A verdade, no entanto, é que tanto sistema proporcional como o distrital são democráticos, decorrendo as divergências, em nosso entendimento, mais dos interesses político-eleitorais dos candidatos aos postos eleitivos do que propriamente das inspirações doutrinárias. Ainda assim, existem considerações que não podem ser esquecidas. Eis uma delas:

“Um dado que vale apenas salientar é que o voto distrital tem sido adotado nos países em que a tradição do governo representativo alcançou maior maturidade. Assim esse sistema vigora nos seguintes países: Alemanha Ocidental, Austrália, Canadá, França, Índia, Inglaterra, Japão, México e EUA. Sendo o voto a base da representação política, quanto mais próxima ao eleitor se tornar a escolha do seu candidato, maior será a possibilidade de uma resposta positiva frente aos interesses daquele que o eleger.” (Revista de Ciência Política, vol. 22 — nº 3 — jul/set. 1979).

19. Entre as justificações de projetos de adoção do voto distrital, podemos citar as de autoria de Milton Campos, Oscar Corrêa, Franco Montoro e Gustavo Capanema. Este último não chegou a formalizar a sua posição, tendo entregue, ao então presidente da Arena, Deputado Rondon Pacheco, valiosa contribuição sobre a matéria.

Inúmeros simpósios e mesas-redondas foram realizados no País, na época que precedeu a adoção do sistema, na Constituição Federal. Juristas os mais eminentes, cientistas políticos, parlamentares, professores, jornalistas, intelectuais — toda essa gente foi mobilizada para discutir o problema. A tônica foi sempre a mesma, ou seja a de polêmica, com a prevalência, talvez, entre os teóricos, da opinião em favor do voto distrital.

Escusamo-nos de mais longa explanação sobre a tese, principalmente na legislação estrangeira, porque estamos diante de um problema concreto, já distante daquela primeira fase de gestação legislativa, em que os argumentos se cruzavam, intensos e veementes, e durante a qual parece que se esgotaram as razões expostas de parte a parte. Nesta altura dos acontecimentos, como que a doutrina e a teoria calaram por esgotamento. São os políticos, os partidos, os parlamentares, os candidatos, aqueles que se acham empenhados na contenda. A pergunta é esta: deve-se manter o dispositivo, introduzido no parágrafo único, do art. 148 da Carta Magna, através da Emenda nº 22, e, consequentemente prosseguir no exame do Projeto enviado pelo Poder Executivo, ou cancelar, desde logo, antes de qualquer exame daquele a proposição, a inovação adotada?

É isto que está pedindo resposta.

Daremos a resposta na parte conclusiva deste parecer.

IV EMENDA Nº 8

20. Esta proposta de emenda está umbilicalmente vinculada à anterior. Cogita-se do mesmo problema. A

diferença consiste apenas em que, enquanto a proposta se destina a revogar, pura e simplesmente, o parágrafo único do art. 148, esta outra estabelece, desde logo, a eleição pelo sistema proporcional, restaurando o preceito constitucional anterior, com alguns acréscimos escravos. *Mutatis mutandi*, pois, trata-se da mesma indagação. Se não são rigorosamente idênticas, são semelhantes as duas proposições. Sobre ambas, pois, cabem as mesmas considerações expendidas anteriormente.

Por esta razão, reportamo-nos à exposição já feita, reservando-nos para, nas conclusões finais, ou seja no Voto do Relator, manifestar nossa opinião a respeito.

Antes porém, sublinhemos que todas essas controvérsias — eleição majoritária, eleição proporcional, sistema misto e demais desdobramento e particularidade estão engastados no conceito no campo mais amplo, o da representação.

Embora, no caso ora em debate, não se trata apenas de uma perquirição para saber se mais convém o voto majoritário ou o proporcional, por isso que o dispositivo vigente cogita do sistema “distrital misto”, majoritário e proporcional, mesmo assim, é oportuno relembrar as ponderações de um dos mais lúcidos intérpretes dessa como de outras questões de Direito Público, em nosso País.

Outro não é senão o Ministro Oswaldo Trigueiro, antigo presidente do Supremo Tribunal Federal, atualmente aposentado. Diz ele, com a lucidez e a sensibilidade de que se revestem, todos os seus estudos:

“A doutrina prefere a representação proporcional. A experiência, o senso prático, o realismo político, coisas que não são apenas temas de conferência, apontam a representação de base geográfica como uma solução talvez mais aproximada da natureza das coisas e da realidade social, que é, muitas vezes, inamoldável às concepções do idealismo reformador. Meio século de prática generalizada da representação proporcional já nos fornece elementos para uma revisão de conceitos, ou uma limitação de esperanças. É positivo que já não podemos pensar no proporcionalismo como remédio infalível para os males que afligem a sociedade do nosso tempo.

Mesmo na literatura política e representação proporcional está sofrendo freqüentes impugnações. Isso ocorre particularmente na França onde ela conta com adversários encarniçados. Entre outros, Michel Debré advoga o retorno ao escrutínio majoritário, advertindo que toda a República que o abandona toma um caminho difícil e perigoso (Michel Debré, *La République et son Pouvoir*, pág. 63).“

(“Problemas do Governo Democrático” — Edição da Gráfica do Senado Federal, Brasília, 1976, pág. 207)

Bem se pode afirmar, depois de todos esses antagonismos da doutrina, que o legislador navega num “mar de sargazos”, expressão do gosto de Afonso Arinos, o jurista e o escritor, sempre cheio de descobertas de estilo e renovações de linguagem.

Qualquer que seja o mar em que haja de navegar — dizemos nós — o que cumpre ao legislador é procurar um “porto seguro”.

Na dinâmica da vida pública, como de resto em toda a vida, quase todos os portos são enganosos. Mesmo assim, temos de navegar. “Navegar é preciso.”

C — Voto do Relator

VI

21. Resta agora a nossa manifestação sobre o mérito das Emendas. É o que vamos fazer.

1º-Emenda nº 5

Ficou bem esclarecido nosso ponto de vista de que tanto a eleição direta quanto a indireta são rigorosamente democráticas; que não existe a tão falada tradição brasileira da eleição direta, por isso que, ao longo da história republicana, ambos os sistemas têm sido adotados, embora com alguma prevalência do sufrágio direto; que, desse modo, o problema se desloca para o terreno da conveniência e oportunidade da solução.

Dentro desta ordem de considerações, entendemos que está em curso o processo da eleição indireta para a Presidência da República. Além de se tratar de disposição constitucional, trata-se também de situação já regulada pela legislação dela decorrente. Traçadas estão todas as normas para a realização do pleito, a começar pela constituição do colégio eleitoral.

Desse modo, não há subverter essa ordenação, para instituir o pleito direto. A opinião pública está preparada para o processo estabelecido na Constituição e na lei.

A estes argumentos, certamente, será oposta a eleição de que, nesse caso, poder-se-ia adotar, desde logo, a eleição direta, embora para viger, não na próxima, mas, na eleição seguinte. Responderemos que, com a velocidade característica de nossa época, não há como antecipar decisões a serem concretizadas a tão longo prazo. Se existe o alegado anseio da Nação por eleições diretas, com a inspiração, não confirmada pela História, de que venha resolver os problemas essenciais do País, então a prudência manda esperar ainda um pouco, para se verificar até que ponto a modificação ora solicitada viria atenuar ou agravar as dificuldades em que nos encontramos.

Existe, além destes, um argumento a mais. E é precisamente este: pela Constituição, apenas por maioria de dois terços pode ser ela emendada. Ora, a proposta de Emenda, agora apreciada, é da Oposição, e esta não dispõe desse **quorum**, como, aliás, também não dispõe a maioria governamental. A conclusão lógica é que, sem o entendimento entre Governo e Oposição, impraticável se torna qualquer alteração no texto constitucional. A Oposição não há de querer vencer-nos com o nosso próprio voto. Isto não acontece todos os dias.

Ela quer impor uma emenda, para a qual não tem forças. Quer nos impor uma decisão, a que não estamos dispostos. Os princípios democráticos, a que tanto se apegou nos seus discursos, repelem essa opressão das minorias contra as maiorias. Nós temos as nossas inspirações, que devem ser consideradas, pelo menos, tão patrióticas quanto as de nossos honrados opositores. Temos os mesmos compromissos com a Nação. Somos seus representantes, por força de mandatos legítimos e incontestáveis. Trazemos a presunção legal de ser os seus intérpretes. Vamos, pois, exercer esse mandato, em toda a sua plenitude e com a carga da representatividade de que estamos possuídos.

Somos, pois, pela rejeição da proposta de Emenda nº 5.

2 — Emenda nº 6

Aqui, trata-se de preceito constitucional votado recentemente pelo Congresso. Em decorrência dele, está sendo examinado Projeto de Lei oriundo do Poder Executivo. Somente no curso das discussões, a se processarem de acordo com as normas regimentais, é que poderemos aquilar das possibilidades de se encontrar uma fórmula que atenda às inspirações daquela norma. Valem, a propósito desta matéria, as exaustivas considerações por nós expandidas a respeito das demais, na parte expositiva deste Relatório. As posições doutrinárias são fogos cruzados, intensos, vibrantes, ardentes e luminosos, como todos os fogos. Mas o legislador não pode ser leviano nem apressado. E seria uma leviandade, **data venia** dos ilustres proponentes da Emenda, desfazermos, precipitadamente, aquilo que há bem pouco tempo fizemos, sem

testar sequer a verdadeira inclinação do Congresso, que vai debruçar-se, através do Projeto em curso, sobre indagações mais minuciosas a respeito da matéria.

Ainda aqui, por uma questão de inopportunidade, nos manifestamos contra esta proposta de Emenda, a de nº 6. Oportunidade não é oportunismo. Senso de oportunidade é noção e percepção da tempestividade de uma provisão. É sensibilidade para aferir da conveniência ou inconveniência de uma deliberação. É ato de prudência, não de precipitação.

Pela rejeição, pois, da proposta de Emenda nº 6.

3— EMENDA Nº 8.

É a mesma matéria da Emenda anterior, embora diferentes os seus termos. Pretende-se restaurar o sistema de votação proporcional, com a prescrição de regras para o seu funcionamento.

Coerentemente, opinamos também pela rejeição da Proposta.

Adendo

EMENDA Nº 20

Pelas mesmas razões aduzidas em relação às Emendas nºs 5 e 6, nosso parecer é no sentido de ser também rejeitada a Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1983.

É este o parecer que submetemos à elevada apreciação deste Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — O parecer conclui pela rejeição da Proposta e das de nºs 6, 8 e 20, de 1983, que com ela tramitam em conjunto.

Para ser distribuído aos Srs. Congressistas o parecer que acaba de ser proferido, esta Presidência vai suspender a sessão por 20 minutos.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está reaberta a sessão.

Concede a palavra ao nobre Deputado Farabulini Júnior para discutir a matéria. S. Ex* conta com 20 minutos, nos termos do Regimento.

O SR. FARABULINI JÚNIOR (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, nobres Srs. Congressistas, assomo a esta tribuna em meu nome próprio, como deve ser, e mais em nome dos Deputados Jorge Cury e José Tavares. S. Ex*, que não tiveram oportunidade de promover suas inscrições a tempo e a hora, deferriram a mim, o que me honra sobremodo, a incumbência de falar também em seus nomes

A Nação está agora, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, na expectativa. Vamos examinar e votar a emenda que alcançou, pela sua estrutura política e social, e até pela sua estrutura moral, os lares brasileiros, as fábricas e oficinas, alcançou a praça pública. E a massa humana brasileira, ao tempo em que aplaudiu, também, vergastou a parte contrária, que se opõe à Emenda Dante de Oliveira, que é exatamente o Governo central. Foi, portanto, pelo caminho da crítica pura, do debate popular, foi exatamente por este caminho que chegamos a este dia memorável do exame da matéria.

Mas, antes de tudo, quero ressaltar, Srs. Congressistas, que do lado de lá está o Partido Democrático Social, que sofreu uma fissura na sua estrutura. E essa fissura se origina exatamente do clamor das massas, do clamor daqueles que apelam por justiça e daqueles que apelam, na verdade, por um melhor caminho para o País.

E cumprimento, agora, alguns Deputados do lado de lá, porque, envolvidos nas entradas de um Poder Central onisciente e onipotente, envolvidos nas entradas de um Poder Central até violento, saem, no entanto, como pássaros, esvoaçam e encontram na fonte límpida da água o seu melhor caminho, a sua melhor decisão. Vou-me referir expressamente a alguns deles — e poderia citar 50, 60, 80 Deputados que haverão de vir aqui votar, em nome do Partido Democrático Social, esta emenda meri-

tória, que vai marcar na História brasileira aquele patamar que haverá de ser olhado pelos jovens, haverá de ser olhado por quantos vislumbram melhores dias, como a epopeia de um novo tempo, que, na verdade, ensejará e propiciará a todos a oportunidade de falar e de sair desta geração do silêncio, pois que nos impingiram o sacrifício de não poder emitir o nosso ponto de vista e a nossa voz. São eles: Deputado Wilmar Palis, Deputado Albérico Cordeiro, Deputado Humberto Souto, Deputado Emílio Gallo, Deputado Theodorico Ferraço, Deputado José Thomaz Nonô, Deputado Mário Assad, Deputado Geraldo Renault, Deputado Norton Macedo, Deputado Maurício Campos, Deputado Aécio Cunha, Deputado Israel Pinheiro e tantos outros (palmas) que, na verdade, não vieram para cá ocasional e temporariamente esta manhã. Não é um dado ocasional que está sendo examinado, mas definitivo da História pátria, da História brasileira. (Muito bem!) Então, quantos tenham assento acolá e quantos tenham assento aqui, trezentos e vinte Deputados, hão de votar "sim" para que a Nação seja libertada.

O Sr. Wilmar Palis — Permite-me V. Ex* um aparte, nobre Deputado Farabulini Júnior?

O SR. FARABULINI JÚNIOR — Ouço o nobre Deputado Wilmar Palis, um dos primeiros citados nesta lista

O Sr. Wilmar Palis — Quero agradecer a V. Ex* a citação de meu nome e de outros honrados companheiros, o que sobremodo nos sensibiliza. O nosso voto já é declarado, expresso e definido: diretas já. (Muito bem! Palmas.)

O SR. FARABULINI JÚNIOR — Deputado Wilmar Palis, Deputado Israel Pinheiro, Deputado Norton Macedo, bem que eu gostaria de ver agora outros Deputados do Partido Democrático Social, porque nós, do Partido Trabalhista Brasileiro, estamos na Casa, os Deputados estão nesta Casa: os Deputados do Partido do Movimento Democrático Brasileiro estão nesta Casa; os Deputados do Partido Democrático Trabalhista estão nesta Casa; os Deputados do Partido dos Trabalhadores estão nesta Casa. Mas a opinião pública brasileira sabe, os estudantes sabem, os trabalhadores sabem que nós não temos maioria para formar aqui os 2/3 dos representantes do povo. E, como a sociedade brasileira sabe disso, nós temos que trazer para o nosso âmbito, para o lado de cá, para a votação maciça, 320 Srs. Deputados. Que venham os Deputados do Partido Democrático Social, não que venham a tempo e hora, mas que venham para votar, e nós estaremos aqui, menos para vergastar aqueles que aqui não venham, menos para arranhar a honra de arranhar, não é hora dos que aqui não comparecerem, pois não é hora de vergastar quem quer que seja, mas é hora de ouvir o apelo dessa sociedade brasileira que, na verdade, está exigindo eleger o seu Presidente da República.

E por quê? Por que, Deputado Ernani Satyro? Por que o Deputado Dante de Oliveira teria tido a iniciativa dessa emenda? E agora, Deputado Ernani Satyro, entro no mérito do seu parecer. Na verdade, V. Ex* não examinou em profundidade a matéria. V. Ex* disse, no início, que se tratava de matéria eminentemente política e, logo depois, discorreu sobre assunto de natureza eminentemente jurídica, tudo aquilo que as Constituições do passado estabeleceram, muito do que como nódoa, para a História brasileira. E concluiu V. Ex*, no parecer, que o Colégio Eleitoral é autêntico e legítimo porque veio das urnas de 82. Quem não sabe que as eleições de 15 de novembro de 1982 foram urdidas e geradas por um Congresso Nacional canhestro, totalmente genuflexo aos ideais de uma República que, na verdade, não pode subsistir? Quem não sabe que os casuismos lavrados aqui por Senadores e Deputados geraram um Colégio Eleitoral espúrio e in-

ceitável? Quem não sabe que o Colégio Eleitoral que está em vigor precisa ser implodido? Quem não sabe que, na verdade, os membros desse Colégio Eleitoral se constituem de Senadores "biônicos", que não espelham a vocação popular? Quem não sabe que desse Colégio Eleitoral não fazem parte as minorias dominantes no País? Vale dizer que da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, para dar um exemplo, vêm 6 Deputados para votar no Colégio Eleitoral e lá temos 84 Deputados, sendo certo que as minorias fazem a maioria daquela Assembléia Legislativa porque o PMDB e o PT fazem as minorias e, no entanto, não podem ser representadas aqui nesse Colégio Eleitoral. Quem não sabe que, na verdade, esse Colégio Eleitoral é espúrio e tem de ser implodido, anulado, debelado da vida nacional? E o Deputado Dante de Oliveira sabe as razões históricas, morais e técnicas por que apresentou a sua emenda.

O parecer do Deputado Ernani Satyro é vazio de conteúdo — ouso dizer — e não tem em suas entranhas nada que possamos aceitar. Temos de rejeitá-lo, através de 320 votos, que devem ser conquistados um a um, para que a opinião pública brasileira saiba que este Congresso não está genuflexo à onipotência do Presidente João Baptista Figueiredo. Por que não? Porque João Baptista Figueiredo não seguiu o caminho de seu velho pai, Euclides Figueiredo.

Mas quem é V. Ex^a, Deputado Farabulini Júnior, para falar agora da árvore genealógica do Presidente? Mas o Presidente tinha um pai, e o pai do Presidente foi homenageado nesta Casa, no ano passado. E foi homenageado por Deputados e Senadores. E estava presente o Presidente da República também enquanto se homenageava seu pai, e ninguém fez nunca uma restrição a Euclides Figueiredo. E, se ninguém fez nunca restrição ao pai do Presidente Figueiredo, não se lhe faça agora, na hora de votar esta Emenda, porque ela espelha o caminho que deveria ter sido seguido por João Baptista Figueiredo, o Presidente da República. Mas, ao contrário, Deputado Tidei de Lima, o Presidente concorda com isso, coonesta tudo isso, participar do vilipêndio ao Congresso Nacional. E coonesta a violência que está na praça e concorda com esse general violento e prepotente que não pode fazer parte das brilhantes armas nacionais do Exército de nossa Pátria. Ele deve ser extirpado do Exército, como também deve ser extirpado o Colégio Eleitoral. No entanto, o Presidente da República, que jurou fazer deste País uma democracia, jurou mas não cumpriu o juramento, e manda as eleições para 1988, quando muitos de nós já estaremos mortos, para que não possamos nunca mais votar para Presidente da República. Os nossos filhos não têm votado faz 20 anos e pretendem votar e só o podem fazer agora com esta emenda, que veio evidentemente de um cérebro divino, este do Dante, que na verdade, pela sua iniciativa, trouxe para cá a medida correta para que o Deputado pudesse exercitar com a plenitude a que tem direito o seu mandato popular.

Ouço o Deputado Tidei de Lima e depois, com muito prazer, o Deputado José Genoino.

O Sr. Tidei de Lima — Nobre Deputado Farabulini Júnior, V. Ex^a, com o conhecimento e a cultura que tem, reconhecida por todos nós, profere uma brilhante exposição e análise a respeito da Emenda Dante de Oliveira, do relatório e da conjuntura nacional. E eu coloco a V. Ex^a o seguinte: as eleições diretas já, para a Presidência da República se compararam à lei da gravidade. Não há relatório que possa contestar a lei da gravidade, assim como não há relatório que possa contestar as eleições diretas para a Presidência da República, já. Então, o nobre Deputado Ernani Satyro, com toda a sabedoria jurídica de que é possuidor, com todos os serviços que tem prestado ao regime que aí está, não tem condição de contestar aquilo que, hoje, é como se fosse a lei da gravidade — incontestável — quais sejam as eleições diretas agora. E

V. Ex^a coloca muito bem, em sua análise, esse pecado capital que comete o Deputado Ernani Satyro, quando, em seu relatório, fala em emenda política, em méritos políticos e a analisa pelo aspecto jurídico, contradizendo-se, assim, em seu próprio relatório. Está de parabéns V. Ex^a.

O SR. FARABULINI JÚNIOR — Nobre Deputado Tidei de Lima, é esta a contradição. Se se trata de matéria política, como esta é uma Casa política, como tal não pode sofrer coação nem tergiversação. Os Deputados e Senadores, inclusive os do PDS, são livres como os pássaros que esvoacam a céu limpo. S. Ex^as aqui chegaram para votar com liberdade. V. Ex^a, Deputado Tidei de Lima, tem toda a razão quanto ao exame que faz, com grande mérito, sobre o parecer do Deputado Ernani Satyro.

Ouço, com prazer, o nobre Deputado José Genoino. Concedo o aparte ao nobre Deputado José Genoino.

O Sr. José Genoino — Nobre Deputado Farabulini Júnior, eu gostaria de usar apenas alguns segundos do seu tempo para registrar um fato no seu discurso. V. Ex^a falou em cima de violência criado em Brasília, e vários Deputados fizeram relatos aqui. Trago uma denúncia que ainda não foi registrada nesta Casa. O Vice-Presidente da União Nacional dos Estudantes ficou detido à noite na Polícia Federal, sofrendo interrogatórios humilhantes e ameaças, sendo solto somente às quatro horas da manhã. Este clima de violência em Brasília, acovertado pelas medidas de emergência, confronta-se com desejo e a vontade majoritária do povo brasileiro de eleições diretas já, e, com certeza, se confronta com a vontade da maioria desta Casa de votar pela aprovação da Emenda Dante de Oliveira.

O SR. FARABULINI JÚNIOR — Muito obrigado nobre Deputado

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que não poderia faltar neste pronunciamento a palavra corrupção. Tenho ocupado esta tribuna todo o tempo — e o Deputado Eduardo Galil sabe disto. O Colégio Eleitoral pretende manter-se, os Deputados que querem votar contrariamente à Emenda — o Deputado Eduardo Galil sabe disso — são os que defendem a candidatura Maluf e os que defendem a candidatura Andreazza. Estes sabem que não poderia faltar neste meu discurso a palavra corrupção porque, na verdade, como disse muito bem o Deputado Theodorico Ferrão, em memprável sessão pública, a lama alcançou os meandros do Poder Público.

Concluo, dizendo-lhes, Srs. Deputados, que ou será agora ou nunca. É agora que temos de votar a Emenda Dante de Oliveira. Depois disto, Sr. Presidente, não temos outra oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Apelo para os Srs. Deputados a fim de que ocupem os seus lugares. Vou renovar o apelo: que os Srs. Senadores tomem assento, para a boa ordem dos trabalhos.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Nilson Gibson, segundo orador inscrito.

O SR. NILSON GIBSON (PDS — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, ilustres Congressistas, evidentemente, dentro das normas regimentais, cabe a discussão da matéria que está sendo posta em apreciação, examinando os seus aspectos positivos e os negativos e, acima de tudo, o parecer do ilustre Relator, eminente Deputado Ernani Satyro.

Mas, antes de iniciar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a discussão da Emenda Constitucional nº 5, de 1983, que altera o art. 74 da Lei Maior, pretendemos fazer um ligeiro estudo sobre a sistemática das emendas que tramitam neste Congresso a respeito do assunto eleições para Presidente da República.

Gostaríamos de dizer, Sr. Presidente, que os termos da proposta da emenda constitucional que o ilustre Presidente João Figueiredo acaba de encaminhar ao Congres-

so Nacional e que foi lida no dia de ontem, são, na verdade, de uma negociação política que o Governo espera desenvolver com as Oposições em torno dos interesses da Nação.

Realmente, o projeto de emenda constitucional que o Presidente Figueiredo enviou a esta Casa representa mais do que uma posição de governo sobre os diversos itens que hoje compõem a pauta da sucessão e do próprio desdobramento da abertura. A proposta contém, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, na realidade, os termos de uma negociação política que o Governo espera desenvolver com as Oposições em torno do problema institucional brasileiro.

O Líder do meu Partido na Câmara dos Deputados, Deputado Nelson Marchezan, aqui desta tribuna, recentemente afirmou que a proposta da emenda de João Figueiredo é um convite ao diálogo, acrescentando que não há prática democrática sem negociação e sem diálogo.

O Sr. Valmor Giavarina — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NILSON GIBSON — Pediria ao nobre Deputado Valmor Giavarina que aguardasse um pouco para podermos desenvolver a introdução do tema que estamos abordando, referente a uma emenda que tramita nesta Casa, de autoria do Poder Executivo, e que estamos colocando como convite ao diálogo, à negociação com as Oposições.

O Sr. Valmor Giavarina — Peço o aparte para que V. Ex^a não fique no monólogo.

O SR. NILSON GIBSON — Concedo o aparte a V. Ex^a

O Sr. Valmor Giavarina — Agradeço a V. Ex^a o aparte. V. Ex^a, que me tem aparteado tantas vezes, me honra com a oportunidade do aparte. Nobre Deputado, V. Ex^a acaba de afirmar que o ilustre Presidente Figueiredo enviou a esta Casa uma emenda alternativa de proposta de eleições diretas, e sobre o assunto eu queria fazer uma colocação.

O SR. NILSON GIBSON — Não entrei ainda no tema objeto, de discussão, apenas referi que era uma emenda, revisão à Constituição, propondo o chamamento ao diálogo, à conciliação, ao entendimento em todas as classes políticas da Nação.

O Sr. Valmor Giavarina — Posso continuar?

O SR. NILSON GIBSON — Pois não.

O Sr. Valmor Giavarina — V. Ex^a acabou de afirmar que o Presidente da República, no afã de dialogar, enviou a esta Casa uma emenda...

O SR. NILSON GIBSON — Não, esta terminologia não é adequada. V. Ex^a se ajuste ao Parlamento.

O Sr. Valmor Giavarina — Nobre Deputado, posso continuar?

O SR. NILSON GIBSON — Sim, nobre colega.

O Sr. Valmor Giavarina — V. Ex^a afirmou que o Presidente enviou uma emenda.

O SR. NILSON GIBSON — Exato.

O Sr. Valmor Giavarina — Essa emenda, segundo V. Ex^a, visa a estabelecer eleições diretas — certo?

O SR. NILSON GIBSON — Ainda não falei nisso.

O Sr. Valmor Giavarina — Mas vai falar.

O SR. NILSON GIBSON — Ainda vou entrar no assunto.

O Sr. Valmor Giavarina — Então, aguardarei o ensejo para dar o aparte depois.

O SR. NILSON GIBSON — V. Ex^ª está apressado. Parece que tem percebejo na cadeira.

Continuando, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Líder do PDS, Deputado Nelson Marchezan, afirmou ainda que a aprovação da emenda Figueiredo, após negociações com as oposições, que serão feitas no Congresso, construir-se-á no coroamento do processo de abertura política no País, iniciado com a revogação dos atos de exceção e continuou com a anistia ampla, geral e irrestrita, em 1979.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, diante da falta de número — trezentos e vinte nesta Casa — para votação da proposta de Emenda Constitucional nº 5, de 1983, haverá, naturalmente, o arrefecimento da campanha pelas diretas já, e a Oposição se convencerá de que não existe outra alternativa para superar o impasse sucessório além da negociação em torno da proposta do Presidente Figueiredo. As Oposições — eu acredito, Srs. Congressistas — não querem correr o risco de um retrocesso político e estão conscientes de que o Presidente Figueiredo já fez concessões importantes em sua proposta de reforma constitucional. S. Ex^ª foi flexível ao máximo, a ponto de correr o risco de desagradar as lideranças do meu partido, contrárias à redução do mandato presidencial. O Presidente Figueiredo, em sua exposição de motivos, ressaltou que a abertura política não se faz sem risco, e S. Ex^ª deseja seu prosseguimento sem recuos.

Portanto, Srs. Congressistas, acredito que o Presidente Figueiredo fez um convite à Oposição para o diálogo; mas, caso não aceitem o debate, a negociação e o entendimento, as modificações do projeto do Governo não sofrerão recuo de maneira alguma. O momento exige ponderação, equilíbrio, para que a Nação possa caminhar no sentido da consiliação e do entendimento nacional.

A proposta do Governo não deve ser posta em discussão como peça de reforma da Constituição, mas como um aperfeiçoamento e um ajustamento da Carta Magna às necessidades de melhor desempenho do Poder Legislativo, e também do Poder Judiciário. A proposta de emenda do Presidente Figueiredo é realmente um excelente plano de reforma constitucional, sobretudo porque está aberta à negociação e ao debate, o que, aliás, seria inevitável, dada a exigência do *quorum* de 2/3 para a aprovação de alteração constitucional.

O Sr. Valmor Giavarina — Permite o aparte agora, Deputado?

O SR. NILSON GIBSON — Ouço agora V. Ex^ª, com muito prazer.

O Sr. Valmor Giavarina — Agora que V. Ex^ª já se referiu à proposta de emenda constitucional enviada pelo Sr. Presidente da República, quero completar o meu pensamento. Estamos aqui, Sr. Deputado Nilson Gibson, para discutir a Emenda Dante de Oliveira, que estabelece eleições diretas já. Sobre o que V. Ex^ª pensa do Exmº Senhor Presidente da República e sua proposta, nada temo a contestar, porque é pensamento livre de V. Ex^ª. Mas quero comparar, em três ou quatro palavras apenas, a proposta do nosso colega, Deputado Dante de Oliveira, com a alternativa apresentada pelo Senhor Presidente da República. A Emenda Dante de Oliveira propõe eleições diretas imediatamente, porque o já está ficando já muito tarde. Quanto à proposta enviada pelo Senhor Presidente da República, há dois pontos a considerar: um, imediatamente, e outro, imediatamente. Imediatamente propõe, sim, eleições diretas, e imediatamente propõe a convocação deste espúrio Colégio Eleitoral, que já deveria estar sepultado, porque apodrecido. Era o

aparte que queria oferecer ao brilhante discurso que V. Ex^ª faz e que vai marcar pontos junto ao Palácio do Planalto.

O SR. NILSON GIBSON — Eu agradeço a V. Ex^ª a referência e acredito que, infelizmente...

O Sr. Alberto Goldman — Permite-me V. Ex^ª um aparte?

O SR. NILSON GIBSON — Pediria ao nobre Deputado Alberto Goldman que aguardasse o momento próprio para fazer uma digressão. Posteriormente concederei o aparte ao nobre Deputado.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, a emenda presidencial é, neste momento, uma proposta de solução política do restabelecimento gradual do regime democrático. O nosso Líder ainda insiste nisso. O Deputado Nelson Marchezan, em pronunciamento feito nesta Casa, advertiu a classe política de que, agora, compete-nos dar seqüência à lógica desse processo de democratização em nosso País. Parece que o Líder Nelson Marchezan deseja doutrinar, com sua experiência, inteligência e cultura, alguns realmente mais desavisados dentro do processo de redemocratização do País.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, quais serão os canais do diálogo? Quais serão os diálogos da negociação? Eu diria, modesta e humildemente, que da parte da Oposição o interlocutor deve ser o Deputado Ulysses Guimarães, Presidente do PMDB, juntamente com o Secretário-Geral do partido, Senador Affonso Camargo, e com os Líderes oposicionistas no Congresso Nacional, ilustres Senador Humberto Lucena e Deputado Freitas Nobre. Estes homens realmente poderão participar de um entendimento que tenha por objetivo a redemocratização do País e influir na condução do processo.

O envio da proposta do Presidente Figueiredo deu sinal claro de que a hora da negociação entre Governo e Oposição é agora. Não vamos tardar; vamos negociar, vamos entender-nos. É mais do que um gesto de mão estendida, Sr. Presidente — dá-se um passo para o encerramento do processo de abertura da democracia no Brasil.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Alberto Goldman.

O Sr. Alberto Goldman — Nobre Deputado Nilson Gibson, V. Ex^ª levanta, como central, a questão da negociação. Nós fizemos uma proposta, a Emenda Dante de Oliveira, que, devolvendo ao povo o seu direito de eleger o Presidente da República, também dá perfeitamente margem a uma ampla negociação, em que se respeite algo que é a vontade popular, a vontade manifestada nas ruas pelo eleitorado — hoje mais do que comprovada — sem que se limite ou que se impeça um acordo que determine mudanças constitucionais na órbita legal, eleitoral e partidária, a fim de que se estabeleça o final dessa fase de transição em que vivemos, completando-se o plano democrático que estamos defendendo.

O SR. NILSON GIBSON — Então, V. Ex^ª está concordando com a nossa colocação de entendimento.

O Sr. Alberto Goldman — Quanto ao entendimento, sim. Porém o instrumento para isso é o que respeita algo que não é o desejo puro e simples do Parlamentar, mas a vontade popular, que é e deve ser a negociação em torno da própria eleição direta agora.

O SR. NILSON GIBSON — Mas V. Ex^ª sabe que o povo não pode negociar diretamente. O povo negocia através de seus partidos políticos, pelos seus representantes.

O Sr. Alberto Goldman — O que lhe estou afirmado, Deputado Nilson Gibson, é que o instrumento melhor para a negociação não é a proposta do Presidente Figueiredo, o melhor instrumento, e que estamos oferecendo, é

a proposta hoje nacionalmente aceita, porque os Parlamentares só poderão negociar em cima da vontade nacional, respeitando a vontade nacional.

O SR. NILSON GIBSON — V. Ex^ª está divergindo na substância.

O Sr. Alberto Goldman — Permita-me terminar o pensamento. Esta vontade nacional, que é de eleições diretas já, abre o caminho a uma ampla negociação e não o fecha. Não podemos imaginar que, aprovada a Emenda Dante de Oliveira hoje, nesta Casa do Congresso Nacional, amanhã não tenhamos — e provavelmente vamos ter que fazê-lo — que sentar à mesa das negociações para estabelecer as mudanças legais e constitucionais que complementem este primeiro passo, a que o desejo popular nos obriga.

O SR. NILSON GIBSON — Mas, Deputado Alberto Goldman, não haveria possibilidade de negociar, após estabelecido aquilo que V. Ex^ª almejava, que era, realmente, aquele objetivo que está sendo colimado com a Emenda nº 5 de 1983. Acreditamos também em V. Ex^ª, que é um dos homens de rara inteligência dentro da política nacional. Muito embora divirjamos essencialmente, tenho respeito e admiração por V. Ex^ª. Mas, V. Ex^ª coloca uma premissa equívoca para poder, evidentemente, não se ajustar àquela colocação em que estamos, desde o início do nosso pronunciamento, procurando debater.

O Sr. Alberto Goldman — O que quero deixar claro a V. Ex^ª, Deputado Nilson Gibson, é que a negociação, para que a fase final do período de transição e realize, com o País chegando à plenitude democrática, sem traumas, sem retrocessos, sem recuos, sem que amanhã temhamos que ter problemas, sem revanchismos, como se diz, sem buscar levantar todo o passado, porque precisamos olhar para a frente...

O SR. NILSON GIBSON — Se houver entendimento não haverá revanchismos.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — O orador tem um minuto para terminar o seu pronunciamento.

O Sr. Alberto Goldman — Terminando o meu aparte, gostaria de dizer que o instrumento melhor para isso é exatamente...

O SR. NILSON GIBSON — Sr. Presidente, pediria a V. Ex^ª que fosse generoso como foi também com o orador anterior.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — O orador tem um minuto para terminar o seu pronunciamento.

O SR. NILSON GIBSON — Vou encerrar. Muito obrigado a V. Ex^ª Sr. Presidente. Pediria ao nobre aparente que fosse breve.

O Sr. Alberto Goldman — Concluindo, nobre Deputado, o melhor instrumento é exatamente das eleições diretas agora. Aí, sim, reformularemos todo o arcabouço jurídico, discutiremos as questões econômicas, a crise econômica, como superá-la e, aí sim, poderemos chegar, efetivamente, ao fim deste período e conquistar a plenitude democrática. A emenda do Deputado Dante de Oliveira é, hoje, um grande instrumento que a Oposição oferece à Nação. E a Nação já a tomou como sua e oferece isso ao Governo, para que acima dessas eleições diretas se negocie a transição democrática.

O SR. NILSON GIBSON — Discordo de V. Ex^ª, achando que poderemos orquestrar um grande entendimento.

Para concluir, Sr. Presidente, gostaria de fazer dois ligeiros registros. O Partido da Oposição em Pernambuco, o PMDB, através do Líder Marcos Cunha, afirmou o se-

guinte, referente à emenda do Presidente Figueiredo: "Devemos, no entanto, reconhecer que a mensagem presidencial é ampla, com vários aspectos positivos, inclusive quanto à eleição de prefeitos e a devolução de algumas prerrogativas do Legislativo, com perspectivas de bom entendimento e de também melhorar a política econômica e financeira.

Concluindo, Sr. Presidente, o nosso pronunciamento, gostaria de dizer que o Ministro Leitão de Abreu, em entrevista ao *Correio Braziliense*, aplaudiu, realmente, a posição dos moderados, sendo contrário à posições daqueles que eram radicais quanto ao entendimento.

O Sr. Élquisson Soares — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ÉLQUISSON SOARES (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, neste começo de tarde — são exatamente vinte minutos para às 13 horas — quero comunicar a V. Ex^a, para que adote as devidas providências, que, no momento exatamente em que a Liderança do PDS vem falar em negociação, o Congresso Nacional se encontra novamente sob o cerco policial. Os homens da negociação, os homens, sob o comando do General Newton Cruz, cercam novamente o Congresso Nacional, coagindo, portanto, esta sessão e esta Casa.

Para que V. Ex^a, Sr. Presidente, possa adotar as devidas providências, gostaria de que anotasse e providenciasse uma comunicação com a Presidência da República, para que saibamos se é verdadeira a proposta do PDS, ou se a proposta verdadeira é a coação e a violência contra esta Casa.

A Sra. Cristina Tavares — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Tem V. Ex^a a palavra.

A SRA. CRISTINA TAVARES (PMDB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero fazer comunicação idêntica à do Deputado Élquisson Soares, acrescentando que ontem, durante o cerco comandado pelo General Newton Cruz, houve a prisão de Parlamentares. Hoje é o dia da votação e não adiantam conciliações, negociações ou propostas pela Liderança do PDS se voltam a se repetir os lamentáveis acontecimentos de ontem, à noite. Solicito de V. Ex^a imediatas providências nesse sentido.

O Sr. Israel Dias-Novaes — Sr. Presidente, peço à palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ISRAEL DIAS-NOVAES (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, está circulando, pela Casa a notícia de apreensão de jornais em diferentes pontos do País. Apressei-me, não apenas como parlamentar, mas como jornalista, a apurar os fatos. Eles procedem. Em São Paulo, numerosas bancas do centro da cidade foram vasculhadas esta manhã por veículos chamados kombis, tendo como tripulantes cidadãos que se diziam da polícia e que retiravam dessas bancas edições inteiras dos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e da *Folha da Tarde*. Tomaram-se as providências necessárias, isto é, foram feitas comunicações com a Polícia e verificou-se, em primeiro lugar, que não era a Polícia Federal responsável pela iniqüidade e pela violência. O Delgado Romeu Tuma, homem merecedor de fé, nos assegurou não ter determinado medida semelhante, em hipótese nenhuma. Muito menos a Polícia paulista e, de forma nenhuma, Polícia do Exército.

Então, qual a conclusão? A conclusão a que se chega é que se trata de grupos paramilitares, aqueles grupos ar-

mados pelo Sr. Paulo Salim Maluf, que foi o herói das tropelias da Freguesia do Ó.

O Governador André Franco Montoro, tomando conhecimento dessa arbitrariedade e desse insulto, tomou, daí, as providências necessárias, comunicando-se com a Polícia. Neste momento, as bancas de jornais que escaparam dessa violência se encontram guardadas pela Polícia de São Paulo.

Quero dizer que a violência se generaliza, que os generais Cruzes estão tomando o País. É necessário, então, que este Poder se previna para o que vem por aí. Agora, são os jornais. Daí a pouco, seremos nós.

O Sr. Sebastião Curió — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Pela ordem, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. SEBASTIÃO CURIO (PDS — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, fala-se em democracia, fala-se em medidas de emergência, fala-se em coação e cercamento do Congresso Nacional. Mas é oportuno, Sr. Presidente, que se fale aqui, também, do desrespeito ao Congresso Nacional.

Ainda ontem, assistimos a uma reunião, dentro do Congresso Nacional, em que se deliberava se se sairia ou não do Congresso Nacional. É oportuno que se fale também, neste instante, que comunistas notórios, militantes e praticantes que conduzem as massas, que são integrantes do Partido Comunista do Brasil, que são integrantes do Movimento Revolucionário 8 de Outubro, que recebem instrução da Albânia, que não pregam aqui a mudança de Governo na Albânia, onde o Sr. Enver Hodja está no poder há 41 anos... É oportuno que se pregue...

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — V. Ex^a vai aguardar um instante para que eu possa fazer uma comunicação.

Acaba de ser denunciado que o Congresso Nacional está sendo cercado por forças do Exército. Solicitei ao Primeiro-Secretário, nobre Senador Henrique Santillo, ao nobre Senador Lomanto Júnior e uma das minhassegurancas, que verificassem o fato, e S. Ex^as acabam de me afirmar que não existe nada disso, que está tudo em paz: (Palmas.)

O SR. SEBASTIÃO CURIO — Concluindo, Sr. Presidente, não existe esta provocação, como foi dito aqui, de que o arbítrio partiu de dentro dos quartéis. A recíproca é verdadeira, as provocações estão partindo daqui de dentro também. Então, é necessário que a Nação ouça que o momento é de meditação, de entendimento, de maturidade política, e não podemos acusar só um lado. É necessário que tenhamos maturidade acima de tudo, não permitindo que se repita o que ocorreu aqui dentro ontem, quando o Congresso foi violado por uma reunião de estudantes que não acataram nossas normas e as medidas que afi estão, que são constitucionais.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado João Agripino, para discutir a matéria.

O SR. JOÃO AGRIPINO (PMDB — PB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, todos sabemos que vivemos a mais grave crise da política, da economia e da sociedade brasileira. Todos sabemos que a Revolução se exauriu, tendo destruído as lideranças, ora cassando-as, ora exigindo a sua subserviência. Todos sabemos que, agora, o próprio sistema militar dominante devolve aos políticos a solução da crise política, econômica e social do País. É hora, pois, de meditação e de bom senso. Faço minhas as palavras do Ministro Délio Jardim de Mattos Quando as li, pareciam-me do Brigadeiro Eduardo Gómes: "É hora de bom senso, lá e cá."

É hora de meditação. Se nós, políticos, não tivermos condições de resolver a crise que vivemos, então daremos uma demonstração de incapacidade, de falta de liderança, de falta de habilidade na decisão. (Muito bem!)

Discute-se se a eleição é direta ou indireta. Discute-se se é democrática a eleição indireta. É democrática, sim, quando representa, através dos seus delegados, o pensamento da população. Mas não é democrática a eleição indireta no sistema brasileiro, porque não se comprehende que o Estado de Rondônia tenha o mesmo número de delegados do Estado de São Paulo. Então, não há representatividade popular, e por isto ela é um ultraje à democracia e não é democrática.

Desde 1945 na Casa do Congresso, Deputado e Senador, assisti a dezenas e dezenas de crises sérias. Nunca vi qualquer membro das galerias atentar contra a segurança de um Parlamento. Não há exemplo na História do Brasil de um parlamentar ser coagido por alguém do povo. É falta de bom senso a decretação do estado de emergência na hora da votação desta emenda. É falta de bom senso porque, aos invés de consubstanciar os anseios populares, irrita ainda mais a vontade popular. É falta de bom senso porque ninguém contém excessos no estado de emergência, como prisões de deputados e de jornalistas. Vi um motorista ser algemado, deixando o carro na via pública, porque estava buzinando. E hoje assisti a um espetáculo que me deixou verdadeiramente apavorado: vinha eu para o Congresso, às 8 e pouco da manhã. Chegando perto da rodoviária, verifiquei que todos os carros estavam buzinando. Pensei que se tratava apenas de uma demonstração de protesto. Quando meu carro avançou — e talvez eu fosse o único a não buzinar — vi que estava ao meu lado o carro do general Newton Cruz. Era um protesto evidente contrá a sua autoridade. Ele, desarvorado no assento traseiro, procurava identificar as placas dos carros que estavam buzinando ao seu lado. Sinal fechado. Abriu o sinal e todos passaram.

O meu pavor, o meu susto está precisamente no fato de que, na hora em que o Brasil perder a confiança nas Forças Armadas, na hora em que perder o respeito pelas Forças Armadas, nada mais restará para se salvar neste País. Se as Forças Armadas estão conscientes dos riscos que estão correndo, cabe a elas tomar a iniciativa de devolver ao povo o direito de escolher e se recolherem aos quartéis, para cumprir sua missão constitucional de guardar a ordem e o respeito à Constituição vigente. (Muito bem!).

Lembro o exemplo de Getúlio Vargas, um dos grandes ditadores da República, mas sem dúvida um homem que tinha traços de estadista. Fez-se a eleição, indireta, em 1934, para reelegê-lo, depois da Revolução de 30. Mas, em 45, depois da Guerra, quando a Força Expedicionária regressou da Itália, Mascarenhas de Moraes, o seu comandante, comunicou ao Presidente que era um anseio popular o retorno à democracia, pois a população brasileira não justificava que os nossos irmãos morressem na Itália, lutando contra o fascismo, e o Brasil continuasse fascista. Getúlio poderia ter tentado uma nova eleição indireta, mas prontamente aceitou e convocou eleição direta. Fez seu candidato o então general Dutra, depois marechal, e nós fizemos Éduardo Gomes.

Getúlio, além de maquiavélico, um grande e hábil político, tinha como ministro da Justiça um dos maiores gênios políticos da malandragem e do artifício: Agamenon Magalhães. Agamenon Magalhães, através de uma lei do próprio Executivo — não havia Congresso nesse tempo — estabeleceu o alistamento *ex officio*: todos os empregados de qualquer empresa e funcionários públicos seriam alistados mediante a remessa de lista à Justiça Eleitoral, e as empresas recebiam os títulos para entregar. E nós, da Oposição, teríamos de levar o eleitor à presença do juiz, para que ele escrevesse de próprio punho a petição por inteiro, para provar que sabia ler e es-

crever. Houve um movimento da opinião pública em favor do brigadeiro, e a UDN, que era constituída do partido de Raul Pila, do parlamentarismo, e de João Manoel Gabeira e Hermes Lima, socialistas, chegou a acreditar na vitória, mas o alistamento *ex officio* nos derrotou farragorosamente. Nós respeitamos o resultado. Quando o relator afirma que a Emenda Dante de Oliveira é uma imposição, incorre num erro grave. A partir dessa derrota, passamos a lutar contra a chapa de bolso, que era a instituição do coronelismo no Brasil, e conseguimos eliminá-la, embora sendo minoria. Conseguimos eliminar o alistamento *ex officio*, tudo à base de entendimento, porque naquele tempo havia homens no Congresso, de um lado e do outro, portadores de muito espírito público. (Muito bem). É necessário hoje, tanto do lado de cá quanto do lado de lá, que se reproduza esse episódio, se quisermos sair do impasse que aí está. Não se vislumbra mais nada de bom para o Brasil, nada de bom, nem em relação à escolha de candidatos, nem em relação ao regime democrático.

Ouço o nobre Deputado Oswaldo Lima Filho.

O Sr. Oswaldo Lima Filho — Nobre Deputado João Agripino, V. Ex^ª, com a experiência política que poucos apresentam nesta Casa, com a prudência que sempre o caracterizou, com a firmeza das convicções democráticas que todos lhe reconhecemos, aponta rumos, sobre os quais o Congresso deve meditar. Como V. Ex^ª, e também fiel às aspirações democráticas que me reconduziram a esta Casa, votarei pela aprovação da Emenda nº 5, de autoria do nobre Deputado Dante de Oliveira. Mas, secundando todas as observações de V. Ex^ª, com as ressalvas naturais ao julgamento feito a eminentes políticos a quem segui, como Getúlio Vargas e Agamenon Magalhães, permitirá V. Ex^ª que apenas acrescente uma advertência ao Congresso, que em seguida pretendo transmitir em declaração de voto escrito. É que, ao instituir a eleição direta para presidente da República, devemos todos, em sã consciência, assumir o irretratável compromisso de alterar profundamente esta Constituição. Um presidente eleito por votação direta, dispondrá dos poderes absolutos contidos na Carta outorgada pela Junta Militar, não será um presidente, mas um ditador, com poderes que poderão vulnerar definitivamente a democracia brasileira. A votação, a instituição, a restauração da eleição direta que pretendemos realizar deve ser completada imediatamente com a correção dos defeitos dessa Constituição semifascista que nos foi imposta pela Junta Militar em 1969.

O SR. JOÃO AGRIPINO — Muito agradeço ao deputado que ilustra o meu discurso, meu companheiro de épocas passadas.

Sr. Presidente, vou além da reforma completa da Constituição; quero afirmar ao Congresso, com a experiência que tenho, que nenhum homem, seja do PDS, seja do PMDB, terá condições de governar este País, eleito através de eleição indireta, se não tiver o apoio popular. Ou ele tem o respaldo da sociedade, ou não tem condições de governar. Na eleição direta, o espantalho é um determinado cidadão — espantalho sobretudo para as áreas militares. Quero lembrar que, quando se tem medo ou se odeia alguém, muitas vezes o povo faz deste o grande desejo de vingança ou de proteção. Larguemos as antipatias e discutamos o problema da eleição direta. O Presidente manda uma mensagem em proclamação pública; reconhece que o povo quer mudanças e propõe a conciliação. Faltou-lhe, a meu ver, aquela missão inerente a um Presidente da República: a do estadista. Fosse ele estadista, teria concordado, de pronto, com a instituição da eleição direta e proposto a conciliação nacional. É o que faria Dutra. Logo depois de eleito, Dutra convocou a UDN para o entendimento, sob o fundamento de que, depois de 15 anos de ditadura, só com o

partido que o sustentava dificilmente poderia governar o Brasil.

O Sr. Eduardo Matarazzo Suplicy — Permite-me V. Ex^ª um aparte?

O SR. JOÃO AGRIPINO — Ora, Sr. Presidente, nós não temos outra alternativa se quisermos sair deste impasse: aprovar, nesta sessão, a Emenda Dante de Oliveira, e caminhar para negociações em torno de bom senso e de espírito público. Tal deverá ser feito, de forma que não haja nem vencidos nem vencedores, mas, sim, o concurso de homens públicos, dos dois partidos, interessados em salvar o Brasil da crise em que se encontra.

O Sr. Eduardo Matarazzo Suplicy — Permite-me V. Ex^ª um aparte?

O SR. JOÃO AGRIPINO — Se isso não se fizer, não poderemos augurar bons dias para o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Nobre Deputado João Agripino, V. Ex^ª dispõe de dois minutos para concluir o seu pronunciamento.

O SR. JOÃO AGRIPINO — Quero lembrar que assisti a episódios mais dramáticos no Congresso: a morte de Getúlio Vargas. O povo todo estava nas ruas pedindo a sua renúncia. Teria havido um atentado contra Carlos Lacerda, meu companheiro de partido mais radical, e teria morrido — e morreu — o Major Vaz, oficial da Aeronáutica. A Aeronáutica tomou a si a apuração dos fatos e chegou-se a chamar a República do Galeão. Acusou-se Getúlio de corrupção. Apurou-se que Gregório, o seu guarda-costas, era o autor do crime. Apurou-se que Gregório e outras pessoas envolvidas estavam integradas no regime de corrupção.

O Sr. Gilson de Barros — Hoje não é Gregório, hoje é o General Newton Cruz.

O SR. JOÃO AGRIPINO — Então, fez-se o inquérito na Aeronáutica. A Aeronáutica foi ao Exército e o Ministro da Guerra de então foi ao Presidente comunicar-lhe que ele não teria alternativa se não renunciasse. Getúlio Vargas optou pelo suicídio. Nós, da UDN, que reclamávamos a sua renúncia — e na véspera o Deputado Afonso Arinos proferira um veemente discurso pedindo que Getúlio renunciasse — entramos num trauma violento. Aquela mesma população que estava nas ruas pedindo a sua renúncia, virou-se contra nós e ficou ao lado de Getúlio. Não trocou a camisa, ninguém sustenta esse estado emocional até 46. Precisamos ter bom senso para decidir a favor do povo. E o que somos nesta Casa? Com licença dos Senadores, somos os representantes do povo. Se o povo quer eleições diretas — e não há mais dúvidas sobre isso —, não temos o direito de trá-la! (Muito bem! Palmas.) Temos obrigação de cumprir o mandato que recebemos. Os Senadores que representam os Estados são, sem dúvida, também representantes do povo brasileiro, e não podem deixar de ter o mesmo sentimento. É possível que alguém vote contra a Emenda e que se salve em 1986, mas serão poucos os que se salvarão. Lembremos de que nesta Legislatura mais de 50% dos representantes do povo não retornaram ao Congresso Nacional. Na próxima, não sei se voltarão 30 ou 40%.

É importante, Sr. Presidente, relembrar ainda os golpes de Estado depondo Carlos Luz e Café Filho — o Exército na rua cercava o Congresso — a reunião da deposição de Carlos Luz. As galerias estavam cheias de soldados do Exército e todos de metralhadoras nas mãos. Nas portas de entrada do Palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro, havia três soldados de um lado e três do outro, com metralhadoras apontadas para nós, que passávamos pelo centro. Na abertura da sessão, pedi a palavra, pela ordem, e perguntei ao Presidente, então nosso correligionário Deputado Flores da Cunha, em nome de quem ele presidia aquela sessão. Não era em nome da UDN, por-

que a UDN não tinha a tradição de traição; não era em nome do Rio Grande do Sul, porque o Rio Grande do Sul não era conhecido como traidor.

Perguntei: “Para quem e por que aquele aparato militar? Se era para os garantir, mandasse retirá-lo, porque não precisávamos de garantias; se era para atemorizar, mandasse retirá-lo, porque não nos atemorizariam; se era para garantir os seus correligionários, mandasse retirá-lo, porque não tínhamos propostas agressivas”.

S. Ex^ª, ao me responder, declarou: “Vou responder à questão de ordem do meu ex-correligionário e ex-amigo João Agripino”. Disse que “presidia a reunião em nome do Brasil” — e mandou retirar toda a tropa da Casa. (Palmas.)

Sr. Presidente, a minha conlatação nesta hora é no sentido da meditação. Se o Governo reconhece que o povo quer eleições diretas, é preciso um gesto de grandeza concedendo-a. Estamos prontos ao entendimento e à conciliação, mas vamos atender ao anseio do povo. O povo também não quer uma luta entre os partidos; o povo quer o direito de escolher e quer que os partidos escolham bem os seus candidatos. Desgraçado o partido que escolher mal! Se o PMDB escolher mal, saiba que irá para a derrota.

O Sr. Aluísio Campos — Não se faz conciliação com ameaça de baioneta.

O SR. JOÃO AGRIPINO — Ninguém pensa que só há homens de bem no PMDB. Há homens de bem no PDS, há homens de bem no PTB, há homens de bem no PDT, há homens de bem no PT, há homens de bem em todos os partidos, e qualquer um deles poderá ser candidato à Presidência da República, desde que o povo tenha por ele preferência. (Muito bem! Palmas.)

O que não é possível é a imposição de um nome, Sr. Presidente, seja ele qual for, com uma parcela mínima, nas pesquisas de opinião pública, de aceitação popular. O meu convite nesta hora, para terminar, é de apoio a V. Ex^ª, Sr. Presidente do Congresso Nacional. (Muito bem! Palmas.) Devemos prestigiar o Presidente do Congresso Nacional, sejam quais forem as suas decisões, porque o que está em jogo é o prestígio do Congresso Nacional. As medidas de emergência — essa infelicidade decretada — não tiveram outro objetivo senão o de impedir a transmissão ao vivo desta sessão, pela televisão e pelo rádio (Palmas.) Este, sim, seria o instrumento de pressão sobre o comportamento dos representantes do povo nesta Casa. Não era a garantia ao Congresso, porque nenhum Congressista se sentiu ameaçado ou receoso de sofrer atentado. Sofreu, sim, do General Newton Cruz. Dois Deputados foram presos, e ele disse que os soltou porque precisavam votar, como quem diz: se não precisassem votar, não estariam soltos; a imunidade não existe. Não quero, Sr. Presidente, analisar o mérito ou demérito do General Newton Cruz. Mas o que me impressiona é a animosidade que se está criando contra ele, de turpando a imagem das Forças Armadas, comprometendo a imagem das Forças Armadas. Considero uma imprudência do Governo a nomeação do General Newton Cruz, por maiores que sejam as suas qualidades, para presidir as medidas de emergência.

Sr. Presidente, companheiros, muito obrigado pela atenção. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Theodoro Mendes.

O Sr. Jorge Arbage — Sr. Presidente, peço a palavra para uma ligeira comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado Theodoro Mendes.

O Sr. Jorge Arbage — Sr. Presidente, peço a palavra para uma ligeira comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Já concedi a palavra ao nobre Deputado Theodoro Mendes. Logo a seguir, eu a concederei a V. Ex^a, pois o nobre Deputado já a havia solicitado anteriormente, quando o orador estava na tribuna.

Tem a palavra o nobre Deputado Theodoro Mendes.

O SR. THEODORO MENDES (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Muito obrigado, Sr. Presidente. Na qualidade de primeiro subscritor de uma das Propostas de emenda constitucional a serem hoje apreciadas, a proposta nº 20/83, que prevê eleições diretas para Presidente da República, por maioria absoluta de votos, indagação de V. Ex^a, considerando que a Comissão Mista, através do seu Relator, não apresentou parecer às propostas hoje em discussão, qual será o procedimento no início da votação. O parecer do Relator será colocado em votação? A Emenda Dante de Oliveira, que é a primeira da pauta, vai ser colocada em votação? Uma vez aprovada a Emenda Dante de Oliveira, a minha proposta também será apreciada?

Julgo, talvez erradamente — e confesso a minha ignorância, modestamente —, ter o direito inalienável, como também os demais subscritores da emenda, de ver deliberada, ainda que para ser rejeitada, a minha proposta de emenda constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Mesa vai decidir a questão de ordem de V. Ex^a Colocar-se-á em votação a emenda que está em primeiro lugar, a de nº 5. A seguir, as demais. A de V. Ex^a é a quarta. Todas têm pareceres contrários.

Concede a palavra ao nobre Deputado Jorge Arbage.

O Sr. Hélio Duque — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Vou conceder a palavra ao Deputado Jorge Arbage...

O Sr. Hélio Duque — Sr. Presidente, a minha questão de ordem é anterior à comunicação de Liderança. Nesta sessão, eu alertei V. Ex^a de que já foi cedido o horário de 10 horas e 30 minutos ao próprio Deputado Jorge Arbage.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — S. Ex^a está pedindo a palavra como Líder.

O Sr. Hélio Duque — O PDS não tem mais direito a comunicação de Liderança, pois já usou os vinte minutos com base no art. 6º do Regimento Comum.

O Sr. Jorge Arbage — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Deputado Hélio Duque, o Deputado Jorge Arbage já exerceu esse direito na qualidade de Líder uma vez. S. Ex^a pediu a palavra para uma breve comunicação. Agora retificou e pediu a palavra para uma questão de ordem.

Tem a palavra o Deputado Jorge Arbage, para uma questão de ordem.

O Sr. Jorge Arbage (PDS — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a propósito das ocorrências aqui relatadas há poucos instantes, sobre a apreensão de jornais no Estado de São Paulo, cuja prática se atribui a autoridades do Governo, a Liderança do PDS vem informar a esta Casa, numa deferência aos insignes Representantes, que as viaturas que participaram desse evento não pertencem, nenhuma delas, à Polícia Federal ou a qualquer órgão do Governo Federal.

Este o esclarecimento, Sr. Presidente, que gostaria de prestar.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Qual é a questão de ordem de V. Ex^a? quer que a Presidência mande retirar das notas taquigráficas as declarações do

Deputado que fez a denúncia? Ou não se trata de questão de ordem...

O SR. JORGE ARBAGE — É uma questão de ordem para que V. Ex^a, no confronto entre a denúncia e a verdade...

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Mesa vai apurar a verdade e tomará, na hora oportuna, as devidas providências.

Concede a palavra ao Deputado Júlio Martins.

O SR. JÚLIO MARTINS (PDS — RR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, a orientação emanada da Liderança do meu partido é no sentido de que fiquemos ausentes do plenário, negando, consequentemente, número para a votação e aprovação da emenda que figura na Ordem do Dia da sessão de hoje.

Eu poderia, portanto, ter ficado recostado no comodismo do silêncio, ao invés de vir a esta tribuna declarar, antecipadamente, o voto que darei, no momento oportuno, contra a emenda em discussão e votação, porque entendo, Sr. Presidente, que é de meu dever, como representante do povo, sobretudo do povo do Território que me elegeu, expor as razões de meu procedimento. Entendo que o homem público que age ancorado na sua consciência não deve ter receio quanto às posições assumidas, com as consequências que delas advierem; deve declará-las e defendê-las quando está convencido e tranquilo no que tange à decisão que adotou. Devo dizer também, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que não estou aqui para cumprir missão, nem a pedido de ninguém, menos ainda para justificar favores ou concessões do Governo. Sou um modesto Deputado, Sr. Presidente, que vem de uma campanha sofrida, feita de porta em porta, em 1982.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Solicito ao cinegrafista que está entrevistando o Deputado Dante de Oliveira que se porte com decoro neste Parlamento. Caso contrário mandarei tirá-lo do recinto. Não se pode sentar sobre as mesas. É um desrespeito a este Parlamento.

Continue, Sr. Deputado Júlio Martins.

O SR. JÚLIO MARTINS — Venho, Sr. Presidente, de uma campanha sofrida, levada a efeito em 1982, pelas estradas poeirentas de minha terra, feita de porta em porta, custeada com os meus parcos recursos, contra — embora do PDS naquela ocasião — um Governador corrupto, prepotente e incapaz, que infelicitava o meu Território. Só eu sei — ninguém mais sabe — o que sofri naquela campanha. Não sou, portanto, Sr. Presidente, frequentador dos palácios e dos Ministérios. Não tenho projetos nem na SUDAM, nem na SUDENE. Não usufruo nem participo de privilégios, quaisquer que sejam eles. Depois de 15 anos de vida pública, sou um homem pobre e de vida modesta. Portanto, não estou aqui, Sr. Presidente — acho necessária esta introdução — para trazer recado de ninguém, para atender a apelo de quem quer que seja, muito menos, como já disse, para me desvincular de missão que me fora confiada. Estou aqui, isto sim, para cumprir um dever que entendo ser intransferível e inalienável para um representante do povo. Vou votar contra a Emenda do nobre Deputado Dante de Oliveira. E vou dar as minhas razões, se houver tempo, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, venho de uma região esquecida e abandonada. Venho do extremo Norte do Brasil, região de grandes espaços geográficos e de diminuta população. E como a minha Unidade Federativa, outras existem no extremo Norte e na Amazônia, com grandes extensões geográficas e diminuta população.

Ora, Sr. Presidente, a eleição direta do Presidente da República vai significar, pura e simplesmente, como significou no passado, a marginalização, o abandono e o es-

quecimento dessas regiões. Até 1964, nunca, jamais um Presidente da República visitou a minha terra. Antes de 1964, a não ser o Marechal Lott, na sua memorável campanha, nunca um candidato a Presidente da República visitou a minha região. Na campanha de 1962, o Sr. Jânio Quadros, encontrando-se em Belém, declarou que não iria a Manaus, Capital do Amazonas e hoje metrópole da Amazônia Ocidental, porque não era candidato a Vereador. Manaus tinha, na ocasião, cerca de 50 mil eleitores. E quando o Sr. Jânio Quadros falou ou comentou esta frase, sem dúvida não pretendia — creio eu, e o absolvem de delito — ultrajar o valor e a dignidade do povo amazonense. Não, ele simplesmente vocalizava um sentimento que era generalizado nos políticos, nos grandes nomes da política nacional de então.

Até 1964, a política nacional foi comandada e teve ditados os seus nomes pelos grandes Estados brasileiros: Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Aliás, Sr. Presidente, fez-se uma revolução neste País, a de 30, exatamente para acabar com a hegemonia, com o domínio insuportável de dois grandes Estados, Minas e São Paulo, que alijavam, marginalizavam e esqueciam do restante da Nação. Fez-se, por isso, a Revolução de 30. E com ela foram abertas as portas do poder federal aos gaúchos, tiveram acesso ao cenário nacional os gaúchos, que, graças à genialidade de Getúlio Vargas, ficaram no poder por quinze anos e, depois, por mais quatro ou cinco.

A Revolução de 64, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, que abriu um período evidente e inegavelmente de exceção no País, retirou do povo o direito de eleger diretamente o Presidente da República, mas, na verdade, para a minha região, para a minha terra, Sr. Presidente, deu oportunidade de valorização, de crescimento, de integração e de desenvolvimento. Que era então a minha terra, o Território de Roraima? Que era Manaus, já então uma grande metrópole, comparada à minha terra, antes de 64? O esquecimento e o abandono em que vivíamos deviam-se exatamente à pouca densidade demográfica dos nossos Estados, ao pouco peso político que tinham e ainda têm numa decisão da importância e da magnitude da escolha do primeiro mandatário da Nação.

De forma que a minha razão principal — a primeira, mas não a única — de me posicionar contra a eleição direta, pura e simplesmente, do Presidente da República, prende-se ao fato de não querer ver a minha região novamente condenada ao ostracismo, ao silêncio, à solidão e ao abandono, que perduraram até 64; de não querermos voltar, Srs. Congressistas, a nos sentir como exilados dentro da nossa Pátria, a nos sentir como cidadãos de segunda classe, a nos sentir num desvão da Pátria ou da história, a nos sentir, nós, cidadãos do extremo Norte, como colonizados por nossos irmãos do Sul, como oprimidos, como dominados pelos grandes Estados da Federação.

Queremos, na verdade — defendemos e haveremos de defender — a livre, igualitária e sem privilégios participação de todos os Estados da Federação, a fim de que os que têm grande população, mas têm pouco território, como os do Sul, e os que têm pouca população, mas grande extensão geográfica como os do Norte, tenham uma representação ponderável nas grandes decisões nacionais.

Ouço o nobre Deputado Arthur Virgílio Neto.

O Sr. Arthur Virgílio Neto — Deputado Júlio Martins, ouço com bastante atenção o pronunciamento de V. Ex^a, em que, além de abarcar a questão nacional, não digo desce, até sobe, à análise da nossa região — região de V. Ex^a e região minha — a Amazônia. Há, de fato, uma grande diferença de enfoque entre V. Ex^a e eu próprio, na medida em que V. Ex^a traça — respeito a opinião de V. Ex^a, apenas dela discordo veementemente — uma estranha, para mim, comparação, uma estranha relação

entre eleição direta e desprestígio para a Amazônia e para as áreas menos povoadas eleitoralmente. Eu, ao contrário, traço uma correlação muito clara, muito precisa entre eleição direta e soberania nacional sobre a Amazônia, porque hoje essa região, que V. Ex^e diz que se desenvolveu, que cresceu, até de certa forma cresceu, mas cresceu para seus novos donos, cresceu para as multinacionais que hoje povoam o interior do Acre, o interior de Rondônia e a Capital do meu Estado. Digo a V. Ex^e, Deputado Júlio Martins, que a correlação, na verdade, é entre eleição direta e soberania nacional, para que façamos a única coisa digna que nos resta fazer na Amazônia: Não mais defendê-la, mas retomá-la para o Brasil e para o povo brasileiro. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. JÚLIO MARTINS — Deputado Arthur Virgílio Neto, concedi o aparte a V. Ex^e e o ouvi com muita atenção, pelo respeito e pelo apreço que V. Ex^e me merece. Entretanto, a correlação que V. Ex^e estabelece entre eleição direta e soberania nacional poderia ou deveria ser procedente, se o Brasil, na verdade, fosse um país desenvolvido e ocupado de modo harmonioso e equilibrado. Quando V. Ex^e fala em soberania nacional, é a soberania, é o domínio, é a hegemonia dos grandes Estados brasileiros. O Estado de V. Ex^e, o Amazonas, foi visitado pela primeira vez por um Presidente da República, o Presidente Getúlio Vargas, em 1943. E a cidade de Manaus, até 1964, era chamada pelos próprios amazonenses de Porto de Lenha, porque lá faltava luz, água, o funcionalismo passava três, quatro meses sem receber; faltava carne, faltavam víveres, isso na Capital da Amazônia!

O Sr. Arthur Virgílio Neto — Permita-me uma adição ao modesto aparte com que procurei ingressar no discurso de V. Ex^e. De fato V. Ex^e se refere — eu até admiti — a algumas inovações do tipo crescimento econômico e não desenvolvimento econômico e social real, sobretudo desenvolvimento social, Deputado Júlio Martins. Aquele Porto de Lenha pertencia muito mais a nós do que a Manaus de hoje, e nunca, como hoje, a renda foi tão concentrada na minha terra, na sua região, em toda a Amazônia.

O SR. JÚLIO MARTINS — Concordo com V. Ex^e, Deputado Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio Neto — Portanto, levo muito em conta a divisão equânime, justa, da riqueza, para não falarmos no crescimento econômico à Roberto Campos, sem sensibilidade, sem inteligência, sem amor próprio e sem patriotismo.

O SR. JÚLIO MARTINS — Concordo com o fato de que a renda esteja concentrada não apenas no Amazonas, mas no Brasil de modo geral. É preciso, porém, que V. Ex^e entenda que, antes de 1964, nem renda havia. A pouca que existia, até 1910, ficou com os donos dos grandes seringais, que fumavam charutos com notas de dez.

O Sr. Arthur Virgílio Neto — O êxodo rural se acentuou.

O SR. JÚLIO MARTINS — Mas a produção industrial que houve...

O Sr. Arthur Virgílio Neto — Ela beneficiou pequenos grupos, e os problemas sociais de Manaus...

O SR. JÚLIO MARTINS — Eles existem, na verdade. A Zona Franca de Manaus provocou concentração urbana muito grande. Acredito que até tenham sido agravados comparativamente à época anterior a 64. Entretanto, V. Ex^e não nega que houve um desenvolvimento econômico, que houve um crescimento econômico.

O Sr. Arthur Virgílio Neto — Isso até no País como um todo, crescimento que interessava às multinacionais, que interessava às empresas estrangeiras que nos tutelam e que hoje, de certa forma, sitiam, por seus representantes, o Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Eminente Deputado Arthur Virgílio, peço a V. Ex^e que solicite o aparte ao orador.

O SR. JÚLIO MARTINS — Mas a minha tese, Deputado Arthur Virgílio Neto, Srs. Deputados, Srs. Senadores, é a de que, num País desigualmente desenvolvido, ocupado, como o Brasil, em que 70, 80% da população se concentram no Sul e 20 ou 30% no Norte, enquanto a extensão territorial se coloca numa ordem exatamente inversa, 60 ou 70% no Norte-Nordeste e 20 ou 30% no Sul, é necessário que se faça a escolha do primeiro mandatário da Nação, do homem que terá sobre si a responsabilidade dos destinos nacionais, através de uma eleição direta, sim — está é a minha opinião, a minha idéia — mas passando por um instrumento, por um Colégio Eleitoral, à semelhança dos Estados Unidos. Se o que está aí é espúrio e ilegítimo, como diz a Oposição, que se melhore este Colégio, que se aperfeiçoe, que se dote esse drágão de instrumentos capazes de melhor espelhar a vontade do povo e a realidade nacional,...

O Sr. Arthur Virgílio Neto — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. JÚLIO MARTINS — ...porque, na verdade, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a eleição direta pura e simples nunca neste País espelhou a realidade brasileira, e essas palavras não são minhas.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Nobre Deputado Júlio Martins, V. Ex^e tem um minuto para encerrar o seu pronunciamento.

O SR. JÚLIO MARTINS — Essas palavras de que as eleições diretas nunca espelharam a realidade brasileira não são minhas, são de Ruy Barbosa, na República velha, como disse. Por isso, fez-se a Revolução de 30, para que viesse a verdade eleitoral, e nós tivemos 15 anos sem eleições; depois, mais duas eleições, quando se quis negar a posse ao eleito, por não haver maioria absoluta. E, finalmente, desembocamos em 1964. Minha palavra, neste instante, aos Srs. Deputados e Senadores e à Nação, é a de que o restabelecimento deste processo de escolha do Presidente da República...

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — O tempo de V. Ex^e está esgotado.

O SR. JÚLIO MARTINS — Sr. Presidente, peço a tolerância de V. Ex^e para concluir meu pensamento. O restabelecimento imediato, agora, já, como se pretende, deste processo de escolha do Presidente da República, vai mergulhar a Nação no desconhecido, no imponderável e — Deus não permita — no indesejável. Espero, Sr. presidente,...

O Sr. Gilson de Barros — Permite V. Ex^e?

O SR. JÚLIO MARTINS — ...no entanto, que, qualquer que seja o resultado desta sessão, curiosa e memorável, possamos dizer, ao seu termo, como dizia Martin Luther King: “Não somos o que devíamos ser, não somos o que queríamos ser, não somos o que iremos ser, mas, graças a Deus, não somos o que éramos.”

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está esgotado o tempo da sessão. A Presidência verifica que há ainda inscrições a atender. Em consequência, nos termos do art. 39 do Regimento Comum, esta Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se neste plenário, hoje, às quatorze horas, destinada à continuação da discussão das Propostas de Emenda à Constituição nº 5, 6, 8 e 20, de 1983.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 37 minutos.)

Ata da 63^a Sessão Conjunta em 25 de abril de 1984

2^a Sessão Legislativa Ordinária, da 47^a Legislatura

Presidência do Sr. Moacyr Dalla

AS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunico Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Cláudionor Roriz — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes

Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canelas — Gastão Müller —

José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PDS; Aluísio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming —

PMDB; José Mello — PMDB; Nossa Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arlindo Porto — PMDB; Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; José Lins de Albuquerque — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolpho Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Mário Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PDS; Sarney Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Moraes — PMDB; Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Sérgio Philomeno — PDS; Tomaz Coelho — PMDB.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PDS; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Aluizio Campos — PMDB; Antônio Gomes — PDS; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José

Jorge — PDS; José Mendonça Bezerra — PDS; José Moura — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Ricardo Fiúza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Affonso — PMDB; Nelson Costa — PDS; Sérgio Moreira — PMDB

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB

Bahia

Ângelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquissón Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etilviro Dantas — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Genivaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Ney Ferreira — PDS; Prisco Viana — PDS; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgílio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Max Mauro — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nelson Aguiar — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS; Theodorico Ferraço — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Agenaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Aloysio Teixeira — PMDB; Amaral Netto — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PTB; Clemir Ramos — PDT; Darcílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Décio dos Santos — PDT; Denízar Arneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Fernando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Leite — PMDB; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PDS; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PMDB; Marcelo Medeiros — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrade — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Castejon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Emílio Haddad — PDS; Fued Dib — PMDB; Geraldo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; João Herulino — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas

— PMDB; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário de Oliveira — PMDB; Maurício Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Nilton Velloso — PDS; Oswaldo Murta — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Rosemberg Romano — PMDB; Sérgio Ferrara — PMDB; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Doreto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Farabulini Júnior — PTB; Felipe Cheide — PMDB; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; João Bastos — PMDB; João Cunha — PMDB; João Heermann — PMDB; José Genoino — PT; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Mendonça Falcão — PTB; Nelson do Carmo — PTB; Octávio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Roberto Rollemberg — PMDB; Ruy Côdo — PMDB; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; João Divino — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Cristino Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jânio Pinheiro — PDS; Márcio Lacerda — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Gera — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Aroldo Moletta — PMDB; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Hélio Duque — PMDB; José Carlos Martinez — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Oswaldo Trevisan — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Renato Bernardi — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Evaldo Amaral — PDS; Ivo

Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salomão — PMDB; Paulo Melo — PDS; Renato Viana — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floríncio Paixão — PDT; Guido Móesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélio Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB; Siegfried Heuser — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — As listas de presença acusam o comparecimento de 67 Srs. Senadores e 372 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Senador Martins Filho.

O SR. MARTINS FILHO (PDS — RN) Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, Fui surpreendido, na manhã de hoje, por um noticiário veiculado no "Diário de Natal", Dizendo ter eu retificado posição assumida em praça pública, de votar pelas eleições diretas, na sucessão do Presidente João Figueiredo.

Não sei como qualificar o fato. Por ninguém fui procurado. Ninguém de Natal me perguntou qualquer coisa sobre o assunto. A ninguém fiz qualquer afirmação que pudesse induzir tal entendimento. Portanto, a notícia é inteiramente gratuita, falaciosa, mentirosa com todas as letras.

A quem interessaria tal fato?

Não é preciso ter o dom da advinhação para descobrir a mão do gato matreiro que está por trás da façanha. Sómente as forças mais retrógradas do Rio Grande do Norte, aqueles que usaram de manhas e artimanhas para perpetuarem-se indefinidamente no poder em nosso Estado, aqueles que sorteiam as influências do feudo familiar entre os possíveis futuros presidentes da República para de qualquer forma permanecerem mandando: sómente a esses interessaria enlamear lideranças que não transigem com as aspirações do povo nem vendem na bandeja do prestígio fácil das eleições sem povo.

Desautorizo, da tribuna do Congresso Nacional, antes da votação da Emenda Dante de Oliveira, ainda quando será possível a meu povo exercer o julgamento dos meus atos, desautorizo, repito, essa mentirosa notícia, essa traça suja de quem não é capaz de assumir em praça pública nenhum compromisso porque apenas os que assume em conchavos impublicáveis no recondito de bem guardados gabinetes.

Ao desmentir tão deslavada mentira reafirmo daqui meu compromisso com o povo que me elegeu. Luto pelas eleições diretas. Lutarei pela aprovação da Emenda Dante de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES (PMDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, as medidas de emergências decretadas pelo Sr. Presidente da República constituem um desrespeito a este Congresso Nacional, na medida em que V. Ex*, nobre Senador Moacyr Dalla, não solicitou nenhum tipo de medida que visasse a preservar, a defender, esta Casa de ameaças, na medida em que o Congresso Nacional, dirigido por V. Ex*, representado por todos os parlamentares eleitos legitimamente pelo povo, não solicitou nenhum tipo de medida que pudesse assegurar a livre manifestação do pensamento de seus membros.

Entendemos que as medidas decretadas por este Governo, isto sim, é que significam pressão, isto sim, é que visam a ameaçar os parlamentares com assento nesta Casa. Esta intromissão indevida do Governo Federal é mais do que desrespeitosa à Nação brasileira, porque nós, que para aqui viemos com o voto do povo brasileiro não temos o que temer, a não ser este mesmo povo. E é exatamente por estarmos preocupados em atender às suas reivindicações que clamam por eleição direta já, Sr. Presidente, que estamos livres de qualquer tipo de pressão. Agora, o fato de Brasília estar sitiada, de medidas de emergência terem sido decretadas, de o acesso a esta Casa estar dificultado, de prisões de Parlamentares terem ocorrido, isto, sim, significa pressão, ameaça e intimidação.

Faço minhas, Sr. Presidente, para concluir, as palavras do eminente Deputado João Agrípino: o momento é para meditação, o momento exige muita competência da classe política. O povo brasileiro não nos perdoará se não atendermos às suas reivindicações no sentido de eleições diretas já. Disse o Deputado João Agrípino, com toda sua experiência, que o momento é para reflexão. O mesmo digo eu, Sr. Presidente, Deputado de primeiro mandato com 34 anos de idade que há 20 anos tinha 14: o momento, realmente, é para reflexão. Se o Deputado João Agrípino sentiu-se amendrontado ao se encaminhar para esta Casa, imagine V. Ex* como é que nos sentimos, nós deputados novos, ao participar de uma sessão do Congresso que sabemos será histórica na vida do País. Mas também sabemos que esta Casa está sofrendo, nesta hora, pressões que em nada a engrandecem, muito pelo contrário, entristecem-nos e deixam-nos perplexos, porque o de que se trata neste dia é nada mais nada menos, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, de restabelecer as eleições diretas, já, para Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra à nobre Deputada Mirthes Bevilacqua.

O SR. MIRTHES BEVILACQUA (PMDB — ES. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, bastante emocionada, assovio a esta tribuna. Emocionada pela campanha das eleições diretas, já, que aconteceram em todo o País; emocionada porque nesta campanha pude levar meus filhos, e nada aconteceu, pois havia tranquilidade, havia amor, havia carinho. Entretanto, o que é que está acontecendo nestes últimos dias? Ontem, quando me dirigia para minha casa, acompanhada do Prefeito de Guassu, do meu secretário e do coordenador da Prefeitura de Vila Velha, logo após a saída dos estudantes desta Casa, deparei-me com um aparato policial nunca visto aqui nesta terra, quando estudantes eram espancados. Então, a Deputada que lhes fala foi desrespeitada. Apesar de identificar-me mandaram parar e estacionar meu carro. Ainda um Tenente perguntou-me: "A que horas a senhora saiu do Congresso?" Foi como se eu tivesse que prestar contas àquele Tenente.

Se eu fui desrespeitada, este Congresso também o foi.

Todavia, o fato mais lamentável para mim, na qualidade de mãe, trago ao conhecimento desta Casa: tenho uma filha de 13 anos que vinha de uma excursão e que foi acordada, sobressaltada, dentro do ônibus em que se

encontrava, por um militar com uma metralhadora. Pergunto a V. Ex*: Como é que posso tirar da mente da minha filha esta cena que ela presenciou? Atos semelhantes a esse também aconteceram com milhares de estudantes que ontem estavam aqui. Suas mães, em suas casas se encontram assustadas porque também não podem tirar da mente de seus filhos a lembrança daquilo que lhes ocorreu.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, eu gostaria que fosse transcrita nos Anais desta Casa a "Carta de Porto Alegre pelas Eleições Diretas", do Instituto dos Advogados do Brasil.

Quero encerrar a minha fala com esta frase de Rui Barbosa, pronunciada há 110 anos:

"Ainda quando eleição direta seja péssima coisa, o País a quer unânime e irrevogavelmente, e num Estado onde todos os poderes são delegações da Nação, a vontade da Nação é argumento que não tem resposta." (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra à nobre Deputada Irma Passoni.

A SR. IRMA PASSONI (PT — SP. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, quero registrar aqui um projeto de lei que está tramitando na Assembléia Legislativa de São Paulo, apresentado nesta 'arde, que diz o seguinte:

"A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo decreta:

Art. 1º Não é considerado amigo do povo do Estado de São Paulo, nem merece o seu respeito, o Deputado Federal e o Senador que por ação (voto) ou omissão (não comparecer à votação), obstacular a aprovação de emenda constitucional tendente a restabelecer eleições diretas, ainda em 1984, para Presidente e Vice-Presidente da República.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 25 de abril de 1984."

Sr. Presidente. Srs. Parlamentares, é chegada a hora da decisão e da coragem para muitos e a hora do cumprimento da responsabilidade e obrigação para muitos outros.

Nesta tarde, será necessária a coragem de 320 Parlamentares que a esta Casa comparecem para glorificar a luta popular desenvolvida, principalmente durante esses 5 últimos meses, em praças públicas por esse Brasil a fora.

Não dá para expor o que o povo disse, por esse Brasil todo, nas últimas manifestações.

Mas o que está claro para nós é que o Governo, nesses últimos anos, não soube governar a vontade popular, não soube governar o desejo popular no sentido da participação e da construção da Nação, não soube governar o trabalho árduo da sua construção, porém, desafia este Congresso para que, com toda coragem, com toda pompa, reclame aqui, nesta Casa, a vitória de uma luta do povo, o equilíbrio nacional, a volta da soberania da vontade popular garantida na Constituição brasileira.

O único caminho, a única possibilidade, a única democracia a ser construída neste momento ocorrerá se imediatamente votarmos, nesta Casa, pela vontade de 320 Parlamentares, Deputados e Senadores, a favor daquilo que o povo quer já, agora: as eleições diretas.

Não temos o direito de trair o povo, como foi dito nesta Casa. Devemos, ter responsabilidade para respaldar a vontade do povo e aprovar, hoje, agora e já, as eleições diretas.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao eminente Deputado Hélio Duque.

O SR. HÉLIO DUQUE (PMDB — PR) Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas.

"PELO FIM DO ARBITRIO"

Geraldo Forbes

A Nação brasileira foi mais uma vez vilipendiada pelos que dela escarnecem e se aproveitam há longíssimos anos.

A maior, mais pacífica, mais vibrante e mais ordeira manifestação pública da nossa História teve como resposta uma violência grosseira, um insulto mesquinho dos que se julgam donos do País.

Ao nosso civismo responderam com incivilidade, à nossa clareza com escuridão, ao nosso patriotismo com seu egoísmo autocrático. Não nos amedrontaram, porém.

Temos diante de nós uma encruzilhada decisiva. Após longa e tenebrosa caminhada, por um caminho laboriosamente construído pela paciência e resignação de todos, alcançamos, por nossos méritos, e a despeito dos que se intitulam pais da abertura e que nada mais fazem que aceder preguiçosamente aos reclamos do tempo, o momento da travessia.

À nossa frente, à nossa vista, a esperança de mudar. A possibilidade de nos aliviarmos da canga que carregamos injustamente. Atrás perseguem-nos as forças do retrocesso, do compadrio, da corrupção que querem porque querem desviar-nos de volta a seu curral.

Melifluamente, tentam, e às vezes conseguem, convencer consciências e espinhas flexíveis. Asperamente imaginam intimidar os mais fortes. Brutalmente querem roubar o nosso sonho, violentamente pretendem domar a nossa vontade.

Mentem, ameaçam, violam leis, conspurcam instituições. Fazem pouco, pois pouco fazem do Brasil e de seu povo. Sua regra é o seu desejo, seu objetivo o seu exclusivo bem, sua razão a força burra.

Não temos armas, não queremos a guerra, nem menos o confronto ou o impasse. Não nos move a vindita, o passado, a revanche. Só visamos ao futuro, a paz, o progresso.

Mas não nos peçam para parar ou para retroceder. Temos pressa, não intransigência. Queremos começar já e reconstruir o Brasil. Não podemos mais esperar. Chegamos ao limite da tolerância. Não suportamos mais o desemprego, a inflação, a miséria. O autoritarismo inérito.

Por que turvas a água que eu bebo, pergunta o lobo ao cordeiro? Como posso ser culpado da sujeira, senhor lobo, se a corrente flui daí para cá, indaga o carneirinho. Bem, então o responsável deve ser seu pai ou sua mãe e, de qualquer forma, você pagará por isto. Dito o que, lança-se sobre o inerme laníger e o estraçalha.

As medidas de emergência inibem e anulam qualquer possibilidade de entendimento. Qual o proveito da conversa entre o povo falante e a baioneta calada?

A afronta da truculência governamental faz cair as últimas máscaras. Somos mandados por autocratas obtusos, incompetentes e inconseqüentes, que não pretendem nem pensam em nos devolver o que é nosso e nos pertence. Julgam-se senhores da Nação e de nossos destinos.

Podemos até ter culpa disso, pois nossa passada passividade e tímida submissão é que licenciaram sua tirania obscura e perniciosa. Mas agora chega.

A saída para a crise é uma só. A única possibilidade que temos a nosso alcance de sacudir o jugo é a vitória da emenda que restabelece eleições diretas para Presidente. Este o instrumento, esta a arma

que necessitamos para iniciar a reforma salvadora que já tarda. O voto em nossas mãos.

Nas mãos do Congresso, a tantos anos ansioso por recuperar suas prerrogativas, o Brasil. Com respeito das magníficas e inequívocas manifestações cívicas que verdadeiramente os comandam a votar pelas diretas, se os senadores e deputados as negarem, não estarão à altura de nenhum encargo. Sua traição, como a do infame Silvério dos Reis, não será esquecida ou perdoada pelo povo e pela Pátria.

As medidas de emergência transformaram o País em terra ocupada. De um lado, os pacíficos e ordeiros cidadãos, 120 milhões deles. Do outro, um restrito grupo de conquistadores, que nos espoliam no grito e na farsa.

Ao Congresso cabe decidir. Dignidade ou infâmia. Arbitrio ou liberdade. Fome ou saúde, desemprego ou emprego, miséria ou prosperidade, desordem ou paz, corrupção ou moralidade. Apodrecimento ou ressurreição.

Queremos a vida, a esperança.

A ordem e o progresso.

Pelo bem do Brasil, votem Sim."

Sr. Presidente — disponho ainda de um minuto e meio —, esse texto não é de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — O tempo de V. Ex^a, nobre Deputado, encerra-se às 14:19 h. Mas V. Ex^a tem um minuto e meio.

O SR. HÉLIO DUQUE — Agradeço a V. Ex^a Dizia, Sr. Presidente, que esse texto não é de minha autoria, mas do empresário Geraldo Forbes. Intitula-se "Pelo Fim do Arbitrio". Está publicado no Jornal **O Estado de S. Paulo**. Além de grande empresário, Geraldo Forbes é um dos maiores consultores deste País, em termos de negociação de dívida externa. Esta é a voz de um brasileiro, ao lado dos 120 milhões de brasileiros, que pede a este Congresso Nacional, hoje, sobretudo, que vote com devoção, com dignidade, pelo amanhã dos nossos filhos, pelas eleições diretas já! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Com a palavra o nobre Deputado Lélio Souza.

O SR. LÉLIO SOUZA (PMDB — RS) Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, as medidas de emergência, contrafação do arbitrio; embutidas na Constituição, foram impostas pelo Governo sob o falso pretexto de proteger o Congresso e assegurar-lhe a liberdade necessária para a deliberação patriótica, séria, responsável e decisiva desta tarde. No entanto, a razão fundamental da imposição dessa arbitrariedade é a necessidade imperiosa dos detentores do poder de livrar muitos de seus correligionários do constrangimento de votarem contra a vontade majoritária do povo, limpidaamente manifestada nas concentrações populares, ou para cobrir-lhes a retirada covarde deste plenário, posto que decidiram não comparecer, não dando **quorum** para a decisão.

Estas medidas, no entanto, não alcançarão o resultado imaginado pelo Governo, não terão o dom de promover o resguardo desse acontecimento político. O Governo não esconderá esta realidade da Nação, e, ao término desta sessão, tenho a mais profunda certeza de que o Congresso Nacional, sensível às manifestações populares, há de votar em consonância com as aspirações do restabelecimento imediato de eleições diretas para a Presidência da República, exatamente porque perceberá muito bem que não haverá qualquer possibilidade de mudança, sem que o processo de escolha do Presidente da República sofra uma profunda e radical transformação. O Colégio Eleitoral é o continuísmo da fraude e da corrupção. O retorno das eleições diretas é a retoma-

da de um processo que ainda ontem foi aqui magistralmente definido pelo Presidente do meu partido, o Deputado Ulysses Guimarães, a retomada de um processo que possa restabelecer condições políticas juridicamente garantidas, para que o povo influa no processo decisório e mude a política econômica, ajustando-a aos interesses nacionais.

Nunca é demais repetir, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, um velho ensinamento que também recolho do magistério cívico de Ulysses Guimarães. Hoje, quando as oposições desflagraram essa campanha, consagrada pela adesão popular, há muitos que contra ela se insurgem, pretendendo enxergar nesta manifestação popular sintomas de perturbação da ordem, como se as oposições, ao se manifestarem nas praças públicas, estivessem ameaçando a ordem constituída. O que ameaça e desequilibra a ordem, perturba o equilíbrio econômico, a estabilidade social é a manutenção da política econômica, que querem preservar intacta, através de uma sucessão falsa, feita pelo Colégio Eleitoral que a fraude e a astúcia construíram ainda em junho de 1982. É preciso nesta hora destacar qual é o papel da Oposição em qualquer democracia. À Oposição compete o papel de se opor ao Governo, como ao Governo compete o papel de governar. Não se pode confundir governo com pátria, porque há muitos governos que desservem à pátria, como este que aí está, incrustado há vinte anos, e que não quer admitir um princípio cardeal da democracia, que é a alternância no poder. As oposições hoje é que encarnam as aspirações majoritárias do povo pela substituição desse esquema de Governo. É por isso que acreditamos, neste rápido testemunho para registro histórico nesta sessão extraordinária, que o Congresso Nacional, apesar das represálias, apesar do aparato intimidatório haverá de sobrepor-se a todas essas vicissitudes e fazer valer aqui o brado altissonante do povo, que nas praças públicas pediu diretas já.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concede a palavra ao nobre Deputado Doreto Campanari.

O Sr. Fábio Lucena — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Tem V. Ex^a a palavra para uma questão de ordem.

O SR. FÁBIO LUCENA (PMDB — AM) Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, fui almoçar em minha residência, na 309 sul, e, ao retornar, demorei precisamente uma hora para vir da quadra onde resido até o Congresso Nacional.

Sr. Presidente, V. Ex^a, no início da reunião, comprometeu-se, perante o Congresso Nacional e os Srs. Congressistas, a fazer cumprir a Constituição, o Regimento e as leis deste País. O que a Polícia Militar do Distrito Federal está promovendo na Capital do Brasil não é mais um sítio, mas uma afronta, um acinte, um esbofeteamento não apenas no povo de Brasília, mas no rosto e na honra do Congresso Nacional. Peço a V. Ex^a, como Chefe do Poder Legislativo do Brasil, que tome imediatas providências para deter essa mazorca e essa baderna policial, que estão impedindo o ir e vir dos cidadãos brasileiros nesta Capital, porque nenhum carro consegue chegar à porta do Congresso sem ter de passar pelos maiores tropeços e atropelos. Mas a honra do Congresso não pode continuar a ser conspurcada como vem sendo, pela irresponsabilidade das autoridades que estão sitiando a Capital da República do Brasil.

Em assim sendo, Sr. Presidente, como Senador e como brasileiro, requeiro a V. Ex^a que faça prevalecer a sua autoridade de Presidente do Senado e do Congresso Nacional, para pôr termo à mazorca e à baderna desses baderneiros. (Palmas.)

O Sr. Presidente (Moacyr Dalla) — Tem a palavra o nobre Deputado Doreto Campanari.

O SR. DORETO CAMPANARI (PMDB — SP) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é hora do basta! É hora de oferecer nosso sacrifício pela paz, pela democracia e pelo Brasil.

É hora de o Presidente Figueiredo libertar-se da campanha de puxa-sacos e ordenhadores que o cercam.

Eleições diretas não significam subversão. Com diretas, evitaremos que nossa moeda tenda cada vez mais a zero, enquanto o preço dos alimentos alcança o infinito, a estratosfera.

Com diretas, iremos frear a inflação no seu desabrido galopar, numa verdadeira desabalada carreira.

Os que não querem diretas falam em democracia, mas não sabem senti-la nem sabem o que ela representa. Se soubessem, não estariam agarrados à Lei de Segurança Nacional (atual) e ao SNI (Órgãos gestapeanos). Com diretas, teremos a supressão desses órgãos de espionagem.

Com diretas, evitaremos que uma soma enorme de poderes seja dada a uma só pessoa.

Com o estado de emergência, o regime chegou a atingir seu nível mais baixo desde 1889.

Com diretas, iremos suscitar novas esperanças para o povo — e ninguém pode aguardá-las com demasiadas esperas.

No setor financeiro, pela primeira vez na História, o sistema vigente conseguiu criar o desprestígio internacional.

Depois de 20 anos, não conseguiram, até aqui, trazer a tranquilidade e a paz à Nação.

Chega de militares ocupando cargos que são da competência de civis. O povo ordena que voltem aos quartéis. Este País tem de ser governado sob o poder do voto, e não sob o poder das armas.

O povo exige eleições diretas e dispensa a proteção das Forças Armadas, pois gostaria de amá-la e não de temê-la.

Com diretas, teremos um governo moralizador e não escravizador, que não aceitará pacificamente a corrupção em todos os escalões administrativos.

Só com eleições diretas poderemos substituir os atuais detentores do poder.

Pelas diretas, lançaremos os despojos do PDS na vala comum, onde deverão repousar as mordomias, as corrupções e as misérias brasileiras, que se espargiram por todo o País nestes últimos 20 anos de um governo nefando.

Com diretas substituiremos o quanto antes os destemperos do Poder Central, dando ao povo as mais letítmias e derradeiras esperanças democráticas, isentando-o do quanto ignobil de um governo despreparado, que prima pelas atitudes inexpressivas e grotescas. Já não mais aceitamos o talante que nos oprime.

Aprovando as diretas, estaremos dizendo aos usurpadores do poder que não se esmaga impunemente a honra, a esperança, a vontade e a fé de todo um povo, por tanto tempo.

Chegou a hora do basta! O dia do ajuste final já não mais tarde.

Ao Governo não importam os níveis asfixiantes atingidos pelo alto custo de vida. Pouco se lhe dá que dentro de pouco tempo nos tornemos num Cambodja sul-americano.

Suas mesas estão fartas; Seus apetites, saciáveis. Para os seus, felizmente, não ocorrerão infortúnios; para eles, interessa apenas esmagar a Oposição, para que não possa falar.

Visando, sobretudo, a colaborar para a Nação, em plena borrasca dos desventurados brasileiros à deriva no

mar da incompetência e dos desatinos, possa, sob a direção de alguém capaz de imprimi-lhe o rumo almejado, possa, repetimos, reencontrar o caminho do porvir por todos nós acalentado.

Os que estão contra as diretas querem que tudo continue nos moldes vigentes. Exige-se dos brasileiros que permaneçam submissos e ingloriamente de cabeça baixa, enquanto nós outros nos preocupamos com a alta do custo de vida e a baixa dos salários.

A Nação conturbada assiste ao espetáculo contristador da discordia que campeia entre os políticos ligados ao Governo, *habitantes* do alto planalto.

Sem os arroubos da oratória, sem a eloquência do verbo, mas com lisura, com empenho e sem temor temos denunciado a tirania que se encastelou no País e se reflete nos títeres da área econômica.

Com diretas, acabaremos com o paradoxo de termos um País de grandes dimensões e, para governá-lo, um cortejo de anões, anões na capacidade, anões no patriotismo e anões na postura.

Com pronunciamentos, fazemos as mais contundentes críticas aos malfadados mandatários do nosso País.

Jamais regateamos as mais cáusticas repreações ao regime, e chegamos à conclusão de que fizemos um furo na água.

Sempre combatemos os comensais de repastos palacianos.

É hora do basta! Diretas já!

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Tem a palavra o Sr. Deputado Valmor Giavarina.

O SR. VALMOR GIAVARINA (PMDB — PR) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, o povo cansou. Foram 20 anos de mentira, de trapaças, de assalto aos cofres públicos, de corrupção desenfreada, de escândalos, de impunidade, de truculência, de mordaças e torturas. Fora, 20 anos de desrespeito à Nação, e mais que isto, de desrespeito aos direitos fundamentais da pessoa humana.

Dizem que amarelo é a cor do desespero. Pois bem. Depois de 20 anos, o povo, desesperado, explodiu em amarelo. E o amarelo ganhou a rua, ganhou a praça, ganhou a cidade, ganhou o Brasil por inteiro. Mais de 90 por cento do povo brasileiro, como anunciam sérias pesquisas, querem eleições diretas, já, para Presidente da República. E a prova disso escancarou-se aos olhos do mundo inteiro: 60 mil pessoas na concentração de Curitiba, onde tudo começou; 200 mil em São Paulo, 300 mil em Belo Horizonte, um milhão no Rio, mais de um milhão em São Paulo, novamente. Centenas de milhares de brasileiros em todas as cidades de todos os Estados, na maior e mais ordeira manifestação popular de toda a História do Brasil.

E o Governo continua insensível.

E os homens do Governo, centuriões e serviçais, asseclas e comensais, de costas para a Nação, reverenciam a insensibilidade.

Houve um momento — e apenas um momento — em que o Presidente João Figueiredo pareceu libertar-se das terríveis forças que o cercam, saindo ao encontro da nacionalidade. Foi quando ele disse, dias atrás, através de uma rede nacional de rádio e televisão que “Hoje o povo manifesta sua vontade de mudança, que é essencialmente democrática. Se o povo quer, e manifesta politicamente sua vontade, o Governo e os Partidos Políticos não podem ignorá-la”.

Naquele instante a figura presidencial se confundiu com a figura de um estadista, forte, resoluto, determinado, liberal e sensível. Mas, Srs. Deputados, a imagem se derreteu na frase seguinte. Derreteu-se como se fosse um “Santo Antônio de rapadura” exposto por um momento às águas da chuva. S. Ex^e disse aquilo apenas como

preâmbulo da proposta alternativa que apresentava, e que enviaria no dia seguinte ao Congresso, como enviou.

A nossa proposta, a proposta Dante de Oliveira, visa a estabelecer eleições diretas, já, sepultando de imediato o espúrio e apodrecido Colégio Eleitoral. A Emenda alternativa do Governo, que secundariamente visa a estabelecer eleições diretas em 1988, objetiva principalmente a revitalização do Colégio Eleitoral, o reconhecimento de sua validade, e sua regulamentação pelos “sete homens de ouro” que compõem a Mesa do Senado (em substituição à Lei Complementar exigida pela Constituição). Então, não se venha, com jogo sofista, dizer que a Emenda Figueiredo é mais completa, é mais abrangente, é mais oportuna, é melhor para a Nação. Ora, se mais de 90 por cento dos brasileiros exorcizam o Colégio, e a Emenda Figueiredo procura canonizá-lo, não vejo como a obra de Deus e a obra do demônio possam dar-se as mãos, completar-se ou sequer caminhar na mesma direção. Uma coisa significa o início da redenção nacional, com a imediata legitimação do poder, através da unção popular. Outra coisa significa a continuação de tudo o que de abjeto e podre pode ser gerado no ventre de uma revolução deteriorada.

O Gigante adormecido finalmente acorda e se levanta. E os 130 milhões de neurônios desse corpo flagelado emergem à flor da pele para dizer um basta ao arbitrio, ao desrespeito e à espoliação. Para dizer um basta de chupanças que, impunemente, vêm exaurindo as potencialidades nacionais através de golpes e negociações, concretizados no caso CAPEMI, no caso Tucuruí, no caso Coroa Brastel, no caso BNCC (apenas para citar alguns), e que têm passado para a história como simples “casos” que, para os donos do poder, não têm a mínima importância, não importando o volume da “importância” que “importa” cada um.

Há poucos dias o Líder do Governo assomou à tribuna para festejá-lo. Disse, entre outras coisas, que o Brasil, nestes últimos 20 anos, cresceu assustadoramente. E citou, como exemplo, as nossas últimas produções agropecuárias, a fazerem inveja às maiores produções dos maiores produtores do mundo. Esqueceu-se de dizer, entretanto, o ilustre porta-voz do sistema, que o que produzimos, na realidade, foi balaíadas de dólares para saciar a sede de juros de nossos credores internacionais, que retêm nossas notas promissórias, a atingirem hoje a espantosa soma de 120 bilhões de dólares. Esqueceu-se de dizer S. Ex^e que produzimos da lavoura para os portos de exportação; que, enquanto nossos agricultores morrem de fome, nosso milho e nossa soja são transformados em ração para engordar as vacas americanas.

O povo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, precisa quebrar o sistema de poder que aí está. Ele sabe disso. Ele quer isso. Ele vai conseguir isso. Sejam quais forem os sacrifícios. Sejam quais forem os riscos.

Gigante adormecido...

O Gigante acordou, Senhores do PDS. O Gigante está acordado (nos dois sentidos), e pelo amor de Deus não sbstêm a força de um gigante ferido não só fisicamente, mas moralmente também, que é a ferida que mais dói.

O povo saiu às ruas e clama por diretas, já.

E o Governo, o que faz?

Bota seis mil homens armados nas ruas de Brasília, em comemoração ao aniversário do Comando Militar do Planalto, coisa que nunca se fez antes.

Brasília assistiu atônita, há dois dias, ao fantástico desfile de caminhões equipados com canhões de grosso calibre, de carros de combate, todo um armamento sofisticado, aviões hercules, também de combate, a desovar centenas e centenas de pára-quedistas, em trajes de campanha, coisa que nunca se fez antes. Qual teria sido o objetivo do General Newton Cruz, empombado executor das medidas de emergência? Não estaria ele querendo

apenas fazer uma demonstração de força? Para quê? Re-presália ao "ataque" das mulheres, que vieram legitimamente pressionar seus representantes na Câmara e no Senado?

O povo saiu às ruas clamando por diretas, já.
E que faz o Governo?

Decretou medidas de emergência para proteger quem não lhe pediu proteção alguma, argumentando ainda que "o dia depois" poderia ser perigoso, eis que o Palácio, muito próximo, seria um alvo fácil e eventuais manifestações de exaltados eventuais. Estaria ele preocupado com o Palácio como um todo ou apenas com o telhado do Palácio, que é de vidro?

O povo saiu às ruas clamando por diretas, já.
E que faz o Governo?

Como zeloso protetor do Parlamento (que não lhe pediu proteção, repito), censura a imprensa, especifica as empresas de rádio e televisão, arrebata do povo o sagrado direito à informação, para acobertar — isto sim — a minoria parlamentar que, mais por comprometimento que por convicção, irá dizer Não na tarde de hoje: não à liberdade, não à abertura democrática, não aos quase 130 milhões de brasileiros que lhes pedem que digam Sim.

Coisas estranhas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, aconteceram a estão acontecendo nestes últimos dias.

Homens que jejuam na igreja são detidos. E com eles jornalistas... Detidos por engano. Esses jejuam por livre e espontânea vontade, procurando demonstrar alguma coisa com seu gesto. E se a moda pega? Que farão os milhões de brasileiros que jejuam por necessidade? O Governo irá penalizar o povo já tão penalizado pela fome?

Revoga-se pela metade, a um simples golpe de facão (ou de tacão), o mais sagrado dispositivo constitucional que assegura a cada homem livre o direito de ir e vir. A partir da edição dessa violência legal, cassou-se o direito de vir, permitindo-se apenas, e talvez só por enquanto, o direito de ir.

A sucursal de Brasília do jornal **Hora do Povo** foi arrombada por oito homens que se identificaram como sendo policiais; em São Paulo atearam fogo na sede da "Tribuna da Luta Operária". E ninguém sabe explicar as origens dos atentados, porém, enquanto isso, Deputados estaduais, Prefeitos e Vereadores são barrados no aeroporto e nas estradas, são revistados, são humilhados, são praticamente impedidos de vir à capital de seu País, a fim de assistirem a esta sessão histórica, que vai mostrar definitivamente à Nação (com ou sem telecomunicações), quem é quem e quem quer o quê. Enquanto isso nossas universidades são cercadas por tropas do General Newton Cruz. Nossos estudantes são acuados e espalhados como se fossem um bando de marginais. E isso porque, revelando o espírito democrático e libertário, a juventude brasiliense bradou: diretas, já!

Coisas estranhas estão acontecendo, Sr. Presidente. E tudo isso para que os Deputados possam votar livremente. E, não obstante toda essa proteção (aplaudida inclusive pelo Presidente Flávio Marcílio, que a meu ver confundiu a condição de Presidente da Câmara com a condição de possível futuro candidato a Vice-Presidente da República pela via indireta), muitos Srs. Deputados não comparecem à sessão de hoje.

É paradoxal: nós, expostos e enquadrados na alça de mira do Sistema, estamos aqui hoje e agora, como estivemos sempre, honrando o mandato que nos foi outorgado pelos nossos eleitores, enquanto que nobres e ilustres colegas, superprotegidos, amparados e acobertados, não obstante, seguros, negam suas honrosas presenças a esta sessão. Seria exagero chamar isso de covardia? Seria atrevimento chamar de traição? Prefiro pensar que eles estejam realmente apavorados, com medo do ataque do pelotão feminino.

O povo saiu às ruas clamando por diretas, já.
E o que faz o Governo?

Encaminha a esta Casa a sua emenda alternativa regulamentando o Colégio Eleitoral e reafirmando aquilo que costuma chamar de direito adquirido, a fim de manter-se no poder, através de um Paulo maluf (como Deputado conheço-o por fotografia) ou de um Mário Andreazza (só a fotografia não o revela), e estabelecendo mais quatro anos, no mínimo, de sobrevida a um Sistema selvagem que há muito já deveria estar sepultado.

E, acompanhando a emenda, o soneto das mãos estendidas, o convite para o entendimento, a cantilena do diálogo, como se as oposições algum dia a ele se tivessem oposto.

Diálogo, já? Mas que tipo de diálogo? Que condições há para o diálogo quando somos açoitados, esbofeteados, vilipendiados, cercados por tropas, isolados do resto da Nação, enclausurados em nossa própria Casa?

Entendo diálogo, Sr. Presidente, quando há igualdade de condições morais. Diálogo se trava com a cabeça erguida, com dignidade, com permuta de valores reais a uma causa comum, e não quando uma das partes é condizida à humilhante condição de presidiário e a outra à arrogante condição de carcereiro.

Mas a figura me traz à mente um outro enfoque: dependendo do ponto de vista, é exatamente o carcereiro quem está atrás das grandes, é o Governo, atado à sua insensibilidade, garroteado à sua insensatez e condenado às trevas da História.

Vou terminar, Sr. Presidente. Vou terminar. Termino fazendo uma citação:

"O exercício do voto livre para a escolha dos seus mandatários, por muitas vezes repetido, apontando defeito das leis e corrigindo vícios reconhecidos na prática, só ele será capaz de formar cidadãos capacitados das suas responsabilidades e cientes na sua força para a gestão dos negócios públicos. (...) Toda consideração que não seja atinente ao prestígio próprio, ao mérito, ao caráter individual, ao saber, à inteligência, à fidelidade aos programas e aos compromissos partidários, tem de ser relegada a plano inferior. É forçoso banir influências colaterais ou ancestrais, e sobretudo a força da situação financeira. O pior de todos os venenos para o eleitorado é o da corrupção, o do suborno. O voto deve ser livre, nunca objeto de transações. E não era preciso uma revolução para chegar a reconhecer isso. Ao contrário do que pregava em sua propaganda, o golpe de 1930 suspendeu o exercício do voto, descendendo até a agremiações particulares e, em vez de incitar os cidadãos ao respeito às leis, fê-los descer delas, para se tornarem autômatos temerosos do poder exercido pela força". E (...) eles queriam procrastinar, sempre mais e mais, o adiamento da nova Constituição, prolongar o quanto pudessem o regime discricionário, ou mesmo furtar ao povo, desde logo, o direito de governar o País."

Parece, mas não é. A citação não diz respeito à Revolução de 64, nem aos dias de hoje. Diz respeito à Revolução Constitucionalista de 1932, e os fatos se referem àqueles dias, já distantes 54 anos. É apenas a História que se repete. Se encerro meu discurso com essa transcrição é porque pretendo significar duas coisas: primeiro, homenagear o grande brasileiro e militar exemplar, corajoso e patriota, General Euclides Figueiredo, autor do trecho que li. Segundo, para lamentar que as Leis de Mendel, as Leis da Hereditariedade, não sejam tão pródigas, tão generosas e tão abrangentes, e não tenham a eficácia que eu gostaria que tivessem.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Gióia Júnior.

O SR. GIÓIA JÚNIOR (PDS — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, neste dia histórico para a Nação brasileira, faço desde logo minha declaração pública de voto: vou votar a favor da Emenda Dante de Oliveira. Vou votar a favor das diretas já! E Faço-o porque não posso trair a essência de minha vida política e a essência de minha vivência religiosa e evangélica.

Esta minha decisão, Sr. Presidente, não foi forjada às pressas, no fragor desta atual luta e, portanto, carregada das emoções próprias deste momento tão importante. Minha decisão é de longa data. Estou cumprindo agora meu sexto mandato eletivo e popular, sempre eleito diretamente pelo povo: fui Vereador na Capital de São Paulo por um mandato; fui Deputado à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo por duas legislaturas consecutivas; estou cumprindo com este meu terceiro mandato de Deputado Federal. Minha votação popular direta tem sido sempre crescente.

Além disso, Srs. Parlamentares, trago comigo a experiência enriquecedora de ter sido Presidente do Sindicato dos Radialistas do Estado de São Paulo, também eleito em eleições diretas, livres e democráticas. Além e acima disto, como crente no Senhor Jesus Cristo e membro sempre ativo de uma Igreja Evangélica — a Igreja Batista — disputei em eleições livres, nessa autêntica escola de democracia que é a Igreja Batista, e ganhei sempre diversos pleitos: fui Presidente de União de Mocidade em minha Igreja local; fui Presidente do Departamento Estadual da Mocidade no Estado de São Paulo; fui Vice-Presidente de Congressos Nacionais da Mocidade Batista.

Aprendi, portanto, no meio evangélico, que é essencialmente democrático, a valorizar sempre a escolha direta do povo e não posso, agora, nesta hora sobremodo importante, deixar de ser o eco do pensamento eminentemente democrático do povo evangélico, que tenho a honra de representar no Congresso Nacional.

Neste particular, fui e estou sendo sincero, como sempre serei, para com o Presidente João Figueiredo. Em outubro do ano passado, fui recebido por S. Ex^a no Palácio do Planalto e comuniquei-lhe minha decisão de votar a favor das eleições diretas. Desde aquela data, em todos os meus pronunciamentos ratifiquei essa posição. Sou a favor das diretas já, em ordem, progresso, paz, respeito, trabalho, cívismo. Diretas verde-amarelas. Diretas cristãs e democráticas. Diretas que não criam crises, que evitam tensões. Diretas contra a subversão e corrupção. Diretas que são o grande anseio de todo o povo brasileiro.

Entre as muitas coisas que tenho aprendido na Escritura Sagrada, Sr. Presidente, livro que é a minha única regra de fé e conduta, está o preceito que o Senhor Jesus Cristo externou no Sermão da Montanha, a Constituição do Reino de Deus, registrado no Evangelho Segundo São Mateus, capítulo quinto, versículo trinta e sete: "Seja, porém, o vosso falar: Sim, sim, Não, não, porque o que passa disso é de procedência maligna". É tão importante esta verdade, que foi repetida "ipissima littera" pelo Apóstolo Tiago em sua Epístola Universal. O que eu tenho sempre dito, sustento-o agora, respeitando a decisão dos meus correligionários do Partido Democrático Social que assim não pensam. Vou votar hoje a favor da Emenda Dante de Oliveira.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Tem a palavra o nobre Deputado Celso Sabóia.

O SR. CELSO SABÓIA (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas,

não pode o Gen. Figueiredo, agora, perder a oportunidade de provar a sinceridade de suas palavras e intenções.

Nas suas "Vozes d'Africa", o Gen. Figueiredo afirmou ser favorável a eleições diretas já e inculpou o PDS de ser um obstáculo aos seus desejos.

A Nação, em várias ocasiões, e mais precisamente em 15 de março, foi testemunha de suas declarações, registradas pela televisão, de que respeitaria a decisão do Congresso sobre eleições diretas, por ser matéria de competência do Poder Legislativo.

Pois bem, Sr. Presidente; pois bem, Srs. Deputados. Chegou a hora da verdade.

Uma ponderável parcela do PDS se dispõe a aprovar a Emenda Dante de Oliveira, atendendo ao reclamo popular. Não pode, portanto, Gen. Figueiredo vir pressioná-la. Tem a obrigação não só de liberá-la, como até de estimulá-la, pois atende ela aos seus públicos desejos.

Ou será que ele não é nem nunca foi favorável a diretas já?

Ou sua palavra, da qual a Nação é testemunha, nada vale?

Será ele um novo ou o próprio Franciscato?

Ou nada manda nem comanda no Planalto?

Se é e sempre foi contra, assuma os ônus, não tente transferi-los para o PDS, que tem um punhado de homens dispostos a cumprir sua obrigação.

Se é contra, respeite ao menos a palavra dada de que aceitará a decisão do Congresso.

O Colégio Eleitoral é inaceitável. Se alguma vez foi ou pudesse ter sido legítimo, se era legítimo ao final de 1982, agora perdeu toda a legitimidade.

Foi cassado pela insolvência internacional da dívida de 100 bilhões de dólares, pela sua vergonhosa negociação, pela inflação de 211% de 1983, pelos escândalos da CAPEMI, do BNCC, das polonetas, da Coroa-Brastel, da Delfin, todos eles cuidadosamente escondidos até a realização das eleições de 82.

Houvessem eles vindo a público, jamais o PDS elegaria, em 15-11-82, os 10 Governadores e 200 Deputados com que conta, muitos deles destemidos defensores de eleições direta já.

O Gen. Figueiredo está obrigado a manter sua palavra, porque hoje, no peito e na raça, vamos conquistar o direito de eleger, pelo voto direto, livre e secreto, o próximo Presidente da República, através de eleições diretas já.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está encerrado o período destinado a breves comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Hélio Duque, pela ordem.

O SR. HÉLIO DUQUE (PMDB — PR) — Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a liderança do PMDB da Câmara dos Deputados quer subscrever todas as razões, bastante sérias e bem fundamentadas, do Senador Fábio Lucena. Neste sentido, queremos cobrar da Presidência estas providências, já a partir de agora, com intervenção aqui do plenário, bem como com medidas administrativas cabíveis, para impedir este cerceamento constrangedor para com os membros do Congresso Nacional, que testemunhou e, mais do que isso, de que foi vítima o Senador Fábio Lucena. Como V. Ex⁴ não levou a reclamação a um nível de consideração, estamos a reiterar agora que o faça.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — O nobre Senador Fábio Lucena não merece só a consideração e a admiração da Presidência: merece o respeito. Quero fazer chegar isto ao eminente Deputado Hélio Duque. Estou aguardando chegar o meu Vice-Presidente para solucionar o problema. Devo esclarecer aos Senhores que farei cumprir a Constituição aqui dentro do Congresso. Tenho poder de polícia, segundo a Constituição e o Regimento da Casa e acordos do Supremo Tribunal Fede-

ral, no perímetro do Congresso. Pelo que estou informado, está havendo engarrafamento pelo lado da Estação Rovodiária e na Catedral. Aquela área foge à minha competência.

O Sr. Siqueira Campos — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra a V. Ex⁴ para uma questão de ordem.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDS — GO) — Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, praticamente não há questão de ordem a levantar. Havia uma contradição. Mas V. Ex⁴ já explicitou plenamente a questão referente à competência e aos poderes de V. Ex⁴. Queremos apenas afirmar a V. Ex⁴ que o PDS tem absoluta e total confiança em que V. Ex⁴ será um sereno e determinado condutor de medidas legais de amparo ao Legislativo, para que possa decidir soberanamente. E sabe V. Ex⁴ que temos inteira confiança nas autoridades da Capital da República e do País no que concerne à manutenção da ordem pública em todos os lugares onde lhe for atribuída essa incumbência.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Continuação da discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 1983, que dispõe sobre a eleição direta para Presidente e Vice-Presidente da República.

Concedo a palavra ao nobre Senador João Calmon.

O SR. JOÃO CALMON (PDS — ES) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas (palmas prolongadas.), os caprichos do calendário programaram a votação da Emenda Dante de Oliveira, que estabelece eleições diretas para a sucessão do atual Presidente, entre o 21 de abril, que marca o sacrifício de Tiradentes, pela independência do Brasil, e o 13 de maio, que aboliu a escravatura negra, embora a maioria dos brasileiros ainda não se tenha libertado da opressão da miséria. Os olhos ansiosos da Nação se voltam hoje para o Congresso Nacional, encravado na paisagem de Brasília que André Malraux viu deslumbrado como a Capital da Esperança e que não permitiremos se transforme, no dia de hoje, na Capital da Decepção, frustrando as expectativas de milhões de brasileiros aglomerados nas praças públicas nos últimos dias, participando de um gigantesco plebiscito, que seria imprudente ignorar.

Reunimo-nos, agora, com a grave responsabilidade de demonstrar ao povo que não nos assustam as exibições de força a que estamos assistindo, nesta cidade sitiada, cujo símbolo maior é a Casa do Povo brasileiro, o Congresso Nacional.

Sob a farda do nosso soldado pulsa o mesmo coração do civil, que bate, hoje, uníssono, exigindo eleições diretas já, sem sofismas, sem outras emendas originárias do poder incompetente, que é o Poder Executivo, na inútil tentativa de se sobrepor ao poder competente para legislar, que é, como o seu próprio nome indica, o Poder Legislativo.

Não são as eleições diretas que põem em perigo nossa Pátria. Lenine costumava dizer: "Dêem-me um pouco de inflação e eu comunitarei qualquer país". Os atuais detentores do poder, no Brasil, transformado no vice-campeão mundial de inflação, contribuem muito mais para a comunização do País do que todos os partidos ainda na ilegalidade.

Recentemente, numa impressionante série de reportagens, o *Jornal da Tarde*, de São Paulo, comprovou essa tese sob o título de "União de Repúblicas Socialistas Soviéticas do Brasil". Se juntarmos à praga da inflação, que está minando irremediavelmente o nosso capitalis-

mo, o efeito devastador de uma onda sem precedentes de corrupção e de escândalos financeiros, chegaremos à conclusão de que a equipe de tecnocratas que nos infelicitamente está colocando em grave risco a segurança nacional. Ela é que ameaça a nossa sobrevivência como país livre e democrático, provocando o empobrecimento insuportável do povo e a revolta e o inconformismo dos jovens, que constituem a maioria da Nação.

Depois de vinte anos de autoritarismo, o Brasil não pode conformar-se em aparecer aos olhos do mundo como uma "Banana Republic", capaz de assustar-se com demonstrações de força ou ameaças de iminente apocalipse institucional.

O Sr. João Faustino — V. Ex⁴, que se caracterizou nesta Casa como defensor intransigente da nobre causa da Educação, hoje abraça uma nova bandeira, tão expressiva e patriótica quanto a da Educação. V. Ex⁴, ao defender eleições diretas, já evidencia sua personalidade de educador e de homem público comprometido com a verdade. Louvo o gesto de V. Ex⁴, gesto que sintoniza com os anseios mais legítimos do povo brasileiro.

O SR. JOÃO CALMON — Agradeço ao admirável apóstolo da educação, nobre Deputado João Faustino, o seu desvanecedor aparte.

O Exército, a Marinha e a Aeronáutica representam, em última análise, e para orgulho de todos nós, o povo em armas. Suas origens são, em esmagadora maioria, humildes e nunca, antes de 1964, revelaram qualquer ambição de poder. Somente nas duas últimas décadas, a partir da decisão de três governadores civis de entregarem a presidência da República ao Marechal Castello Branco, que era a própria negação do militarismo, os nossos irmãos fardados viram seus chefes desmentindo as palavras de um de seus líderes mais eminentes, o General Reinaldo de Almeida, autor desta frase: "O AI-5 deve ter a violência e a duração de uma raio". Foi acertada a referência à violência, mas errada a previsão da duração, até porque, ainda hoje, estamos vivendo à sombra de um AI-5 branco, não declarado, mas que se reflete numa alucinada exibição de força que inclui barreiras nas estradas, detenção de parlamentares, cerco às escolas e uma nefanda censura ao rádio e à televisão. (Palmas.)

Sr. Presidente, Sr. Congressistas, é esta a abertura democrática prometida solememente ao Brasil, depois de um longo hiato que se havia encerrado com um gesto de tranqüila bravura cívica do General Ernesto Geisel?

Aqui estamos neste plenário invencível, sem a cobertura do rádio e da televisão, agrilhoados e emudecidos por uma censura insana que nós mesmos poderemos torpedear, como demonstreontem no plenário do Senado, invocando decretos, em pleno vigor sobre a área da rádio-difusão. O Presidente do Senado, que é o Presidente do Congresso Nacional, tem o mesmo direito do Presidente da República e do Presidente do Supremo Tribunal Federal de requisitar toda a rede nacional de rádio e televisão para transmitir o seu pronunciamento. Até hoje sómente o Presidente da república utilizou, com uma freqüência indesejável e inadmissível, esse privilégio, que lhe é assegurado pela legislação da ráiodifusão.

Concedo o aparte ao nobre Deputado José Thomaz Nonô.

O Sr. José Thomaz Nonô — Senador João Calmon, V. Ex⁴ é o primeiro companheiro do Partido Democrático Social, da ala mais lúcida e democrática desse partido, a assomar à tribuna, secundando aquilo que foi dito pelo Senador Martins Filho e assumindo uma posição corajosa em defesa da eleição direta para Presidente da República. Fico particularmente gratificado, como Deputado de primeiro mandato, como um jovem, verde ainda na política, em ver que V. Ex⁴, com todos os seus anos de vida pública, com a sua experiência de educador, de Parlamentar e de homem público dos mais insignes, traz essa experiência e essa lucidez para conjugar conosco do

Pró-Diretas do Partido Democrático Social na identificação plena da vontade popular, com a identificação plena da expressão do voto parlamentar. Aqui, nesta Casa, já foi dito que fazemos o jogo da Oposição, que nós talvez estejamos sendo úteis a esses setores. Mas eu entendo, Senador, como V. Ex^a bem entende, que nós temos feito apenas um único e grande jogo, o da vontade do povo brasileiro, o jogo da eleição direta para Presidente da República. (palmas) o jogo da identificação parlamentar com a identificação da vontade do povo. Fico particularmente feliz e tenho certeza de que V. Ex^a, assim como, o Senador Martins Filho, que não esperou talvez uma medida oportuna à época, de falar pelo Senado, mas aqui, de público, perante a Nação brasileira e seus pares, nesta Casa, corajosamente antecipa seu voto pela emenda Dante de Oliveira. Era este nosso aparte, manifestando júbilo, agradecimento e regozijo, que não é nosso, do Partido Democrático Social e do Grupo Pró-Diretas, mas é o regozijo de todo o povo brasileiro. Muito obrigado. (Palmas. Muito bem!)

O SR. JOÃO CALMON — Agradeço a V. Ex^a o aparte, que representa o pensamento da nova geração deste País, que dentro de pouco tempo irá assumir responsabilidade na condução dos nossos destinos. Precisamos estar à altura das responsabilidades, desta Casa, que nunca temeu decretação de recessos. (Muito bem. Palmas.) O que nós devemos temer, se não cumprirmos hoje o nosso dever, é a confirmação do resultado da pesquisa, publicada na edição de *Veja* do dia 11 deste mês, em que os deputados e senadores aparecem, em termos de credibilidade e de nível de confiança, com 60 pontos negativos. Essa constatação envolve grave injustiça ao Poder Legislativo, cujo trabalho fecundo não se limita aos empolgantes debates no plenário, mas se desenrola no âmbito das Comissões Técnicas, pouco focalizadas pelos órgãos de divulgação.

Ouço a Deputada Lúcia Viveiros.

A Sr^a Lúcia Viveiros — Serei breve. Como a Deputada mais votada no Estado do Pará, que fundou o MDB em 64 com cinco mil mulheres — foi o primeiro partido político fundado por mulheres no Brasil — e que passou agora para o PDS, queria dizer ao povo brasileiro da minha posição diante da Emenda Dante de Oliveira. Eu estou votando nas diretas já, (palmas) inclusive também diretas para os prefeitos das capitais, que atualmente são biônicos. (Palmas.) E quem sabe eu esteja expressando o sentimento do Presidente da República, por quanto estou arrancando a bandeira das diretas — bandeira dos paraense, e do povo brasileiro — duas mãos de um Governador corrupto, o Governador do Estado do Pará, que agora mesmo obteve autorização para receber sessenta milhões de dólares, o que vai aumentar a dívida externa do Brasil, dos quais, possivelmente, uma grande parte vai parar nos bancos da Suíça. Quero afirmar que estou representando este povo votando nas diretas já. Quem sabe, repito, este sentimento é do Presidente da República, porque estou arrancando esta bandeira das mãos de um Governador corrupto, que se diz Oposição, para as mãos do PDS sério, que é Oposição verdadeira no Pará. Espero com esta minha posição estar cumprindo minha missão, meu dever e, mais uma vez, com coerência e coragem, bem representando não só o meu povo paraense como as mulheres brasileiras, que são realmente corajosas. (Muito bem!) Quero agradecer a oportunidade do aparte e exortar este Congresso, parodiando o grande estadista, dizendo que, se necessário, é preferível morrermos de pé a vivermos de joelhos.

O SR. JOÃO CALMON — Agradeço a V. Ex^a o aparte, que não representa apenas a voz do Pará, mas a voz de todas as mulheres da nossa Pátria. Prossigo, Sr. Presidente.

Nesta hora extremamente grave, o Congresso saberá cumprir o seu dever, sem frustrar a esperança de milhões de brasileiros que estão com os olhos voltados para este plenário indomável, que não sofre a neurose do medo e não teme ameaças. Nós que apoiamos as **eleições diretas** já não temos a estulta pretensão de ser os detentores do monopólio do patriotismo e das convicções democráticas. Respeitamos os que também são favoráveis às eleições diretas somente daqui a quatro anos, numa nova modalidade arquitetada em gabinetes que se ressentem da grave debilidade que Maquiavel chamava de "solidão do Príncipe". Ouço o nobre Deputado Fernando Gomes

O Sr Fernando Gomes — Nobre Senador João Calmon, em primeiro lugar, em meu nome e em nome do meu partido, parabenizo V. Ex^a pela atitude tomada ao lado do povo brasileiro. O Governo não quer eleições diretas, o Governo decretou medidas de emergência que não se justificam em Brasília, quando inúmeros brasileiros, nossos irmãos, estão morrendo de fome e de sede no Nordeste. Conforme os jornais noticiaram, o rombo do BNCC, no qual o ex-Ministro da Agricultura, Sr. Amaury Stabile, é um dos principais envolvidos, é de um trilhão de cruzeiros, e com metade desse dinheiro se resolvendo o problema do Nordeste. Em lugar de medidas de emergência, o que o Governo precisa é fiscalizar fatos como esse e colocar os responsáveis na cadeia.

O SR. JOÃO CALMON — Muito obrigado a V. Ex^a pelo aparte, que me desvanece.

Ouço o Deputado Paulo Lustosa.

O Sr. Paulo Lustosa — Caro Senador João Calmon, traçamos aqui nossa solidariedade, apoio e nossa admiração à cruzada que V. Ex^a faz juntamente conosco, numa posição suprapartidária, sem proselitismo, sem partidarismo, sem ideologia, numa única busca que tem o apoio popular não apenas do povo-emoção, mas do povo-razão, que busca, através da escolha do seu Presidente da República, o caminho legítimo para participar da construção dos seus próprios destinos, para se tornar responsável pelos seus próprios erros e equívocos, enfim, para poder abrir os caminhos da recriação, da esperança, da fé e da confiança em dias melhores para este País. Coloco aqui meu apreço e admiração por V. Ex^a, principalmente quanto ao apelo que faz ao Congresso Nacional para que ele volte a ser o depositário das esperanças, da confiança da Nação brasileira. Que aqui seja o desaguadouro das aspirações nacionais, das suas frustrações, mas também das suas conquistas mais legítimas.

O SR. JOÃO CALMON — Muito obrigado, nobre Deputado Paulo Lustosa.

Prossigo, Sr. Presidente, Srs. Congressistas.

Não encaramos com ar de superioridade ou de desprezo os que não se alinham ao nosso lado, porque reconhecemos o seu direito de divergência. Não admitimos também que se tente apontar o Senado como um bastião de conservadorismo ou até mesmo de reacionarismo. Lá, na chamada Câmara Alta, como aqui nesta indômita Câmara dos Deputados, imperam o mesmo inexcusável patriotismo, o mesmo amor à Democracia. Tanto na Câmara como no Senado, não acreditamos que, hoje ou amanhã, os brasileiros sejam forçados a ouvir a BBC de Londres ou a *A Voz da América*, de Washington, para saberem detalhes do que está ocorrendo nas sessões do Congresso Nacional.

Mais grave do que a falta de credibilidade dos nossos governantes, quando fazem previsões que os fatos se encarregam de desmentir, é a ameaça da desesperança acabar dominando as novas gerações ou arrastando-as a posições extremadas.

Se se realizar, hoje, uma ampla pesquisa de opinião entre o segmento jovem da população, que amanhã estará assumindo a responsabilidade de governar o Brasil, será constatada a sua profunda incompatibilidade com um regime implantado para impedir o avanço do comunismo e que conseguiu concentrar dois terços dos investimentos no setor público, adquirindo mais características socialistas do que vários países da antiga "Cortina de Ferro". Se assim reagem os moços nas universidades, nos escritórios das empresas e nas fábricas, submetidos a um rápido processo de empobrecimento por culpa de uma desumana política salarial, não é diferente a reação dos jovens oficiais das três Armas, também sofrendo as consequências dos sucessivos erros de uma desnorteada equipe de tecnocratas, teleguiada pelo FMI!

A partir da década de 20, foram jovens oficiais que escreveram a epopeia dos 18 do Forte de Copacabana, que acabou tendo o seu desfecho na Revolução de 1930.

O quadro atual de violência e de tentativas de atemorização do povo com armas que pertencem à Nação e não a uma pequena minoria que não admite desgrudar-se do poder provocará um traumatismo nacional, cujos primeiros indícios já são visíveis e audíveis, em Brasília e em numerosas outras cidades.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não estou vendo fantasmas ao meio dia e me recuso a ignorar os exemplos que estão perto de nós, aqui nesta sofrida América do Sul.

No limiar da votação da Emenda Dante de Oliveira, impõe-se aos indecisos um último exame de consciência e a nós o cumprimento do sagrado dever de concretizarmos a aspiração nacional de realização de eleições diretas já. (Palmas.)

O Sr. José Fogaça — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE — (Moacyr Dalla) — Tem a palavra V. Ex^a para uma questão de ordem.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, acabamos de ouvir da tribuna a palavra do Senador João Calmon, que como educador pratica aqui a pedagogia da liberdade, a pedagogia da vida e da verdade, porque o educador é importante não por aquilo que diz, mas sim por aquilo que faz e pelo que é. Neste momento, quero comunicar a V. Ex^a que um educador, um professor, um líder do magistério em Brasília, o Presidente do Sindicato dos Professores, encontra-se preso pelo Policia Militar do General Newton Cruz, juntamente com outros dois integrantes de sua diretoria. Peço a V. Ex^a que nomeie uma comissão de parlamentares para se ocupar desse verdadeiro rosário de arbitrariedades, de insanidades que vêm sendo cometidas pelo executor das Medidas de Emergência na Capital da República. Tendo em vista que os Deputados Federais informados dessas violências, desses atentados à liberdade individual, estão presos a este recinto, dada a necessidade de assegurar permanentemente o **quorum**, desta sessão, peço a V. Ex^a que tome providências neste sentido e que procure saber da prisão do Presidente do Sindicato dos Professores de Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Esta Presidência solicita ao nobre Deputado José Fogaça que cite o dispositivo regimental e formalize a questão de ordem. Não tenho, dentro do Regimento, nenhum dispositivo capaz de ensejar a nomeação de uma comissão *ex officio* para tratar do assunto.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Armando Pinheiro.

O SR. ARMANDO PINHEIRO (PDS — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, as vistas do País estão voltadas para o Congresso Na-

cional. É indiscutível o fato de que estamos vivendo, nessa Legislatura, um momento de grande decisão, propiciado pelo clima de democracia que vem sendo instaurado no País pelo compromisso assumido pelo Presidente Figueiredo em 1978, que ao ser empossado na Presidência da República proclamou para toda a Nação: "Hei de fazer deste País uma democracia".

Os incrédulos nunca acreditaram e alguns continuam não acreditando, mas afinal estão todas as conquistas democráticas, afinal está o País vivendo realmente dentro de suas prerrogativas constitucionais. As eleições de 1982 representaram marco fundamental no processo de abertura política. Após a reformulação partidária, após o reordenamento das posições de cada um, cinco partidos se colocaram na disputa para obter a preferência eleitoral.

As rédeas constitucionais estavam fixadas. Não havia mais ninguém banido pelo período revolucionário sem usufruir seus direitos políticos. A anistia havia abrangido a todos. A imprensa, livremente, retratava para a opinião pública os acontecimentos. E as eleições de 1982 se realizaram. Esperava o partido majoritário da Oposição, o PMDB, obter a grande votação nacional. Mas, para surpresa de muitos, pela vontade livre do povo, o PDS foi consagrado nas urnas como o partido majoritário neste País. Obteve a maior votação para o Congresso Nacional; fez a sua maior bancada na Câmara e no Senado; fez a maioria dos Governadores, dos Deputados Estaduais e o maior número de bancadas majoritárias dos Estados brasileiros; fez quase o dobro do número de prefeitos e vereadores em relação aos demais partidos. Pela outorga popular, este Congresso e as representações nas Assembleias Legislativas foram investidos do poder de eleger o Presidente da República. Este Congresso, consequentemente, passou a ter a responsabilidade maior na sucessão presidencial, mundo que está de uma outorga popular. Cassar esta outorga é usurpar a vontade do povo; mudar a regra do jogo, no momento da sucessão, é, sim, o casuismo que tantos combatem. Restaurar o voto direto para Presidente da República é uma conquista, mas é preciso restaurá-lo num momento em que isso não represente usurpação à vontade popular.

O projeto oferecido a esta Casa pelo Presidente João Figueiredo, que representa uma proposta de coroamento do seu próprio projeto de abertura política, coloca bem a revisão constitucional. Restabelece o voto direto para o próximo período após o já deflagrado; estabelece a eleição em dois turnos, extensivos às Câmaras Estaduais e Municipais; devolve prerrogativas ao Congresso Nacional; ajusta preceitos constitucionais a uma nova realidade brasileira.

O PDS, ao tomar uma posição majoritária nesta Casa neste instante, de não aprovar o restabelecimento já das eleições, está sendo primeiro coerente com o mandato e a outorga popular que recebeu. Em segundo lugar, estará assegurando a este País a tranquilidade para a superação de sua crise, porque, lamentavelmente, esta é uma verdade que pode doer a muitos. As bandeiras levantadas pela Oposição, em 1982, de que procederia a mudanças neste País, de que seus governos estaduais — que conquistou em Estados importantes — realmente promoveriam a justiça social, de que satisfaria seus anseios e suas aspirações, estas bandeiras, evidentemente, ficaram nos palanques e não foram levados para os governos. Muito se fala, desta Tribuna, em pesquisas de opinião pública. Mas elas, de uma forma geral, condenam de maneira veemente e impiedosa as administrações oposicionistas dos Estados.

O Sr. Valmor Giavarina — V. Ex^ª vai deixar-me aqui de castigo?

O SR. ARMANDO PINHEIRO — No Estado de São Paulo, o que assistimos é a um desgoverno total, a uma falta de sensibilidade, a uma falta de competência, a um desajuste. Já existem também passeatas contra o Governo, a tal ponto de já dizer o dito popular que o Palácio

dos Bandeirantes vai ser transformado num "protestódromo", na expressão popular.

Ainda há questão de dez dias verificamos que centenas de milhares de professores iam às ruas, iam ao Palácio clamar pela injustiça social de que estão sendo vítimas naquele Estado. Eis que, num processo inflacionário de mais de 200%, já no último exercício, os professores e os funcionários tiveram apenas um aumento de 50%, sendo penalizados em seus bolsos com a perda de 150% do valor aquisitivo de seus salários. Daí o protesto, daí deixarem os seus sentimentos e os seus corações, voltados à educação e à criança, de lado, para irem pedir ao Governo justiça. O que ocorreu é que, naquela tarde em que os professores queriam o diálogo que lhes fora prometido, o Governador do Estado saiu de helicóptero escoltado pela Polícia e pelas metralhadoras que ele tanto combatteu. Do palácio foi para o Rio Grande do Sul, deixando cinco milhões de crianças sem escolas já há quinze dias, largadas a seu bel-prazer.

Esta é a democracia, esta é a justiça social que tanto pregaram. Portanto, Srs. Congressistas, no instante em que se cira perante esta Nação um grande expectativa como se a eleição direta fosse a vara milagrosa para salvar todos os nossos males; no instante em que os governos gastam fortunas e mais fortunas, dinheiro do povo, na mobilização popular, juntando todos os melhores artistas deste País, todos aqueles que são campeões de IBOPE na comunicação social para juntar o povo em palanques, em comícios e passeatas, no sentido de tentarem demonstrar que a maioria do povo brasileiro quer diretas já, venho aqui dizer que a maioria do povo brasileiro outorgou poderes nas urnas ao PDS para legitimamente representá-los e, nesta qualidade, como fazem quase todos os países democráticos, eleger o Presidente da República.

Ouço, com muita honra, o aparte do nobre Deputado.

O Sr. Valmor Giavarina — Nobre Deputado Armando Pinheiro, V. Ex^ª sabe muito bem da admiração que tenho pela sua inteligência.

O SR. ARMANDO PINHEIRO — Muito obrigado.

O Sr. Valmor Giavarina — V. Ex^ª é um homem culto, V. Ex^ª é um homem letrado e sabe jogar muito bem com as palavras, como todos nós estamos a assistir neste momento mais uma demonstração...

O SR. ARMANDO PINHEIRO — Não tão bem quanto V. Ex^ª.

O Sr. Valmor Giavarina — ...mas quero dizer a V. Ex^ª que cometeu dois pequenos enganos: primeiro, o PDS não foi majoritário nas urnas de 82, porque nós, da Oposição, do PMDB, sozinhos fizemos 5 milhões de votos a mais que o PDS, e as oposições reunidas, somaram 7 milhões de votos a mais do que o partido de V. Ex^ª. Primeiro equívoco de V. Ex^ª. O segundo, nobre Deputado, quando V. Ex^ª afirma, querendo com isso legitimar o Colégio Eleitoral que aí está, que a opinião pública nacional elegerá este Colégio em 1982. V. Ex^ª escorrega novamente. V. Ex^ª há de concordar comigo em que fazem parte do Colégio Eleitoral também os Srs. Senadores, e 2/3 desses Senadores foram eleitos em 1978, pela antiga ARENA e pelo antigo MDB. Não foram eleitos agora. E mais: 1/3 desses Senadores foi nomeado pelo Sr. Presidente da República — são "biônicos" e não representam nada a não ser os interesses do Palácio. Mas quando V. Ex^ª diz que o povo, vestido de amarelo, aparece nas praças públicas chamados pelos artistas, pelos atores, é somente por isso, V. Ex^ª comete o terceiro grande engano. Fizemos já e repetimos um desafio a V. Ex^ª ou a qualquer prócer da sua inteligência no sentido de que promova uma concentração popular para indiretas e levem todos os artistas deste Governo — e o maior artista dele, o maior de todos os artistas que este Governo tem... (Manifestação das galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — As galerias não podem se manifestar.

O Sr. Walmor Giavarina — ...porque, ilustre Deputado, o prestidigitador também é um ator — levem o prestidigitador Paulo Maluf. Ele trará a massa à praça pública não para ovacioná-lo, mas para "ovoacioná-lo". Muito obrigado, Deputado. (Palmas.)

O SR. ARMANDO PINHEIRO — Nobre Deputado Valmor Giavarina, devolvo a V. Ex^ª as gentilezas que me foram atribuídas. Mas quero lembrar que V. Ex^ª não está, evidentemente, muito forte na aritmética. O PDS obteve exatamente dezenove milhões e seiscentos e sessenta e dois mil votos na eleição de 1982 e o PMDB obteve dezenove milhões, trezentos e vinte e seis votos. Se assim não fosse, nobre Deputado Valmor Giavarina, não teria o PDS 235 Deputados, nesta Casa, contra apenas 200 do PMDB. Portanto, V. Ex^ª labora num grande e lamentável equívoco ao imaginar dados que não correspondem à realidade.

O Sr. Walmor de Luca — V. Ex^ª gosta de números. Permita-me um aparte para ajudá-lo.

O SR. ARMANDO PINHEIRO — Peço que V. Ex^ª tenha um pouco de paciência. Sei que está um pouco transtornado, mas darei o aparte a V. Ex^ª em seguida.

O segundo engano cometido pelo nobre Deputado Valmor Giavarina é quanto ao que procura realmente atribuir à grande massa que foi às ruas. Eu, respeito, foi realmente admirável, foram os maiores comícios que já se realizaram neste País, indiscutivelmente. Mas lembro a V. Ex^ª que pelo apanhado de um dos principais jornais que comandam a campanha pelas diretas, *Folha de S. Paulo*, ainda no último domingo, a avaliação foi de que aproximadamente 5 milhões de pessoas compareceram no conjunto dos comícios, número altamente expressivo. Mas quando se sabe que este País — e esta estatística abrange todos os Estados — possui mais de 130 milhões de habitantes, haveremos de verificar, sem sofismas, que se 5 milhões de habitantes foram às ruas, 125 milhões não foram. Portanto, é sofisma, sim, procurar nos impressionar através da mobilização dos correligionários do PMDB, PDT, PT, Oposição, enfim, quando funcionários públicos foram dispensados do serviço, carregados com condução gratuita, com incentivos, até com certas pressões para as praças públicas, com tudo isso esse número não nos impressiona, em função dos 125 milhões de brasileiros que não participaram dessas manifestações. (Muito bem!).

O Sr. Walmor de Luca — Nobre Deputado, eu gosto inclusive de me congratular com V. Ex^ª, porque traz ao debate, nesta tarde, a questão dos números do último pleito eleitoral. Exatamente para ajudar V. Ex^ª na sua argumentação, eu lembraria, por exemplo, que na Amazônia, em 6 unidades administrativas, os partidos de oposição fizeram 20 mil votos a mais do que o partido de V. Ex^ª. Mas a manipulação dos números, a vantagem do Colégio Eleitoral permitiu que o partido de V. Ex^ª...

O SR. ARMANDO PINHEIRO — Eu gostaria que V. Ex^ª mencionasse o total dos votos do PDS e do PMDB para a Câmara Federal.

O Sr. Walmor de Luca — O total dos votos no Brasil eu posso lhe mostrar. V. Ex^ª quer apenas lembrar os 17 mil votos do PDS contra os 17 mil do PMDB. Mas V. Ex^ª se esquece de que o partido obteve no Maranhão, por coincidência, o Estado do Presidente do seu partido, 695 mil votos, que valeram ao PDS 14 cadeiras na Casa. Enquanto isso... V. Ex^ª me permitiu o aparte.

O SR. ARMANDO PINHEIRO — Quero saber qual a votação dos dois maiores partidos. Qual o partido que obteve a maior votação?

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — O orador tem dois minutos para terminar o seu discurso.

O Sr. Walmor de Luca — Os mesmos 694 mil votos. Por exemplo, o PDT...

O SR. ARMANDO PINHEIRO — V. Ex^a está sofismando. E o resultado final da votação? Qual o partido que obteve a maior votação?

O Sr. Walmor de Luca — Quem sofisma é V. Ex^a. V. Ex^a está com medo.

O SR. ARMANDO PINHEIRO — Qual o partido que está legitimado pela opinião pública brasileira? Qual é o maior partido nesta Casa?

O Sr. Walmor de Luca — V. Ex^a ocupa uma cadeira nesta Casa com 75 mil votos e eu o aparteio com um mandato que me outorga 86 mil votos, ou seja, nós da Oposição temos, em média, 11 mil votos a mais do que V. Ex^a.

O SR. ARMANDO PINHEIRO — V. Ex^a não respondeu e não responderá, razão pela qual concedo o aparte ao nobre Deputado Jorge Arbage.

O Sr. Walmor de Luca — Quanto a isto, temos mais autoridade para falar, porque exatamente os números comprovam isto.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — V. Ex^a tem um minuto para encerrar o seu discurso, Sr. Deputado.

O SR. ARMANDO PINHEIRO — Não posso encerrar sem ouvir o aparte do nobre Deputado Jorge Arbage.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Mas não há tempo e solicito ao nobre Deputado Jorge Arbage não aparteará-lo.

O SR. ARMANDO PINHEIRO — Concluo, Sr. Presidente, Srs. Congressistas. O nobre aparteante tentou, por todas as formas, mostrar dados parciais, o que veio reforçar a nossa argumentação, fato que procura esquecer, de que o PDS está legitimado não por cinco milhões de manifestantes, mas por dezessete milhões e seiscentos mil votos na urna sagrada, secreta, inviolável, para exercer, em nome do povo brasileiro, sua maioria no Colégio Eleitoral, complementar o processo de abertura do Presidente Figueiredo e com ele tentar uma composição com a própria Oposição, visando a atualizar a nossa Carta e restaurar, a partir de 1988, a eleição direta para Presidente da República. Mas não usurpando um direito já delegado pelo próprio povo. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Com a palavra o Sr. Deputado Arthur Virgílio Netto.

O Sr. Ibsen Pinheiro — Sr. Presidente, para uma reclamação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Para uma reclamação, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. IBSEN PINHEIRO (PMDB — RS) — Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, com base no art 151 do Regimento Comum, invocando supletivamente o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, remeto a questão concreta à decisão de V. Ex^a, fazendo prévia referência ao art. 14 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, definindo as atribuições da Mesa Diretora, descreve o dever de promover a valorização do Poder Legislativo, a consolidação do seu conceito perante a Nação, com o objetivo inclusivo de fortalecer as instituições democráticas.

Invoco, mais, Sr. Presidente, o art. 16 do Regimento Interno da Câmara, aplicável supletivamente: O Presidente — V. Ex^a, no caso do citado artigo tem — pelo in-

ciso 26, o poder de autorizar a divulgação das sessões desta Casa.

Sr. Presidente, ainda o Título XIII do Regimento Interno em referência confere à Mesa Diretora e a V. Ex^a o poder de polícia no âmbito do Congresso Nacional. Nesse sentido quero trazer ao conhecimento de V. Ex^a fato sumamente grave: os telefones diretos, instalados nos gabinetes de inúmeros Congressistas, inclusive no Gabinete 928, do Deputado que apresenta esta reclamação, estão impossibilitados de estabelecer comunicações mediante discagem direta à distância. Está havendo qualquer espécie de bloqueio, que sintomaticamente se reflete em diversos telefones instalados em gabinetes de Deputados e Senadores no prédio do Congresso Nacional.

Sr. Presidente, Moacyr Dalla, invoco, finalmente, o art. 285, que singelamente remete à competência de V. Ex^a a definição de questões relativas aos serviços administrativos da Casa. Se questão constitucional da maior gravidade não for aí identificada, ao menos V. Ex^a, com o espírito de justiça que tem caracterizado sua atuação à frente do Congresso Nacional, acolherá esta reclamação com fundamento no art. 285, que trago à consideração de V. Ex^a:

“As reclamações sobre irregularidades nos Serviços Administrativos deverão ser encaminhadas à Mesa, para providências dentro de quarenta e oito horas”.

Pela própria natureza da pane significativamente verificada, esta providência se requer imediata. Espero, com a reclamação, definindo fato concreto, perfeitamente fundamentado, as providências de V. Ex^a, informando mais que este Deputado procurou contato com a Companhia Telefônica de Brasília e nas últimas três horas tem batalhado pela restauração do seu direito de se comunicar com o restante do País.

Espero a providência da Mesa Diretora no sentido do restabelecimento do direito desta Casa de se comunicar com o País que representa.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Mesa vai diligenciar no sentido de atender às reivindicações de V. Ex^a. E solicitará a um funcionário que procure o Dr. Paulo Afonso, para levar essa solicitação novamente ao eminente Presidente Flávio Marcílio, a quem, no caso, cabe tomar tais providências.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Arthur Virgílio Netto.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO NETO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Para uma questão de ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Freitas Nobre.

O SR. FREITAS NOBRE (PMDB — SP) — Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, é lamentável que vezes se guidas sejam reclamações e denúncias que nos levem a ocupar este microfone. Tenho a dar aos Srs. Senadores e Srs. Deputados mais uma informação dolorosa a respeito da arbitrariedade com que o Executivo está agindo, especialmente na área das comunicações.

Há uma organização tradicional em São Paulo, a TV Gazeta e a Rádio Gazeta, da Fundação Cásper Líbero, com um nome respeitável naquele Estado, embora não seja das maiores organizações de rádio e televisão deste País. Hoje o DENTEL, portanto o Executivo, determinou a lacração da Rádio e da TV Gazeta, lacração que foi executada provavelmente como amedrontamento às demais organizações de rádio e televisão.

Queremos daqui protestar, não apenas porque isso significa o cerceamento da liberdade de informação até fora da área das medidas de emergência, mas também

uma ameaça a todas as outras empresas de comunicação, especialmente de rádio e televisão e, finalmente, uma agressão ao Legislativo, pois, no momento em que a televisão e o rádio, onde se produz um programa da Abril Cultural, inclusive com repercussão de noticiário, programa jornalístico de grande audiência, momento em que isso ocorre, este Congresso perde muito da sua autonomia e da sua liberdade. Ele, que tem, pela lei, o direito até de convocar todas as empresas de rádio e televisão para a manifestação do Presidente do Senado e da Câmara — está na lei, e não o tem feito — encontra-se, no entanto, cercado no seu dever, não apenas no seu direito, de transmitir à Nação o que ocorre nesta Casa.

O cerceamento, portanto, é mais uma violência, contra a qual protestamos juntamente com todos aqueles que, em todas as Nações do mundo, hoje, através de programas da BBC, da ORTF, da “Voz da América”, reclamam contra o abuso, contra o arbítrio, contra a violência que se instaurou aqui contra o direito do povo de ser, pelo menos, informado. (Palmas.).

O Sr. Jorge Arbage — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra o nobre Deputado Jorge Arbage, para uma comunicação de Liderança.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS — PA) — Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, queremos aplaudir a nobre Oposição brasileira em todo o momento em que, respaldada na Constituição e na lei, aqui comparece para dar seqüência à orquestração de tantas denúncias de fatos que, no seu entendimento, estão ocorrendo no País. Mas queremos também resguardar este mesmo princípio de direito constitucional e legal ao Governo da República, quando S. Ex^a procura, dentro dos limites da Constituição e da lei, dar cumprimento às medidas de emergência em vigor no País desde a sua decretação.

Hoje, dezenas de denúncias foram trazidas ao conhecimento da Casa com o propósito intencional de perturbar e de tumultuar os nossos trabalhos. V. Ex^a mesmo, ao mandar apurar a denúncia de que o Congresso Nacional estava cercado, constatou, de imediato, em cima do lance, a improcedência dessa denúncia. Portanto, Sr. Presidente, se temos o direito de usar a prerrogativa constitucional e legal para fazer todo o tipo de denúncia que se desejar nesta Casa, que se respeite também o mesmo direito da Constituição e da lei em favor do Presidente da República e daqueles que estão dando execução às medidas de emergência decretadas pelo Governo Federal.

São estes os esclarecimentos que precisam ser dados, Sr. Presidente, nesta sessão, para que não se tumultue o nosso trabalho, quando estamos procurando colaborar com V. Ex^a para manter a dignidade deste Poder e dar-lhe o direito de decidir, pela livre manifestação dos seus integrantes. Não vamos permitir, Sr. Presidente, que esse processo infamante continue a ser deslançado apenas pelo propósito institucional de mudar a rota dos nossos trabalhos e levá-los para os caminhos do tumulto. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Moacyr Dalla) — Tem a palavra o nobre Deputado Amaral Netto, que já se encontra na tribuna.

O SR. AMARAL NETTO (PDS — RJ) — Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente do Congresso, Srs. Senadores, Srs. Deputados, a oportunidade que me deram, com as questões de ordem e as comunicações levantadas aqui, foi, talvez, a de ter um pouco mais de tempo para pensar na minha responsabilidade, que é a de todos nós. Eu já estive nesta tribuna, ou naquela outra, em ocasiões difíceis desde 63, 64, 66, 68 e, agora, em 84 e diria a V. Ex^a que não seriam 15 minutos, ou meia hora, ou uma, ou duas ou até um ano inteiro que me permitiriam en-

contrar um denominador comum para um discurso que...

O Sr. Paulo Mincarone — Permite-me V. Ex^ª um aparte?

O SR. AMARAL NETTO — ...apesar da irreverência que pratico, gostaria de que não tivesse apartes, a não ser daqueles que fossem citados por mim, porque o tempo é muito pouco para que se possa expender a opinião de um homem cuja posição é tão difícil quanto a minha.

O Sr. Paulo Mincarone — V. Ex^ª só tem falado sem apartes. Em todos os discursos nunca deu apartes.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — O Deputado já registrou que não vai permitir apartes. Os microfones de apartes serão desligados.

O SR. AMARAL NETTO — V. Ex^ª falou na hora errada, porque, na semana passada, cheguei a obter do Líder do meu partido meia hora do tempo oficial da Liderança, para que todos pudesse debater comigo aquilo que eu havia tratado antes, sem apartes. E aqui, nesta tribuna, fiquei não por meia hora, mas por 40 minutos, por deferência e bondade do Presidente naquele momento, respondendo apenas a apartes, sem colocar mais a minha opinião.

O Sr. Paulo Mincarone — Pela primeira vez.

O SR. AMARAL NETTO — Não é verdade, V. Ex^ª sabe que este Deputado que aqui fala recebeu honroso convite de um companheiro seu e meu, o Deputado José Fogaça, para ir à sua terra, Porto Alegre, debater com 4 dos melhores debatedores deste País, o Deputado Alceu Collares, o Deputado Odacir Klein, o próprio Deputado José Fogaça e o representante do PT, o advogado Grimaldi. Este debate durou 3 horas perante uma audiência de mil e duzentas pessoas, todas elas contra mim. E tive oportunidade de daqui agradecer a todos o respeito que me dispensaram e até algum carinho com que fui tratado, apesar daquela diferença de opiniões tão grande postas na Faculdade de Direito de Porto Alegre. Gostaria de dizer a V. Ex^ª que, neste momento, sou parte de uma minoria — mesmo podendo derrotar a emenda, é minoria — que por mim se declarou no momento em que se estabeleceu a discussão das eleições diretas. Não chegou hoje, não me converti ontem, não me abalei por princípios, não me abalei por tentações. Estou numa posição que é difícil, como estão muitos dos meus colegas. Diria a V. Ex^ª que nesta posição em que me encontro, que repito não é das mais fáceis, tenho protestos a fazer tanto quanto os têm feito a Oposição. Sou radicalmente contra a censura, mas pratico o que digo, porque, ontem, conviado para um debate, pela Rádio Jornal do Brasil, num apartamento do Hotel Nacional, com o Deputado Freitas Nobre, nobre Líder da Oposição, o Deputado José Eudes e o Deputado Bocayuva Cunha, lá não fui a partir do momento em que o Sr. Luiz Machado, Chefe do "Jornal do Brasil", nesta cidade, declarou-me que o debate, antes de ir para o ar, seria submetido à censura. Não me conformo, conscientemente, em ser censurado por ninguém. (Palmas.) Acho que é um grave erro que se comete, como entendo que este erro não nos beneficia, neste momento. Só nos prejudica, porque nos coloca sobre os ombros uma pesada carga para carregar. Mas diria a V. Ex^ª que os erros são da própria condição humana. O que vou dizer agora não tem o objetivo de ferir ninguém, muito menos um homem que respeito, que é o Deputado Ulysses Guimarães, aqui presente. Presidente do PMDB e que carrega sozinho, através do tempo, uma cruz considerada impossível de carregar, no entanto, o próprio Deputado Ulysses Guimarães, dentro de toda sua coerência de hoje, foi obrigado muitas vezes a agir contra aquilo que hoje ele prega. Por isso eu justifico as incoerências de tantos. Vamos recaptular: em 1958, o

Ministro da Guerra, General Lott, a pedido do Ministro da Justiça, e com concordância de um Presidente democrata inquestionável, que era JK, mandou as tropas da 5ª Região Militar de Ponta Grossa ocupar com 3 mil homens, canhões, bazurcas, metralhadoras e minas de baixo das pontes, a região cafeeira do Paraná, para impedir que apenas dois mil lavradores e duzentos e sessenta e quatro pequenos veículos se dirigissem ao Rio para pressionar a Câmara dos Deputados, exigindo melhores financiamentos e liberação do consórcio cambial. Nessa época, o Presidente da Câmara era o nosso nobre colega Ulysses Guimarães. E, naquele momento, ele agiu como achou que devia, no sentido de que era uma providência que prejudicava os interesses da Câmara...

O Sr. Freitas Nobre — Fiz questão de apartear V. Ex^ª para poder desautorizar a informação. Está presente o Presidente Ulysses Guimarães. Ele era Presidente da Câmara dos Deputados, o assunto era do Executivo, ele não autorizou absolutamente intervenção de tropa alguma. (Palmas.) E não o faria.

O Sr. Ulysses Guimarães — ...Não autorizei intervenção alguma. Como Presidente da Câmara dos Deputados, correligionário de V. Ex^ª, a medida que tomei foi fazer que o próprio General Lote entregasse ao Deputado Tenório Brito a sua residência que tinha sido invadida. Esta foi a providência que tomei, como Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente de uma Câmara independente, (*muito bem! palmas*) e não esta que aqui está. Com todo o respeito que tenho por V. Ex^ª, não fui ouvido, e se fosse, seria contra. V. Ex^ª não pode usar esta tribuna para dar uma informação desta ordem.

O SR. AMARAL NETTO — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, vou tentar recapitular o que eu disse, porque parece que o Deputado Ulysses Guimarães não me ouviu bem. O que eu disse é que foi tomada a medida pelo Executivo. Eu não disse, em nenhum momento, que o Deputado Ulysses Guimarães pediu a medida. Jamais disse isso. Deputado Ulysses Guimarães, faça-me justiça da palavra do que lhe digo. Os Anais da Casa vão registrar minhas palavras. Eu não disse que V. Ex^ª pediu aquela medida. O que eu quis dizer é que V. Ex^ª não protestou. É diferente. O que eu quero dizer — e repito — nada tem a ver com a intocabilidade da sua moral política. Tem a ver com fatos. Meu nobre Presidente Ulysses Guimarães, temos sido atingidos aqui por aleivosias, insultos e infâmias de toda ordem, até mesmo nos discursos de V. Ex^ª. Não estou usando adjetivos porque poderia citá-los, Deputado Ulysses Guimarães, o que não diminui meu respeito por V. Ex^ª, mesmo porque, no dia 5 de abril, V. Ex^ª com outros cinco parlamentares em 1964 tivessem saído de Brasília ao Rio para levar ao Comando da Revolução o Projeto de Ato Constitucional que previa a cassação e suspensão de direitos políticos.

O Sr. Ulysses Guimarães — Desejo dizer a V. Ex^ª o que disse a propósito desse episódio, inclusive ao jornalista Carlos Castello Branco. Primeiro, eu não era Presidente, à época, do meu partido, o PSD. Segundo, o Presidente Ranieri Mazzilli havia-me pedido que, em idas eventuais ao Rio de Janeiro, eu o acompanhasse, para assessorá-lo em assuntos que dissessem respeito à situação existente naquele momento. Quero dizer a V. Ex^ª que a minha posição foi a de não oferecer absolutamente nada que determinasse o procedimento daqueles que haviam vencido, a Revolução, ou o comando revolucionário. Não havia qualquer relacionamento pessoal. Minha posição sempre foi a de resguardar as prerrogativas deste Congresso, mesmo porque, àquela altura, vigendo a Constituição de 1946, o que se entendia era que o Congresso deveria tomar as providências que lhe fossem determinadas pela Constituição. Eu não proporia nunca qualquer medida naquela altura em que se queria resguardar, como era expectativa geral, o Congresso Nacio-

nal. Entendíamos que o Congresso Nacional nunca poderia tomar qualquer medida que prejudicasse sua independência. Não poderia propô-la não a propria, nem seria aceita. De maneira que esta foi realmente a posição que tomei naquela ocasião. Não foi solicitada, nem oferecemos qualquer sugestão no sentido de um assunto que foi deliberado. Foi uma surpresa geral a do comandante revolucionário. Portanto, quero dizer que isso não tem qualquer assento na verdade. Deputado Amaral Netto. E havia até uma impossibilidade física, ou uma impossibilidade total, inclusive pela posição que ocupava para fazer isso. Estava no Congresso Nacional junto com o Presidente Ranieri Mazzilli, dizendo-lhe o seguinte: enquanto está na Presidência da República em função de ser o Presidente da Câmara dos Deputados, tem, acima de tudo, que interpretar a independência do Poder Legislativo. Esta é a situação. (Palmas.)

O SR. AMARAL NETTO — Repito a V. Ex^ª, com o respeito que lhe devo — e disso tenho demonstrado o meu modo de ver sempre, de enfrentar em V. Ex^ª um adversário determinado, duro, inteligente, capaz — que em nenhum momento estou movido por qualquer coisa que leve o Governo ou a Oposição nesta Casa a julgá-lo de modo diferente. O que estou querendo demonstrar é que nós todos fomos um pouco responsável por algumas coisas que aconteceram neste País. Quando me referi à ida de V. Ex^ª ao Rio, Deputado Ulysses Guimarães, não disse que V. Ex^ª era o único, não disse que era o Presidente. Quis dizer que V. Ex^ª, em companhia de Pedro Aleixo, Arnaldo Cerdeira, Martins Rodrigues e João Agripino, nosso companheiro aqui vivo e, tanto quanto eu, sobrevivente de 1964 (*muito bem!*) foram levar ao comando revolucionário as sugestões do Congresso para institucionalizar a Revolução. E não há nenhuma ofensa nisso. Absolutamente. Como não há ofensa em dizer hoje ao PMDB que, por ocasião da votação do projeto de anistia, talvez quase todas as lideranças se colocaram contra a votação, porque tinham medo de que os líderes mais fortes voltassem e ocupassem seus lugares. (*Muito bem!*)

O Sr. Eduardo Matarazzo Suplicy — Permite-me V. Ex^ª um aparte?

O SR. AMARAL NETTO — Não posso, nobre Deputado. Posso permitir o aparte, é lógico, aos Deputados Freitas Nobre e Ulysses Guimarães. Quero que V. Ex^ªs me deem esse direito, como um daqueles dessa minoria nacional tão anunciada por V. Ex^ª...

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Nobre Deputado Amaral Netto, V. Ex^ª tem 3 minutos para terminar o seu discurso.

O SR. AMARAL NETTO — Pois bem, quero lembrar a todos que faço parte daquela minoria — como diz a Oposição — de 10 a 12%. Não me esmaguem também na tribuna, porque aqui me resta somente a determinação e a coragem, que nunca me faltou, entre os meus outros tantos defeitos, de lhes dizer que a mim me impressionam as manifestações populares, que a mim me impressionam as palavras dos grandes líderes da Oposição, que a mim me impressionam as demonstrações feitas aqui, que a mim me impressiona a boa vontade daqueles que querem uma mudança já. Eu quero uma mudança depois. E sendo assim, tanto quanto eu respeito V. Ex^ªs, exijo que V. Ex^ªs me respeitem (*palmas*). E digo a V. Ex^ªs que a minha atitude é a daquele que acha que o Governo é incompetente e não soube agir com as medidas de emergência; que o Governo praticou medidas de emergência que levaram o ridículo a ele e a nós, quando a emergência que deveria existir seria aquela que levei ao Presidente Moacyr Dalla em janeiro e que a Constituição prevê. As Forças Armadas brasileiras não são somente fiadoras do Executivo, são fiadoras do Judiciário e do Legislativo. As Forças Armadas brasileiras têm a missão de defender os Três Poderes. Nós nos acostuma-

mos lá e cá a uma guerra que não pode levar a nada, que diz respeito mútuo. E, em janeiro, quando levei ao Senador Moacyr Dalla a minha idéia, ela foi condenada e criticada. Era que, usando o texto da Constituição, o Senador Moacyr Dalla requeresse ao Ministro da Justiça tropa federal para, sob o seu comando, Senador-Presidente, garantir este Congresso. Isso se faz nos Estados Unidos, na Alemanha, na Suíça e na Holanda. Todos os líderes lhe disseram: Isso é uma submissão. Não é verdade, é usar o direito que temos de pedir às Forças Armadas, ou melhor, não pedir, chamá-las a garantir este Poder, porque V. Ex^s sabem que os provocadores não são só a direita e não são só as esquerdas, estão em todos os matizes. E, se quiserem reduzir este País mais uma vez, vão fazê-lo, porque as minorias, nesses casos, comandam as maiorias.

Sr. Presidente, vou encerrar meu pronunciamento, agradecendo a V. Ex^s a benevolência e, também, aos Deputados Freitas Nobre e Ulysses Guimarães, pelos quais tenho o maior respeito, terem-me aparteado.

O Sr. Freitas Nobre — V. Ex^s há de me permitir dizer que estava respondendo à Nação e a esta Casa e não ao Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Eminent Líder Freitas Nobre, o tempo do orador está esgotado. S. Ex^s não pode mais conceder apartes.

O SR. AMARAL NETTO — Vejo que V. Ex^s, Deputado Freitas Nobre, não me dá a reciprocidade do respeito e da admiração. Lamento-o, enormemente, nobre Deputado, porque acho que democracia é coisa diferente. Democracia é o meu reconhecimento do direito de V. Ex^s fazerem o que estão fazendo. E democracia também tem que ser o reconhecimento de V. Ex^s, quando exerce o meu direito. E, hoje, aqui, custe o que custar, estarei presente para responder “não”, com a maior consciência que tenho. (Palmas e apupos; apoiados e não apoiados.)

O Sr. Djalma Falcão — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Com fundamento em que artigo do Regimento levanta V. Ex^s uma questão de ordem?

O Sr. Djalma Falcão — V. Ex^s, Sr. Presidente, está fazendo uma exceção quanto à minha questão de ordem, o que não fez com relação aos demais parlamentares. V. Ex^s, até então, a ninguém pediu invocar artigo do Regimento

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — V. Ex^s então tem a palavra para levantar questão de ordem, nobre Deputado.

Há vários oradores solicitando à Mesa oportunidade para falar; inclusive V. Ex^s esteve aqui várias vezes pedindo oportunidade para ocupar a tribuna. Então, às questões de ordem, se forem fundamentadas regimentalmente, terei o máximo prazer em responder.

V. Ex^s tem a palavra.

O SR. DJALMA FALCÃO (PMDB — AL) — Sem revisão do orador. — Sr. Presidente, eu me cingi à letra fria do Regimento Interno, pois cabe ao Presidente zelar pela dignidade do Poder e pelas prerrogativas dos seus membros. Entendo também que cabe a V. Ex^s zelar pela verdade dos fatos aqui no Congresso Nacional, porque os Anais do parlamento são uma fonte perene para a História e não podem ser infestados de inverdades, pelas inverdades trazidas nesta tarde pelo Deputado Amaral Netto, pelas inverdades a respeito da anistia. A verdade a respeito da anistia é uma só. As Oposições queriam uma anistia ampla geral e irrestrita. Não queriam a anistia capenga enviada pelo Governo. Quanto à figura do Presidente Ulysses Guimarães, é preciso que se tenha

respeito a um homem que é um símbolo da dignidade cívica deste País.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Márcio Santilli.

O SR. MÁRCIO SANTILLI (PMDB — SP) — Sem revisão do orador — Sr. Presidente, Srs e Srs. Congressistas...

O Sr. Wilmar Palis — Nobre Deputado Márcio Santilli, antes que V. Ex^s inicie sua fala, poderia permitir-me alguns minutos do seu tempo, já que me inscrevi e não há tempo para se falar? Eu apelaria para a fidalguia que o caracteriza.

O SR. MÁRCIO SANTILLI — Deputado Wilmar Palis, terei o maior prazer em ouvi-lo brevemente no decorrer do meu pronunciamento. É com muita honra que ouvirei V. Ex^s.

O Sr. Wilmar Palis — Muito obrigado a V. Ex^s, nobre Deputado Márcio Santilli.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Quero formular novamente um apelo aos Srs. Deputados para que tomem seus lugares. Vamos ordenar os trabalhos. A sessão está correndo normalmente. Vamos ajudar esta Presidência e mostrar a este País que estamos dentro de um regime em que o Parlamento vai decidir de acordo com a sua consciência.

Com a palavra o orador que está na tribuna.

O SR. MÁRCIO SANTILLI — Sr. Presidente, Srs. e Srs. Congressistas, aproxima-se o momento da grande decisão nacional. No dia de hoje o Congresso Nacional dirá se dispõe a abrir efetiva e definitivamente os caminhos da democracia ou se permanecerá subjugado ao poder ditatorial do Governo Federal. Este Congresso dirá se nasce ou se morre diante da confiança da população brasileira. Tenho certeza, a partir das posições manifestas pela massacrante maioria do povo brasileiro nas ruas, de que hoje abriremos, sim, a picada da democracia na floresta negra da ditadura.

Sr. Presidente, são 130 milhões de vozes que clamam para que nossas vozes sejam aqui suas vozes; são 130 milhões de consciências que exigem de nós que sejamos capazes de interpretá-las e transformá-las em ação política prática e efetiva, são 130 milhões de olhares que, apesar da censura draconiana imposta à imprensa, haverão de identificar os que aqui estão ao lado da democracia e os que aqui estão ao lado da ditadura. São 130 milhões de sentimentos que apelam, neste momento grave que vive a Nação, para os sentimentos de 479 Deputados e 69 Senadores, que haverão de deliberar, hoje, sobre a realização imediata das eleições diretas no Brasil.

O Sr. Eduardo Matarazzo Suplicy — Permite V. Ex^s um aparte?

O SR. MÁRCIO SANTILLI — Pediria a V. Ex^s que aguardasse um pouco, pois já assumi o compromisso de ouvir inicialmente o Deputado Wilmar Palis.

Vimos em todas as cidades brasileiras a presença maciça, a presença pluralista, a presença serena, mas firme, da Nação brasileira a exigir o retorno à democracia. Foram concentrações inéditas que varreram do mapa político deste País a possibilidade de que esta ditadura permaneça com um mínimo que seja de respaldo popular, de respaldo nacional. Isto, companheiros, tem uma importância histórica, que não pode ser desconhecida por nenhum de nós. Ou seremos fiéis à vontade da maioria da população brasileira, ou estaremos definitivamente no limbo daqueles que não tiveram a sensibilidade, a coragem e a competência de fazer com que se transformasse em fatos políticos aquilo que deseja sabida e majoritariamente a Nação brasileira. Como resposta a esta campanha majoritária, o Governo Federal decre-

tou as chamadas medidas de emergência, que correspondem a um acirramento inédito nos últimos anos dos poderes ditatoriais que correspondem a uma volta atrás, a um recuo, a um retrocesso aos anos piores, aos anos mais negros que sucederam ao golpe de 64. E tenho certeza de que nem com todas essas medidas de emergência, nem com a prisão de Parlamentares, nem com a pancadaria que se abateu sobre os estudantes, nem com as perseguições feitas a Prefeitos e Vereadores, que para cá se dirigiram para manifestar sua vontade política, nem com tudo isso esse Governo poderá evitar que este Congresso marche em direção à Nação e construa os caminhos que nos levarão a um Brasil soberano, a um Brasil democrático, a um Brasil voltado para as necessidades da maioria da população.

Ouço o nobre Deputado Wilmar Palis..

O Sr. Wilmar Palis — Agradeço ao nobre Deputado Márcio Santilli, já que não houve oportunidade, devido às inscrições a mancheias, de poder falar no meu tempo; e, como não haverá esse tempo, peço a benevolência de V. Ex^s para inserir parte de minha fala, a fim de marcar minha posição junto aos colegas honrados desta Casa, nos Anais da Câmara e para a História política deste País. Pedi a V. Ex^s, e V. Ex^s anuiu. Fiz um resumo, nesse breve espaço de tempo, para não me estender: Estamos diante de uma opção histórica. O momento exige, de cada brasileiro, uma definição política. Quando Hamlet, na sua perplexidade, se auto-interrogava sobre uma condição de vida — Ser ou Não Ser — tentava solucionar uma dúvida existencial, cuja solução seria o início de uma nova atitude comportamental. Mais do que uma alternativa hamletiana, a nossa escolha de hoje ultrapassa o âmbito individual. Neste momento, não é mais o indivíduo que se questiona. É a Nação inteira que se debruça diante de si mesma, em busca de uma resposta: Eleições Diretas ou Indiretas? Mais do que nunca, a hora é de coerência; jamais, de fidelidade servil, cega, inconsciente. Quando concorri a uma cadeira no Congresso Nacional, optei pelo PDS, não por mera veleidade, mas porque os princípios programáticos desse partido, que ainda estão de pé, e nos quais ainda me apóio, defendem os direitos inalienáveis da pessoa humana, da liberdade de não ter medo, de praticar o culto religioso, de sua inviolabilidade como cidadão; defendem os direitos inalienáveis de que o povo é fonte da soberania e do poder nacional e, por isso mesmo, é o agente e destinatário de toda a ação política; defendem os direitos inalienáveis de que o Poder Legislativo é a maior das criações dentre as instituições liberais, de modo que suas prerrogativas não podem situar-se abaixo de quaisquer outras; em síntese, defendem os direitos inalienáveis de que o homem não pode rejeitar os valores sagrados que regem sua dignidade. Por outro lado, nobre Deputado Márcio Santilli, é chegada a hora de se reconhecer também que velhas estruturas se revelam incapazes de tratar adequadamente os problemas nacionais; de que as entidades de classe, lideranças estudantis e sindicais exigem alterações substantivas no *status quo* político, de que as grandes massas se reúnem em Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro — enfim, em todo o País — para reclamarem, em praça pública, o direito de escolher livremente o supremo mandatário da Nação. (Muito bem! Palmas.) Fiel, pois, às tradições democráticas do meu País, e à filosofia do meu próprio partido, fiel, sobretudo, ao povo, de que sou representante nesta Casa, declaro alto e bom som: Voto Pelas Eleições Diretas, já — assumindo, perante a Pátria, perante a História, toda a responsabilidade deste meu gesto. Muito obrigado a V. Ex^s, nobre Deputado. (Palmas.)

O SR. MÁRCIO SANTILLI — Deputado Wilmar Palis, a decisão de V. Ex^s enobrece o Congresso Nacional. Quero dizer a V. Ex^s que esta decisão já era esperada por todos nós. Em outros momentos, na votação dos fa-

migerados decretos-leis que aqui derrubamos, V. Ex^o tomou posição semelhante. Portanto, como democrata, em nome de todos os democratas deste Congresso e desta Nação, congratulo-me com V. Ex^o

Sr. Presidente, dizia eu que os Prefeitos e Vereadores deste País viram, presenciaram e vivenciaram as atitudes repressivas, que procuravam impedir a livre manifestação de sua vontade política. No entanto, apesar dessas ameaças e violências, os Prefeitos e Vereadores, a Frente Municipalista proclama sua resposta às medidas de emergência, ao arbitrio e à violência.

Passo a ler manifesto da Frente Municipalista, dirigido ao Congresso Nacional na tarde de hoje.

"Os municipalistas — Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores e lideranças políticas municipais — manifestam a sua vontade inquebrantável de que seja aprovada a Emenda Dante de Oliveira, restabelecendo eleições diretas já para Presidente da República.

Temos a convicção de que o Congresso nacional, integrado pelos legítimos representantes do povo, acatará a decisão da praça pública, onde os cidadãos brasileiros decretaram o fim do colégio eleitoral e a necessidade de novos caminhos para nosso país.

Todos os partidos políticos de oposição e um expressivo segmento do PDS, cristalizado na coragem e firmeza dos parlamentares do grupo pró-diretas, expressam sua sintonia com os anseios nacionais. Sabem que a soberania do Congresso só poderá ser afirmada diante das medidas de exceção para inibir a vontade do Poder Legislativo, dizendo sim às eleições diretas-já.

A Frente Municipalista pelas Eleições Diretas, coordenada pelo Presidente da Associação Paulista dos Municípios, Vice-Governador Orestes Quérzia, não se intimidou com os constrangimentos provocados pelas medidas de emergência e compareceu, cumprindo um dever e um direito, ao Congresso Nacional, em consonância com a vontade de seus municípios.

Acredita na sensibilidade, no espírito patriótico de todos quantos compõem o Poder Legislativo Nacional. Possui a absoluta certeza de que retornará levando ao povo de seus Municípios a boa-nova da aprovação da emenda das diretas-já.

Os municipalistas, principalmente neste momento da vida nacional, afirmam seu compromisso com a história política brasileira e reafirmam a decisão inarredável de participarem e estarem presentes em todos os acontecimentos da vida pública da Nação.

Brasília, 25 de abril de 1984.

FRENTE MUNICIPALISTA PELAS DIRETAS."

Nestes termos, Sr. Presidente, está lavrada a resposta clara dos nossos Prefeitos e Vereadores, das nossas lideranças municipais às medidas de emergência implantadas neste País.

Ouço o nobre Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy.

O Sr. Eduardo Matarazzo Suplicy — Nobre Deputado Márcio Santilli, é necessário hoje que o Congresso Nacional possa separar entre aqueles membros do PDS os que vão votar favoravelmente, sem receio, pela democratização do País imediatamente e aqueles que temem as razões da democratização imediata. E, entre as razões do medo, do receio, está o próprio comportamento do General Newton Cruz. É necessário ir a fundo, para explicar por que o General Newton Cruz tanto teme e dá ordens para que não mais divulgue. Por exemplo, está no sucesso deste livro "Os Mandarins da República", do jornalista José Carlos de Assis, hoje o livro mais vendido no Brasil, segundo as listas de leitura, embora tenha aca-

bado de ser publicado, porque aqui está a verdade, que está sendo investigada pela Comissão Parlamentar de Inquérito, que examina o caso CAPEMI. Vou ler apenas uma frase, para que se note as razões do comportamento do General Newton Cruz: "Não deixava de ser intrigante o fato de que os contratos mais suspeitos beneficiavam o mesmo conjunto de pessoas ligadas entre si por relações de parentesco, tendo em comum 'não um pacto ideológico ou uma vinculação funcional explícita com o Serviço Nacional de Informações, mas um parente, o General Newton Cruz, como chefe da influente e poderosa Agência Central". Aqui estão mais alguns fatos, tal como o contrato fantasma com a empresa FAN, na faixa de 600 milhões de cruzeiros, relatado por esse jornalista como tendo o objetivo de financiar a campanha presidencial do General Octávio Medeiros, chefe do General Newton Cruz, e que graças a esta denúncia não pôde ir à frente. Não apenas o General Newton Cruz teme isso, mas o Ministro Antônio Delfim Netto, que sejam feitas revelações em profundidade neste Governo sobre o que se passa no Banco Central, em meio às autoridades monetárias. É necessário que fique bem claro: entre os membros do PDS, há aqueles que não temem que sejam reveladas essas verdades, que são os que hoje votarão de acordo com o anseio do povo brasileiro, pelas eleições diretas já.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — V. Ex^o tem dois minutos para encerrar o seu pronunciamento.

O SR. MÁRCIO SANTILLI — V. Ex^o tem razão quando diz que existem nesta Casa inúmeros Deputados do PDS que não compactuam com esse estado de coisas. Tenho certeza de que, ainda hoje, momento desta votação histórica, teremos oportunidade de presenciar que estes mesmos Deputados do PDS, que sofrem pesadas pressões do Governo Federal, resistindo a elas, dando o seu sim à Emenda Dante de Oliveira, amanhã serão tratados pela Nação brasileira como heróis indispensáveis dessa vitória de toda a Nação brasileira. Diria mais: não tem o Governo Federal como se justificar, não têm os grandes chefes das grandes correntes políticas do PDS como pedir aos seus seguidores, a seus líderes que se sacrificarem, que se suicidem numa votação da importância e do interesse nacional como é esta.

Tenho, portanto, certeza de que esses Parlamentares estarão não do lado das oposições, mas do lado da Nação brasileira, dando seu sim e virando a página desse período negro da história do nosso País.

Sr. Presidente, gostaria de lembrar aqui a frase do poeta que diz que todo artista tem que ir aonde o povo está. Para aqueles políticos que julgam fazer da sua prática política sua arte, o recado é muito claro. Estejamos ao lado do povo, ao lado da história brasileira, e vamos romper os grilhões do atraso e da ditadura que ainda sufocam este país.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Sebastião Curió.

O SR. SEBASTIÃO CURIÓ (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente Srs. Congressistas, hoje, no Brasil, presencia-se um acirramento de posições na questão sucessória, com a campanha das oposições, manipuladas pelas esquerdas, visando a forçar uma participação no processo de redemocratização do país, que vem sendo conduzido pelo Presidente Figueiredo.

Também, se presencia um incitamento às paralisações das atividades industriais, gerando imensos prejuízos à economia nacional, particularmente na fase difícil que o país atravessa, o que evidentemente, aumentará as dificuldades sociais já existentes no seio da população brasileira.

Neste contexto, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, aqueles que pensam no futuro do País preocupam-se com o clima artificialmente criado, que foge ao compor-

tamento político do homem brasileiro e para o qual necessário se faz refletir com isenção de ânimo.

É certo que o Governo do Presidente Figueiredo estabeleceu as mais amplas condições democráticas, e essas condições vêm sendo exercitadas plenamente por toda a Nação. Todavia, é preciso considerar que se torna necessário tomar iniciativas, e não somente seguir-las ou apladi-las, que se deve respeitar o direito de seus cidadãos sem ter de se curvar perante imposições de grupos.

O debate e a análise acurada das opiniões são condições essenciais para que prevaleça o bom senso e a adequabilidade da solução a ser encontrada, a sua aplicabilidade e, também, a sua aceitabilidade.

O que se está presenciando é a polarização de idéias e posições, não se buscando a maneira prática e objetiva de se chegar a uma solução política. Em sentido amplo, a palavra política refere-se ao poder, quer compreendendo a luta pela sua conquista, manutenção e expansão, quer as instituições por meios das quais ele se exerce, ou mesmo a reflexão sobre sua origem, estrutura e razão de ser.

Não há sociedade sem lei, sem poder, sem uma instância investida da capacidade de dirigí-la e governá-la. Entretanto, este poder corresponde à necessidade de promover e assegurar os interesses da Nação, que não são estáticos e fechados, mas, sim, dinâmicos e abertos e sempre sujeitos a transformações que visem a aprimorá-los.

Assim é que um sistema político só sobrevive na medida em que for capaz de se manter sem alterar sua características essenciais. Capacidade essa que é a própria medida de viabilidade do sistema.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, aqui não se defende um sistema autoritário de governo. Nesta Casa, em que todos foram eleitos pelo povo, defende-se a institucionalização da democracia no seu sentido mais amplo, com todas as liberdades que lhe são inerentes, mas sem pressões externas de qualquer natureza que impeçam ou restrinjam a capacidade de cada um exercitar o seu livre arbítrio, de acordo com a sua consciência.

O que aqui se prega é a capacidade de uma solução pacífica dos litígios e das contendas, executada por meio das instâncias investidas da capacidade de interpretar as leis e de aplicá-las de acordo com a justiça.

Sabe-se que, na luta pelo poder, as eleições se constituem no mais racional processo para a sua conquista. Elas representam a mais livre manifestação do povo na escolha de seus dirigentes, permitindo, em seu bojo, as mesmas oportunidades a todos.

O sistema de escolha dos representantes do povo, em qualquer democracia, não obedece a processos rígidos e dogmáticos. Sua adequabilidade decorre das características intrínsecas da Nação, das circunstâncias do momento e da viabilidade de sua aplicação.

Não se pode esquecer que qualquer processo, por mais valioso que aparente ser, não pode prescindir dos direitos legitimamente adquiridos.

Este, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é o momento que a Nação brasileira vive. As eleições de 15 de novembro de 1982 escolheram, de conformidade com a legislação vigente no País, os seus delegados ao Colégio eleitoral que elegerá o futuro Presidente da República. Escolha legítima baseada na Constituição e que não foi contestada, na ocasião, pelos que hoje participam de marchas, comícios e toda a sorte de contestações.

A democracia é o regime político, por excelência, do diálogo. Entretanto é da oportunidade aberta pelo diálogo que se valem os seus inimigos para tramar contra ela.

Nunca será demais rememorar que um dos regimes democráticos mais evoluídos — o estruturado pela Constituição Weimar — gerou em seu ventre uma das mais monstruosas ditaduras de todos os tempos: o nazismo de Hitler, surgido de um movimento de massa, sem paralelo na história, e liderado por um líder carismático que tudo

prometia a um povo sofrido social e economicamente. Isto significa que a democracia se deixa ferir, muitas vezes, pelas armas que de boa-fé coloca à disposição dos seus inimigos.

Concedo o aparte a V. Ex^a

O Sr. Eduardo Galil — Deputado Sebastião Curió, quero homenageá-lo pela coragem, pela firmeza de posições. V. Ex^a vai à tribuna e fala a linguagem da franqueza, da sinceridade, da coerência. Eu me pergunto muitas vezes por que um Congresso, que se formou na sua maioria de Deputados, cuja eleição depende de outros Deputados — o voto de legenda é que nos traz aqui — porque a maioria do nosso partido, à semelhança de V. Ex^a pela coerência histórica daqueles que defenderam os princípios de 64, de tirar este País da corrupção, de tirar este País da desordem, de tirar este País do descalabro, por que essa maioria deve submeter-se a uma minoria que, na sua minoria também esteve agarrada às teias do Poder, quer estaduais, quer federal. E ser aqui achincalhado não por uma espécie de dissidência filosófica, de princípios democráticos, mas por uma dissidência simples, de princípios não filosóficos, sim que chegaram, por vias transversas, ao Poder central — e assistir a um grupo minoritário, sob a chefia do vice-Presidente da República e regido, nesse samba hediondo, pelo Sr. Armando Falcão, como se pudéssemos imaginar que a posição deles é pela democracia e não pelo golpe. A coragem de V. Ex^a lhe fará justiça nas eleições pelo apoio dos nossos correligionários, vereadores, prefeitos e deputados estaduais, que faltará a esses que querem servir de rãs, para atravessar o rio, com o escorpião nas costas. Vão ser picados, vão naufragar com essa oposição. Sobreverão aqui os companheiros que reinam pela coerência e respeito à Nação, que honram a assinatura que deram ao Presidente da República para coordenar a sua sucessão pelo processo indireto, e que não mudam, porque não têm a hipocrisia de imaginar que só agora, quando o dinheiro do BANESPA, do BANERJ e dos bancos de Minas Gerais compraram os órgãos de informação, descobriram que o povo quer votar para Presidente da República. Minhas homenagens a V. Ex^a e a esses nossos companheiros leais e corajosos, que não se acovardam, que não se submetem (**Apupos**) e que não temem esse urro de quem não tem argumento nem coerência para se apresentar nesta tribuna, como V. Ex^a se apresenta, com personalidade e caráter.

O SR. SEBASTIÃO CURIÓ — Nobre Deputado Eduardo Galil, agradeço a V. Ex^a o aparte que, sem dúvida alguma, é a expressão nítida do comportamento de V. Ex^a e, sobretudo, da sua coerência. Incorporo-o ao meu pronunciamento.

A atual democracia brasileira é uma das mais abertas e livres que o País já possuiu. Todas as oposições agem livremente sem quaisquer empecilhos. Neste Momento, o Presidente Figueiredo enviou ao Congresso Nacional um amplo projeto de emenda à Constituição que a torna livre de restrições impositivas. O processo de redemocratização lento e gradual, iniciado no Governo do Presidente Geisel, vai chegando ao seu término livre de acomodações incompatíveis com as circunstâncias atuais e dentro da legislação vigente.

Necessário se torna evitar os principais problemas das democracias incipientes: o radicalismo; o ceticismo político; as tentações oligárquicas e carismáticas; e a fragilidade partidária.

O sistema de escolha indireta para a Presidência da República é tão democrático como o direto. A esse respeito cabe, aqui, uma rápida apresentação de números que ocorre no mundo atual, quanto às suas aplicações.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, 160 é o número de países independentes, além de 22 unidades virtualmente independentes, 43 remanescentes coloniais e as divisões teóricas do Continente Antártico.

Dos países independentes (excluindo-se as Monarquias, os Estados comunistas e as eventuais ditaduras), há "eleições diretas", para Presidente da República, nos seguintes Estados, por ordem alfabética: Bolívia, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, México, São Domingos e Venezuela (na América); Áustria, França, Grécia, Irlanda, Islândia, e Portugal (na Europa); Líbano (na Ásia); e Botsuana, Gâmbia, Libéria, Senegal, Serra Leoa e Tanzânia (na África), o que totaliza 21 países, onde um só é potência: França.

Em 28 Repúblicas há eleições pelo sistema indireto, a saber: Argentina, Brasil, Estados Unidos, Guiana, Suriname e Trindade Tobago (na América); Alemanha Ocidental, Finlândia, São Marinho e Suíça (na Europa), Chipre, Coréia do Sul, Índia, Israel, Singapura, Síria, Sri Lanka, Taiwan, Turquia e União dos Emirados Árabes (na Ásia); África do Sul, Díjibouti, Egito, Quênia, Rodésia e Transkei (na África), e Náum (na Oceania). Na sua maioria, são países importantes, economicamente.

Conforme se vê, em unidade, ganham as eleições indiretas pelos escore de 28 a 21.

Em termos populacionais, as 21 unidades somam 230 milhões de habitantes, aproximadamente; e os 28, que adotam o sistema indireto, têm cerca de 1 bilhão e 300 milhões de habitantes; e

Nos países comunistas, embora tenham eleições conduzidas por único partido, o fazem de forma indireta e, em termos populacionais, os números se aproximam dos Estados que usam o mesmo sistema.

Dessa forma, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, tem-se o seguinte resultado: 5% da população mundial votam diretamente; e 70% da população mundial votam indiretamente.

Quase que corroborando esses dados apresentados, vejamos, sucintamente, o que ocorreu na história política brasileira, a partir de 1822.

Concedo o aparte ao Deputado Ademir Andrade.

O Sr. Ademir Andrade — Deputado Sebastião Curió, V. Ex^a se tornou político, mas, infelizmente, não deixou de ser um militar de informação, e a característica dos militares de informação é a daqueles que não conhecem a realidade do povo brasileiro. Quando V. Ex^a diz que são os partidos de esquerda que levam a campanha das diretas, V. Ex^a dá uma demonstração clara de que não vive a realidade deste País. V. Ex^a me deu o aparte. Tenho três minutos, se V. Ex^a me permitir.

O SR. SEBASTIÃO CURIÓ — Pediria a V. Ex^a que fosse breve, porque tenho outros aparteantes.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Mesa adverte o nobre Deputado Sebastião Curió de que tem quatro minutos para terminar o pronunciamento.

O Sr. Ademir Andrade — Quem quer eleições diretas é o povo brasileiro, e quer eleições diretas porque quer o fim do regime militar que se implantou neste País; quer eleições diretas, porque quer liberdade (Palmas), porque quer democracia, quer a sociedade participando dos destinos desta Nação. É isto que o povo quer, e é isto que o povo haverá de conseguir, quer queiram, quer não queriam os militares da extrema direita, como V. Ex^a e os que estão hoje comandando o estado de emergência em Brasília. Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. SEBASTIÃO CURIÓ — Responderei a V. Ex^a, Deputado Ademir Andrade. Equivocou-se V. Ex^a ao dizer que não conheço a realidade do povo brasileiro. Sou um Deputado eleito pelo Estado do Pará, com muita honra, o Estado de V. Ex^a Deputado Ademir Andrade, V. Ex^a não tem a coragem de vir aqui debater comigo. Fiz uma observação a V. Ex^a no início da legislatura. V. Ex^a é um grileiro de terras.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Solicito ao nobre Deputado Sebastião Curió usar linguagem Parlamentar.

O SR. SEBASTIÃO CURIÓ — Eu estou respondendo na mesma linguagem.

O Sr. Ademir Andrade — V. Ex^a é um mentiroso, Deputado.

O SR. SEBASTIÃO CURIÓ — Deputado Ademir Andrade, até hoje V. Ex^a não respondeu ao que eu falei de V. Ex^a quando V. Ex^a subiu à tribuna, teve um início de aneurisma para não responder ao que eu disse. Responda. V. Ex^a chegou à Tucuruí sem nada, e hoje é dono da maior quantidade de terra em Tucuruí. Eu, Deputado Ademir Andrade, conheço a realidade do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Mesa faz um apelo a V. Ex^a, seu tempo está esgotado.

O SR. SEBASTIÃO SURIÓ — Vou concluir. Deputado Ademir Andrade, eu não nego as minhas raízes de militar. As Forças Armadas são guardiãs da atual democracia. Se não fossem as Forças Armadas, Deputado Ademir Andrade, um comunista como V. Ex^a ...

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Por gentileza, atenda à solicitação da Mesa, Deputado Sebastião Curió

O SR. SEBASTIÃO CURIÓ — Vou concluir, Sr. Presidente.

Portanto, as acusações de V. Ex^a não procedem.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, tenho muito orgulho de ser oriundo das glórias Forças Armadas, mas hoje sou um Deputado Federal eleito como toda a Oposição, com grande maioria de votos, no Pará.

Vejamos o que ocorreu a partir de 1822.

De 22 a 1889, os Chefes de Estado se sucediam de forma hereditária e os Chefes de Governo eram escolhidos por indicação dos Imperadores. A participação popular era diminuta, não havia eleições, porém o método tendia para a forma indireta. — Em 1891, foi eleito indiretamente Presidente da República o Marechal Deodoro, que renunciou, nesse mesmo ano, assumindo — indiretamente — o cargo o Marechal Floriano Peixoto, cujo governo terminou em 1894.

— De 1894 a 1930, foi o período em que as eleições não eram secretas, os votos eram de "currall" e as mulheres não votavam.

— De 1930 a 1934, como vencedor de uma revolução, foi o período de Getúlio Vargas, portanto sem eleições diretas ou indiretas.

— Em 1934, ainda Getúlio Vargas foi eleito indiretamente, para um período até 1938, mas permaneceu no poder até 1945, quando foi deposto.

— Em 1945, o General Dutra foi eleito diretamente, e, pelo mesmo processo, em 1951, novamente Getúlio Vargas; em 1955, Juscelino Kubitschek; e, em 1961, finalmente, Jânio Quadros e João Goulart, respectivamente Presidente e Vice-Presidente da República. O processo durou até 1964.

— Em 1964, o Marechal Castello Branco foi eleito indiretamente, e sucessivamente, o Marechal Costa e Silva, o General Médici, o General Geisel e o General Figueiredo, atual mandatário da Nação.

O Brasil teve, portanto, Sr. Presidente, nos últimos 93 anos: cinco presidentes eleitos diretamente e oito presidentes eleitos indiretamente. (A saber: Eleições diretas — Presidentes Dutra, Getúlio Vargas, Juscelino, Jânio/João Goulart; e Eleições indiretas — Presidentes Deodoro da Fonseca/Floriano Peixoto, Getúlio Vargas, Castello Branco, Costa e Silva, Médici, Geisel e João Figueiredo).

Tradicionalmente, os números apontam a forma indireta como a mais usual; até mesmo se se levar em conta o resultado de suas administrações, de maneira rápida, pode-se dizer que foram mal sucedidos, em sua maioria, aqueles eleitos por via direta, como, por exemplo: Getúlio Vargas — suicidou-se? Jânio Quadros — renunciou; e João Goulart, que abandonou o cargo em 1964.

Paralelamente, essa tradição, demonstrada pela forma indireta, vem ao encontro das seguintes razões, merecedoras de atenção:

— a distância entre o eleitor comum e o candidato, no processo direto, faz com que aquele veja imagens distorcidas, pelas máquinas eleitorais, nos homens em que deve votar. Tais fatos já ocorreram em nossa história, com resultados, em sua maioria, desastrosos e desnecessários de ser enumerados, pelo seu conhecimento público, e

— a extensão territorial, aliada à dispersão de habitantes em determinadas áreas, dificulta o contato e conhecimento íntimo entre candidato e as aspirações populares.

Ressalta-se que, quanto a essas razões, os partidos políticos, no momento de suas verificações junto ao povo, mesmo delegando funções, áreas e sensores, sempre se preparam com inúmeras dificuldades na interpretação das aspirações populares a nível nacional.

O processo eleitoral pelo método indireto vem minorar essas dificuldades. Por meio dos elementos, já conhecidos no seio da massa e que, na verdade, são os seus próprios procuradores, além de levarem uma imagem real daqueles a quem representam, retornam com as informações necessárias às suas apreciações, e, nessas, as reivindicações e reclamos ficam sobejamente conhecidos. Um eleitor isolado e portador de determinada reivindicação terá, com certeza, maiores dificuldades de ser atendido do que um delegado cuja expressão, por exemplo, é de 1/686 (um seiscentos e oitenta e seis avos).

Ainda, sobre esse tema, Sr. Presidente, acrescente-se, além de todas essas razões numéricas, analíticas e de ordem prática, a "factual", ou seja: em 15 de novembro de 1982, cerca de 49 milhões de eleitores brasileiros foram às urnas e, de acordo com a legislação vigente no País naquele momento, outorgaram a todos nós, desta Casa, a investidura de exercermos o sufrágio, através de um Colégio Eleitoral, para as eleições indiretas do próximo Presidente da República. Ainda mais, dos resultados apurados tem-se conhecimento de uma divisão quase meio a meio entre os dois maiores partidos: PDS e PMDB, cabendo, no entanto, ao primeiro a maioria no referido Colégio.

Nessas eleições, anteriormente referidas, o percentual da votação em "branco" não foi expressivo. Muito menos de 10% (dez por cento) dos eleitores, por uma razão ou outra, assim se expressaram. O grande percentual restante conhecia perfeitamente que estava votando, por via indireta, no próximo Chefe da Nação.

Cabem, portanto, pelo menos três indagações, nesse momento político, a saber:

— Se outro grupo de políticos contasse com a maioria no Colégio Eleitoral, formado em fins de 1982, haveria, hoje, o mesmo entusiasmo pelas eleições diretas?

— Qual a razão da verdadeira luta, que se observa, para, nas próximas eleições gerais, se conseguir uma maioria?

— Quanto ao aspecto ideológico em funcionamento, ter-se-ia condições de avaliações precisas do futuro do País, submetendo a Nação, de forma abrupta, a toda essa mudança intempestiva? Realmente, tais modificações — ainda sem um conhecimento exato de seus objetivos — resolveriam, aclarariam ou mesmo solucionariam os problemas nacionais, cujas razões, em verdade, são extensões dos problemas mundiais?

A resposta a essas questões exige que se medite muito, colocando, de antemão, os interesses nacionais como o escopo principal em hipóteses iniciais!...

Apenas colocando, nesta fase por que o País passa, dentro do calendário cristão, relembre-se um fato de eleição direta, talvez o mais famoso e injusto da história da humanidade, promovido por Pôncio Pilatos — a autoridade investida para a decisão, no momento.

A Nação brasileira não pode ficar no maniqueísmo político. Urge encontrar uma solução que atenda aos interesses do País.

Finalmente, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, resta dizer que, em qualquer processo democrático, a vontade predominante (por tudo que se sabe, se apreende e se defende) sempre será a da maioria e, nesse caso, em 15 de novembro de 1982 o povo brasileiro escolheu seus legítimos representantes para a eleição do futuro Presidente da República.

Era o que tinha a dizer.

O Sr. Ademir Andrade — Pela ordem, Sr. Presidente. Fui citado e, nos termos do Regimento, pediria a V. Ex^ª a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Tem V. Ex^ª amparo regimental para solicitar a palavra. Dispõe de cinco minutos, não podendo ser aparteado.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PMDB — PA) — Sem revisão do orador.) — Agradeço a V. Ex^ª Lamento profundamente ter de dizer que cheguei realmente a Tucuruí, em 1975, e hoje sou dono de 96 hectares de terra. Imagine, Sr. Presidente, são as terras que tenho. Passarei aqui, neste instante, ao Deputado Curió, uma procuração para torná-lo dono das terras que eu tenha em extensão superior a 96 hectares. Minhas terras são legitimadas. Mas o Deputado Curió foi eleito com o dinheiro dos garimpeiros, com 1 bilhão e 300 mil, tirados dos garimpeiros de Serra Pelada, aos quais ele deve obrigações, e hoje deveria estar dando cobertura às suas lutas, não só de Serra Pelada, mas de todos os garimpos do Pará. No entanto, ele vive protegendo os empresários que ganham alvarás de terra em todo o nosso Estado, perseguindo os posseiros e padres da região, que lutam pela reforma agrária e que lutam pela justiça social na Amazônia, Sr. Presidente. Portanto, lamento ter de declarar que o Deputado Sebastião Curió mentiu nesta tarde, como mencionou outras vezes nesta Casa.

Muito obrigado a V. Ex^ª

O Sr. Sebastião Curió — Sr. Presidente, meu nome foi citado. Peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Mas quero fazer um apelo a V. Ex^ª no sentido de que mantenha o nível dos debates, porque esta é uma sessão histórica, em que precisa prevalecer a dignidade. (Muito bem! Palmas.) É necessário paz e harmonia.

V. Ex^ª tem a palavra, nobre Deputado.

O SR. SEBASTIÃO CURÍO (PDS — PA) — Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, por ser uma sessão histórica, concordo com V. Ex^ª: não deveria ter sido baixado o seu nível. Mas foi iniciativa do Deputado Ademir Andrade. Cometi algum equívoco aqui, Sr. Presidente. Primeiro, disse que ele é comunista. Os comunistas estão ofendidos com isso, porque ele é da esquerda, da esquerda escocesa do copo de uísque.

Sr. Presidente, eu provo perante a Justiça que ele é grileiro de três mil hectares.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Solicito aos Srs. Parlamentares que tomem os seus lugares para a boa ordem dos trabalhos. Por gentileza, Srs. Parlamentares, observem o nível dos debates.

O SR. SEBASTIÃO CURÍO — Sr. Presidente, fui eleito pelo povo do Pará. Não foram contados nem os votos de Serra Pelada. Portanto, não procedem as acusações do Deputado de que eu fui eleito com o dinheiro

dos garimpeiros. Nenhum político faz campanha sem recursos financeiros, porque tem que propiciar ao seu Vereador gasolina para o carro, tem que mandar fazer cartazes etc. Mas é uma verdadeira o que diz o Deputado Ademir Andrade, que é agitador no sul do Pará, provocador e incentivador de invasões de terras. É da pior esquerda que existe, a esquerda escocesa do copo de uísque.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Aviso aos dois Deputados que seus discursos serão censurados.

O Sr. Freitas Nobre — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Líder Freitas Nobre.

O SR. FREITAS NOBRE — Sr. Presidente, há interessados na perturbação desta sessão. Temos de alcançar o objetivo dela, que é a votação, e, em razão deste fato evidente, dirijo apelo aos meus companheiros para que voltemos às nossas poltronas, aguardemos a continuidade dos trabalhos e estejamos certos de que aqueles que têm consciência perante a Nação, consciência da sua responsabilidade, saberão responder, pelo voto, pelas eleições diretas, agora.

Vários companheiros respeitáveis do PDS estão aqui para votar conosco a Emenda Dante de Oliveira. Permitam-nos que aqui continuem e aguardem a ocasião em que manifestarão a vontade do povo através dos seus votos.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Agradeço a V. Ex^ª a colaboração e reitero o apelo para que os Srs. Deputados tomem os seus lugares, a imprensa se mantenha no lugar que lhe foi reservado e a televisão, por gentileza, deixe o plenário livre.

Concedo a palavra ao nobre orador, o Deputado José Eudes, que já se encontra na tribuna.

O SR. JOSÉ EUDES (PT — RJ) — Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, concreto de longa data o nobre Deputado Ademir Andrade. É um dos mais brilhantes, ilustres e combativos Parlamentares da safra que surgiu em 1982. (Palmas.) Seu denodo na luta e sua opção pelo povo falam por si só, independentemente de qualquer palavra.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, em primeiro lugar indago a V. Ex^ª se consta na lista de presença desta sessão o nome do Sr. Paulo Salim Maluf, ou se, seu nome está marcado com o ponto da ausência. Isto interessa saber, porque esta sessão é um registro importante para a História. E é fundamental que saibamos se está na lista dos presentes, se se encontra tentando exercitar o direito do mandato para o qual foi eleito o Sr. Paulo Salim Maluf.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Nobre Deputado, não temos a lista de presença dos ilustres Deputados. Temos aqui o registro do número de Deputados. Vou solicitar à Mesa, e informarei a V. Ex^ª dentro de poucos minutos.

Continua o orador com a palavra.

O SR. JOSÉ EUDES — Hoje, dia 25, o povo português comemora o fim da ditadura salazarista. Os laços que unem Portugal e Brasil podem, na tarde e na noite de hoje, sugerir que o povo brasileiro passe a comemorar o fim da ditadura no Brasil, e igualmente estaremos — os povos português e brasileiro — livres de ditaduras das mais violentas que oprimiram por tanto tempo cada uma das nossas nações.

SR. PRESIDENTE, Srs. Congressistas, apesar do imenso clamor da Nação pelas Diretas Já, ainda se cogita da continuidade do processo de sucessão indireta. Descubro-me como Deputado Federal portador de um estranho passaporte que me confere o acesso a esse exótico

co "país" de nome Brasília. Aqui temos um Presidente exilado na África, um Ministério econômico em Washington, um Ministro de Exército em Santiago e, dizem muitos, um Chefe do SNI na Escócia. Uma ridícula Babel, que parece convencida de que a política não é senão um jogo pavloviano de repreensões e afagos paternalistas.

Enquanto isso os "radicais", do PC do B a Sobral Pinho, passando pelo conjunto da oposição brasileira, unem-se ao povo, na defesa do simples e antigo sufrágio universal, direto e secreto, para a eleição à Presidência da República. Um velho direito que nos foi usurpado "temporariamente" há vinte redondos anos.

Somos uma Nação de 484 anos de autoritarismo, com brevíssimos perfodos de semi-liberdade. E hoje reunimos multidões que empalidecem, num dia, anos de uma política de terror, apoliticismo e silêncio.

Restam dúvidas quanto à aprovação da Emenda Dante de Oliveira? Que não restem dúvidas sobre eleições Diretas Já. Sua derrota, hoje, seria uma radicalização de Brasília contra o Brasil. A resposta não tardaria.

O Colégio Eleitoral (vale dizer o regime militar) foi derrotado pela supremacia de candidaturas espúrias como as de Salim Maluf e do Coronel Andreazza; foi ferido mortalmente na Candelária e enterrado no Vale do Anhangabaú.

Muitos poderão se perguntar por que não Aureliano Chaves desde o princípio? Afinal, seria um candidato com alguma popularidade, que modernizaria o sistema erigido em 64. E podemos observar, pelo seu staff de campanha, integrado por homens como Geisel, o General Meira Mattos e o ex-Ministro (de triste memória) Armando Falcão, ser Aureliano homem de absoluta confiança da autonomeada Revolução de 64.

Mas não temos homens estadistas no Planalto. Temos homens acuados por seus próprios erros e incompetência. Temos estrategistas. E guerras se perdem, diriam os argentinos.

A abertura como estratégia política de atualização do modelo construído na ESG só sobrevive hoje no Colégio Eleitoral. O Brasil exige novos caminhos.

Com o apagar das luzes das emergências, o Governo Federal reafirma a matriz de seu pensamento político. Insiste, a despeito de uma Nação indignada e pacificamente rebelada, na manutenção de sua tutela autoritária sobre o País.

Cresce em atualidade a famosa frase de Giordano Bruno sobre a ingenuidade de se pedir aos poderosos que abram mão de seus poderes.

Hoje, empolgado pelo autoritarismo vigente nesta Capital, o que impediria que o próprio General-Presidente se permitisse cogitar de não aceitar a decisão soberana do Congresso Nacional? Como ficam, diante disso, os atrautos do bom senso e do entendimento?

Ouço o Deputado José Genoíno.

O Sr. José Genoíno — Nobre Deputado e companheiro José Eudes, não poderia deixar de incluir no discurso de V. Ex^a uma pequena colaboração. V. Ex^a, com lucidez, aborda com muita razão que o desejo do povo brasileiro por diretas-já é um desejo profundo de um povo que quer ser o agente principal deste País, de um povo que quer uma democracia para as multidões, com transformações profundas de ordem econômica e social. E muito bem mostra V. Ex^a que o dilema que está colocado diante do povo brasileiro não é o de escolher a manutenção de uma ditadura ou de uma ditadura modernizadora. O que o povo quer é escolher o caminho da liberdade efetiva, que só poderá se traduzir em realidade pela vontade dos milhões que transformaram as praças e as ruas na verdadeira legitimidade deste País. Para que esses anseios se transformem em realidade, isto depende em grande parte da posição e do voto de todos nós, Parlamentares, nesta tarde de 25 de abril de 1984. Obrigado, Deputado José Eudes.

O SR. JOSÉ EUDES — Agradeço a V. Ex^a o aparte.

Srs. Congressistas, teremos um longo dia de intensos debates, de emoções e muitas apreensões. Uma Nação esperançosa e em expectativa aguarda nossa decisão. Mas uma Nação participativa, vibrante na defesa de suas aspirações. Ontem à noite, nas principais capitais do País, o povo ganhou as ruas e, com alegria de um povo unido e solidário, rompeu ruidosamente o silêncio que se tentou impor.

A própria Capital Federal, sem tradições de manifestação popular, tornou-se ontem à noite palco de uma enorme festa do povo. Um povo que descobriu a alegria da solidariedade neste deserto de solidão. Enquanto isto, transtornado entre os carros com buzinas ligadas, desfilava um patético General, trazendo em suas mãos um símbolo deste Governo, uma chibata.

São dois brasis antagônicos. Um Brasil agônico e decrépito, que luta desesperado para continuar seu reino de autoritarismo, mandonismo e corrupção. E um novo Brasil emergente, rejuvenescido na força de seu povo.

Ouço o nobre Deputado Pimenta da Veiga.

O Sr. Pimenta da Veiga — Deputado José Eudes, V. Ex^a tem inteira razão. Esta não é uma sessão rotineira do Congresso Nacional. Hoje, nós, Deputados e Senadores de todo o País, decidiremos o futuro da nacionalidade brasileira. A verdade é que o povo se cansou deste regime, da fome, da prepotência, da corrupção e da incompetência e elegerá como desaguadouro de suas esperanças o Congresso Nacional. Tenho a convicção de que este Congresso irá superar todas as ameaças, irá superar as diatribes de um General, despreparado e desqualificado, executor das medidas de emergência. Irá superar porque tem o apoio do povo. O Congresso está a um passo de sua consagração ou de sua desmoralização. E nós, Deputados e Senadores, dentro de algumas horas haveremos de aprovar a Emenda Dante de Oliveira. E aqui quero rendêr a minha homenagem aos companheiros da Oposição que estão unanimemente presentes para dizer sim à Emenda. Mas quero também dizer do meu reconhecimento aos Deputados e Senadores do PDS que, vencendo todas as dificuldades, todas as ameaças, resolveram se apartar de um grupo palaciano que só quer o bônus do poder e optaram por ficar a favor do povo, votando pelas eleições diretas-já.

O SR. JOSÉ EUDES — Agradeço a V. Ex^a o aparte.

— Sr. Presidente, Srs. Congressistas, os acontecimentos de ontem à noite, quando o General Newton Cruz, rasgando mais uma vez a Constituição que esse Governo tanto se arvora em defender, e deteve com violência dois Deputados desta Casa, encerra importante lição. Ensina que o autoritarismo não tem outros limites senão nenhuma outra garantia diante do arbitrio. A mão que ontem golpeou o peito de um Deputado oposicionista poderá amanhã se abater sobre um Deputado da Situação que porventura divirja das orientações de seu Governo.

Quero lembrar aos Srs. Parlamentares da Situação que as humilhações e as pressões praticadas contra os pedestres pró-diretas são reveladoras de que, em sua agonia, o regime militar perdeu qualquer medida. Em seu desespero, permite que um homem como o General Newton Cruz, um homem de atitudes irracionais, seja o executor de medidas de emergência, que visariam a garantir a ordem e a nossa segurança.

Sem dúvida alguma, vivemos um período delicado e instável de transição para um regime verdadeiramente democrático. Mas o regime militar (hoje em seu isolamento, quase um regime do Exército) só aceitará negociações de fato a partir de um fato concreto e absoluto: a ruptura da lógica perversa e viciada do Colégio Eleitoral, ou seja, a aprovação das eleições diretas-já. Qualquer negociação que prescinda desse princípio estará inevitavelmente alijando o povo da solução dos graves problemas nacionais. E, sem a participação popular, mesmo as oposições se tornariam frágeis franjas liberais do núcleo continuista do Planalto.

Nós, congressistas, poderemos retardar as mudanças no dia 25. Mas jamais poderemos impedi-las. As tarefas de reconstrução nacional exigirão de nós humildade e perseverança, imporão a necessidade de reconciliarmos as instituições, transformadas e democratizadas, com um povo hoje bastante diferente. Poderemos eleger um Presidente diretamente e ao mesmo tempo retirar de si a autocracia conferida a este cargo nesses últimos anos. A Emenda Dante de Oliveira e uma Assembléa Nacional Constituinte podem ser nossas maiores contribuições para um processo de mudanças inadiáveis.

Ouço, com prazer, o nobre Deputado Luiz Henrique.

O Sr. Luiz Henrique — Nobre Deputado José Eudes, V. Ex^a se referia às medidas de emergência como clara e evidente demonstração de que o Governo está isolado; de que o grupo palaciano que ousa uma tentativa de sobrevida dentro do poder, repudiado pelo povo, se mantém no isolamento total e absoluto. Ao vermos as multidões se moverem nas ruas e praças, compararmos Brasília no panorama geográfico deste País, com uma ilha no Planalto cercada em oceano-povo por todos os lados; com o oceano-povo a pedir mudanças; oceano-povo a exigir a alternatividade do poder; oceano-povo a exigir o restabelecimento da democracia e da soberania do voto popular; oceano-povo a exigir uma transformação básica na orientação da política econômica e social; oceano-povo a exigir reformas estruturais de base — reforma agrária, reforma urbana, reforma tributária, reforma financeira, reforma habitacional, reforma institucional, reforma da política de saúde. O oceano-povo cerca e assedia o Palácio e, por isso, o Palácio assedia este Poder, que representa com autenticidade o povo que está lá fora a dizer que não é mais possível continuar neste estado de coisas, que é preciso mudar e que a mudança se inicia por esta soberana decisão que o Congresso haverá de adotar com o voto da Oposição e também com o voto livre de Deputados do PDS por eleições diretas, já, por um novo Brasil e por um novo futuro.

O SR. JOSÉ EUDES — Agradeço a V. Ex^a o aparte. Prossigo, Sr. Presidente.

Nosso povo tem fome de comida, de saúde, de educação, de casa, de trabalho e de poder, para participar e decidir.

Diretas em 88 — 4 isto significa uma eternidade.

A tão apregoada Emenda Leitão chegou tarde e fútil demais. Oferece muito pouco, diante do tanto que avançou a mobilização popular.

Temos diante de nós um Nação de cidadãos, não de pedestres.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Comunico ao nobre orador que dispõe de um minuto para terminar.

O SR. JOSÉ EUDES — Solicito a V. Ex^a que seja condescendente na contagem do meu tempo, já que fui interrompido no início do meu discurso, devido ao tumulto ocorrido no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — V. Ex^a tem razão. Prossiga.

O SR. JOSÉ EUDES — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, poderemos ter, diante de nós um 1º de Maio comemorativo de uma Nação que se reencontra, ou uma Nação indignada com suas lideranças políticas. Seria a completa desmoralização do Congresso Nacional, posto que a fogueira acesa pela insensibilidade de nossa classe política terá chamas insaciáveis e rancorosas.

Neste dia 25 não poderemos mudar o País, mas ao menos poderemos restabelecer Brasília como a Capital do Brasil.

Srs. Congressistas, em nenhum momento retiraria esses dados, o mérito e a importância da deliberação que hoje devemos tomar. Mas, para concluir, gostaria de lembrar que a Nação que nos assiste é sabedora de que a vitória do restabelecimento da participação popular na vida política do País, é parte inofável da realidade presente. A pergunta que nos faz hoje o povo é, sim, se a vitória conquistada será aqui consagrada. Como se diz: ganhar, já ganhamos, resta-nos levar.

Concluo o meu pronunciamento, Sr. Presidente, gostaria de perguntar mais uma vez a V. Ex⁴ se consegui saber a respeito das listas de presença ou seja, se se encontra presente a esta sessão plenária o Deputado Paulo Salim Maluf. Fico aguardando, na tribuna, a resposta de V. Ex⁴.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A minha assessoria acaba de informar, nobre Deputado, que o nome do eminente Deputado Paulo Salim Maluf não consta da lista de presença do dia de hoje.

O SR. JOSÉ EUDES — Era o que queríamos saber.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Tem a palavra o nobre Deputado Siqueira Campos.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao ilustre Líder Freitas Nobre.

O SR. FREITAS NOBRE (PMDB-SP. Seu revisão do orador.) Sr. Presidente, falará agora e representará o pensamento do partido o nosso companheiro Dante de Oliveira, autor da Emenda nº 05.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Dante de Oliveira pela Liderança do PMDB.

O SR. DANTE DE OLIVEIRA (PMDB — MT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, às dezoito horas de ontem, Brasília sintonizava o Brasil e os brasileiros através de uma sinfonia de buzinas, que saia, não dos automóveis, mas do coração de todos os brasilienses. Naquele instante, os 130 milhões de brasileiros rompiam a censura arbitrária imposta pelas medidas de emergência. A Brasília sitiada, cercada, ofendida, marcava o seu protesto, ao mesmo tempo em que se solidarizava com milhões de patrícios nossos que ocuparam, nos últimos meses, as praças e ruas, no maior movimento cívico já realizado na História deste País. Neste momento, gostaria de lembrar uma frase célebre de Berthold Brecht: "Dizem-se violentas as águas do rio, mas não se dizem violentas as margens que as compõem".

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, esta mobilização popular, que começou principalmente nos primeiros dias do mês de janeiro, foi menosprezada e criticada pelos donos do poder. Dizia-se que aqueles comícios eram dança de índio para fazer chover. E foi este movimento, que nasceu do coração e do sentimento mais profundo da nacionalidade, que tomou conta de todo este Brasil. Este movimento obteve uma coisa histórica neste País: uniu amplos segmentos da sociedade civil e militar (Palmas); conseguiu colocar na mesma mesa os segmentos mais responsáveis desta Nação; conseguiu uma unidade nacional nunca vista antes, ou poucas vezes vista na nossa História. Este movimento não pode ser tratado de qualquer forma pelo Governo, com menosprezo; não pode ser tratado na ponta das baionetas e dos fuzis. As idéias e os ideais do nosso povo estão no bojo deste grande movimento popular. Aqueles que são contrários devem travar essa luta no campo das idéias e dos ideais,

não na base da força, não na base da opressão, não na base da tirania.

Sr. Presidente, não há dúvida de que a coisa mais bela que ocorreu neste movimento cívico foi a energia despertada por 130 milhões de brasileiros, uma energia que não pode jamais esta Nação perder. Esta energia cívica é um patrimônio do povo e da Nação. Temos de procurar dirigi-la para vencermos essa grave crise econômica, social e política que atravessamos. É uma energia cívica que não pode ser barrada; ela tem de ser canalizada pelos setores responsáveis da Nação, os partidos políticos, os setores do Governo, os setores militares e, principalmente, por este Congresso Nacional, onde se espelha a vontade da Nação, seja nos partidos de oposição, seja no Governo.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, pudemos observar, nesses últimos meses, que a força que esse movimento tomou, neste País, não foi apenas pelo simples fato de o povo desejar trocar o João pelo Manoel, no plano institucional da nossa luta política: o fator mais rico que fez com que o povo brasileiro saísse de suas casas para defender suas próprias casas, é o profundo sentimento de mudança do modelo econômico-social que nos foi imposto de 64 para cá, à revelia do nosso povo. E a situação que mais nos preocupa é a situação-limite a que se chega neste País. De um lado, o povo consciente, cônscio das suas responsabilidades cívicas, de forma pacífica e ordeira, demonstra à Nação o rumo que quer seguir, o rumo que deseja na procura de um Governo que lhe dê garantias, na procura de um Governo que lhe dê segurança, na procura de um Governo que lhe aponte rumos, que lhe aponte objetivos nacionais concretos no plano econômico, no plano social; de outro, o Governo só, isolado querendo se manter a ferro e fogo. Esta Nação é rica, possui tudo. Só lhe falta um Governo democrata, patriota, honesto, para colocá-la de acordo com o seu verdadeiro e grandioso destino.

Portanto, Sr. Presidente, a grande tarefa de todos nós, brasileiros, hoje, é conseguir fazer com que a energia cívica dessa reivindicação política seja conduzida para a grande tarefa de todos nós, que é a da reconstrução da nossa Pátria, a grande reconstrução nacional, que todos desejamos fazer. E foi para tentar materializar essa vontade que eu sentia, desde a campanha de 1982, no meu querido Estado de Mato Grosso, que a reivindicação máxima do povo era a conquista do poder central. Foi por isso que apresentei, em 1983, a emenda constitucional nº 5, simples, como simples é o povo brasileiro, direta, como é também o sentimento de toda a Nação, que quer restabelecer as eleições diretas para conquistarmos um novo pacto social do poder, que espelhe a vontade da maioria dos brasileiros.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Congressistas, neste momento, quero lembrar, a esta Casa e a toda a Nação, que ao longo da tramitação desta nossa emenda, nunca nos agarramos a ela porque fosse nossa e porque fosse do nosso partido, o PMDB. Ao contrário, utilizamos esta tribuna para, no mês de março, dizer a toda a Nação que o que desejávamos eram as eleições diretas para já, como saída política, como saída pacífica para os graves problemas nacionais. E estávamos dispostos a votar em qualquer emenda, viesse de onde viesse, e que o Governo tivesse uma oportunidade histórica de promover o reencontro da Nação com o Estado, do povo com o Governo. (Palmas.) E, se assim fosse, estaríamos dispostos a votar no projeto do Governo, se ele fosse mais viável e se atendesse ao grande desejo e à grande aspiração nacional. Assim foram, ao longo da tramitação, os nossos debates com o Grupo Pró-diretas — a quem, neste momento, rendo a mais profunda homenagem — que deu, ao longo desse processo, uma demonstração de coragem cívica, com todas as pressões e opressões que vieram do Planalto, mantendo seu compromisso, não

conosco da Oposição, mas o compromisso solene com a Pátria e com o povo. (Palmas.) E, além de ao Grupo Pró-diretas, temos de render homenagens também a uma dezena de Parlamentares do partido do Governo, que não atuam diretamente no Grupo Pró-diretas, mas fazem parte desta grande corrente de libertação do nosso povo, de libertação da nossa Pátria.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o que preocupa a Nação, no dia de hoje, é que o Congresso Nacional tem em suas mãos uma decisão histórica, que vai definir os destinos de nosso povo. O Congresso Nacional é olhado hoje por toda a Nação, ele não pode humilhar, trair o desejo desta Nação, não pode virar as costas ao povo, porque, no dia em que fizer isso, estará dando um tiro no ouvido da democracia, pois é o Congresso Nacional um dos Poderes mais importantes para a consolidação do processo democrático. Sua desmoralização não interessa aos democratas; ela só interessa às forças fascistas, que querem mantê-lo em situação humilhante, em que não tenha o menor poder para decidir os destinos políticos desta Nação. (Palmas).

Preocupa-nos também, Sr. Presidente, uma outra instituição que deve ser preservada por todo o nosso povo. Falo agora das Forças Armadas brasileiras, que não podem e não devem deixar-se levar por aqueles que querem tornar o poder eterno, por aqueles que querem permanecer no poder *per omnia seculum seculorum*. As Forças Armadas são um patrimônio do povo brasileiro. Elas devem, neste momento histórico, aprofundar as raízes e os laços com o povo brasileiro. Elas não podem voltar-se contra a Nação. Elas não podem voltar-se contra o povo. (Palmas). Elas não podem voltar-se contra a Pátria, porque é grave o momento, e elas têm de ter forças para defender a soberania nacional, hoje vilipendiada, pisoteada, vendida.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Gilson de Barros, nosso companheiro de bancada.

O Sr. Gilson de Barros — Deputado Dante de Oliveira, como coodenador da nossa bancada de Mato Grosso, em nome dos Deputados Milton Figueiredo e José Márcio Lacerda e do nosso preclaro Senador Gastão Müller, devo dizer que o Oeste inteiro ouve V. Ex⁴, e o faz até por telepatia. Quando V. Ex⁴ fala nas Forças Armadas, nas mesmas Forças Armadas hoje transformadas em partido político que sustenta a corrupção e o desgoverno que aí está, é necessário que se diga aos Gregórios Fortunatos, hoje transmudados em Newton Cruz e Wálter Pires, clara e firmemente, como sabem fazer os mato-grossenses da raça e da estirpe de V. Ex⁴, que para matar nem sempre são necessários canhões e metralhadoras, pois mata-se com uma bala calibre 22, com pau ou com pedra. A Nação quer votar, e ninguém deve impedir mais isso. Em nome do povo mato-grossense, queremos dar os parabéns a um dos seus mais queridos filhos. Receba, como mato-grossense, o nosso apoio para o que der e vier, neste instante decisivo para a honra da Nação brasileira.

O SR. DANTE DE OLIVEIRA — Muito obrigado, nobre Deputado Gilson de Barros.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas quero afirmar, neste momento, que a Emenda Constitucional nº 5, que levou meu nome, não me pertence, nem ao PMDB nem aos partidos de Oposição; ela pertence a toda a Nação, a todo o povo brasileiro, porque traduz o sentimento, a angústia e, principalmente, a esperança de melhores dias para 130 milhões de brasileiros.

Sr. presidente, está em nossas mãos os destinos deste País. O Congresso Nacional, hoje, é alvo de toda a atenção nacional, e muito mais, representa a esperança da Pátria e do povo brasileiro. Está em nossas mãos a saída pacífica para os graves problemas econômicos, sociais e políticos que nos envolvem hoje. Está em nossas

mãos a própria sobrevivência desta instituição enquanto poder, respeitada pela opinião pública enquanto poder, que vem como tarefa histórica a consolidação da democracia brasileira. Está em nossas mãos, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a soberania nacional, hoje violentada, conspurcada, pisoteada, negociada, humilhada, o que revolta todos aqueles que amam nossa Pátria, que amam nosso povo. Está em nossas mãos o futuro grandioso do Brasil, do Brasil-vida, do Brasil-educação, do Brasil-saúde, do Brasil amor, do Brasil fraterno, do Brasil justo, do Brasil livre, do Brasil democrata e do Brasil soberano. Hoje é o dia da vitória do povo, é o dia da vitória da Pátria, é o dia da vitória deste Congresso Nacional. Felicidades a todos os Congressistas! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Sebastião Curió pela ordem.

O SR. SEBASTIÃO CURIÓN (PDS — PA. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, tomamos conhecimento da explosão de uma bomba no DENTEL de Belo Horizonte. Os danos materiais estão sendo avaliados, e se desconhece, até agora, a existência de vítimas.

Era a comunicação que queria fazer.

O Sr. Freitas Nobre — Sr. Presidente, peço a palavra a V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. FREITAS NOBRE (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, se o fato é verdadeiro, a Oposição condena toda e qualquer violência e até admite já, porque não aceita a violência, que esta seja uma obra daqueles que desejam perturbar a tranquilidade pública. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — As galerias não podem manifestar-se.

O SR. FREITAS NOBRE — Estamos interessados na restituição dos direitos democráticos ao povo, na reconstitucionalização do País, na devolução das regalias democráticas, e, portanto, qualquer violência, venha de onde vier, recebe a nossa condenação. (Palmas.)

O SR. SEBASTIÃO CURIÓN — Sr. Presidente, permite-me complementar. Nós também condenamos qualquer radicalização, mas é oportuno ressaltar que temos observado a radicalização nas rampas do Congresso Nacional e no salão do Congresso Nacional promovida por elementos da esquerda radical, que estão aqui com o objetivo de tumultuar. (Vaias.) As vaias da galeria devem ser de comunistas.

Era esta a nossa comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra pela ordem, ao nobre Deputado Brandão Monteiro.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO — (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, evidentemente a nossa intervenção não é para tecer comentários sobre as afirmações do Deputado Sebastião Curió, que está ansioso para que aqui nós nos encontremos em tumulto. Não responderemos a S. Ex^a nem às suas afirmações, que já são conhecidas nesta Casa.

Mas, só para falar sobre a comunicação que S. Ex^a fez, nós, do PDT, queremos dizer que condenamos qualquer ato de violência, tanto aqui dentro como lá fora. O nosso interesse, hoje, é o da Nação que aqui, como lá fora, tudo ocorra tranquilamente, como, aliás, vem ocorrendo em todo o País, quando alguns que falam em buscar a tranquilidade o que têm trazido é a intransquilidade ao povo brasileiro. É o que acontece hoje, em Brasília,

quando recebo a denúncia da prisão de líderes do Sindicato dos Bancários. Condenamos tal atitude e exigimos, se o fato for verdadeiro, que as autoridades competentes o apurem, para que os responsáveis sejam punidos, para que não aconteça neste País, mais uma vez, o mesmo que aconteceu com o atentado do Reicentro, cujos responsáveis até hoje não foram encontrados. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Presidência informa aos Srs. Congressistas que poderão permanecer no plenário, na próxima sessão, além dos parlamentares e ex-parlamentares, somente jornalistas credenciados e servidores requisitados para prestar serviços neste recinto. Assim, as demais pessoas que não se enquadram nessas categorias devem deixar o plenário na próxima sessão.

Está esgotado o tempo da sessão.

O Sr. DJALMA FALCÃO (PMDB — AL. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, pela ordem. Eu estava inscrito para falar sobre a Emenda Dante de Oliveira. Todavia, não tenho tido tempo para me pronunciar. Peço a V. Ex^a que aceitasse como lido o nosso pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

(Discurso a que se refere o Sr. Djalma Falcão, em seu pronunciamento)

O SR. DJALMA FALCÃO (PMDB — AL. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, as medidas de emergência vigentes em Brasília e em 10 cidades do Estado de Goiás na verdade foram decretadas com o objetivo de coagir o Congresso Nacional e, consequentemente, intimidar Senadores e Deputados Federais, para que não seja aprovada a Emenda Dante de Oliveira, que restabelece eleições diretas, já, para a escolha do Presidente da República.

A História mostra, no entanto, que este Congresso reage com altivez sempre que o autoritarismo investe com violência contra a sua soberania.

Assim ocorreu em 1964, quando o Governo exigiu licença para processar um Deputado Federal; em 1975, ao repelir exigência descabida do General Ernesto Geisel; no ano passado, quando o General Figueiredo pretendeu intimidar-nos com as mesmas medidas de emergência, para forçar a aprovação do Decreto-lei nº 2.045, que impunha uma política salarial injusta.

Estou certo de que as medidas coercitivas, a despeito de sua violência, não conseguirão impedir a Emenda Dante de Oliveira, porque ela é, hoje, a aspiração maior da totalidade da Nação.

Em política, ninguém decide contra o povo. Por isso mesmo, não tenho dúvida de que os Srs. Congressistas proferirão, neste dia histórico, um voto em sintonia com a vontade quase unânime dos brasileiros.

Ontem, assistimos ao espetáculo desprimatoroso e acintoso do cerco ao Congresso Nacional por tropas de choque do Governo. Deputados e Senadores foram desrespeitados nas suas prerrogativas de representantes da Nação brasileira.

Em nome das emergências, Brasília, a Capital da República, sede dos Poderes Federais e das missões diplomáticas acreditadas junto ao Governo brasileiro, Brasília está situada, violando direitos e garantias consagrados na Constituição da República aos seus cidadãos.

É que vigorou no Brasil um regime de mentira democrática. Ao invés de democracia, temos uma unitocracia, escondida atrás de biombo autoritários que ora se chamam "democracia relativa" ou "abertura democrática", neologismos ardilosos que mal dissimulam a verdadeira face do regime.

Democracia, Sr. Presidente, como a verdade, não admite meios termos. Há ou não há.

Na França, ainda recentemente, os caminhoneiros bloquearam as estradas, provocando a paralisação total da vida francesa.

Não se tem notícia de que o Governo do Presidente François Mitterrand tenha mandado as Forças Armadas do seu País reprimir.

A maioria da Câmara dos Deputados e do Senado da República não permitirá que isso aconteça, porque, se o permitisse, trairia a Nação.

Alagoas, cujo nome a figura gigante e imortal de Teotônio Vilela sublimou na luta libertária, não faltará ao Brasil, nesta hora crucial de sua História.

Por isso, com seu representante, estou aqui para dizer, como disse Teotônio Vilela, que a aprovação da Emenda Dante de Oliveira significará a vitória da Nação, e a vitória da Nação não pode ser considerada uma derrota do Estado.

Aprovaremos a Emenda que propõe o restabelecimento de eleições diretas, já, e daremos consequência prática ao anseio de 130 milhões de brasileiros.

As medidas de emergência não impedirão a decisão soberana que o Congresso Nacional adotará hoje.

Acima de qualquer emergência, nós, representantes legítimos do povo brasileiro, colocamos nossa dignidade e nosso dever de sermos fiéis ao desígnios superiores dos que nos fizeram seus representantes e porta-vozes.

A força não deterá a marcha de libertação nacional, pela qual multidões ocuparam as praças públicas do Brasil, na última e memorável campanha em defesa das eleições diretas, já.

O SR. OSWALDO TREVISAN (PMDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, da mesma forma solicito a V. Ex^a que considere como lido o nosso pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE — V. Ex^a será atendido na forma regimental.

(Discurso a que se refere o Sr. Oswaldo Trevisan, em seu pronunciamento)

O SR. OSWALDO TREVISAN (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a 12 de janeiro houve a primeira manifestação pública pelas eleições diretas. Então, não se sabia ainda o grau de intensidade e desejo do povo brasileiro pelas diretas, por isso havia dúvidas sobre as possibilidades de êxito na realização de um grande comício pró-diretas.

Ninguém se arriscava a ser o primeiro, até que o Paraná, com a liderança do Governador José Richa, resolveu assumir o risco e levar às ruas e as praças a campanha pelas diretas.

E o povo veio às ruas.

Em Curitiba eram mais de 50 mil, no primeiro comício, clamando por eleições diretas e manifestando o desejo de decidir sobre seus próprios destinos.

Assim, foi acesa em Curitiba a chama cívica patriótica que se espalhou por todo o Brasil, com efeito multiplicador, fazendo com que, a cada nova concentração popular, milhares e milhões de brasileiros clamasse por diretas, já.

Essas grandes massas humanas levaram à praça pública o seu descontentamento contra a situação reinante. Contra este Governo que ao longo destes 20 anos de arbitrio não fez outra coisa senão empobrecer a Nação e marginalizar os brasileiros das decisões nacionais.

Foram marcos desse Governo a corrupção e a incompetência administrativa, que levaram o País à maior dívida externa e interna de todos os tempos, à maior inflação de toda sua história, a uma desesperadora quantidade de desempregados, e tudo isso trouxe como consequência a fome, a pobreza, a desigualdade social, enquanto assistimos ao Governo fazer concessões aos grandes banqueiros internacionais que contrariam a nossa soberania.

O FMI interveio até na fixação da política salarial do trabalhador brasileiro, na política cambial, monetária e creditícia.

Por isso, o movimento pelas eleições diretas representa muito mais que a reivindicação por uma mudança constitucional.

Representa, isto sim, a exigência de respeito à integridade do ser humano enquanto cidadão que, como tal, tem direito à livre organização e expressão, direito à educação, ao trabalho digno, direito à terra onde possa produzir.

Em suma, é um movimento que visa ao fim desses vinte anos de opressão e de cerceamento no exercício da cidadania. Nestes 20 anos, nós, brasileiros, não fomos cidadãos no sentido integral da palavra, pois não pudemos decidir e traçar nosso próprio destino através de movimentos populares e de eleições diretas, honestas e livres em todos os níveis.

É chegada a hora de ouvir o povo brasileiro. Não se brinca com uma Nação que saiu às ruas, em sua totalidade esmagadora para exigir mudanças. A História mostra que, quando o povo quer, as mudanças têm que vir, e aqueles que não atenderam o povo pagaram caro pelos seus erros.

Está vivo na lembrança de todos nós o caso do Xá do Irã, que, com todo seu poderoso exército, foi vencido pelo povo. A queda da Bastilha é outro exemplo.

Aqueles que não aprendem com os erros da História, estão condenados a repeti-los.

Não queremos repetir os erros de outros povos, por isso o Brasil saiu às ruas de maneira ordeira e disciplinada, exigindo mudanças pela via democrática, com a realização de eleições diretas, já, para a Presidência da República.

E, se tais massas humanas manifestaram-se pacificamente, foi porque o Brasil já se democratizou. A Oposição não se desespera em chegar a seus fins.

Tenta-se, com medidas de força, amedrontar este Congresso.

No entanto, é preciso sobrepor ao direito da força a força do direito.

As medidas de emergência constituem um ato de arbítrio que violenta a consciência jurídica da Nação.

Vamos viver intensamente as emoções deste dia. Junto conosco estão 130 milhões de pessoas que pedem mudanças.

Os brasileiros já sabem que não saíram inutilmente às ruas, porque vamos aprovar a Emenda Dante de Oliveira, com eleições diretas, já para Presidente da República.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Os Srs. Senador Álvaro Dias e Deputados João Batista Fagundes e Mendes Botelho, também encaminharam à Mesa discursos para serem publicados, atinentes à matéria em discussão.

S. Ex's serão atendidos.

SÃO OS SEGUINTE OS DISCURSOS ENCAMINHADOS À MESA

O SR. ÁLVARO DIAS (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Junto, hoje, à voz da Nação toda, a que trago com legítima e confirmada representatividade, de meu Estado. Confirmada nas praças públicas de quarenta e um municípios, no contato direto com mais de seiscentas mil pessoas, que ali deram seu testemunho de que o Brasil já não se coloca passivo ante a desagregação política, à usurpação dos seus direitos mais sagrados de autono-

ma e soberana. E levantou o braço, agora uníssono, de todos os patriotas que lutam pelo fim do arbítrio, da impunidade, da ineficácia governamental e da subserviên-

cia dos interesses da Nação à prepotência e à ambição das corporações multinacionais e às políticas que ameaçam a paz e a autodeterminação dos povos.

E lembro o que afirmei, há poucas semanas, nesta mesma tribuna, acerca do significado histórico desta memorável campanha pela restauração da maioridade política do brasileiro. Lembro o que disse, a respeito da coincidência histórica de ter sido o Paraná, pela segunda vez, cenário de um magno evento da evolução política brasileira.

Com efeito, lá em meu Estado, nos idos de 1930, instalou-se o Governo Provisório que marcava a queda da primeira república e a inauguração de uma nova forma de regime, a partir da qual, também se abriam novos caminhos para o desenvolvimento econômico, social e político de nosso País. Lá também, nós os paranaenses, síntese que somos da tradição pioneira e da modernidade ousada que rasga novos horizontes, síntese que somos das mais variadas correntes da formação cultural, étnica e social do Brasil, celebramos o primeiro grande comício pelas eleições diretas já. Comício que representou o ponto de inflexão da presente fase do processo de redemocratização de nossa Pátria. Ponto em que se tornou nítida a vontade hegemônica do povo de mudar a face do Brasil e dar partida a novo ciclo de sua História.

Pois este é o significado real do brado — porque não repetir: heróico e retumbante — que se levantou, de milhares de bocas, de corações e almas, das ruas das grandes e das pequenas cidades do Brasil, exigindo palmilhar novos caminhos, viver novas esperanças, construir novas vitórias, deixando para trás o ranço do conservantismo paralizador, do medo do progresso, da covardia ante o futuro.

Tal como em anteriores momentos de nossa História, povo e minorias elitistas postam-se em protagonismos absolutamente distinguidos e antagônicos. Como nas lutas pela independência nacional, na longa *démarche* da abolição da escravatura e na subsequente proclamação da República. Como nas lutas pela modernização do País, ao longo da década de vinte, do tenentismo, da Aliança Liberal e da Revolução de Trinta. Como na ferrenha reconquista da democracia, arrancada das mãos do Estado Novo fascistóide e autoritário, pela comunhão entre o patriotismo revigorado nos campos de batalha da Europa e a coragem cívica do povo que, nas ruas, também exigia a restauração do voto livre e a instauração da Assembléia Constituinte.

Não é possível desconhecer, Senhores Senadores, que novamente o brasileiro foi às ruas, guiado por sua memória histórica. Novamente levantou seu brado quando se viu menosprezado, em seus anseios de liberdade, por elites que teimam em voltar-lhe as costas, em tapar os ouvidos a seus reclamos e em estancar, na vã tentativa de deter a marcha inexorável da História. Não é possível esconder-se da verdade histórica; não há sofisma, não há censura, não há força irracional que possa apagar da memória nacional sua experiência anteriores.

O Brasil de hoje, que aí está no colorido das camisetas amarelas, na atitude ordeira e otimista dos manifestantes, na presença ativa de seus líderes municipais, de seus representantes comunitários, de seus artistas mais consagrados, na sensibilidade de seus parlamentares — tanto dos partidos de Oposição como das dissidências pessedistas — e no geral irredentismo de quantos se colocam desabridamente pela real mudança de seus marcos políticos, é, exatamente, o Brasil que floresce das lutas passadas. É o Brasil real que amadurece nas lutas cotidianas pela sobrevivência, no confronto incansável com a crise que lhe jogaram às costas, na crescente e irreversível consciência de que a ele, povo, cabe escolher seus próprios e verdadeiros caminhos.

Este é o Brasil que não aceita ser uma potência industrial que deixa na inanição mais de metade de seus habi-

tantes. É o Brasil que não aceita produzir de quase tudo, para ver quase tudo ser vendido, a baixo preço, no exterior, ou ser consumido por menos de um décimo de suas famílias. Este é o Brasil que não concorda em se afundar na recessão, para satisfazer a usura dos ricos e gordos acionistas dos bancos internacionais e a vaidade escandalosa dos tecnocratas internacionais e domésticos. É o Brasil que se recusa a ver o sucateamento e a regressão dos empreendimentos e das tecnologias que suademente conquistou, em décadas de trabalho diuturno e de lutas políticas, para provar que tinha direito e coragem para fazer seu progresso, para industrializar-se e para afirmar-se como Nação moderna, socialmente justa, politicamente livre e internacionalmente autônoma e independente.

Não, Senhor Presidente, Senhores Senadores, este Brasil real, este Brasil de tão profundos contrastes sociais e humanos, com absoluta certeza, não é o País que suas elites conservadoras estão teimando em imaginar e moldar. Não é o Brasil que uma minoria autoritária insiste em manter subjugado a seu arbítrio, aos seus interesses particulares, aos seus desastrados projetos. Não, é preciso repetir mil vezes, se necessário, não é o Brasil cabibaixo e dócil, que esta minoria quer dominar. Este é o Brasil politicamente maduro que sabe quando, como e para que mudar. É o Brasil que dispensa tutelas que, de mais a mais, se mostram cabalmente indesejadas e visivelmente incompetentes.

Este é o Brasil de cidadãos conscientes. E porque conscientes, são também livres. E que, por serem livres, manifestam sua vontade e querem vê-la respeitada. Hoje, como em seus mais brilhantes momentos históricos. Por isso, mudar é preciso.

Também esta longa história nos ensina outra lição. Muitas vezes o passo do progresso foi desviado por conciliações espúrias, por acordos entre grupos da elite, à revelia do povo. E isto se tornou possível enquanto era incipiente a formação de sua consciência política e limitada a sua prática social. No entanto, foram as próprias frustrações, causadas pelo engodo e ineficácia destas conciliações, os atrasos causados ao seu desenvolvimento, as desigualdades e injustiças provocadas ou mantidas pelos acordos antipopulares, que ensinaram a Nação a não se submeter a novas farsas históricas, a mirabolantes contratos de letra miúda e a inviáveis promessas.

Sem dúvida, aprendemos as duras lições destas fábulas em torno da ilusória cordialidade do brasileiro. E foram as duras condições de trabalho, os aviltados salários, a constante angústia de manter o orçamento doméstico que ensinaram ao brasileiro que o desenvolvimento não lhe é concedido pela benevolência destas minorias, que fazem seus acordos nos bastidores do poder estatal, olhos postos no usufruto do erário público, nas benesses dos negócios privilegiados e no botim da corrupção pública e privada. Ensinaram que o desenvolvimento resulta da afirmação da sua consciência política e da conquista do direito de votar livremente e de participar ativamente da condução do processo de escolha dos objetivos e das políticas governamentais.

É por isso que a campanha pelas diretas, já, se inscreve num processo mais amplo, que não se esgota na mudança dos rituais de escolha do Presidente da República. E é este caráter mais amplo da mudança histórica que está sendo incompreendido pelos que, por interesse direto na manutenção dos privilégios do monopólio moribundo do poder, ou por temor descabido das ameaças e intimidações, oriundas dos janízaros que defendem este monopólio, se colocam contra a vontade nacional e se condenam a sumir nos arquivos dos anti-heróis da História.

É por isso que não nos atingem em nossa consciência de que perfilamos com as aspirações mais legítimas do povo brasileiro, a ôca argumantação verbal ou armada

dos que se aferram ao que já está ultrapassado. É por isso que não mudam nossas posições, antes se vivificam e se confirmam, quando nos atiram à face este absurdo elenco de arbitrariedades cometidas contra o povo, com nome pomposo de medidas de emergência. Elas mais revelam a paranóia ante a perda da legitimidade e da afiniação com o espírito da Nação, do que um ato de razão, de quem defende direitos realmente existentes.

Razão cabe, apenas, àqueles que, nos claros espaços da limpa confrontação política, na livre discussão pública, na honesta busca de soluções e de compromissos legítimos e acordos com a vontade política da Nação, se dispõem a exercer a representação autêntica das várias correntes de opinião e de interesses, que nascem dessa vontade. E é com esta razão, fundada na cristalina lição da História e na sensibilidade aos clamores das praças públicas, que se vislumbram os passos seguintes deste processo de transformações políticas, econômicas e sociais em que estamos engajados.

Passos que nos levarão a recompor a estrutura de poderes da República, a levantar dos escombros nossa vocação federativa, a reconstituir nossa ordem econômica e social e a reconquistar nossa autonomia nacional frente à pressões da crise internacional. Passos que nos conduzirão a reinventar nosso estilo de desenvolvimento, com maior compromisso de solidariedade, com a indispensável eqüidade social e com o indispútil respeito pelas nossas raízes culturais. Passos que, por corresponderem às legítimas reivindicações de nosso povo, nos conferirão maior estabilidade política e, pois, maior força de afirmação no cenário mundial.

Obstar estas conquistas, portanto, é tarefa inglória, que desmerece o ideário e os gestos de quem se coloca à margem do progresso. Opor-se às tendências mais profundas deste processo, para infrutiferamente arriscar no aventurismo de facções reconhecidamente autoritárias, provadamente incompetentes e notoriamente comprometidas com interesses antinacionais, com práticas antidemocráticas, com a impunidade da corrupção e dos privilégios ilegais, constitui óbvia cegueira ante a inexorabilidade da justiça da história.

Esta é a hora da verdade. Esta é a hora da razão. Esta é a hora do diálogo honesto da Nação com seus pró-homens. E, tenho certeza, o Legislativo, os partidos políticos, as representações da sociedade civil haverão de mostrar que estão em fina sintonia com a consciência, os sentimentos e as esperanças da gente brasileira. Haverão de mostrar que nem o gesto brusco, nem a palavra áspera, dos que se opõem ao Direito, à Ética e ao Progresso, impedirão o povo deste Brasil, cujo futuro hoje se decide, sobre a lição das glórias do passado, de ver sua vontade cumprida.

O SR. JOÃO BATISTA FAGUNDES (PDS — RR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas.

Existe na parte mais elevada da Academia Militar das Agulhas Negras, uma expressão que é, a um só tempo, um ensinamento e uma advertência:

“Ide Comandar. Aprende a Obedecer.”

Contrariamente ao que acontece com a função essencialmente política, a função militar tem na rapidez da ação um pressuposto fundamental ao seu êxito. Por isso mesmo não cabe dentro da estrutura militar, discussão quanto ao mérito da ordem recebida: uma vez adotada a decisão pelo Comandante, tal decisão passa a ser do grupo inteiro.

É como se fossem os dedos das mãos que se abrem, mas que se unem e se fecham em bloco monolítico, quando acionados por um comando central.

O Presidente da República, por um imperativo constitucional, é o Comandante Supremo das Forças Arma-

das (Art. 90 — CF) que são os elementos de que dispõe como peças “essenciais à execução da política de segurança nacional, à defesa da Pátria e à garantia dos Poderes constituídos, da Lei e da Ordem”. (Art. 91 — CF).

Rigorosamente dentro do texto Constitucional, o Presidente da República decidiu-se pela aplicação das medidas de emergência previstas no Artigo 155 da Constituição.

No entanto — Senhor Presidente e Senhores Congressistas — o que vemos nesta Casa Legislativa, desde que se estabeleceram as medidas de emergência, é um ataque veemente àqueles que tem por Missão Constitucional assegurar a paz social à Nação Brasileira, como garantias que são à independência e harmonia dos Três Poderes, da lei e da ordem.

De um ataque pessoal e descabido, indébito e abusivo, parte-se para um ataque às instituições nacionais.

Agride-se as Forças Armadas como se fossem elas um bando acéfalo, sem unidade de doutrina, nem unidade de comando.

O nome do General Newton Cruz, é hoje mais citado do que o nome do autor da emenda que hoje se discute nesta Casa!

Mas o que nós decidiremos hoje, Senhor Presidente, não é sobre o General Newton Cruz. É sobre a forma de escolher o Presidente da República, no momento histórico da hora presente.

A oposição nesta Casa tem criticado duramente o Governo do Presidente João Figueiredo, por ter adotado as medidas de emergência previstas no Artigo 155 da Constituição.

Segundo noticiam os jornais, alguns líderes políticos pretendem mesmo submeter à apreciação do Poder Judiciário, a legitimidade das medidas adotadas, pois, as entendem como violentadores dos direitos individuais e, felizmente, dentro do clima democrático que vive o Brasil, a lei não escluirá da apreciação do Poder Judiciário, a lesão ao direito individual.

Em recorrendo ao Poder Judiciário, a oposição usa de um direito que lhe é assegurado pela Constituição. No entanto, nega ao Governo o uso dos meios que lhe são também assegurados pela mesma Constituição.

Ora, o Governo nada mais faz do que aplicar a Lei, adotando uma postura de legítima defesa, ante o desenfreado movimento de massas que se orquestrou no Brasil, a pretexto de defender a tese das “Diretas Já”.

Alardeia-se nas hostes oposicionistas o número incalculável que acorre às ruas em passeatas e em comícios. Mas não se alardeia o custo incomensurável de tais concentrações humanas, nem o número de artistas que atraem o público, com diretas ou sem diretas, e que ainda há pouco estiveram nesta Casa, de gabinete em gabinete.

É certo que no Rio de Janeiro compareceu um milhão de pessoas nas ruas! Mas ninguém comentou o número dos que ficaram em casa, alheios aos arroubos pictóricos da intensa propaganda oposicionista.

O nobre Presidente desta Casa, Deputado Flávio Marélio, não foi apenas criticado, mas foi também atacado duramente, porque justificou a adoção das medidas de emergência.

Mas ainda ontem, neste Plenário, tivemos demonstrações eloquentes, do clima de insegurança que aqui se nota, quando dois cidadãos credenciados nesta Casa, agrediram-se mutuamente em lamentável episódio que em nada nos engrandece.

É evidente que existe clima próprio para as medidas de emergência. E mais haveria se para cá demandassem as incontáveis caravanas previamente instruídas não para construir, mas para destruir a abertura democrática que o Governo pretende construir.

Não foi em vão, que o eminente Ministro Rubens Ludwig alertou recentemente que “Estão armando a ba-

derna...” E não é preciso ter lentes nem binóculos para verificar a veracidade de tal afirmativa, tão eloquentes são as demonstrações nesse sentido.

Ainda ontem, em Brasília, jovens adolescentes em todas as escolas da Capital, eram coagidos dentro das salas de aulas, a que comparecessem às manifestações de rua, num visível ato de provocação às determinações legais emanadas da Presidência da República.

É preciso que façamos desta sessão histórica, uma manifestação da vontade livre e soberana do Congresso Nacional, e não uma manifestação estéril contra a pessoa de comandantes militares, que nada mais fazem do que cumprir preceitos legais que vigoram em Brasília, por motivos de inegável clima de intransqüilidade social.

O comandante militar não existe para cortear o aplauso, fácil no ziguezague da demagogia barata. Nem para adotar medidas populares que o habilitem ao sorriso permanente do público que o assiste. Mas para cumprir as missões difíceis das horas incertas, quando os problemas que exigem soluções muitas vezes amargas, não cabem mais em qualquer outra mão.

A tarefa é difícil. A missão é impopular. O povo não aplaude. Mas o Brasil também não admite desertar na hora da luta.

Desta Tribuna, Senhor Presidente, nesta hora memorável, quero lembrar a esta Congresso, de que as Forças Armadas são a garantia dos poderes constituídos, mas são também responsáveis pela ordem e pela lei.

As ameaças e pressões que se montam contra a livre manifestação do Congresso não serão nunca mais fortes do que aqueles que detém nas mãos, a obrigação legal de assegurar a paz social, a fim de que consigamos atingir o ideal sublime do progresso dentro da ordem.

O SR. MENDES BOTELHO (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas.

Estamos todos de acordo que vivemos um dos momentos mais decisivos da vida nacional. A votação, hoje, da emenda que restabelece a eleição direta do Presidente da República será o acontecimento mais importante dos últimos 20 anos, na história deste Parlamento. Isto obriga-nos a uma reflexão profunda do papel que nos cabe desempenhar, a fim de que possamos oferecer ao País uma decisão compatível com a seriedade do momento e com a magnitude do Congresso como estuário comum dos anseios e aspirações nacionais.

Caberá a nós parlamentares interpretar, com serenidade e isenção, o real significado desta hora e a transcendência da decisão que sobre a emenda iremos proferir. Qualquer que seja esta decisão, será uma decisão histórica. Dela resultará uma perspectiva nova para a nação brasileira, ou o desmoronamento do alicerce das nossas instituições democráticas.

Nas conversas que se ouvem em torno da emenda do Deputado Dante Oliveira, uma das questões permanentes é sobre quais seriam as consequências de sua eventual rejeição pelo Congresso Nacional. Alguns sugerem que o fato passará logo ao esquecimento público, absorvido pelas articulações em torno da própria sucessão presidencial, pela manobra dos chamados presidenciáveis ou mesmo pelo debate acerca da emenda do General Figueiredo. Inspira-se este raciocínio na suposição de que “o povo tem memória curta”. Equívocam-se aqueles que assim pensam.

A Nação está falando sério, quando reclama eleições diretas já. Sua determinação de eleger o próximo Presidente da República não se esgotará da noite para o dia, como se toda a mobilização que tem havido no País fosse apenas um jogo de cena, sem qualquer significado para o povo que nela se engajou.

Na semana passada, o *Jornal do Brasil* divulgou pesquisa no Instituto Gallup, segundo a qual 84 por cento dos eleitores que nos mandaram para cá contam com o nosso apoio à emenda Dante de Oliveira. O brasileiro

não brinca quando responde a pesquisas, como está comprovado através de outras pesquisas realizadas pelo mesmo Instituto no campo político-eleitoral. Da mesma forma, não estão brincando os milhões de jovens, mães e pais de família que deixam a comodidade de seus lares para se comprimirem em praça pública sob o clamor de **diretas-já**.

Nunca, ao longo da nossa já quase centenária História republicana, um assunto político monopolizou tão ampla e intensamente a opinião pública como esse. O brado **diretas já**, não poderá ser sufocado agora pelo Congresso Nacional. Se o País inteiro o entoa, não será esta Casa que irá desafinar, a não ser que pretenda assinar seu próprio **atestado de óbito** como depositária da esperança e dos anseios nacionais.

É velho o princípio de que os interesses comuns se sobrepõem aos interesses individuais ou de grupos. As paixões, os interesses minoritários e subalternos não podem prevalecer numa hora como esta, em face da grande obra de salvação nacional que especialmente a nós cabe empreender. O começo desta obra está neste instante sob a responsabilidade deste Parlamento, e consiste em abolir da Constituição a fraude do colégio eleitoral, que a sociedade repudia e nossa consciência cívica abomina.

O momento não comporta bravatas, nem resiste a exageros de direita ou de esquerda. Não se pode conciliar posições radicais com os imperativos do nosso dever cívico. Mas também não nos podemos acomodar ou nos

deter na contemplação do momento histórico que vivemos. Temos que agir com maturidade e destemor, segundo os rumos das aspirações coletivas, pois “não há República sem o império do povo”.

Os que se opõem à emenda Dante Oliveira arrimam-se no argumento de que o fazem em defesa da Constituição. O argumento é falso e descabido, como acaba de demonstrar o próprio Presidente da República: encontra-se nesta Casa proposta oriunda do Executivo restabelecendo as eleições diretas em 1988. Por que a Constituição pode ser alterada para 1988 e não o pode agora? Só porque o Governo quer, mais uma vez, contrariar a vontade da Nação?

Ainda anteontem, falando da tribuna desta Casa, o Líder do Governo, Deputado Nelson Marchezan, proclamou, alto e bom som, que para ele, o Governo, “não há uma verdade hoje e outra amanhã. Ela é sempre a mesma”. Sendo assim, recomenda-se a seu partido arquivar o argumento, sob pena de a liderança ver-se traída pela incoerência.

Temo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que uma eventual derrota da emenda Dante Oliveira resulte num retrocesso político-institucional. Pois, se a sociedade hoje reprova o colégio eleitoral, também reprovará o nome que dele sair para presidir a Nação. E sem respaldo popular, receio que o próximo Governo acabe por recorrer à força para equilibrar-se no Poder.

Esse temor tem sua razão de ser: quando o General Figueiredo assumiu o Poder, não havia qualquer mobilização nacional que implicasse num repúdio ao colégio eleitoral. No entanto, sua posse foi marcada por um clima de turbulência em diversas Capitais brasileiras.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Dizia Carlos Lacerda: “Os erros do passado podem dividir os homens, mas é preciso que os acertos do futuro os reúnam”. Deixemos, por enquanto, os erros do pretérito. Unamo-nos, em torno da obra de reconstrução nacional, que começa aqui e agora, com a aprovação das **diretas-já**.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Presidência declara, nos termos regimentais, encerrada a discussão da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, neste plenário, destinada à votação da matéria.

A Presidência determina à Segurança da Casa que faça cumprir a observação que fez: permitir a presença em plenário somente de parlamentares, ex-parlamentares, jornalistas credenciados e servidores requisitados para a sessão das 19 horas.

Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 13 horas e 25 minutos

Ata da 64ª Sessão Conjunta, em 25 de abril de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência dos Srs. Moacyr Dalla e Lomanto Júnior

ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canelas — Gastão Müller — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octavio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alércio Dias — PDS; Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; Carlos Alberto de Carli — PMDB; José Fernandes — PDS; José Lins de Albuquerque — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolpho Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Sarney Filho — PDS; Magno Bacelar — PDS; Pedro Novais — PMDB; Vieira da Silva — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jônathas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Alfredo Marques — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Manoel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Sérgio Philomeno — PDS

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS.

Parnaíba

Adauto Pereira — PDS; Aluizio Campos — PMDB; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Octacílio Queiroz — PMDB; Raymundo Astor — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Mendonça Bezerra — PDS; José Moura — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Miguel Araeas — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Coelho — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Fernando Collor — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Afonso — PMDB; Nelson Costa — PDS; Sérgio Moreira — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Francisco Rollemburg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Felix Mendonça — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Viana — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Ney Ferreira — PDS; Prisco Viana — PDS; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgíldasio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Luiz Baptista — PMDB; Max Mauro — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nelson Aguiar — PMDB; Pedro Ceolim — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Ámaral Netto — PDS; Arlindo Teles — PDT; Arolde de Oliveira — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PTB; Clemir Ramos — PDT; Darciliô Ayres — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denis Arneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Fernando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Leite — PMDB; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PDS; Leônidas Sampaio — PMDB; Marcelo Medeiros — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Rubem Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio

Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrade — PDS; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Christóvam Chiaradia — PDS; Emílio Gallo — PDS; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Herculino — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Aparecido — PMDB; José Machado — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Batista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Leopoldo Besone — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Mário de Oliveira — PMDB; Maurício Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nilton Velloso — PDS; Oscar Corrêa — PDS; Osvaldo Murta — PMDB; Ozanan Coelho — PDS; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Rosemberg Romano — PMDB; Sérgio Ferrara — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Doreto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PDS; Farabulini Júnior — PTB; Felipe Chéidde — PMDB; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Herbert Levy — PDS; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; Ivete Vargas — PTB; João Bastos — PMDB; João Cunha — PMDB; João Herrmann — PMDB; José Genoíno — PT; Marcelo Gato — PMDB; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Mendonça Falcão — PTB; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemburg — PMDB; Ruy Côdo — PMDB; Salles Leite — PDS; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tídei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Onísio Ludovico — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Cristina Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Levy Dias — PDS; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Gerae — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PDS; Hélio Duque — PMDB; Italo Conti — PDS; José Carlos Martinez — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Mattos Leão — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Oscar Alves — PDS; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Renato Bernardi — PMDB; Renato Bueno — PMDB; Renato Johnson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Evaldo Amaral — PDS; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PDS; Renato Viana — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélio Souza — PMDB; Matheus Schimidt — PDT; Nadyr Rosseti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Facchin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Pratini de Moraes — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clarc Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — As listas de presença acusam o comparecimento de 67 Srs. Senadores e 431 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

A Presidência solicita que, por gentileza, se retirem deste plenário e fiquem no salão anexo aqueles que não são Parlamentares, ex-Parlamentares pessoal da imprensa, funcionário da Casa credenciados junto à Mesa. No período de votação, não poderão permanecer neste recinto.

Nos termos da solicitação feita ao final da sessão anterior, vou aguardar que as pessoas estranhas se retirem para iniciar a sessão.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 19 horas e 5 minutos, a sessão é reaberta às 19 horas e 25 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está reaberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Concedo a palavra ao eminente Senador Luiz Cavalcante

O SR. LUIZ CAVALCANTE (PDS — AL) Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, venho à tribuna para, tão-somente, dar conhecimento an-

teriorizado do meu voto. Votarei pelas diretas já (Palmas prolongadas), e para isso não precisava dizer uma só palavra, pois esta gravata amarela que trago no peito é bem mais eloquente do que um turbilhão de palavras. (Palmas.)

Meu voto traduz, primeiramente, minha fidelidade à vontade dos meus eleitores das Alagoas, que em sua quase totalidade anseiam por eleições diretas. Depois vem minha subordinação ao dispositivo constitucional que diz serem todos iguais perante a lei. Essa igualdade não pode existir na plenitude quando somente algumas centenas tem o privilégio de votar para Presidente, enquanto muitas dezenas de milhões de brasileiros não podem fazê-lo.

É o nosso patrício mais ilustre, posto que o próprio Presidente da República, General João Figueiredo, quem veio dar respaldo à minha decisão. Em 1º-12-78, portanto Presidente, já eleito e ainda não empossado, declarou S. Ex* à imprensa:

“É no voto que se exerce efetivamente a igualdade de direitos entre os cidadãos.”

Depois S. Ex*, o Presidente, em discurso na Associação Comercial do Rio de Janeiro, em 12-9-79, já empossado, declarou:

“Queremos o voto como a expressão da soberania do povo.”

De outra feita, S. Ex*, o Presidente da República, em discurso no Instituto Histórico e Geográfico, no Rio de Janeiro, em 15-11-79, disse as seguintes palavras:

“A República dos meus sonhos terá um Legislativo atuante em toda a plenitude constitucional”.

Novamente, em entrevista coletiva concedida à imprensa, desta vez lá fora, no Palácio Marigny, em Paris, em janeiro de 1981, disse o Presidente:

“Caberá ao Congresso decidir sobre o restabelecimento do voto direto na sucessão presidencial.”

E, novamente lá fora, desta vez em Lima, Peru, em 28-6-81, também em entrevista coletiva à imprensa, disse o Presidente Figueiredo:

“Caberá ao povo dizer se deseja eleições diretas para Presidente da República em 1984.”

O povo está aí desejando as eleições. (Palmas.)

Não há, pois, o que temer e por que hesitar. Votarei pelas diretas já, satisfazendo, assim, a vontade dos meus eleitores e também a vontade do Presidente de Honra do meu Partido. Se não a sua vontade de hoje, o desejo por ele tão reiteradamente expresso ontem e anteontem. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Uequed.

O SR. JORGE Uequed (PMDB — RS) Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores eleitos pelo povo e demais funcionários da Casa, hoje há um Brasil real esperando lá fora, confiando na sua última esperança. Milhões de pessoas estão depositando, nas ruas, a sua confiança, não no Governo, mas no Congresso Nacional. Os Deputados e Senadores são a última esperança do Brasil real, a esperança da devolução da cidadania. Há esperança de que Senadores e Deputados tenham a grandeza de se desprovir dos seus interesses pessoais, das suas vaidades, do seu jogo de interesses, das suas negociações ou dos seus negócios para votar pelo Brasil e pelos brasileiros.

A honra aos homens da Oposição pela sua campanha, mas o Brasil também espera a honra aos homens do PDS pela sua dignidade de confiarem no Brasil e no povo brasileiro.

Ha uma esperança nacional: a esperança final, a esperança que resta de que os homens eleitos pelo povo tenham a dignidade de sentir a honra do momento, de sentir a atualidade e de sentir as dificuldades de hoje.

O Brasil amadureceu, a Nação amadureceu; já sofreu com o AI-5, sofre com a inflação, mas agora tem a esperança de que Deputados e Senadores não vão trai-lo, não vão abandoná-lo e votarão por diretas agora, já. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Ruy Côdo.

O SR. RUY CÔDO (PMDB — SP) Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, hoje, às 9 horas da manhã, estacionava neste plenário o trem da História, que passou por São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Pernambuco, por todos os Estados — e a população brasileira nele adentrou. Ninguém pode perder esta oportunidade. Agora, neste instante, quando V. Ex* aciona as campainhas para a partida desse trem da História, esperamos que nele adentrem os Deputados ainda indecisos do PDS, aqueles que estão comprometidos com este Governo que quer, naturalmente, a continuação deste regime. É preciso que esse trem na História carregue todos os Parlamentares — Senadores e Deputados — neste momento que deveria ser assistido pela Nação inteira.

Hoje, inclusive, poderia ser feriado nacional, se aprovada proposta que apresentei em março à Câmara dos Deputados.

É preciso que ninguém esqueça este instante.

Quero primeiramente cumprimentar o ilustre General, Senador, ex-Deputado, ex-Governador de Alagoas que aqui veio declarar o seu voto em prol das diretas. Ele pode retornar a sua Alagoas, porque lá será recebido de braços abertos pelo povo alagoano. Parabéns, Senador Luiz Cavalcante, pois V. Ex* está no trem da História, está no coração dos brasileiros.

Quero, nesta oportunidade, Sr. Presidente, fazer também uma saudação aos jovens esperançosos deste País, representada pela voz deste que apresentou a Emenda nº 5, o Deputado Dante de Oliveira. A ele quero render as nossas homenagens, bem como aos seus pais, aqui presentes — o Sr. Sebastião é seu pai —, à sua esposa, que hoje representa as mulheres brasileiras que gostariam de aqui estar. Minha saudação aos pais deste brilhante moço do nosso partido, que abre o seu coração, e a quem Mato Grosso recebe hoje com exaltação neste plenário, porque em homenagem à sua consciência a História do Brasil, a partir deste instante, será escrita de outra maneira.

O Presidente da República perdeu, no último dia 31, a grande oportunidade para encerrar o ciclo revolucionário declarando ao Brasil que também estava com as diretas. Infelizmente não o fez, mas ainda é tempo de adentrar nesse trem da História, para que o dia de amanhã não seja pior.

No Brasil inteiro as Câmaras Municipais estão a ouvir, através de telefones, os Deputados e Senadores desta Casa do Congresso Nacional. Falei há pouco com vários Municípios: Carapicuíba, Itapevi, Barueri, Jandira, Osasco, Salto, Rio Claro, Tanabi, Itu, Santa Gertrudes, Rio de Janeiro e São Paulo.

O trem está passando. Ele está partindo. Adentrem nele, Congressistas do PDS, porque a História do Brasil será escrita pelo povo brasileiro. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Theodoro Mendes.

O SR. THEODORO MENDES (PMDB — SP) Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, contrariamente ao que muita gente imagina, está sendo discutida hoje, também, uma Proposta de Emenda Constitucional de minha autoria, a de nº 20/1983, restabelecendo as eleições diretas para a Presidência da República.

Nossa proposta surgiu da necessidade de se proceder à eleição para Presidente da República por maioria absoluta de votos. Preocupa-me a possibilidade de que, em existindo cinco partidos políticos — e na hipótese de cada partido lançar um candidato — nós termos eleito um Presidente da República com cerca de 30% da votação, não tendo, por conseguinte, o consenso nacional. Neste caso, julgo tão perigoso o exercício do poder por alguém que seja escolhido pelo Colégio Eleitoral como por um Presidente que não conte com o consenso nacional.

Justamente por isso, a minha proposta de emenda constitucional estabelece que será eleito o candidato que obtiver maioria absoluta de votos. Se esta maioria absoluta não for conseguida, a minha proposta remete os dois mais votados a uma nova eleição, a ser realizada trinta dias depois, quando estiver possibilitada a coalizão partidária dos outros três derrotados com o primeiro ou com o segundo, a fim de que possamos ter definitivamente um candidato que conte com o respaldo popular.

Esta proposta, por incrível que pareça, não teve a mesma repercussão da proposta do eminente Deputado e meu amigo Dante de Oliveira.

O importante, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é que cheguemos à eleição direta. Por filigranas do próprio Regimento Interno, cheguei a uma perplexidade: a minha proposta só terá chance de ser discutida e votada se a Proposta Dante de Oliveira vier a ser rejeitada. Mas não é com meu voto que será rejeitada. Votando a Emenda Dante de Oliveira, estarei negando a discussão da minha própria emenda, diante de um fato inusitado que o Regimento se nos apresenta; mas não poderia, jamais, colocar a minha tese acima daquilo que representa a vontade popular.

Por isso, sabendo de antemão que partirei para a perplexidade de votar, de maneira indireta, contra a proposta de minha autoria, aqui estarei para dizer sim à Proposta de Emenda Constitucional nº 5, apresentada pelo Deputado Dante de Oliveira, que restabelece as eleições diretas já.

Sr. Presidente, para encerrar, quero dizer que o povo está nas ruas, na Cinelândia, no Rio de Janeiro, e na Praça da Sé, em São Paulo, aguardando com expectativa impar a manifestação do Congresso Nacional. Eis, aqui e agora, a grande chance: ou o Congresso Nacional sai definitivamente consagrado como uma instituição representativa do povo, ou teremos frustrada a vontade de 70 milhões de eleitores brasileiros.

É por isto, Sr. Presidente, que — lamentando profundamente as contingências por mim já explanadas, e embora a minha proposta, mesmo com a assinatura de 190 Srs. Deputados e de 25 Srs. Senadores, não possa ser apreciada como desejariamos — o nosso dever é votar a favor da Emenda nº 5. Mas queria registrar o meu protesto pelo fato de o Regimento Interno não permitir, a

mim e àqueles que subscreveram comigo a minha emenda, o direito inalienável de tê-la discutida e debatida, ainda que para ser rejeitada.

Tenho dito, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Amadeu Geara

O SR. AMADEU GEARA (PMDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas, na sessão conjunta realizada ontem, pela manhã, eu já indagava da Mesa-Diretora — temendo pela eventualidade deste Congresso Nacional ser sitiado por forças militares — se alguma providência estava sendo tomada pela Presidência do Senado, e, portanto, pela Presidência do Congresso Nacional, para impedir que novas violências fossem cometidas contra esta Casa e contra o desejo do povo brasileiro na apreciação, hoje, da Emenda Dante de Oliveira.

Lamentavelmente, aquilo que nós temíamos aconteceu ontem mesmo. E este Congresso, que hoje se prepara para deliberar é uma Casa que, na verdade, além de ter sido sitiado, sofreu uma série de outras medidas que configuram que o regime que estertora perdeu todo o pudor, na tentativa de intimidar o Parlamento e humilhar a Nação brasileira.

Agora, Sr. Presidente, deste regime que nada mais se espera que tudo se pode esperar, nós tememos até mesmo que a aplicação do arbítrio possa acontecer hoje ou amanhã, mas contra isso nós devemos alertar que a responsabilidade histórica pelo que acontecer neste País não cabe apenas ao Poder Executivo, mas está depositada esta decisão nas mãos dos Parlamentares do PDS.

O mesmo compromisso popular que temos nós, das Oposições, têm também todos aqueles que através do voto foram conduzidos à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal. E, mais do que este compromisso, o que está em jogo hoje é o futuro da Pátria, e é para esta responsabilidade histórica que nós conclamamos agora a atenção especial daqueles homens do PDS, que haverão de estar conscientes da gravidade do momento e deverão demonstrar que, apesar das pressões e intimidações, haverá de falar mais alto o sentimento patriótico para com este País e para com um futuro digno a ser legado aos nossos filhos e netos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Bocayuva Cunha.

O Sr. BOCAVUVA CUNHA (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, meus senhores, minhas senhoras, quando, há pouco mais de um ano, ao iniciar-se a sessão legislativa, honrado com a confiança dos meus Pares, assomei a esta tribuna como Líder do PDT pela primeira vez, 19 anos depois da cassação dos meus direitos políticos, o tema do meu discurso — que representava o pensamento da bancada do PDT, da sua direção e do Governador Leonel Brizola — foi este: nós só sairemos do impasse em que nos encontramos se marcharmos para a eleição direta de Presidente da República.

Há um ano, o primeiro discurso da Liderança do PDT nesta Casa, interpretando o pensamento dos meus companheiros de partido e do governador Leonel Brizola, pedia a mudança para mostrar a ilegitimidade da situação. Não podíamos supor que o povo brasileiro inteiro fosse para as ruas. Imaginávamos que aquela era uma reivindicação nossa, e nos enganávamos, porque não era uma exigência só do PDT, dos nossos companheiros, de Brizola; era uma reivindicação de todo o povo brasileiro.

Essa campanha não tem dono, não tem partido; é uma aspiração da sociedade brasileira. Seremos capazes de atender a esses reclamos, ou seremos indignos do papel de representar o Brasil e seus interesses?

Vamos fazer com que Brasília volte a ser a Capital da Esperança de um País rico, feliz, com um povo trabalha-

dor, vivendo bem. Vamos fazer com que Brasília volte a ser realmente a Capital da democracia, votando pelas diretas já e agora. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Medauar.

O SR. JORGE MEDAUAR (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, 25 de abril está marcado na História política desta Nação. Hoje, este Poder será o fiel representante de uma sociedade democrática, aprovando as diretas já, ou praticará, rejeitando-as, um dos mais ignominiosos atos de infidelidade aos anseios e aspirações superiores do povo brasileiro.

Sr. Presidente, já não é mais hora de convencer ninguém, já que a Nação, unanimemente, disse o que quer, numa campanha vitoriosa, bonita e de muito esperança do povo. Mas, se não é mais hora de convencer ninguém, é hora do chamamento à responsabilidade. É hora de se dizer ao Parlamento brasileiro, depositário da soberania nacional, que não tem o direito de frustrar as mais belas aspirações da Nação. Se o Congresso Nacional não estiver à altura de corresponder a essas aspirações, estará igualmente assumindo a responsabilidade pelas sequelas da sua infidelidade. Por ter acreditado nas oligarquias que estão encasteladas no coração do poder, a Nação já não confia nelas. Esta Casa vai decidir, cercada de medidas coercitivas que chegaram ao conhecimento do Congresso, acompanhadas do black-out que desceu sobre importantes cidades brasileiras, sem que até hoje uma explicação séria sobre o assunto fosse dada à Nação.

É hora, portanto, Sr. Presidente, de escuridão. Sabem, no entanto, os trabalhadores que costumam amanhecer cedo para o labor diário e para a construção nacional que o momento que antecede o raiar da aurora é o mais negro da madrugada. É este o momento que estamos vivendo, prenunciando um clarão dos novos dias que hão de vir, com a aprovação das eleições diretas já. As diretas não representam, por certo, um passe de mágica ou a solução de todos os problemas brasileiros, mas com certeza representam o fim do continuismo, do autoritarismo incompetente e corrupto e o fim de uma postura política cínica. Diretas já, pelo Brasil e contra as medidas de emergência.

Era o que tinha a dizer. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Com a palavra ao nobre Deputado Osvaldo Nascimento, na qualidade de Líder do PDT.

O SR. OSVALDO NASCIMENTO (PDT — RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, Liderança do PDT acaba de receber informações junto à OAB de que crescente violências policiais estão acontecendo no Distrito Federal. Foram presos mais de 50 pessoas, entre as quais José Líberio Pimental, Presidente do Sindicato dos Professores; o advogado Jomar de Oliveira, que sofreu violências físicas e está com lesões. Pasmem! Ex-*, vários menores, dentre os quais José Aquiles Leonardo Siqueira e João Carlos Bacelar. A OAB oficiou ao Juiz de Menores alertando de que as medidas de emergência não são aplicadas a menores. Ademais, Sr. Presidente, a polícia de São Luís do Maranhão dissolveu à bala e à gás lacrimogênio uma concentração popular em frente ao comitê as diretas.

Vai aqui, portanto, o protesto do nosso partido, principalmente quando o Sr. Presidente da República envia uma emenda a este Congresso dizendo que quer buscar o diálogo, quer buscar o entendimento, como bem enfocou o Líder do Governo nesta Casa. Que entendimento é este à bala, à metralhadora, com prisões e arbitrariedades? A Oposição não se rende e não se dobra a este tipo de imposições. (Palmas) Gostaríamos que ficasse registrado nos Anais desta Casa que as armas que são compradas pelo povo, com o dinheiro do trabalhador, deveriam esta-

guarnecendo o trabalhador e a soberania deste País, para que as multinacionais e o Fundo Monetário Internacional não avançassem nas nossas riquezas. Este é o nosso protesto e o desejo de que o entendimento nasça com harmonia e com respeito às leis. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Fernando Gomes.

O SR. FERNANDO GOMES (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, quero fazer um apelo, em nome do povo brasileiro, aos Deputados e Senadores do PDS, para que, antes de votarem, dentro de poucos minutos, reflitam, pois em menos de um ano o Presidente Figueiredo deixará o Palácio da Alvorada e irá para o seu sítio cuidar dos seus cavalos e vestir pijama, enquanto nós vamos ficar em nossas casas, em nossos Municípios, em nossos Estados, a lutar por dias melhores para o povo brasileiro.

Portanto, Srs. Congressistas do PDS, reflitam antes de votar. Figueiredo passará, e nós vamos ficar nesta Casa a defender o povo.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Tem a palavra o nobre Deputado Tidei de Lima.

O SR. TIDEI DE LIMA (PR. PRONUNCIA DISCURSO QUE SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Com a palavra o Sr. Deputado Antônio Câmara.

O SR. ANTÔNIO CÂMARA (PMDB — RN. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, ontem era a Revolução dos Cravos Vermelhos no nosso Portugal amigo, hoje é a Revolução dos Cravos Amarelos, cuja cor Ulysses Guimarães nos disse ontem que representava a esperança do Brasil.

Sr. Presidente, relembrando uma fase que um companheiro nosso, no Rio Grande do Norte, dizia: "A eleição direta pode não resolver tudo, mas será o início de todas as mudanças neste País". E foi pensando nisso que o povo norte-rio-grandense foi convocado à praça pública nos mais difíceis anos que atravessa o Nordeste brasileiro. Mas o nosso chamamento e o da Nação fez com que a praça pública norte-rio-grandense se enchesse de gente e todos, numa voz uníssona, diziam: "Queremos eleições já!"

Sr. Presidente, creio que expromo nesta Casa, já que os meus companheiros Agenor Maria e Henrique Eduardo Alves não tiveram oportunidade de falar, também por eles, a vontade do povo potiguar.

Sr. Presidente, poderemos, sim — e por que não? — negociar. Negociar não é capitular; negociar é conversar para resolver problemas, para resolver impasse. Não há caminho melhor para resolver o impasse da Nação do que fazer com que o povo escolha, já, o seu Presidente da República.

Quero dizer ainda, Sr. Presidente, que o povo brasileiro, particularmente o norte-rio-grandense, foi às praças públicas para dizer "não" ao Colégio Eleitoral que transformou num leilão, nesta Nação, a escolha do titular do mais alto cargo de República. É para decidir contra isto que o povo brasileiro está aqui representado.

Quero dizer, mais uma vez, que o Rio Grande do Norte jamais capitulou, e estaremos nesta Casa votando a favor das eleições diretas já para que se escolha um homem que mereça a confiança do povo brasileiro. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Matheus Schmidt.

O SR. MATHEUS SCHMIDT (PDT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, nesta noite, neste recinto do Congresso Nacional, vai-se

decidir fundamentalmente sobre o respeito à fidelidade da representação popular.

O representante do povo com assento na Câmara dos Deputados tem que se manter fiel ao mandato que recebeu de milhares de homens e mulheres que lhe confiaram a representação.

Quando as multidões comparecem às praças públicas pedindo eleições diretas, não é dado ao representante do povo, sob pena de infidelidade ao mandato popular, sob pena de descumprimento da representação popular, sob pena de traição ao mandato que lhe foi livremente conferido, aqui comparecer para contrariar essa vontade da população brasileira.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, é que aqui, mais do que tudo, hoje à noite se decidirá a respeito de uma causa que está afeta a todos os representantes do povo. Somos ou não somos fiéis ao mandato, à representação que recebemos na boca das urnas?

Srs. Congressistas, temos um compromisso com esta Nação que terá de se encontrar com o Estado do qual está divorciada. Esta Nação faminta, esta Nação subdesenvolvida, esta Nação das multinacionais, que hoje clama por um Estado de Direito, há de se encontrar com seu Estado; não o Estado autoritário de vinte anos, mas o Estado democrático que há de brotar das urnas para grandeza do País, para grandeza do seu povo ou da Nação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Wilmar Palis.

O SR. WILMAR PALIS (PDS — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, estamos diante de uma opção histórica. O momento exige, de cada brasileiro, uma definição política.

Quando Hamlet, na sua perplexidade, se auto-interrogava sobre uma condição de vida — SER ou NÃO SER —, tentava solucionar uma dúvida existencial, cuja solução seria o início de uma nova atitude comportamental.

Mais do que uma alternativa hamletiana, a nossa escolha de hoje ultrapassa o âmbito individual.

Neste momento, não é mais o indivíduo que se questiona. É a Nação inteira que se debruça diante de si mesma, em busca de uma resposta: ELEIÇÕES DIRETAS ou INDIRETAS?

Mais do que nunca, a hora é de coerência; jamais, de fidelidade servil, cega, inconseqüente.

Quando concorri a uma cadeira no Congresso Nacional, optei pelo PDS, não por mera veleidade, mas porque os princípios programáticos deste partido, que ainda estão de pé, e nos quais ainda me apóio, defendem os direitos inalienáveis da pessoa humana, da liberdade de não ter medo, de praticar o culto religioso de sua inviolabilidade como cidadão; defendem os direitos inalienáveis de que o povo é fonte da soberania e do poder nacional e, por isso mesmo, é o agente e destinatário de toda a ação política; defendem os direitos inalienáveis de que o Poder Legislativo é a maior das criações dentre as instituições liberais, de modo que suas prerrogativas não podem situar-se abaixo de quaisquer outras; em síntese, defendem os direitos inalienáveis de que o homem não pode rejeitar os valores sagrados que regem sua dignidade.

Por outro lado, é chegada a hora de se reconhecer também que velhas estruturas se revelam incapazes de tratar adequadamente os problemas nacionais; de que as entidades de classe, lideranças estudantis e sindicais exigem alterações substantivas no *status quo* político de que as grandes massas se reúnem em Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro — enfim, em todo o País — para reclamarem, em praça pública, o direito de escolher livremente o supremo mandatário da Nação.

Fiel, pois, às tradições democráticas do meu País, e à filosofia do meu próprio partido, fiel, sobretudo, ao

povo de que sou representante nesta Casa, declaro alto e bom som:

VOTO PELAS ELEIÇÕES DIRETAS, JÁ — assumindo, perante a Pátria, perante a História, toda a responsabilidade deste meu gesto.

As urnas, com o nosso voto favorável às eleições "Diretas já". Viva o Brasil! Viva o povo brasileiro! Viva a Democracia!

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao Deputado Milton Reis.

O SR. MILTON REIS — (PMDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a emenda que restabelece as eleições diretas para Presidente da República, que daqui a pouco iremos votar, mobilizou a opinião pública do País, de tal maneira, através de comícios memoráveis, que levaram às praças e ruas de todos os Estados da Federação, desde as suas Capitais às menores cidades do interior, verdadeira multidão até então jamais reunida em prélrios cívicos da Nação.

A Emenda Dante de Oliveira, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, transcende a importância de uma simples proposição legislativa para tornar-se, como se tornou, um divisor de águas, que classifica de um lado os que estão com o Governo e, de outro, os que ficam com a Nação. O Poder Legislativo é aquele que, efetivamente, representa o povo e deve, portanto, ser o intérprete da sua vontade e das suas aspirações.

Sr. Presidente, nem na Proclamação da República na Campanha Civilista de Rui Barbosa, o povo esteve tão unido e empolgado como agora. É que chegou, portanto, a oportunidade de o Poder Legislativo firmar-se como poder. Ele, que ao longo desses vinte anos de ditadura e de arbítrio perdeu as suas mais altas prerrogativas, agora tem a oportunidade de readquirir a confiança da Nação. Por isso, basta apenas que trezentos e vinte dos quatrocentos e setenta e nove Deputados Federais e quarenta e seis dos sessenta e nove Senadores da República votem favoravelmente à Emenda Dante de Oliveira.

Mas, Sr. Presidente, se acaso essa proposição não for aprovada, estou convencido de que vai pesar sobre o País e, principalmente, recair sobre a instituição parlamentar os mais pesados ônus. A esta hora, nos mais longínquos recantos brasileiros, através do rádio, o povo está tentando sintonizar Brasília, para saber alguma notícia, já que as famigeradas "medidas de emergência" impossibilitaram que as televisões mostrassem, ao vivo, o desenrolar dos trabalhos desta sessão histórica. Portanto, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, os que desejam continuar na ditadura deverão votar "não" ou abster-se. Mas os que querem o sol da liberdade deverão votar a favor da Emenda Dante de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao Deputado Valmor Giavarina.

O nobre Deputado pede a palavra como Líder?

O SR. VALMOR GIAVARINA — V. Ex^{as} me concede a palavra.

Estou inscrito para falar no período das breves comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — V. Ex^{as} está inscrito para falar, mas agora é a vez do Deputado Joacil Pereira. V. Ex^{as} falaria se tivesse pedido a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Não. Vou apenas pedir a V. Ex^{as} um pouco de paciência.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Joacil Pereira.

O SR. JOACIL PEREIRA (PDS — PB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a falácia de muitos argumentos utilizados ruidosamente pela Oposição não resiste a uma análise séria. Eu poderia, ho-

je, aqui, ficar numa atitude cômoda de silêncio, que não se coaduna, porém, com o meu temperamento afirmativo. Poderia, por outro, lado, ausentar-me do recinto, e estaria também dentro de uma orientação traçada optativamente pela Liderança do meu partido. Prefiro, todavia, assumir de frente as minhas posições, porque, por mais humilde que seja a minha atuação na vida pública do meu Estado e do País, tenho pautado minha conduta retilíneamente, sem nunca ficar em atitudes duvidosas.

Votarei contra a Emenda Dante de Oliveira, não porque seja, como se diz por aí em fora, num argumento irracional e puramente emotivo, que estaria eu e os que me acompanham nessa orientação contra o País. Não. Votaremos contra porque pensamos no futuro tranquílio dessa Pátria, que está convulsionada por uma campanha realmente bonita e digna nos seus objetivos finais, porém que ganhou uma exacerbada de ânimo tal que raia o irracionalismo. Basta ver a atmosfera que domina certos espíritos de próprios companheiros nossos nesta Casa. E, pensando assim, prefiro rejeitar a preferência muitas vezes emocional ou sempre emocional das multidões para ficar com o projeto do Presidente João Figueiredo, que visa a restaurar a eleição direta, mas não de um momento para outro, atabalhoadamente. Somos eleitos para liderar e não para sermos liderados pela loucura das multidões, pelas massas, que muitas vezes não pensam em uma campanha como esta, em que nem os próprios líderes da Oposição comandam mais os seus roteiros e a sua orientação. Com essas palavras, quero declarar, de antemão, meu voto, que é negando apoio à Emenda Dante de Oliveira, pensando mais na grandeza, na felicidade do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Com a palavra o nobre Deputado Paulo Borges.

O SR. PAULO BORGES (PMDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a aprovação da Emenda Dante de Oliveira — restabelecendo as eleições diretas para a Presidência da República, agora — tornou-se um imperativo nacional por ser uma legítima manifestação do povo brasileiro.

Após 20 anos de fracassos administrativos, exprimindo-se neste período — como afronta aberta às mesmas éticas que inspiram a ordem constitucional — o País esgotou a sua tolerância e exige decisiva alteração de rumos. Ora, a Revolução de 1964 — segundo os seus ideólogos — foi desflagrada para normalizar o processo político. E é de notar-se que o espírito de 64 previa, da parte do então Presidente Castello Branco, a devolução do Poder Central aos civis, com base na rotatividade normal dos mandatos, tanto executivos como legislativos.

Lamentavelmente, inverteu-se o eixo das deliberações governamentais, e desde o General Costa e Silva até o General Figueiredo instalou-se um processo militarista, com atribuições ilegais de depor Governadores eleitos, suprimindo-lhes os direitos políticos, sem qualquer direito de defesa, abrangendo o raio do arbítrio os mandatos legislativos.

Este delírio cassatório tornou-se desconcertante e absurdo, merecendo críticas veementes da imprensa estrangeira. O Presidente João Figueiredo, que a esta altura simboliza a curva crepuscular do totalitarismo, vê-se — junto ao seu minguado grupo — sob as pressões das multidões brasileiras, e toma a deliberação estranhamente humilde de comunicar-se com Parlamentares de seu partido, a quem sempre desprestigiou, pedindo-lhes que votem contra a Emenda Dante de Oliveira. É curioso esse procedimento, notadamente quando um autoritário e arrogante Chefe de Estado vem turvar e comprometer a imagem de seu ilustre pai, o General e Deputado Euclides Figueiredo, conhecido como um dos mais bravos e brilhantes defensores da democracia.

Nós, Parlamentares livres, que desejamos, sem qualquer concessão negativa, a volta do País ao leito da lega-

lidade democrática, não hesitaremos em votar na Emenda Dante de Oliveira, porque o que nos impõe, neste momento histórico, é a restauração da ordem e da soberania nacional, fazendo cessar qualquer tipo de interventionismo alienígena.

Só temos compromissos com o povo, e não aceitamos que o Brasil persista com a honra hipotecada ao estrangeiro.

Os sufrágios dos Parlamentares, que refletem as emoções límpidas do povo, cumprirão o seu dever.

É o papel que temos a cumprir, neste instante da votação da Emenda Diretas, Já.

Tenho dito.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Com a palavra o nobre Deputado Coutinho Jorge.

O SR. COUTINHO JORGE (PMDB — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, expressão lapidar do saudoso Ministro do Supremo Tribunal Federal, o insigne ex-Parlamentar Aliomar Baleeiro, diz que "a liberdade não se recebe por mercê ou tolerância dos opressores. Há que merecê-la e disputá-la".

O povo brasileiro disputou e merece a liberdade maior e suprema de decidir seus destinos, quando milhões, indo às praças públicas ou expressando-se através de seus órgãos de classe, ou de qualquer outro meio pacífico, mostrou o seu repúdio à opressão que impõe na vida econômica, política e social do País. Opressão da fome, da dívida externa astronômica, do FMI, intervindo nas decisões internas, dos escândalos, da inflação, que faz o povo cada vez mais pobre e miserável, do desemprego que leva à marginalidade e ao desespero, enfim, da injustiça e do arbítrio que abalam a dignidade do povo.

Uns poucos que detêm o poder e o querem manter a qualquer custo distorcem até o conceito de democracia, que é a expressão da vontade da maioria, por uma "democracia" sem povo dominada por uma minoria.

Este dia é invulgar, dia da nacionalidade, que teve na sua história fatos libertários como a Independência, a Abolição da Escravatura e a Inconfidência. Agora, queremos a liberdade política, rompendo os últimos grilhões do arbítrio que acorrentam o País há mais de 20 anos. Infeliz da nação que, desconhecendo as lições da História, é obrigada a repetir tragédias dolorosas, que deveria ter aprendido a evitar.

É preferível escolher um Presidente da República através de manifestação popular autêntica e legítima do que através de um Colégio Eleitoral destituído de autenticidade. O próprio ex-Presidente Ernesto Geisel, um dos responsáveis pelo casuismo vigente, afirma hoje que esse colégio é muito restrito e desproporcional aos 60 milhões de eleitores brasileiros. Casuista e indicado com excessiva antecedência, possibilita esse festival de aliciamento que presenciamos.

Basta de casuismos, basta de sofrimento, o povo está nas ruas e quer mudar, e merece essa mudança!

Mas quando, ordeiro, pacífico, se manifesta em praça pública, em todos os rincões da Pátria, o Governo, arbitrário e nos seus últimos estertores, usa, mais uma vez, o direito da força contra a força do direito do povo, impedindo, por meio das medidas de emergência baixadas há poucos dias, que a Nação possa conhecer aqueles que, equivocadamente, não honrarão o mandato que o povo lhes confiou.

Cerceando liberdades individuais e da imprensa, tenta impedir o óbvio.

Uma verdadeira nação não se constrói com homens acomodados e submissos; é preciso romper as algemas da opressão, e o passo inicial desse único caminho é votarmos, hoje honrando as esperanças de toda a Nação, na Emenda Constitucional das Diretas Já!

Desta forma, estaremos construindo a liberdade do povo brasileiro!

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Com a palavra o nobre Deputado Oswaldo Trevisan.

O SR. OSWALDO TREVISAN (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a 12 de janeiro houve a primeira manifestação pública pelas eleições diretas. Então não se sabia ainda o grau de intensidade e desejo do povo brasileiro pelas diretas, por isso havia dúvidas sobre as possibilidades de êxito na realização de um grande comício pró-diretas.

Ninguém se arriscava a ser o primeiro, até que o Paraná, com a liderança do Governador José Richa, resolveu assumir o risco e levar às ruas e às praças a campanha pelas diretas.

E o povo veio às ruas.

Em Curitiba eram mais de 50 mil, no primeiro comício, clamando por eleições diretas e manifestando o desejo de decidir sobre seus próprios destinos.

Assim, foi acesa em Curitiba a chama cívica patriótica que se espalhou por todo Brasil, com efeito multiplicador, fazendo com que, a cada nova concentração popular, milhares e milhões de brasileiros clamassesem por diretas já.

Essas grandes massas humanas levaram à praça pública o seu descontentamento contra a situação reinante. Contra este Governo que, ao longo destes 20 anos de arbítrio, não fez outra coisa senão empobrecer a Nação e marginalizar os brasileiros das decisões nacionais.

Foram marcos desse Governo a corrupção e a incompetência administrativa, que levaram o País à maior dívida externa e interna de todos os tempos, à maior inflação de toda sua história, a uma desesperadora quantidade de desempregados, e tudo isso trouxe como consequência a fome, a pobreza, a desigualdade social, enquanto presenciamos o Governo fazer concessões aos grandes banqueiros internacionais que contrariam a nossa soberania.

O FMI interveio até na fixação da política salarial do trabalhador brasileiro, na política cambial, monetária e creditícia.

Por isso, o movimento pelas eleições diretas representa muito mais que a reivindicação por uma mudança constitucional.

Representa, isto sim, a exigência de respeito à integridade do ser humano enquanto cidadão que, como tal, tem direito à livre organização e expressão, direito à educação, ao trabalho digno, direito à terra onde possa produzir.

Em suma, é um movimento que visa ao fim destes vinte anos de opressão e de cerceamento do exercício da cidadania. Nesses 20 anos, nós, brasileiros, não fomos cidadãos no sentido integral da palavra, pois não pudemos decidir e traçar nosso próprio destino através de movimentos populares e de eleições diretas, honestas e livres em todos os níveis.

É chegada a hora de ouvir o povo brasileiro. Não se brinca com uma Nação que saiu às ruas, em sua totalidade esmagadora, para exigir mudanças. A História mostra que, quando o povo quer, as mudanças têm que vir, e aqueles que não atenderam o povo pagaram caro pelos seus erros.

Está vivo na lembrança de todos nós o caso do Xá do Irã, que com todo seu poderoso exército foi vencido pelo povo. A queda da Bastilha é outro exemplo.

Aqueles que não aprendem com os erros da História, estão condenados a repeti-los.

Não queremos repetir os erros de outros povos, por isso o Brasil saiu às ruas de maneira ordeira e disciplinada, exigindo mudanças pela via democrática, com a realização de eleições diretas já para a Presidência da República.

E se tais massas humanas se manifestaram pacificamente é porque o Brasil já se democratizou. A Oposição não se desespera em chegar a seus fins!

Tenta-se com medidas de força amedrontar este Congresso.

No entanto, é preciso sobrepor-se ao direito da força, à força do direito.

As medidas de emergência constituem um ato de arbítrio que violenta a consciência jurídica da Nação.

Vamos viver intensamente as emoções deste dia. Junto conosco estão 130 milhões de pessoas que pedem mudanças.

Os brasileiros já sabem que não safram inutilmente às ruas, porque vamos aprovar a emenda Dante de Oliveira, com eleições diretas já, para Presidente da República.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Srs. Congressistas, desde a primeira sessão, às 9:00 horas da manhã, no período de breves comunicações, as relações de oradores para falar chegavam ao número de 35, 38 e 40. Dentre todos esses Congressistas que me procuraram — está aqui o Senador Henrique Santillo para testemunhar — inscreveram-se 136 Parlamentares, e só 12 falaram. Eles pediram a esta Presidência que não deixasse passar de 2, 3 minutos o tempo de cada um. Achei por bem atendê-los, mas estou recebendo resistência de algumas lideranças. Nas sessões ordinárias, sempre somos descendentes, deixando que ultrapasssem alguns minutos, para que todos tenham oportunidade de falar. Mas como não há a concordância de todas as lideranças, sou obrigado a cumprir o Regimento. Peço escusas àqueles que se inscreveram, mas, infelizmente, não poderei deixá-los falar. Vamos cumprir a lei.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Passa-se à **ORDEM DO DIA**

Item 1:

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 1983, que dispõe sobre a eleição direta para Presidente e Vice-Presidente da República, tendo

PARECER, proferido oralmente pelo Senhor Deputado Ernani Satyro, contrário à Proposta e as nºs 6, 8 e 20, de 1983, que com ela tramitam.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao nobre Deputado Domingos Leonelli.

O SR. DOMINGOS LEONELLI (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, distingui-me a Liderança do meu partido com a honrosa tarefa de encaminhar esta histórica votação. Gostaria muito de ceder ao meu primeiro impulso e usar deste pequeno tempo para falar da campanha, das praças cheias, das multidões coloridas que transformaram a emenda constitucional do companheiro Dante de Oliveira na bandeira de esperança do nosso povo. Preferiria até usar este tempo para manifestar a indignação da Nação brasileira contra a bestialidade que se instaurou na Capital da República, sob o comando do General Newton Cruz. Mas não, Sr. Presidente. Uso deste tempo para fazer um dos últimos apelos àqueles sobre os quais recaiu a responsabilidade de viabilizar uma democracia estável em nossa Pátria, a partir de amanhã.

Todos sabemos da gravidade do dia de amanhã, seja qual for o resultado. Com certeza, queremos todos um pé seguro para ficar, se o resultado de hoje for a aprovação não da Emenda Dante de Oliveira, mas da vontade de 90% do nosso povo. (Muito bem! Palmas.)

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, quero falar aqui aos Deputados e Senadores do PDS, àqueles que estão no plenário e àqueles que ainda estão nas suas salas, ouvindo os discursos pelo microfone e sentindo a vibração deste momento histórico. Quero lembrar a cada um dos Srs. Deputados e Senadores do partido que combati durante tantos anos que comprehendo a posição de muitos dos que defenderam o Governo, sabendo que ele não tinha razão, da coragem dos que assomaram à tribuna

tantas vezes para defender posições difíceis e impopulares. Quero lembrar que muitos desses já se incorporaram a este heróico grupo Pró-Diretas, que não é apenas um grupo, mas o movimento que hoje se excede e já se aproxima do número necessário à aprovação desta emenda. Mas não gostaria que apenas aqueles já contados aprovassem a emenda. A gravidade do momento histórico exigiria que a Emenda Dante de Oliveira fosse aprovada pela unanimidade desta Casa. (Palmas.) Não queremos que ninguém aqui passe como coveiro da democracia. Não desejamos que nenhum colega Parlamentar entre para a História como aquele que derrotou a vontade do povo. Diretas já não é uma solicitação da Oposição, não é um pedido do meu partido. Votar sim pelas diretas já é uma imposição nacional. A luta continua. (Palmas.)

O Sr. Raul Ferraz — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Tem a palavra V. Ex^a para uma questão de ordem.

O SR. RAUL FERRAZ (PMDB — BA) — Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, tenho em mãos importante documento e gostaria de saber com devo proceder para encaminhá-lo a essa Mesa. Trata-se de documento que me foi entregue pelo pessoal de Jequié aqui presente, para que transmísse ao Deputado Leur Lomanto e ao Senador Lomanto Júnior o pedido, que contém 11 mil assinaturas, no sentido de que eles votem a favor das eleições diretas para Presidente da República. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao Senador Fernando Henrique Cardoso, pelo PMDB.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB — SP) — Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, começo esta oração de encaminhamento da Emenda Dante de Oliveira fazendo uma exortação e manifestando aqui, pela bancada do PMDB no Senado, nossa alegria pelo fato de que, sob o comando do Deputado Ulysses Guimarães, o PMDB e os partidos de Oposição, unidos, conseguimos fazer, aquilo que foi o sonho de um dos maiores lutadores da democracia no Brasil: o saudoso Senador Teotônio Vilela.

Exorto, pois, a todos os presentes no sentido de que estas duas figuras que hoje balizam o caminho do PMDB sejam o lume que oriente nosso partido e que ajudará a conduzir o conjunto das oposições na direção daquilo que é o verdadeiro milagre brasileiro, o milagre de um povo que, depois de 20 anos de autoritarismo, depois de desemprego e crise econômica, está quase sublevado, numa sublevação branca, nas ruas, que pede apenas aquilo que há de mais democrático e legítimo, que é votar para Presidente da República. É em nome disso, em nome de um partido, que, com seus partidos irmãos e com as Lideranças do PDS, caminhou pelo Brasil inteiro e pôde sentir os milhões de brasileiros que estão do nosso lado, que nós, hoje, estamos aqui para dizer que vamos votar, a uma só voz, vigorosamente: eleições diretas já e já!

Quero dizer também que essas 48 horas que antecederam a votação foram o suficiente para mostrar ao Brasil o que significa a ânsia do povo. Durante 120 dias levamos milhões de brasileiros às praças públicas — e não houve sequer um incidente, nada! Os registros policiais do País inteiro mostram que, quanto mais comícios, mais calma houve nas cidades. E agora, Srs. Deputados e Srs. Senadores, foram 48 horas de tropelias, de truculências, de abuso, de censura, de repressão! Se é essa a democracia que nos oferecem, se é essa, a vontade uníssona do Brasil dá a resposta já: não queremos! Queremos outra democracia! Não queremos a democracia das

TVs silenciadas, do rádio que não pode falar, da opinião pública inteira que espera a nossa decisão aqui e que está no silêncio, na vigília silenciosa, porque os meios de comunicação estão impedidos de se manifestar e de mostrar o que estamos aqui dizendo. Tampouco queremos a democracia daqueles que, quando apelamos ao Supremo Tribunal Federal, nos vêm com resposta forçada. É óbvio que as medidas de emergência ferem o espírito da Constituição e a sua letra. A democracia que queremos é a que vamos construir a partir de hoje. Término, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, fazendo um apelo ao PDS, um apelo às Lideranças do PDS, aqui presentes, para que tenham o sentimento da História e que percebam que o que hoje está na rua, o que ontem estava na rua e o que já sentimos há tanto tempo, amanhã estará no desconsolo, se nós não formos capazes de cumprir um mandato popular. E se não formos capazes de fazer agora, aqui, neste momento, o que a rua pede, porque a autonomia da rua na expressão outra vez do memorável Teotônio Vilela não pede de nós outra coisa senão uma palavra simples que, fazendo coro a todos que aqui vieram, repito — é muito simples e direta: eleições diretas já. Portanto, espero e exorto o PDS a que se junte a nós, a que se junte ao conjunto dos brasileiros e que formemos aqui e agora aquela grande força da democracia, que é o Parlamento. E se sairmos daqui hoje sem termos cumprido com o nosso dever, mesmo aqueles que vamos votar sim às eleições diretas, sairemos chumuscados, porque estaremos pertencendo a um corpo social que não foi capaz de se sensibilizar com os milhões de brasileiros que, de alto a baixo, sem distinção de classes, sem distinção de ideologias, pede uma só coisa. E nós temos a responsabilidade histórica de tornar atraído aquilo que já é na vontade constituinte do povo a exclamação, o grande brado contido na expressão: eleições diretas já. (Palmas.)

O Sr. Mário Juruna — Permite-me V. Ex^a em nome do partido?

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — V. Ex^a pode falar.

O SR. MÁRIO JURUNA (PDT — RJ) — Sem revisão do orador — Sr. Presidente, meus companheiros brasileiros, meus companheiros sofredores, meus companheiros sacrificados, tenho muita obrigação de responder à minha missão, como tinha ganhado a eleição, através dos cariocas, pelo Rio de Janeiro. Eu não posso deixar de dar mensagem para vocês. Hoje estamos manifestando a eleição direta, eleição do povo e salvação do Brasil. Isso é que é mais importante e necessário para o povo brasileiro. Eu quero que vocês, companheiros, marquem cada um de nós que vai votar a favor do Brasil. Eu quero que vocês lembrem a gente. E eu quero que vocês marquem cada cara de pessoa que não vota. Vai ficar muito preso em 1986. Então, companheiros, quero lembrar o 1964, mais o 1965. O PDS estava cheio aqui no plenário, para poder derrubar o 2.045, o 2.044. Nós já tínhamos derrubado. No tempo do Senador que era homem de coragem, que defendeu o Brasil, veio todo o mundo do PDS para cá, para derrubar a liberdade do brasileiro. E hoje nós estamos fazendo a eleição para votar o bem do Brasil. Mas o PDS sumiu todo, escondeu todo o mundo. Assim é que o PDS faz contra vocês, contra o povo. Quero que vocês acreditam na palavra de Juruna...

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — O tempo do nobre Deputado está encerrado.

O SR. MÁRIO JURUNA — ... porque sou contra todo o pessoal que proíbe a entrada do povo. Cadê o Presidente da Mesa? Cadê o Presidente do Senado, que

defende o povo? Cadê? Na hora de briga, todo o mundo se esconde

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — O tempo de V. Ex^a está esgotado

O SR. MÁRIO JURUNA — Senador se esconde, Presidente também se esconde, todo o PDS se esconde. Estou aqui falando em nome de vocês, consciência do povo. Aqui é Casa do índio, é Casa de vocês. Muito obrigado a vocês. Vamos em frente. Vamos fazer a eleição. Vamos derrubar a ditadura, companheiros. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Nadir Rossetti, que falará em nome do PDT.

O SR. NADIR ROSSETI (PDT — RS) — Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, Srs. Senadores, o admirável ensaísta Edgard Faure ao modelar o perfil de Turgot, cuja demissão afirma ter sido a causa do apressamento da Revolução Francesa, diz que, em épocas de obscurantismo, "il faut prévoir le présent;" "em momentos de obscurantismo, é necessário prever o presente". Por isto, Srs. Deputados, Srs. Senadores, tenho muita esperança, tenho fundamentada esperança; por isto, não falo em nome do PDT. Se desde o início, a campanha pró-diretas foi suprapartidária, acima de todos os partidos, deve também aqui terminar como uma campanha suprapartidária, acima dos partidos. Com ela não estão apenas os partidos de oposição; com ela está também o Grupo de Pró-diretas e tenho a certeza agora, aqui nesta noite, o PDS, na sua totalidade, haverá de se saber como prever o presente. Aí está o povo brasileiro, ontem, hoje, e agora, nas praças públicas, nas ruas, esperando a decisão do Congresso Nacional. Tenho certeza, Srs. Congressistas, de que, nesta noite, este Congresso haverá de agir com honra, haverá de sair de cabeça erguida, porque haverá de corresponder aos anseios e às aspirações populares. Nenhum de nós, políticos que somos, tem o direito de contrapor-se à vontade popular, porque contra esta não há contrário, e a vontade de todos os brasileiros é, neste momento, eleições diretas já.

Meus companheiros do Congresso Nacional, Deputados, Senadores, Congressistas, este é o momento supremo dessas 48 horas: É o momento da reflexão, é o momento da decisão acima de partidos. Com a consciência que temos, vamos consagrar, nesta noite, as eleições diretas para Presidente da República. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Mesa solicita aos Srs. Parlamentares que tomem seus lugares, para que não prejudiquem o orador.

Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (PTB — RJ) — Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, exatamente para não retardar a votação, resumirei o meu discurso nas poucas linhas que escrevi.

Coerente com todos os pronunciamentos no decorrer de minha vida pública, dentro e fora das Casas do Congresso, sou um dos signatários da Emenda Dante de Oliveira, a que espero dar, ainda no decorrer da presente sessão, meu voto favorável. Deus me concedeu vida bastante para participar de todos os movimentos cívicos que empolgaram a Nação, desde há mais de meio século. Hoje, vence-se importante etapa, com o restabelecimento das eleições diretas para a Presidência da República. Festejemo-la como passo inicial na jornada que somente se encerrará com a instalação da Assembleia Nacional Constituinte. Restará evitar a inovação espúria do mandato-tampão. E quem o exercesse seria apenas um Presidente Suplente, sem credibilidade externa e interna.

Se alguém é bom para governar o País por dois anos, também deve sê-lo para um quadriênio. E se é ruim para presidir os destinos nacionais por quatro anos, igualmente o será para se desempenhar de tão alta investidura por um biênio. Os prefeitos eleitos para um período de dois anos — todos podemos depor — são atestado flagrante do erro grave que tão apregoada solução representa.

Devo, em homenagem ao Partido Trabalhista Brasileiro, acentuar que minha posição se entrosa perfeitamente com os pontos de sua atuação política, inscritos no programa aprovado pela Justiça Eleitoral, *in verbis*:

a) "Lutar por uma nova Constituição, através de uma Assembléia Nacional Constituinte, onde todos os setores da Nação estejam livre e legitimamente representados";

b) "Lutar pelo regime democrático, pluripartidismo, voto direto, secreto e universal, extensivo aos analfabetos e o direito de greve".

Uma palavra final: a eleição direta do Presidente não é incompatível com o sistema parlamentar de Governo. França e Portugal isso mesmo testemunham. A reforma constitucional agora apenas se inicia. Saudemo-la com nosso voto e nosso aplauso. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra à nobre Deputada Irma Passoni, pelo PT.

A SRA. IRMA PASSONI (PT — SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, o povo quer que cumpramos hoje, aqui, a sua vontade, que ajamos com responsabilidade, e nossas palavras são fracas para traduzir a força cívica da vontade da Nação brasileira. Agora, 130 milhões de brasileiros esperam o nosso sim, sim para a Emenda Dante de Oliveira. Por isso apelamos, insistente, aos Parlamentares que ainda se encontram nos gabinetes, indecisos, para que venham a este recinto e digam aquilo que realmente sentem, aprovando a Emenda, conforme o desejo do povo brasileiro.

Este é um momento de rara soberania. Está nas nossas mãos, está nas mãos dos parlamentares, Deputados e Senadores, a derradeira decisão que vai acatar a vontade do povo, que diz respeito à própria existência deste Congresso. A responsabilidade que pesa sobre nossos ombros é insubstituível. Abdicar deste direito é jogar no lixo, como diz a **Folha de S. Paulo**, hoje, através de um jornalista seu, o nosso mandato, é jogar no lixo as esperanças que o povo deposita neste Congresso e, principalmente, na nossa função de legislar. Hoje, o povo exige de nós a imediata aprovação da emenda das eleições diretas.

O PT está presente aqui com seus parlamentares, com a sua direção nacional, assim como está presente o seu Presidente, o Lula, que também compareceu nas praças públicas, cumprindo o preceito comum aos programas de todos os partidos, para clamar pela eleição direta para Presidente da República.

Paz, hoje, é aprovar a emenda das eleições diretas. É a única maneira de obter tranquilidade e paz social. O voto de cada um de nós é um elo constitucional que nos conduzirá à reconquista da democracia, pois sem ela não há direitos garantidos e, muito menos, poder parlamentar neste País.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, aqui está o nosso desafio, aqui está a nossa presença hoje, para aprovarmos, imediatamente, as eleições diretas, de acordo com a vontade do povo brasileiro. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao Sr. Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, há toda uma esperança que cobre este País do Oiapoque

ao Chuí. Há mais do que uma esperança; há uma confiança, há uma convicção de que o Congresso Nacional saberá decidir com soberania, saberá recolocar o País no caminho da democracia, indo ao encontro da grande aspiração que se firmou em todos os Estados da Federação nestes últimos tempos.

E esta é uma responsabilidade exclusivamente nossa. Esta é uma decisão dos Parlamentares brasileiros, Senadores e Deputados, com sua consciência e sua sensibilidade voltadas para o clamor popular que se faz ouvir, como eu disse, de Norte ao Sul do País. Esta é uma decisão que transcende fronteiras partidárias, transcende posições políticas de natureza específica. Nós precisamos do PDS e vamos contar com o PDS neste 25 de abril histórico para os destinos de nossa Pátria (Muito bem. Palmas). Esta é uma decisão que transcende os designios e a vontade do Poder Executivo. A responsabilidade é do Congresso, o dever constitucional é do Congresso, e nós é que vamos decidir, decisão que transcende posições do passado.

Ouvi aqui o Deputado Amaral Netto afirmar que todos nós temos alguma responsabilidade por tudo o que aconteceu no País nos últimos 20 anos. Meia verdade. Muitos de nós não tiveram absolutamente nenhuma participação, e muitos que hoje se situam em partidos de oposição tiveram. É verdade. Mas é precisamente destes que tiveram maior responsabilidade nos desacertos e descaminhos impostos ao País, destes que participaram mais ativamente na implantação do regime de autoritarismo ao qual hoje pretendemos pôr um fim, é destes, principalmente, o dever maior de corrigir isto tudo e recolocar o País na tradição da democracia e do presidencialismo. É o que o povo exige de nós, na expectativa, na convicção de que o Parlamento não falhará e não negará a sua responsabilidade histórica neste momento.

Esta é uma decisão que afeta e coloca em jogo o prestígio da instituição, a imagem e o conceito do Parlamento brasileiro perante a opinião pública nacional e internacional. Nossa dever é representar a Nação.

Ouvi com muita atenção as palavras do Senador Luiz Cavalcanti. Históricas palavras! Nossa dever é representar a Nação, e a Nação se faz ouvir através deste clamor insólito, clamor jamais visto no curso da nossa História, clamor tão intenso que Parlamentar nenhum pode ficar insensível a ele. Nossa dever está em atender a este clamor. E isto basta para darmos nosso voto a favor da Emenda dante de Oliveira, que restabelece as eleições diretas já, como quer o povo, como quer a Nação. (Palmas.) Basta esta razão. Entretanto, nosso voto de hoje tem outro significado e é importante referi-lo. Com o voto de hoje, vamos encerrar, politicamente, pacificamente, democraticamente, ordeiramente, civilizadamente, uma etapa da nossa História, etapa que durou 20 anos e cujo julgamento, neste momento, nos interessa fazer. As gerações futuras o farão. A nós cumpre reconhecer que este regime nada mais tem a oferecer aos destinos do nosso País e encerrá-lo com o restabelecimento da eleição direta para a presidência da República, contra o desejo do sistema que levou o País a esse conjunto de desacertos e descaminhos.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo que há outro significado — e poderia referir-me a vários outros: é preciso ter em mente que ao dar nosso voto hoje pelas eleições diretas estaremos obrigando o Poder Executivo a reconhecer que o Parlamento brasileiro afirmou-se e quer a mudança dos rumos ainda nos meses que restam para o encerramento do mandato do Presidente Figueiredo. É preciso que ele sinta que o Parlamento, soberano, consciente, exigiu a mudança de rumo na política econômica, de autoritarismo, que se traduziu nessas arbitrariedades que a Capital Federal testemunhou. Nossa voto terá também este significado.

A questão transcende as fronteiras partidárias. Falo aqui em nome do PDT, do Partido Democrático Trabalhista, mas o meu voto, como o dos meus companheiros

de bancada, não será um voto trabalhista ou socialista; será um voto de parlamentar brasileiro, consciente da exigência que a Nação faz a nós, sensível e disposto a aceitar e respeitar a pressão legítima do clamor popular que se elevou nas ruas do Brasil de Norte a Sul, em todo o território.

Este é o nosso dever, colegas Senadores, ilustres Deputados. Há uma esperança, uma confiança do povo brasileiro no vosso voto de hoje. Esse voto, para atender a essa exigência, a essa confiança e a essa expectativa, há de ser o sim à Emenda Dante de Oliveira, fazendo, neste 25 de abril, a História do Brasil dos nossos dias. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Arbage.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, o itinerário histórico iniciado em 15 de março de 1979 até a data de hoje foi, sem dúvida, marcado de episódios político-institucionais que serviram como termômetro para avaliar a vocação democrática de S. Ex*, o Presidente da República Gen. João Figueiredo.

Naquele memorável dia lançava S. Ex* uma frase que haveria de ressoar em todos os quadrantes da Nação, levando uma mensagem de esperança e confiança, quando S. Ex* anunciou, com a ênfase do estadista que é, o juramento solene de transformar este País numa democracia.

Sr. Presidente, todos os fatos da História Pátria nesse percurso histórico testificaram, sem qualquer sombra de dúvida, que o Presidente da República tinha, realmente, como teve, o propósito de arrancar este País das garras do autoritarismo em que vivemos durante 15 anos, para fazê-lo ingressar na maravilhosa senda da democracia.

Projeto de anistia, quem não se recorda, Sr. Presidente, da grande batalha parlamentar aqui empreendida, quando o nosso partido, empunhando a bandeira da anistia preconizada pelo Presidente da República, se arrojou numa luta patriótica sobremaneira e conquistou, para os exilados, o direito de retorno à sua Pátria, e não só o direito de retorno à sua Pátria, mas, até, o restabelecimento dos direitos políticos, que permitiram a esses homens, que permitiram a esses brasileiros concorrer às eleições de 1982, muitos dos quais, hoje estão dirigindo os Estados mais expressivos da Federação brasileira.

Devo ressaltar, Sr. Presidente, que o projeto de anistia do Presidente sofreu, de segmentos das oposições, as mais sérias e graves restrições. Coube a mim apresentar um projeto de lei, que tramita na Câmara dos Deputados, propondo a condição de candidatos natos a exilados, para que eles pudessem realmente, beneficiários que eram da anistia, concorrer às eleições nos seus Estados e disputar a preferência dos seus eleitores.

Pois bem, Sr. Presidente, eleições diretas estão nas cogitações do processo revolucionário brasileiro, e tanto estão que o Presidente da República, continuando no projeto das mãos estendidas, encaminhou ao Congresso Nacional proposta de emenda à Constituição, visando a uma reforma de base na Constituição brasileira, instituindo, entre outras medidas, as eleições diretas para Presidente e Vice-Presidente, em 1988.

Concluo, Sr. Presidente dizendo que o Partido Democrático Social, pela sua expressiva maioria, vai demonstrar nesta Casa, na noite de hoje, a sua fidelidade incondicional ao Presidente João Figueiredo, prestando-lhe uma grande homenagem pelas conquistas que esta Nação alcançou no tocante ao processo democrático de que todos hoje desfrutamos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Para uma questão de ordem, concedo a palavra ao nobre Deputado Hélio Duque.

O SR. HÉLIO DUQUE (PMDB — PR. Sem revisão do orador.) — A minha questão de ordem fundamenta-se em um fato objetivo que hoje, nesta Casa, para engrandecimento dela própria e da Pátria, está a ocorrer. Há um ponderável número de Parlamentares do Partido Democrático Social que integram o grupo Pró-Diretas, e também outros que, não o integrando, se somam as que têm o mesmo objetivo e a mesma aspiração nacional, que é votar a favor das eleições diretas já.

Eu solicitaria, nesta questão de ordem, ao concluir, Sr. Presidente do Congresso Nacional, a V. Ex^a que submetesse aos Líderes partidários esta solicitação, no sentido de propiciar aos deputados do Partido Democrático Social que, em número substancial tanto nesta Casa, na Câmara dos Deputados, como no Senado da República, irão votar a favor das eleições diretas já, o direito de também pronunciarem-se no encaminhamento de votação, marcando o seus posicionamentos favorável à Emenda Dante de Oliveira. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Respondendo à questão de ordem do nobre Deputado Hélio Duque, tenho a informar que, se todas as Lideranças acordarem, a Mesa não terá nenhum constrangimento em conceder a palavra aos dissidentes do Pró-diretas, conforme solicitado. (Palmas.)

O Sr. Brandão Monteiro — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Pela ordem, o nobre Líder do PDT.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — De modo inequívoco, o PDT concorda e aplaude, inclusive, a sugestão do Deputado Hélio Duque.

O SR. FREITAS NOBRE (PMDB — SP. Sem revisão do orador) — Pelo PMDB. Há um direito democrático daqueles que discordam. Até por uma questão de ordem, o problema ser colocado. Nós estamos entendendo que a sugestão convertida em decisão, é uma solução democrática para o direito à palavra desse importante grupo do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Com a palavra o nobre Líder do PT. (Pausa.) É favorável.

Quero ouvir a palavra do ilustre Líder do PTB.

O SR. NELSON CARNEIRO (PTB — RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PTB não tem dificuldade em apoiar.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Peço o pronunciamento dos demais Líderes. Se houver uma discordância, não concederemos a palavra.

O SR. NELSON MARCHEZAN (PDS — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Casa e o País conhecem o excelente relacionamento que esta Liderança mantém com os Deputados do PDS que integram o chamado Grupo Pró-Diretas. Há pouco aqui, eu concordava com um dos seus líderes que, se o Regimento permitisse, em receberia apartes, daquele grupo, durante o discurso que deverei fazer encaminhando a votação em nome do Partido.

Não me oponho, Sr. Presidente, mas estranho que V. Ex^a, sem nenhum amparo regimental, abra nesta Câmara a possibilidade de Deputados irem contrariamente a seus Líderes em qualquer momento. Quero dizer que, se adotado esse precedente, irei defendê-lo, para, que se dê ao grupo que divirja de seus Líderes, a palavra para falar. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Não houve acordo de Lideranças. Entendo que a Liderança do

PDS não concordou, por considerar a proposta anti-regimental

O Sr. Nelson Marchezan — Concordei, mas estranhei que V. Ex^a tivesse submetido à votação. Eu quis que essa decisão formasse precedente para o futuro. Então, V. Ex^a tem que mandar modificar o Regimento sobre Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Nobre Líder, pelo respeito e admiração que tampo por V. Ex^a, não aceito censura, porque eu quis colocar a sessão dentro do espírito democrático. Vou conceder a palavra ao representante do Pró-Diretas

Tem a palavra o nobre Líder do PTB, Celso Peçanha.

O SR. CELSO PEÇANHA (PTB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, este 25 de abril marcará um instante de grande ressonância na História do País. Ressonância viva, patriótica que marcará, sem dúvida alguma, o divisor dos tempos.

O meu partido inscreve no seu Estatuto as eleições diretas. O meu partido pregou, pela palavra da saudosa Presidente Ivette Vargas, as eleições diretas. O Presidente do partido falou várias vezes que a bancada votaria pelas eleições diretas, sem fechar questão. Aqui estou para dizer que votarei "sim", de acordo com meu partido, de acordo com minha consciência, de acordo com a Nação brasileira.

Ouvi também o clamor surdo que veio do fundo da Pátria, dos que sofrem no desemprego, dos que sofrem espezinhados, dos que sofrem sem pão, ao leu da vida e ao leu da sorte. Ouvi artistas cantando e ouvi jovens alegres, multidões coloridas clamando: "Queremos eleições diretas". O meu partido não contraria a Nação, mas sabe que o dia de hoje não é o dia do juízo final. Hoje votaremos com a nossa consciência. Hoje estamos certos de que a Nação, através das eleições diretas, desafogará, criará novo ânimo, capaz de vivificá-la para nova batalha. Mas esperamos que o dia de amanhã seja o dia da conciliação, seja o dia da negociação, seja o dia da união nacional, para lutarmos contra os gigantes que atormentam, que afligem a Nação brasileira, sobretudo a fome, o desemprego, o analfabetismo, numa Nação que se considera potência e vende armamento. Pois bem. O PTB firma sua posição serenamente e confia que o dia de amanhã seja um dia de paz para o povo brasileiro. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Senador Odacir Soares.

O SR. ODACIR SOARES (PDS — RO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, ouvi, com renovada atenção, as lúcidas e judiciosas palavras proferidas nesta noite, pelo eminente Líder do PDT, Senador Roberto Saturnino Braga, principalmente quando S. Ex^a registrou o fato de que este Congresso Nacional...

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Peço desculpas por interromper o nobre orador para pedir aos presentes que ocupem seus lugares. Só reiniciarei a sessão depois que todos ocuparem seus lugares.

O SR. ODACIR SOARES — Como dizia, Sr. Presidente, S. Ex^a registrou o fato de que, nesta noite, o Congresso Nacional aqui reunido vai deliberar soberanamente sobre a matéria submetida à sua apreciação, que é a emenda constitucional que restabelece eleições diretas para Presidente da República. Mas outras emendas constitucionais estão tramitando no Congresso Nacional e serão apreciadas exatamente com a mesma independência e com a mesma soberania com que este Con-

gresso vai deliberar hoje sobre a matéria posta à sua apreciação

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é necessário que saibamos separar o substantivo da democracia daquilo que representa o processo eleitoral, sistema eleitoral. A eleição direta ou indireta é própria do processo eleitoral e não constitui parte integrante da essência das democracias. É importante, nesta etapa da vida brasileira, quando a Nação, através dos mandatários aqui reunidos se debruçam para apreciar, sem emoção, sem passionismo, matéria de tão grande envergadura, que este Congresso Nacional saiba colocar à sua frente aquilo que é fundamental, aquilo que é essencial para que as nossas instituições democráticas não apenas sejam estáveis, mas sejam sobretudo duradouras, o que é o desejo de todos nós.

Como muito bem foi salientado por outros oradores, temos também tramitando no Congresso Nacional uma emenda constitucional de iniciativa do Presidente João Figueiredo, que além de dispor sobre o restabelecimento das eleições diretas para Presidente da República, trata do aprimoramento da nossa Carta Magna, devolvendo prerrogativas ao Poder Legislativo, excluindo a intromissão da União em questões que são próprias dos Estados e Municípios, devolvendo ao Poder Legislativo a iniciativa orçamentária em matéria nela especificada. Trata também da eleição direta para prefeitos das capitais, das estâncias hidrominerais, e outras matérias fundamentais que constituem nesta Casa uma luta não apenas das Oposições, mas também do nosso partido, que deseja realmente uma democracia estável, com instituições democráticas que assegurem o exercício pleno da cidadania e dos direitos individuais e cívicos, pelos quais todos propugnamos ao longo da nossa vida pública.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, nós, que constituímos o partido majoritário na Câmara dos Deputados, que constituímos o partido majoritário no Senado Federal, temos a responsabilidade e o dever para com esta Nação que representamos, direito esse que conquistamos nas urnas. Tanto quanto os companheiros da Oposição; temos a responsabilidade de lutar pela consolidação democrática e pela afirmação de uma sociedade capaz de resistir às emotionalidades, capaz de resistir às tentativas golpistas da direita ou da esquerda, porque esta é a Pátria que sonhamos e haveremos de legar aos nossos filhos e netos.

Era isto, Sr. Presidente, que eu tinha a dizer. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Com a palavra o nobre Deputado José Thomaz Nonô.

O Sr. Eduardo Galil — Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Tem a palavra V. Ex^a

O SR. EDUARDO GALIL (PDS — RJ. Sem revisão do orador.) — Pergunto a V. Ex^a, Sr. Presidente, com base em que artigo do Regimento Interno concedeu V. Ex^a a palavra ao Deputado José Thomaz Nonô, em que tipo de precedente, e se será garantido esse mesmo direito a nós outros que não defendemos a tese do grupo que diz representar o orador na tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — V. Ex^a já formulou sua questão de ordem?

A Mesa, aceitando a sugestão da unanimidade da Liderança, decidiu conceder a palavra.

Está com a palavra o Deputado José Thomaz Nonô.

O Sr. Eduardo Galil — V. Ex^a está cometendo um equívoco, o Líder do PDS no Senado, o Senador Aloy-

sio Chaves, afirmou aqui categoricamente que não concorda.

O Sr. Aloysio Chaves — Sr. Presidente, quando se manifestava o Deputado Nelson Marchezan, e V. Ex^a fez uma consulta informal ao Plenário, levantei a minha objeção do lugar onde me encontrava.

Tenho o maior respeito à liberdade de manifestação de opinião nesta Casa, que é dos Congressistas e do povo. Mas, acima da nossa vontade, de nossa liberalidade, de nosso entendimento, está o Regimento Interno do Congresso Nacional. Ou observamos o Regimento, ou estabelecemos um precedente que vai afetar amanhã, não apenas o PDS, mas todos os partidos com representação na Câmara e no Senado Federal, o que vale dizer, com representação no Congresso Nacional.

V. Ex^a sabe que o Regimento Comum declara, art. 49, que, encerrada a discussão, passar-se-á imediatamente à votação da matéria, podendo encaminhá-la quatro Senadores e quatro Deputados, de preferência de partidos diferentes. E o art. 7º do Regimento faculta ao Líder encaminhar também a votação. Portanto, ou cumprimos o Regimento, ou estabelecemos um precedente que importa em rasgar este documento.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Nobre Líder Aloysio Chaves, não inovei ao decidir, tomando por base vários precedentes nesta Casa. Segundo fui informado, há um caso específico: as Lideranças acordaram que o representante do Grupo Participação falasse em nome deste. Não gosto de recuar, Sr. Líder, mas vejo que o PDS, através do Líder do Senado, não deseja isso. Então, não houve unanimidade. Lamento — e peço desculpas ao nobre Deputado José Thomaz Nonô — que o PDS, através da palavra do seu Líder no Senado, não tenha dado a unanimidade para confirmar aquilo que eu havia anunciado.

O Sr. Jorge Cury — Sr. Presidente, peço a palavra para contestar a questão de ordem. Peço a V. Ex^a que não decida sem ouvir nossa contestação, pois é um direito regimental contestar questão de ordem suscitada. Queremos contestar a questão de ordem suscitada pelo eminentíssimo Líder do PDS no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Pode contestar, Deputado.

O SR. JORGE CURY (PTB — RJ. Sem revisão do orador.) — Ocorre que existe em nossos códigos a figura jurídica da preclusão. Após a acordância do nobre Líder do Governo na Câmara dos Deputados...

O Sr. Eduardo Galil — Não é verdade. Não concordou.

O SR. JORGE CURY — Concordou. Tão veraz é nossa assertiva, que o ilustre Presidente do Congresso Nacional deferiu a audição de um dos Deputados do Grupo Pró-Diretas. S. Ex^a inclusive já está na tribuna. Bem ou mal, Sr. Presidente, com benevolência e com indulgência, a matéria ficou vencida. E, se ficou vencida, há a figura jurídica da preclusão. O que não é mais possível, Sr. Presidente, é a Mesa se sujeitar a essas sucessivas questões de ordem para perturbar o bom andamento dos nossos trabalhos. Com a máxima vénia, apesar do respeito e a admiração que devoto ao nobre Líder Aloysio Chaves, a matéria já é vencida. Peço a V. Ex^a que, com a sua autoridade de condutor dos trabalhos do Congresso Nacional, não recue, pelo amor de Deus, para que amanhã, em outras questões de ordem, em outras oportunidades, não tenhamos o dissabor de ter que retirar, como agora, um colega que está na tribuna para usar, já nesta altura, um legítimo direito do exercício parlamentar. (Palmas.)

O Sr. José Thomaz Nonô — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Enquanto não responder ao Deputado Jorge Cury, não darei a palavra a V. Ex^a.

Quero explicar ao nobre Deputado Jorge Cury que S. Ex^a tem razão. O Líder Nelson Marchezan concordou; tanto que entendi, inicialmente, que não havia concordado e indeferi a questão; voltei e S. Ex^a concordou. Então, o Senador Aloysio Chaves vem e diz que não concorda. Portanto, não há concordânciam. Se decidir, vou ser contra aquilo que eu tinha anunciado, no sentido de que iria dar a palavra se houvesse a acordânciam de todas as lideranças partidárias.

O Sr. Jorge Cury — Com todo o respeito que V. Ex^a me merece, como uma das expressões do Parlamento brasileiro, com excelsa máxima vénia V. Ex^a vai ferir de rijo *ad eternitatem* a figura jurídica, de tipologia, jurídica, esculpida no art. 473 do Código de Processo Civil, que é a da preclusão, que se aplica também aos trabalhos parlamentares. V. Ex^a já havia decidido. Portanto já é uma decisão de V. Ex^a e decisão até aquela altura irreversível.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Eu assumo a responsabilidade. Concedo a palavra ao Deputado Thomaz Nonô.

O SR. JOSÉ THOMAZ NONÔ (PDS — AL. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não queremos aqui ferir susceptibilidades. Nós queremos fazer aqui mais um dos muitos discursos para plenário. Integrados o Partido Democrático Social; temos um compromisso com o nosso partido, e acho sobremaneira estranho que alguns companheiros do próprio partido, que têm suas idéias sobremaneira definidas, claras na aprovação ou não da Emenda Dante de Oliveira, tentem-se contrapor a uma decisão de V. Ex^a.

A postura do grupo não é nem jamais foi de dissidência. A postura do grupo, ao longo de um trabalho que vem desde outubro, foi de tão-somente procurar compatibilizar o programa do Partido Democrático Social com a votação de hoje, que está no programa do PDS. (Muito bem! Palmas.) Isto não é nem nunca foi dissidência ou traição, bem ao contrário, é um reencontro da vontade do partido, dos Deputados que têm preocupação de natureza popular com as reclamações de massa e de povo, de Norte a Sul do Brasil. (Palmas.) Mas não irei fazer — desculpe-me, Sr. Presidente — o discurso que em boa hora a Mesa me assegurou. Desejo que o nosso silêncio, que a nossa saída desta tribuna fale mais alto, porque o nosso silêncio não é um grito de desespero, mas um eco nas multidões que, em 1986, saberão escolher aqueles que estiveram com o povo. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Consulto o nobre Líder Humberto Lucena se falará nos termos do art. 6º ou nos termos do art. 7º do Regimento Comum. Se S. Ex^a falar nos termos do art. 6º, terá vinte minutos e poderá ser aparteado. Se falar nos termos do art. 7º, falará por cinco minutos e não poderá ser aparteado.

O Sr. Humberto Lucena — Usarei o direito que me assegura o art. 7º.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Tem V. Ex^a a palavra nos termos do art. 7º.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, 130 milhões de brasileiros estão nesta hora com os olhos voltados para Brasília, na mais ansiosa expectativa da História política deste País, aguardando a decisão do

Congresso Nacional sobre a Emenda Dante de Oliveira, que restabelece de imediato as eleições diretas para Presidente da República.

Quando este cavaleiro andante da democracia, que é o Presidente Ulysses Guimarães (Palmas), pecorreu todos os quadrantes do território nacional iniciando esta campanha de mobilização popular, nem de longe imaginávamos que ela assumisse a dimensão a que chegou, de tal sorte que se tornou um movimento de toda a sociedade brasileira, sem distinção entre civis e militares, pois todos sentiram-se irmãos num só pensamento: o de que é indispensável a restauração do voto popular para a escolha do Presidente da República como a única saída para a legitimação do poder político no Brasil, e, bem assim, para nos propiciar uma saída para a gravíssima crise econômica, social e institucional em que mergulhamos desde 1964.

O povo solidarizou-se por inteiro com essa campanha, porque entendeu que é hora de mudar — mudar a política econômica concentradora de renda e elitista que nos levou à submissão ao Fundo Monetário Internacional e aos bancos estrangeiros, para vergonha do Brasil. O povo quer mudar a política social perversa, que leva milhões e milhões de assalariados à miséria, à fome e ao desespero. O povo quer mudar a política institucional que aí está consolidada em leis de exceção, como a famigerada Lei de Segurança Nacional, a Lei das Inelegibilidades, a Lei Falcão, a Lei dos Estrangeiros, a Lei Antigreve, a Lei de Imprensa e a própria Carta outorgada de 1969, onde se incluíram as chamadas salvaguardas do regime, entre as quais aparecem as medidas de emergência, que já sitiaram por duas vezes esta Capital sob o nosso mais veemente, indignado e vigoroso protesto. Pois bem, o povo entendeu que para conseguir essas transformações só havia um caminho, o restabelecimento imediato das eleições diretas para Presidente da República.

Temos a convicção de que hoje neste plenário o Congresso saberá corresponder a essa expectativa popular. A Câmara há de aprovar a Emenda Dante de Oliveira por dois terços ou mais, e tenho certeza de que, assim acontecendo, o Senado saberá manter bem alto o seu nome perante o povo brasileiro, não decepcionando as multidões que foram às ruas e às praças desta cidade.

Ao terminar, desejo ler para os Srs. Congressistas comunicação que recebi, como Líder do PMDB no Senado, a qual, pela sua relevante importância, deve constar dos Anais do Congresso Nacional:

“Exmº Sr.
Senador Humberto Lucena
DD. Líder do PMDB no Senado Federal
Bispos Reunidos XXII Assembléia Geral CNBB
acompanham com preocupação momento greve é contudo promissor vida nacional et seguem com esperanças a atuação Congresso Nacional

Poder político se exerce em nome do povo e por delegação do povo et amplamente jah se manifestou em nosso País e em vigília aguarda histórica decisão do Legislativo

Pedimos que Deus conceda deputados et senadores sabedoria e corajosa indenidade diante da grandeza do momento político brasileiro

saudações
Em nome da Assembléia Geral
Don Ivo Loscheider
presidente CNBB” (Palmas.)

Que essas palavras nos inspirem neste instante e façam com que aqueles que ainda estão indecisos votem agora diretas já, para que possamos eleger nas urnas o futuro Presidente da República. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Líder Aloysio Chaves.

O SR. ALOYSIO CHAVES (PDS — PA. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, não era minha intenção ler este discurso no encaminhamento desta votação, como Líder do PDS. Mas a relevância da matéria e o momento excepcional que vivemos aconselham a que se proceda de maneira diferente do que fizeram os eminentes Líderes que me antecederam na tribuna do Congresso Nacional.

É óbvio que neste momento, Sr. Presidente, não falamos para convencer ou persuadir Deputados e Senadores, que chegam, a esta altura, nesta memorável sessão, com seu ponto de vista definido e que aqui vieram para proferir livremente seu voto. Falo para que fique registrado nos Anais desta Casa do Congresso Nacional qual a posição, a real posição do PDS em relação a essa relevante questão contida na proposta de emenda constitucional que ora apreciamos.

A Nação tem sua atenção voltada para o Congresso Nacional, onde se vota, hoje, a Emenda Constitucional Dante de Oliveira, que restabelece, já, *tout court*, eleição direta para Presidente da República.

Há, inquestionavelmente, ampla manifestação política, orquestrada pela Oposição, e dentro desta — na linha de frente — por pessoas pertencentes a partidos políticos de extrema esquerda, sem existência legal.

Conclama-se a opinião pública a opinar pela eleições diretas, já, como se estas fossem a panacéia para todos os nossos males; postula-se a realização de eleições diretas — como se estivéssemos apenas ante o dilema canhestro de achar que aquelas são boas, as indiretas más; as primeiras tem todas as virtudes possíveis e imagináveis, as segundas contêm todos os vícios que podem destruir a nossa sociedade. Dilema maniqueísta entre o bem e o mal. Fala-se de eleições diretas como se estivéssemos apenas sendo chamados a opinar, num plano individual e ideal, entre as duas sem nenhum compromisso com o processo histórico de transição do estado autoritário para o regime democrático.

No caso brasileiro, porém, é preciso lembrar aos esquecidos que estamos encerrando um ciclo histórico, que se iniciou no Governo Geisel, quando foi exaustivamente examinada a forma como se deveria conduzir essa transição. Temia-se, então, que, sem um projeto político adequado, o processo ficasse ao sabor de acontecimentos ocasionais e, de certa forma imprevisíveis e, por isso, de evidente risco político. A transição, como é óbvio, não se poderia operar inopinadamente.

Sem um projeto político bem amadurecido corria-se o risco de uma crise institucional, política ou militar.

Optou-se pela fórmula gradual, cumprindo-se, a partir da revogação dos Atos Institucionais, as sucessivas etapas

A Nação é testemunha de que todas as etapas foram cumpridas com obstinação pelo Presidente Figueiredo. A penúltima foi a eleição direta dos governadores e o pleito geral de 1982. Traçou-se, com esse estágio, um novo perfil político do País. Mas desde o início desse projeto estratégico ficou estabelecido que a eleição do sucessor do Presidente Figueiredo seria indireta. A antiga ARENA aceitou, então, essa fórmula, a ela deu cobertura, porque era um compromisso com a redemocratização, e não porque aquele partido tivesse preferência pela eleição indireta. Não podemos renegar esse compromisso, que não está escrito, mas que foi público e reiterado ao longo dos últimos anos pelo apoio que emprestamos ao projeto da abertura. Não podemos repudiá-lo. A etapa que se deseja suprimir, agora, suscita uma crise, porque implica alterar por pressão da opinião pública, ao sabor da conveniência momentânea da Oposição, uma regra que resulta desse compromisso. Não temos por que fazê-lo e não o faremos, em qualquer hipótese, mediante pressão ou constrangimento ilegítimo.

O dever do PDS, como partido político, é lutar pela preservação do processo de abertura, e nunca impedi-lo para uma crise inevitável.

Sei que se objeta que o processo se tornou lento em face da realidade brasileira. Reconheço que todo processo político, aqui como alhures, é intrinsecamente dinâmico e pode sofrer inopinada aceleração ante um quadro novo que emerge de circunstâncias inusitadas. Mas nenhuma adaptação poderá ser feita, nesta hipótese, por imposição. Esta conduz ao confronto e este à crise, cuja extensão e consequências são, freqüentemente, imprevisíveis

Ouço dizer também que os parlamentares eleitos em 1982, renovando a Câmara dos Deputados em mais de 50 por cento, não participaram do compromisso que estabeleceu esse projeto gradual de transição. É um argumento falacioso. Esse compromisso não é pessoal, mas eminentemente político. Foi assumido pelo partido, e quem se filia a um partido está obrigado a respeitar seu programa e compromissos. É como se quisesse dizer que o presente nada tem com o passado, quando, na realidade, é apenas uma projeção temporal dele e um compromisso com o futuro.

Volto a enfatizar que seria estultice não admitir a possibilidade de transformação do processo, condição insita à sua natureza dinâmica, principalmente ao longo de um quinquênio, quando fatores insuspeitados, como a crise econômica, saltaram para o primeiro plano, ganhando precedência sobre todos os outros.

Mas esse reajustamento não pode levar a uma rutura do processo. E para que seja possível produzir uma modificação faz-se necessário promover uma negociação ampla, envolvendo os partidos políticos. Não excluo a possibilidade de que as condições políticas possam ser modificadas em função de um fato novo. Mas esse ajustamento do projeto político não poderá resultar senão da transação.

Mas o entendimento tem sido obstaculizado pela Oposição, que coloca a eleição direta, de imediato, como condição indispensável para qualquer acordo. Podemos chegar a essa etapa, mas não já. O que nos parece importante e prioritário é assegurar condições de estabilidade ao processo, até porque eleição direta poderá ser parte do processo, mas não é todo o processo. Nela não se exaure o processo.

Pensar deste modo é um erro de perspectiva histórica que a Oposição comete, porque no momento está empolgada com a promoção de passeatas, caminhadas e comícios e não se apercebe que o fato político tem uma dimensão que ultrapassa visão tão simplista da realidade brasileira.

O PDS, como acentuou com indiscutível acerto o seu Presidente, Senador José Sarney, "foi a ponte por onde passou o projeto político de fazer do País uma democracia. E é ele que garante a estabilidade e o êxito da tarefa do Presidente João Figueiredo".

E agora espera ser o grande parceiro da negociação política proposta ao País pelo Presidente João Figueiredo, para conjurar a crise atual e consolidar o regime democrático no Brasil.

Concluo, Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, enfatizando, mais uma vez, a gravidade da crise nacional, crise que gera problemas cuja gravidade paira como dura advertência sobre a sociedade, ou, para utilizar ainda as palavras da mensagem presidencial, "problemas dramáticos, cuja solução é urgente".

Não é outra a lição que se recolhe do nosso passado político.

Ao longo da evolução política, as crises graves, profundas, como a que enfrentamos, só foram superadas mediante entendimento, que surgiu da compreensão e da experiência dos homens públicos.

Da Proclamação da República, com o episódio de Deodoro, à eleição de Jânio Quadros, "as sucessões presidenciais quando não foram conduzidas dentro de um espírito de entendimento, de consenso, que atendesse às aspirações de paz, de tranquilidade, de progresso do País, desaguardaram em graves perturbações".

Não tem sido outra a preocupação permanente do Presidente Figueiredo, nem sempre bem compreendido, pois, por mais de uma vez, os seus apelos em favor do congregamento da família brasileira não têm encontrado a correta receptividade em certos setores da oposição; à palavra de entendimento recebeu a réplica indiferente ou ácida da ironia pretensiosa de quem tinha o dever indeclinável de perceber e compreender a extensão do gesto superior motivado pelo interesse do País; à palavra de conciliação responderam com o insulto grosseiro, a agressão verbal de quem utiliza o palanque do comício ou a imunidade do mandato parlamentar apenas para denegrir e injuriar, num delírio verbal, deplorável e vazio.

Mas ao Presidente não faltará o apoio do seu Partido, nem a compreensão dos brasileiros que reconhecem a sua integral dedicação à árdua missão de redemocratização do País.

E o nosso Partido, como sintetizou de forma irrepreensível o Presidente José Sarney, "foi a ponte por onde passou o projeto político de fazer do País uma democracia. E é ele que garante a estabilidade e o êxito da tarefa histórica do Presidente Figueiredo."

E continuará a sê-lo, como demonstrará, de maneira coesa e altaiva, na atual conjuntura, quando chamado a assegurar o cumprimento de todas as etapas do processo de abertura democrática. Mas o fará sem farisaísmo, sem excluir o diálogo cordial e construtivo; sem desistir de buscar o entendimento, onde e quando for necessário, atento à responsabilidade de sustentar a legalidade democrática à custa de todos os sacrifícios.

Que Deus ilumine e guarde o Congresso Nacional. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao eminente Deputado Freitas Nobre, que falará pelo PMDB. S. Ex^a disporá de 20 minutos.

O SR. FREITAS NOBRE (PMDB — SP. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, antes de tudo quero dirigir a saudação dos companheiros que lutam pelas eleições diretas ao Grupo Pró-Diretas do PDS (palmas) e a todos aqueles do partido do Governo que, não pertencendo a esses grupos, dispuseram-se a votar com o povo a favor das eleições diretas já para Presidente da República.

Sei da coragem, sei da resistência, sei das qualidades, das virtudes que justificaram uma posição corajosa como essa, no momento em que o Governo se utilizou das emergências, desnecessárias para o povo e para os seus problemas, e as coloca diante da Nação como imposição para ganhar, através da força, eleições indiretas que o povo repudia, com um Colégio Eleitoral pelo povo nas praças públicas.

Onde os comícios das indiretas? Milhões de pessoas que foram às praças públicas reclamaram pelas eleições diretas para a Presidência da República, num enorme contraste, em nosso País, com a inexistência de qualquer comício em favor das eleições indiretas, porque o povo sabe o que quer, porque o povo tem sempre suficiente critério para escolher. E o povo quer escolher o seu Presidente da República pela via direta, agora.

Por isso, Sr. Presidente, a campanha das diretas envolve também uma antiga campanha do povo, pela redação de uma Constituição construída pelo povo — como lembrava José do Patrocínio, da mesma maneira que um pássaro constrói o seu ninho — para que o povo, e não

meia dúzia de privilegiados, redija a Constituição da Pátria, a Constituição do Brasil.

É verdade que as liberdades sofrem atentados, como agora assistimos, com as medidas de emergência. Mas certo é que, na sua essência, as liberdades sobrevivem aos homens, porque vivem na História.

Assim, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, condenamos a censura imposta aos meios de comunicação, que atingiu não apenas os jornalistas profissionais, que prejudicou não somente as empresas jornalísticas, mas que atingiu mais diretamente o povo do nosso País, hoje sacrificado pela censura imposta às notícias, quando um dos seus direitos fundamentais é receber a informação fiel aos fatos, transmitida da forma como deve ser. (Palmas.)

Mas a nossa solidariedade aos profissionais da imprensa, aos empresários de jornais, rádios e televisões e ao povo não se limita apenas a este aspecto; ela alcança também as entidades sindicais invadidas em Brasília, como a Federação Nacional dos Jornalistas, de onde arrancaram uma faixa com inscrição pelas diretas e prenderam o seu vice-presidente.

Nosso protesto significa, nesta hora, o mais amplo posicionamento popular em favor da escolha dos dirigentes do País pelo voto direto e secreto do povo.

Sabemos hoje, nós todos que acompanhamos o absurdo dessas emergências desnecessárias, que o Brasil é outra Nação, que nestes dias nasceu aqui, no Congresso Nacional, na praça pública. Trata-se de um outro Brasil, que não se submete às pressões, às emergências, mas que vive o futuro e sonha com ele. É um Brasil tal como Brasília, esta extraordinária cidade criada pelo gênio de Juscelino Kubitschek de Oliveira e dos arquitetos que a projetaram e a construíram.

Brasília conquistou a sua cidadania exatamente agora, quando na praça pública, na rua, no Congresso Nacional faz-se presente através das mulheres que aqui se reúnem e da juventude brasileira que ainda hoje se encontra marginalizada, como a União Nacional dos Estudantes (Palmas), proscrita, como se não fosse a grande expressão da associação dos estudantes deste País.

Mas o maior pronunciamento que poderíamos fazer é o do próprio Congresso, manifestando o voto do próprio Congresso. Por isso havíamos pensado em examinar o relatório apresentado por um relator que, infelizmente, não foi sensível aos fatos e à realidade nacional que ditaram a emenda que estamos examinando e que vamos votar. Infelizmente temos que deixar para outras oportunidades este exame.

Mas o certo é que, Srs. Congressistas, aqui estamos porque somos como o povo deste País, uns sonhadores, é verdade. Porém, sonhador é aquele que assiste, que vê, que percebe a aurora antes dos outros.

Este País vive, como esta cidade de Brasília, a aurora dos novos tempos, a aurora das eleições diretas em todos os níveis. (Palmas.)

O Sr. Joacil Pereira — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra a V. Ex^a para uma questão de ordem.

O SR. JOACIL PEREIRA (PDS — PB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o art. 205 do Regimento Interno do Senado diz que nas sessões públicas, além de Senadores só serão admitidos no plenário os Suplentes de Senadores, os Deputados Federais, os Ministros de Estado, quando comparecerem para os fins previstos neste Regimento e os funcionários do Senado em objeto de serviço. Tendo em vista semelhante...

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Nobre Deputado Joacil Pereira, a Mesa já vai tomar as providências que V. Ex^a está a reclamar.

O SR. JOACIL PEREIRA — Muito agradeço a V. Ex^a pelas medidas que venha a tomar em respeito ao Regimento.

O Sr. Airton Soares — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. AIRTON SOARES (PT — SP. Sem revisão do orador) — Se a Mesa vai tomar as providências com relação à solicitação enunciada pelo Deputado Líder do PDS, rogaria a V. Ex^a dispensasse a quantidade de seguranças do Senado que está aqui no plenário. Somos todos pessoas civilizadas, e verifico — e V. Ex^a também — quase uma centena de seguranças do Senado. Não precisamos disso tudo. Portanto, rogo a V. Ex^a que também exclua do plenário — pode ficar aí fora — essa segurança que aqui está e que fica até a nos pressionar. Não entendemos a razão de tanta segurança aqui dentro.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Mesa vai esclarecer a V. Ex^a que já teve a oportunidade de manter contato com a segurança das portas, que disse que, às vezes, o Deputado entra, empurra um e não deixa passar. Tivemos uma comunicação profundamente dolorosa de uma verdadeira invasão por uma das portas desta Casa. Não vou citar nomes para não melindrar.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Brandão Monteiro, que falará por 20 minutos.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT — RJ. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas é evidente que, durante o dia todo, o Congresso Nacional debateu a Emenda Constitucional nº 5, como diz o ilustre Líder do PDS, Senador Aloisio Chaves, o momento em que se discute a Emenda nº 5 talvez não seja, na verdade, para convencer Deputados e Senadores, porque a maior parte das pessoas que aqui estão já terá tomado sua deliberação.

Não quero fazer alarde da grande verdade nacional, que é a quase unanimidade brasileira, em todos os pontos do País, em defesa das eleições diretas. Mas me permitiria, neste momento, falar diretamente aos meus colegas do PDS. A eles quero dirigir-me, neste momento, num diálogo fraternal, quase que num colóquio, para trocarmos idéias neste horário da Liderança do PDT.

Temos — é certo — muitas vezes, cometido erros; todos nós, às vezes, nos exacerbamos, nesta Casa, em defesa de pontos comuns, mas, na verdade, estamos todos aqui com o objetivo de ver, segundo nossa perspectiva, a melhoria e o desenvolvimento de nosso País. Por isso, companheiros, Deputados e Senadores do PDS, este momento é tão importante que gostaria de dialogar com V. Ex^as

Muitas vezes, quando fatos desagradáveis ocorreram, a partir das medidas de emergência, posições se radicalizaram, e alguns menos informados imaginam que os Deputados de Oposição têm posições radicais e sejam contra as instituições militares. Não é verdade, Srs. Deputados e Senadores do PDS. O que acontece é que todos nós, desta Casa, fazemos uma diferença fundamental — a mesma diferença que o grande Rui fazia — entre as instituições militares e o militarismo. A mão que prendeu e agrediu Jacques Dornellas e Aldo Arantes não é a mão das instituições militares, mas a do militarismo, que é a negação das instituições militares. O militarismo, como dizia Rui, está para as instituições militares assim como o fanatismo está para a religião, a demagogia está para a democracia e o charlatanismo está para a ciência.

Srs. Deputados e Senadores do PDS, este é um momento muito importante. Não se trata de colocar de um lado aqueles que estão certos — e são Oposição — e de outro os que estão errados — e são do PDS. Não. Este é o momento em que todos nós estamos unidos e definidos

para atender ao reclamo maior do povo brasileiro, porque, afinal, todos nós estamos aqui, de uma forma ou de outra, pela vontade do povo brasileiro. Imaginem, Srs. Deputados e Senadores, se hoje esta Casa rejeitasse a Emenda nº 15. Imaginem, Srs. Deputados e Senadores, como a Nação brasileira iria receber e entender esta Instituição que foi eleita pela Nação brasileira. Estamos aqui para, em última análise, representar os interesses do povo brasileiro. Quando o Deputado Amaral Netto disse que ficou bastante admirado com a grande campanha nacional, eu o louvei porque ele faz uma confissão da verdade. Talvez neste País, em momento histórico algum, o povo brasileiro tenha-se unido tanto nesta frente nacional democrática, uma frente que não quer outra coisa senão a volta dos seus direitos inalienáveis, para que possa participar do processo político. Seria a democracia 'Seria o melhor para o País. Seriam as melhores condições, hoje, adiarmos esse processo? Que autoridade moral — pergunto — terá o Presidente da República eleito por um colégio eleitoral que o povo, hoje, desdenha na rua? Que Presidente da República seria esse que a Nação brasileira toda unida lhe daria as costas? É o fortalecimento das instituições. É o encontro das instituições com o povo brasileiro. É o encontro da Nação brasileira com a vontade soberana do povo sofrido e angustiado, mas paciente. Hoje, quando este País, para não cair nas questões que já foram discutidas, cai sob a égide das medidas de emergência, ainda assim, o povo tem trazido e demonstrado quão bom ele é. Nada fez este povo senão ir à praça pública pedir um direito que é dele e inalienável. Este povo tem dado demonstração de clama, de paciência e de amor por este País. E nós, Deputados e Senadores, teremos como única saída seguir o exemplo maior do povo brasileiro. Lamento dizer aos ilustres Deputados que precisamos votar, precisamos também discutir as matérias. Estamos aqui discutindo questões de interesse da Nação e somos pagos pelos brasileiros para discutir, até a exaustão, aquilo que o povo está querendo: são afinal de contas, as eleições diretas.

Com a palavra o Deputado Fernando Santana

O Sr. Fernando Santana — Nobre Deputado, quando V. Ex^a se refere às eleições diretas, gostaria apenas de fixar que este é o caminho de menor resistência para que a Nação se torne unida em defesa de seus maiores interesses. O caminho da eleição direta, repito, é o da menor resistência para unificar o povo brasileiro.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO — Obrigado, Deputado Fernando Santana, mas eu diria, o seguinte, quase para concluir: da forma como comecei, queria trazer uma mensagem aos ilustres e bravos Deputados do grupo pró-diretas e a todos os Deputados do PDS, que são parlamentares como qualquer um de nós. Eu deixaria aqui uma mensagem que é do velho Rui Barbosa, quando disse: "O Brasil não é isso; o Brasil é isto". O Brasil, Srs. Deputados, são V. Ex^as; o Brasil é esta Assembléia; o Brasil é este comício imenso de almas vivas, e não os comensais do erário; e não são as ratazanas do Tesouro; não são os mercadores do Parlamento, não são as sanguessugas da riqueza brasileira; não são os falsificadores das eleições; não são os compradores dos jornais; não são os corruptos do sistema republicano; não são os oligarcas estaduais; não são os Ministros da tarracha; não são os estadistas da impostura; não são os diplomatas da marca estrangeira; São células vivas da vida nacional; é a multidão que não adulga; é a multidão que não treme, não corre, não recua, não deserta, não se vende. Pois é o povo, num desses movimentos seus, em que se descobre toda a sua majestade. E terminando meu pronunciamento, concluiria com as palavras e os votos do Senador Aloisio Chaves: que Deus guarde a consciência de cada Deputado do PDS e, guardando sua consciência, os ilumine, para, juntos, hoje, salvarmos o Brasil e a Nação brasileira. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Líder Árton Soares e consulto S. Ex^a se falará por vinte minutos ou por cinco minutos.

O SR. AIRTON SOARES — Sr. Presidente, falarei menos de vinte minutos.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Por vinte minutos, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. AIRTON SOARES (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, antes que V. Ex^a me conceda a palavra, eu formularia a V. Ex^a uma questão de ordem propriamente dita, inclusive, uma questão de ordem ligada ao art. 159 da Constituição, que diz respeito ao Conselho Constitucional. Indago de V. Ex^a, Presidente, se V. Ex^a foi, porventura, convocado a participar de qualquer reunião, com base no art. 159 da Constituição, ou seja, se V. Ex^a foi consultado para que o Presidente da República pudesse decidir sobre o estado de emergência para toda a Nação. É a questão que formulou a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Não. Até o presente momento — são 22:05 horas — não recebi convite algum para comparecer a qualquer Conselho ou para qualquer visita ao Sr. Presidente da República. Continue. Está V. Ex^a com a palavra.

O SR. AIRTON SOARES — Sr. Presidente, agradeço a deferência a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — No decorrer da sessão, se for convidado, darei ciência disso ao plenário.

O SR. AIRTON SOARES — Agradeço a gentileza a V. Ex^a. Sr. Presidente, esta Casa está impregnada de informações no sentido de que estaríamos vivendo à beira, já, de um estado de emergência, qual seja, a ampliação das medidas que vigoram em Brasília e em algumas cidades de Goiás. E, se V. Ex^a não participou de decisão alguma até agora, acredito que, por enquanto, não temos o decreto do estado de emergência assinado. Também, Sr. Presidente, resta saber sobre uma outra questão: o limite de resistência de todos nós. Ora, Sr. Presidente, estamos sendo submetidos a toda sorte de provocações. Impediram-nos de falar pelo telefone; impediram o acesso de nossos convidados até esta Casa. Tudo isso, Sr. Presidente, cria uma condição de exasperação, até. Ante esse quadro, nossa preocupação é com nossos companheiros e companheiras, com nossos convidados que aqui vieram, porque não queremos servir de pretexto para nenhum tipo de medida excepcional. Já não fomos os autores do requerimento das medidas de emergência, como procuraram atribuir-nos. Adotaram medidas contra o Congresso para protegê-lo. Veja V. Ex^a o paradoxo: medidas para proteger o Congresso, que, na verdade, são contra o funcionamento do Poder, porque nos deixam, à luz da opinião pública nacional e internacional, como se estivéssemos decidindo sob uma verdadeira espada de Dâmocles em nossa cabeça. Se V. Ex^a não esteve no Conselho Constitucional, nada impede que já tenham decidido sobre estado de sítio ou outras medidas quaisquer. É esse o clima que tem de ser registrado, para que se apure o resultado desta sessão no verdadeiro clima em que ela se deu. Têm liberdade os Deputados do PDS que vão votar aqui? Têm liberdade plena, Sr. Presidente? Têm liberdade plena os Deputados da Oposição para firmar o seu voto? Estamos desafiando a ira dos senhores que detêm o poder pela força. Nós, da Oposição, e os valentes companheiros do PDS, que estão desafiando mais do que nós, pois somos da Oposição, e eles, do partido do Governo. Nossa registro é nossa homenagem a esses denodados companheiros, que têm muito mais a perder do que qualquer um de nós, por estarem, nesta noite, a nos dar seu apoio e seu voto. Mas, Sr. Presidente, não estamos sós. Há toda essa imprensa com telefone censura-

do pelo DENTEL, sujeita a todo tipo de censura possível e imaginável, mas que está aqui trabalhando como quem acredita que estamos superando a última fase do arbítrio. É esta a realidade do momento. Estamos superando a última fase do arbítrio, Sr. Presidente, que sofremos todos nós. Então, a nossa homenagem, do Partido dos Trabalhadores, ao denodo desses jornalistas, que estão procurando, de toda a forma, fazer com que esta sessão seja pública. Ora, onde estamos? Estamos tentando fazer uma sessão pública! Este Congresso tem como premissa de funcionamento a publicidade dos seus atos e, no entanto, estamos funcionando cercados no que diz respeito à publicidade de nossos atos, que estão à mercê da censura. Sei que V. Ex^a nada pode fazer, porque são disposições que transcendem ao poder de V. Ex^a como Presidente desta Casa. Mas, Sr. Presidente, quando vemos justificativas do PDS de que as emergências foram adotadas em função de um movimento de mulheres, — de mulheres! — ficamos a questionar: Será que essas Forças Armadas são as que foram à Itália? Ou é uma minoria que não foi, que não iria por covardia, que está tomando essas medidas? Não posso imaginar, Sr. Presidente, que tenha saído de qualquer tipo de Exército civilizado, democrático e constitucional, o General Newton Cruz. Ele é uma figura que transcende o Exército brasileiro para parar na contemplação dos antigos centuriões de Roma, porque anda passeando pelas ruas de batuta na mão para que o povo pare de buzinar, porque as buzinas são a arma do povo de Brasília para mostrar que não concordam com o que está acontecendo. Então, o Governo que é pressionado pelas mulheres, pelas buzinas, e reage desta forma com tropas cercando o Congresso, imagine se podemos concordar que estejamos vivendo momentos de tranquilidade.

Mas, Sr. Presidente, gostaríamos que a tônica de todas as atividades fosse do pessoal do Batalhão de Fronteira, do pessoal de Engenharia da Selva, do Correio Aéreo Nacional, da Guarda Costeira, dos antigos da FEB, porque este, sim, é o Exército brasileiro, estas são as Forças Armadas. Não estes que estão aí. Portanto, Sr. Presidente, fique bem clara essa nossa posição de quem respeita aquilo que pode ser respeitado, e respeitamos a tradição das Forças Armadas brasileiras porque elas se revelam por esses fatos históricos.

Mas, Sr. Presidente, teríamos de responder ao PDS? Responder ao discurso do Senador Aloysio Chaves? Não, Sr. Presidente. O povo já respondeu. O Senador é que não ouviu. O Senador e os Deputados recalcitrantes é que não ouviram, porque o povo já respondeu a toda a argumentação de transição em 1988. Diz o povo: não queremos que a transição se dê em 1988, porque não podemos imaginar o Governo chefiado por um Maluf ou por um Andreazza. Ora, companheiros, é isto imaginação? Não. Esta é a constatação a permitir um Colégio Eleitoral espúrio. Temos no partido do Governo majoritário prevalência de votos em favor de um Maluf ou de um Andreazza. Sr. Presidente, a Nação não admite, a Nação se indigna, a Nação reage. E a reação é dos justos.

Então, Sr. Presidente, não podemos concordar com essa situação desses encastelados no Poder, que não o querem deixar.

E vejam uma curiosidade. Não é minha frase. A frase é de um daqueles que não querem deixar o poder, é do Ministro Délia Jardim de Matos, que ainda há poucos dias, em nota, que existe no País, um, de um lado, e os que estão do lado dele que não querem deixar o poder, e estão lá. E por que querem ficar lá? Porque a vida do poder é boa para eles. É muito boa. Vivem como querem, prestigiam quem quer em, até um Jorge Gazele. Jorge Gazele, que não precisa qualificar, porque, provavelmente, os órgãos policiais já têm a qualificação, é um privilegiado da República.

Sr. Presidente, vamos admitir que a promessa que Delfin Netto fez de que em três anos resolveria a situação econômico-social do País, com as medidas que adotou, de submissão ao Fundo Monetário International, de política totalmente alheia aos interesses dos trabalhadores, vár ser uma promessa que possa ser acreditada por alguém desta República. Mas é acreditada por esses homens que estão no poder.

Sr. Presidente, nesta votação vamos ter duas oportunidades. Na Câmara, estamos a esperar um resultado positivo, mas encontraremos, talvez no Senado, uma dificuldade maior. Mas pergunto: a luta das oposições termina nesta votação? O povo brasileiro acha que esta votação vai responder aos seus anseios? Acha, se a votação der, como resultado, o que ele quer. Mas, se não der, se o voto desta Casa não corresponder ao que milhões de brasileiros querem, como é que fica a situação deste País?

Sr. Presidente, estamos numa fase muito difícil. O tempo está contra nós, mas o povo está a nosso favor, porque 100 milhões de pessoas desejam que se mude, neste País, o que está aí já superado. Supondo mais de 100 a 120 milhões de pessoas desejam o fim deste Governo militar. A nós aos Congressistas coerentes de todos os partidos só resta acompanhar a vontade do povo e decretar, aqui, hoje, o fim deste ciclo de militares que se revesam para termos um Governo democrático e popular.

Sr. Presidente, encerro as minhas palavras no intuito de requerer de V. Ex^a que o processo de votação seja garantido de todos asseguradas não para nós, mas de todas as seguranças contra eventuais provocações que se façam contra os nossos convidados. Não sei como pediremos proteger os nossos convidados, mas é de nossa responsabilidade. Os Deputados estão dispostos a fazer a proteção, se necessário for, dos seus convidados. Não podemos deixar que haja qualquer tipo de lesão a qualquer direito de participar que aqui se verifique. Desta forma, Sr. Presidente, o resultado desta sessão já não importa. Já não importa porque o povo, Sr. Presidente, já tomou a decisão por nós. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Líder Nelson Marchezan. Consulto se S. Ex^a falará por 5 ou 20 minutos.

O SR. NELSON MARCHEZAN (PDS — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é preciso declarar, desde logo, que o Congresso Nacional decidirá livremente esta noite. Ao contrário do que se insinuou da tribuna, parece notório e claro que os integrantes deste Poder não se sentem coagidos na decisão que irão tomar. E ela, sem dúvida alguma há de deixar na História deste País um marco importante. Mas há algumas contradições que eu gostaria desde logo de acentuar. O PDS tão massacrado nas praças públicas, tão vilipendiado injustamente, mereceu, hoje, aqui, o carinho sem jeito, o afago de quem não é acostumado a afagar, de alguns segmentos da Oposição. Certamente isto não passou despercebido como apenas uma atitude oportunista e interesseira daqueles que nunca viram no nosso partido aqueles valores humanos que o integram e aquela posição histórica que nos orgulha (Palmas, manifestação das galerias).

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — As galerias não podem manifestar-se. As galerias não vão manifestar-se.

O SR. NELSON MARCHEZAN — Veja, Sr. Presidente, que falo do meu partido, falo desse partido que foi o autor da derrogação do AI-5, falo desse partido que viabilizou a anistia neste País, mais ampla, mais poderosa, mais abrangente, mais confraternizadora do

que o próprio projeto das Oposições. Se não fosse o projeto do Governo do Presidente Figueiredo, certamente a família brasileira não estaria conciliada, certamente muitos brasileiros que hoje honram esta Casa em postos executivos nos Estados não estariam no Brasil. É este partido, o PDS, que está hoje aqui votando, é este partido que, ao longo do tempo, apesar da crítica, tem sido o sustentáculo, o meio e a viabilização da própria democracia no Brasil. (Palmas.) Mas não é só o nosso partido. São as Forças Armadas e o próprio Colégio Eleitoral, integrado por eles mesmos, e que é espúrio. Caberia a pergunta, Sr. Presidente; se esta emenda cair hoje, eles não vão participar do Colégio Eleitoral? Eles já têm até candidato, eles já têm até esquema,...

O Sr. Eduardo Galil — Já querem negociar.

O SR. NELSON MARCHEZAN — Eles já querem até negociar, conforme diz meu aparteante.

Sr. Presidente — e aqui cabe uma pequena reflexão — aquilo que hoje é espúrio para um lado, amanhã, dependendo do resultado já não o será mais, porque a conveniência pessoal e o interesse podem entrar em jogo. Esta é uma verdade irrefutável que quero que fique, registrada nos Anais desta Casa. Não importa o resultado. O que importa é essa verdade, e não temos nenhuma razão para não proclamá-la gostem ou não gostem algumas pessoas que nos escutam.

Afinal, Sr. Presidente, não se foi visitar a Argentina para buscar naquele País inspiração democrática para o Brasil. E que tem acontecido na Argentina? Vimos uma eleição direta feita às pressas, sem precauções, caindo uma ditadura que levou a desgraça a dezenas de milhares de pessoas naquele País, e vimos uma outra eleição, implantada num clima de emoção, ter as dificuldades que não gostaríamos que enfrentasse, porque queremos que Alfonsin faça um grande e vitorioso governo naquele País. Nossa posição, Sr. Presidente, é favorável à eleição direta, mas porque não negamos nossa História — pelo contrário, a conhecemos — queremos implantá-la já, aqui, permanentemente, sem sobressaltos, sem obstáculos, sem risco de retrocessos. É isto que quer nosso partido, o PDS, e por isso nos debatemos: pelo diálogo, pelo entendimento e pela conciliação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não são aqueles que chegam diante do altar e dizem, "Senhor, Senhor!", como aqueles que proclamam eleições diretas já e já, os que mais trabalham pelas eleições diretas, os que mais trabalham pela felicidade do povo. Muitas vezes, os que ficam, como diz a Bíblia, no fundo da igreja, confessando seus pecados, reconhecendo seus erros (palmas), mas prontos a trabalhar, são os que mais fazem pela democracia.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, nesta noite de decisões históricas para o nosso País, quero que fique nos Anais do Congresso Nacional o compromisso do nosso partido com o diálogo, com o entendimento, porque este só pode ser o caminho da salvação nacional. Só a concórdia que prega o Presidente Figueiredo, só o entendimento que vejo nas páginas dos jornais, defendido e expressado também por líderes invulgares e brilhantes da Oposição, só esse entendimento nos poderá levar à construção da Pátria e das eleições diretas permanentes. Sim, porque queremos o entendimento já, imediato, e as eleições diretas e permanentes, inarredáveis do Brasil. Queremos criar conciliação e a solução. Queremos o compromisso, e com essa intenção nossa bancada votará esta noite, certa de que cumpre seu compromisso para com o País, certa de que não falta com a História, certa de que poderá olhar para trás e enfrentar a praça pública, porque, nascidos do voto e das urnas, não temos medo de dialogar com o povo. Dele somos representantes e temos a coragem de assumir essa posição, porque

sabemos que é a que consulta mais os interesses do povo. Queremos convidar — como convidou o Presidente da República na sua Mensagem — as Oposições e o nosso partido para o diálogo e para o entendimento. Não somente ontem, não somente hoje, mas logo após a votação, amanhã e sempre, a posição do Presidente da República é de mão estendida para o entendimento e para o diálogo, em torno do projeto do Governo, mais amplo, mais profundo e mais significativo.

Haveremos de fazer o entendimento nacional que o País reclama, porque todo o País, Sr. Presidente, reclama a democracia, a tranquilidade, a paz e o entendimento. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Srs. Congressistas, antes de passarmos ao processo de votação, a Presidência vai suspender a sessão, a fim de que seja cumprido o disposto no art. 26 do Regimento Comum e no art. 205 do Regimento Interno do Senado Federal. Podem permanecer neste plenário apenas os Parlamentares, os ex-Parlamentares, os jornalistas credenciados e os funcionários em serviço no recinto. (Pausa.)

Esclareço que as galerias podem ficar como se acham. E quero felicitá-los, porque são brasileiros que aqui vieram, esta tarde, prestigiar o Congresso Nacional. (Muito bem! Palmas prolongadas.)

O Sr. Israel Dias-Novaes — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Tem a V. Ex^a a palavra pela ordem.

O SR. ISRAEL DIAS-NOVAES (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero relatar um episódio a V. Ex^a e, ao mesmo tempo, pedir suas provisões. V. Ex^a sabe que o Deputado Pedro Colin se submeteu, no sábado último, a uma grave operação cirúrgica, em São Paulo: apendicite supurada. S. Ex^a, que é um dos pró-homens do PDS nesta Casa, decidiu vir, de qualquer maneira, a Brasília, hoje, para votar de acordo com sua consciência, isto é, pelas eleições diretas já. Mas, Sr. Presidente, houve dificuldades para que este ilustre Parlamentar, Presidente eleito da Comissão de Relações Exteriores, pudesse deixar o Hospital Albert Einstein, em São Paulo, e demandar Brasília. Para que isto se fizesse possível, amigos seus assinaram um termo de responsabilidade perante o hospital, e com isso foi ele liberado, acompanhado de dois médicos do hospital e de enfermeiros, pois fez uma viagem penosa. Encontra-se, neste momento, no Departamento Médico da Câmara. Estou pedindo a V. Ex^a que, na hora em que o Deputado Pedro Colin encontrar condições para adentrar este recinto e exercitar o seu direito de voto, V. Ex^a lhe conceda imediatamente, porque ele tem de voltar amanhã para São Paulo e de novo se hospitalizar.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Mesa deferiu o pedido de V. Ex^a solicitado aos que estão nesta lista que deixem o plenário.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Vou fazer um apelo veemente — eis que esta sessão é uma sessão histórica, tão bonita aos meus colegas, aos Srs. Senadores, àqueles que foram meus colegas, quando Deputado Federal, e aos novos Deputados novos que honram esta Casa, no sentido de que nos ajudem a manter a ordem, pedindo aos seus conhecidos que estão aqui presentes e que não fazem parte da relação que aguardem o resultado da votação no salão verde.

É o apelo veemente que faço a todos os Senhores, para a boa norma deste trabalho.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 22 horas e 40 minutos a sessão é reaberta às 22 horas e 45 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está reaberta a sessão.

O art. 177 do Regimento da Câmara dos Deputados, item VII, § 5º, diz o seguinte:

"Quando o sistema eletrônico não estiver em condições de funcionar, a votação nominal será feita pela chamada dos Deputados, alternadamente, do Norte para o Sul e vice-versa, cujos nomes serão anunciados, em voz alta, por um dos secretários, os quais, levantando-se de suas respectivas cadeiras, responderão sim ou não, conforme aprovem ou rejeitem a matéria em votação; em caso de abstenção, tais votos serão anunciados pelo Secretário."

Recebo agora, mercê de Deus — agradeço — uma sugestão maravilhosa do nobre Senador Itamar Franco, que sempre cooperou conosco no Senado e na Câmara. Ele me fez a seguinte sugestão: que este corredor fique completamente vago e, à proporção que for anunciado o Estado, os Srs. Deputados virão ao microfone e darão o seu voto.

O Sr. Brandão Monteiro — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra a V. Ex^a para uma questão de ordem.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, encaminho à Mesa solicitação idêntica à feita pelo ilustre Deputado Israel Dias-Novaes.

O ilustre Deputado JG de Araújo Jorge recentemente teve de submeter-se a uma operação cirúrgica bastante difícil e, logo após, em período de recuperação, foi acometido de hepatite. Há pouco, exatamente para irmos ao encontro do desejo do ilustre Deputado, mandamos buscá-lo em sua casa, e ele está aqui presente, em condições físicas precárias. Rogamos a V. Ex^a que, logo que se inicie a votação, ele seja chamado para votar imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Mesa deferiu o pedido de V. Ex^a.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO — Sr. Presidente, em segundo lugar, gostaríamos que a Mesa nos informasse se recebeu comunicação no sentido de que as emissoras de televisão teriam obtido a liminar num mandado de segurança para transmitir ao vivo esta sessão. Seria importante que tomássemos conhecimento desse fato.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Até o presente momento, não. A não ser que tenha chegado ao meu gabinete. Mas minha assessoria não me trouxe nenhuma correspondência nesse sentido.

O Sr. Gilson de Barros — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra a V. Ex^a para uma questão de ordem.

O SR. GILSON DE BARROS (PMDB — MT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, um dos mais atuantes companheiros da bancada do Mato Grosso, o nobre Deputado Milton Figueiredo, está hospitalizado, com enfarte do miocárdio, conforme é do conhecimento da Casa. Também queremos uma deferência especial para que o nobre Deputado mato-grossense Milton Figueiredo possa proferir o seu voto ao dar entrada no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A mesa deferiu o requerimento de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ FREJAT — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Tem a palavra V. Ex^a

O SR. JOSÉ FREJAT (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, desejava que a Mesa esclarecesse sobre a votação, porque há uma emenda ao projeto em votação. Pelo Regimento, parece que vamos votar o parecer

É necessário que o assunto fique esclarecido.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Mesa vai esclarecer na oportunidade.

Srs. Senadores e Srs. Deputados, a esta cadeira — onde tomaram assento algumas das mais notáveis personalidades da História desta Pátria — fui conduzido pela confiança dos meus pares e vou esforçar-me para não desmerecer de uns e de outros, consciente da advertência de Afonso Penna, para quem é muito melindrosa a posição de Presidente de Assembléia em épocas de grande exaltação partidária. Por isso, no momento em que se inicia a votação da matéria em pauta, renovo o meu apelo ao Plenário e aos Líderes para que, atendendo-se às normas regimentais, colaborem com esta Presidência no correto ordenamento dos trabalhos. Das galerias ocupadas por convidados dos Srs. Congressistas, espero, como até agora, o respeito ao Regimento e os ditames desta Casa.

Muito obrigado. (Palmas.)

A Presidência solicita aos Srs. Congressistas que, durante a votação, permaneçam em seus lugares no Plenário, evitando a vinda à Mesa. Solicita ainda que cada partido indique o seu representante para acompanhar, na qualidade de fiscal, a tomada de votos.

Solicito a todos aqueles que estão atrás desta Presidência que ocupem os seus lugares no Plenário e que este corredor fique, nos termos da sugestão do eminente Senador Itamar Franco, completamente livre, para que as bancadas, ao serem chamadas, venham à tribuna de apartes e anunciem os seus votos.

A televisão e a imprensa ficarão daquela parte para cá. Esta parte quero toda ela livre. Façam o favor. Quero as tribunas completamente livres. Vamos afastar, e realizar a sessão com toda a lisura possível.

Peço a colaboração dos Srs. Parlamentares.

Esclarecerá agora como será feita a votação.

Está em votação a proposta de Emenda Constitucional nº 5, de 1983, cujo primeiro signatário é o Deputado Dante de Oliveira.

Quem estiver a favor da proposta deve votar "sim", e quem estiver contra a mesma deve votar "não". As obstruções serão contadas para efeito de **quorum**.

Vai-se passar à votação da proposta.

A chamada será iniciada pela Câmara dos Deputados de Norte para Sul, votando os Líderes em primeiro lugar.

Solicito o comparecimento à Mesa dos Srs. Deputados Ary Kffuri e Fernando Lyra, a fim de procederem à chamada.

Solicito aos Líderes dos Partidos que indiquem os fiscais para a Mesa.

Concedo a palavra para votar, em primeiro lugar, ao eminente Deputado JG de Araújo Jorge, nos termos do requerimento.

O SR. DEPUTADO JG DE ARAÚJO JORGE — Sr. Presidente, eu voto sim, eleições diretas já. (Palmas prolongadas.)

Concedo a palavra, para votar, ao eminente Deputado Milton Figueiredo. Se S. Ex^a ainda não estiver presente, solicito ao seu acompanhante que, logo que chegue, dê ciência à Mesa, para colhermos seu voto.

Pergunto se está presente o nobre Deputado Pedro Collin. (Pausa.) Não.

Pode-se proceder à chamada dos Srs. Deputados.

Solicito que os Deputados de cada Estado chamado se coloquem aqui na frente e anunciem seus votos.

Os Líderes votarão em primeiro lugar.

Como vota o Líder do PDS, Deputado Nelson Marchezan?

O SR. NELSON MARCHEZAN — Não.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Como vota o Deputado Freitas Nobre, Líder do PMDB?

O SR. FREITAS NOBRE — Sim (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Como vota o Deputado Brandão Monteiro, Líder do PDT?

O SR. BRANDÃO MONTEIRO — Sim.

Como vota o Deputado Celso Peçanha, Líder do PTB? (Pausa.) Sim.

Como vota o Líder do PT, Deputado Airton Soares? (Pausa.) Sim.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Solicito à imprensa que se afaste um pouco dos microfones. Solicito ao Sr. Secretário que aguarde até que a imprensa se afaste dos microfones.

Peço que a imprensa abra caminho para que se colha o voto do Deputado Pedro Collin.

O SR. SECRETÁRIO (Fernando Lyra) — Como vota o Deputado do PDS, Pedro Collin, de Santa Catarina? (Pausa.) Sim.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Determino à Segurança que faça com que a imprensa se afaste dos microfones.

A imprensa, que ocupa o lado esquerdo do plenário, afaste-se um pouco. Os que estão agachados, fiquem para cá. Caso contrário mandarei suspender a votação e evacuar a imprensa. Que a imprensa obedeça, como tem feito até agora. Precisamos de ordem, e a imprensa vai-nos ajudar, tenho certeza disto.

(Procede-se à chamada para votação)

RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM "SIM" OS SRS. DEPUTADOS

Freitas Nobre, Líder do PMDB
Brandão Monteiro, Líder do PDT
Celso Peçanha, Líder do PTB
Airton Soares, Líder do PT

Acre

Aluísio Bezerra — PMDB; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arlindo Pôrto — PMDB; Arthur Virgílio Neto — PMDB; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB.

Rondônia

Francisco Erse — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil —

PMDB; Lúcia Viveiros — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Cid Carvalho — PMDB; Epitácio Cafeteira — PMDB; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; Sarney Filho — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathas Nunes — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Antônio Moraes — PMDB; Chagas Vasconcelos — PMDB; Lúcio Alcântara — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Tomaz Coelho — PMDB.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Henrique Eduardo Alves — PMDB; João Faustino — PDS

Paraíba

Aluísio Campos — PMDB; Carneiro Arnaud — PMDB; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Fernando Collor — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Affonso — PMDB; Sérgio Moreira — PMDB.

Sergipe

Gilton Garcia — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Carlos Sant'Anna — PMDB; Domingos Leonelli — PMDB; Elquiçôn Soares — PMDB; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Genivaldo Correia — PMDB; Haroldo Lima — PMDB; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Ruy Bacelar — PDS; Virgildálio de Senna — PMDB.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; Max Mauro — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nelson Aguiar — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Stélio Dias — PDS; Theodorico Ferrão — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Aloysio Teixeira — PMDB; Alvaro Valle — PDS; Arildo Teles — PDT; Bocayuva Cunha — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Clemir Ramos — PDT; Daso Coimbra — PMDB; Délia dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Fernando Carvalho — PTB; Francisco Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Leite — PMDB; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Leônidas Sampaio — PMDB; Marcelo Medeiros — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Roberto Jefferson — PTB; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Emílio Gallo — PDS; Fued Dib — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; João Herculino — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Machado — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Menonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Mário de Oliveira — PMDB; Mauricio Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Oscar Corrêa Júnior — PDS; Oswaldo Murta — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Roraimburgo Romano — PMDB; Sérgio Ferrara — PMDB; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Airton Sandoval — PMDB; Alberto Goldman — PMDB; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Doreto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Farabulini Júnior — PTB; Felipe Cheidé — PMDB; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Gastone Righi — PTB; Gióia Júnior — PDS; Herbert Levy — PDS; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; João Bastos — PMDB; João Cunha — PMDB; João Herrmann — PMDB; José Genoino — PT; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Bete-lio — PTB; Moacir Franco — PTB; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemburg — PMDB; Ruy Côdo — PMDB; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz —

PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Tobias Alves — PMDB.

Mato Grosso

Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Gera — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Aroldo Moletta — PMDB; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Hélio Duque — PMDB; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Mattos Leão — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Oswaldo Trevisan — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Renato Bernardi — PMDB; Renato Loures Bueno — PMDB; Santinho Furtado — PMDB; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Evaldo Amaral — PDS; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salomão — PMDB; Paulo Melo — PDS; Pedro Colin — PDS; Renato Vianna — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Hermes Zanetti — PMDB; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélio Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nilton Alves — PDT; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Rosa Flores — PMDB; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB.

RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM “NÃO” OS SRS. DEPUTADOS:

Nelson Marchezan — Líder do PDS

Acre

Amilcar de Queiroz — Nossa Almeida.

Amazonas

José Lins de Albuquerque — Vivaldo Frota.

Pará

Jorge Arbage — Manoel Ribeiro — Osvaldo Melo — Sebastião Curió

Maranhão

Eurico Ribeiro — José Burnett — Magno Bacelar — Vieira da Silva — Victor Trovão

Piauí

Milton Brandão — Tapety Júnior

Ceará

Furtado Leite — Marcelo Linhares — Orlando Bezerra

Paraíba

Joacil Pereira

Pernambuco

Antônio Farias — João Carlos de Carli — Nilson Gibson — Oswaldo Coelho — Ricardo Fiúza

Bahia

Afrísio Vieira Lima — Ângelo Magalhães — Djalma Bessa — Félix Mendonça — Fernando Magalhães — Gorgônio Neto — Hélio Correia — Ney Ferreira — Wilson Falcão

Rio de Janeiro

Amaral Netto — Darcílio Ayres — Eduardo Galil — Hamilton Xavier — Saramago Pinheiro.

São Paulo

Armando Pinheiro — Ferreira Martins — Renato Cordeiro — Salles Leite

Goiás

Brasílio Caiado — Siqueira Campos

Mato Grosso

Maçao Tadano

Mato Grosso do Sul

Ubaldo Barém

Paraná

Ary Kffuri — Fabiano Braga Côrtes — Italo Conti — José Carlos Martinez — Otávio Cesário — Santos Filho

Santa Catarina

Adhemar Ghisi

Rio Grande do Sul

Baltazar de Bem e Canto — Darcy Pozza — Emídio Perondi — Guido Moesch — Hugo Mardini — Irineu Colato — Oly Fachin — Pedro Germano — Pratini de Moraes — Rubens Ardenghi — Victor Faccioni

ABSTÊM-SE DE VOTAR OS SRS. DEPUTADOS:
Oscar Alves — Reinhold Stephanes — Renato Johnson.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — À Mesa vai proclamar o resultado da votação: 298 — “SIM”; 65 — “NÃO”; 3 abstenções.

Os votos, embora majoritários, não alcançaram o quorum constitucional necessário à aprovação da matéria. A proposta está rejeitada.

Rejeitada pela Câmara, deixa a matéria de ser submetida ao Senado Federal.

A proposta vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Os Srs. Deputados Oscar Alves, Reinhold Stephanes, Rubem Figueiró, Juarez Bernardes, Saramago Pinheiro, Stélio Dias, Oswaldo Lima Filho, Lúcia Viveiros, Nelson do Carmo e Carlos Vinagre enviaram à Mesa, declarações de voto, que serão publicadas na forma regimental.

São as seguintes as declarações de voto:

DECLARAÇÃO DE VOTO

Senhor Presidente,
Senhores Congressistas

Razões superiores de consciência levam-nos a proferir esta declaração de voto diante de matéria de transcendental importância para os destinos da Nação.

A crise político-institucional que vive hoje o Brasil é a mais grave de sua história, não como crise política em si, mas pelo fato de vir acompanhada de uma profunda crise econômico-social.

Por esta razão, administrar corretamente a crise político-institucional passa a ser o ponto fundamental para a nação brasileira e para isto é imprescindível que o processo de democratização do País se inicie pela democratização de sua Constituição.

Antes de tudo, precisamos restaurar o princípio basilar da tripartição dos poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, limitando-se as competências e evitando as hipertrofias tão lesivas ao federalismo que necessita ser reconstruído em bases sólidas para salvar Estados e Municípios de uma falência inevitável.

Há necessidade de enfrentarmos o problema na sua essência, assegurando-se a estabilidade e não através de medidas que representem apenas mais um casuismo para enfrentar a crise.

O Brasil precisa, acima de tudo, de instituições sólidas.

Estas, pois, as razões de nossa abstenção, Senhor Presidente e Senhores Congressistas.

Brasília, 25 de abril de 1984. — Renato Johnson.

DECLARAÇÃO DE VOTO

Convicto da excelência do sistema parlamentar de governo, único capaz de consolidar e assegurar perenidade para a Democracia em nosso País, apresentei em 1982 a Emenda Constitucional nº 59/82, que muda o sistema de governo no Brasil, do Presidencialismo para o Parlamentarismo, reproduzindo propostas anteriores de Raul Pilla e Brito Velho, e ainda, nos mesmos termos, no ano seguinte, apresentei Substitutivo à Emenda Herbert Levy.

O povo foi às ruas e praças traduzindo um desejo de mudanças e de participação. Participação e mudanças que, ao meu ver, só acontecerão se revisarmos algo mais que o simples sistema de eleições, mas fundamentalmente o sistema de Governo.

Além da Emenda nº 59/82, de minha autoria, outras mais estão em exame nesta Casa, todas convergindo para a mudança do sistema de Governo, o que não ocorre com a Emenda Dante Oliveira, que se refere apenas ao sistema de escolha do Presidente da República, sem cogitar da mudança do sistema de Governo.

Só o Parlamentarismo assegura a participação do povo, do Partido e do próprio Congresso Nacional, no dia-a-dia das grandes decisões da vida Nacional. No Presidencialismo, lembrou nesta Casa o saudoso Raul Pilla, o povo é o Soberano de um só dia, o dia das eleições, pois, no "Dia Seguinte" assume o Presidente eleito, como Soberano único de todos os dias. E, ao povo, aos Partidos, e ao Congresso Nacional só resta aguardar o fim do período, um novo mandato, a efêmera, fugaz, passageira participação de uma nova eleição.

Estamos articulando a apresentação da Subemenda à Emenda do Presidente Figueiredo, propondo a alternativa da mudança do sistema de Governo Presidencialista, com a adoção, em caráter definitivo, irrevogável do Sistema Parlamentarista, exemplo das grandes democracias modernas do mundo, exceção única dos Estados Unidos.

É o convite à negociação, ao entendimento já, para o futuro definitivo da democracia do País.

Minha Emenda nº 59/82, prevê, nos termos do Parlamentarismo Republicano-Clássico, a eleição do Presidente da República (Chefe de Estado) pelo Congresso Nacional, pois deve se situar acima das paixões políticas e dos Partidos, como Magistrado Supremo da Nação, e Poder Moderador. No entretanto, a opinião pública hoje mobilizada pede eleições diretas para o Presidente da República, daí por que, nas Subemendas alternativas à proposta do Presidente Figueiredo iremos colocar a hipótese do Sistema Parlamentarista com eleições diretas para a Presidência da República.

No artigo 47 da Constituição, § 1º, estaremos propondo a inclusão do "Sistema Parlamentar de Governo", para qualificar com a República e a Federação em termos definitivos, irrevogáveis, sem qualquer casuismo o Regime Democrático Brasileiro.

Buscando o aperfeiçoamento da Carta Constitucional, em termos amplos, é que votaremos a Emenda Figueiredo, com as Subemendas que viabilizem a mudança do sistema do governo, contrário ao que a Emenda Dante de Oliveira que inviabiliza a amplitude da revisão constitucional necessária.

Sala das Sessões, 25 de abril de 1984. — Victor Faccioni.

DECLARAÇÃO DE VOTO

Senhor Presidente,
Senhores Congressistas.

Estamos vivendo mais uma situação de crise política, em nada diferente de tantas outras que o Brasil já sofreu ao longo do seu passado republicano quando se aproxima o traumático momento da sucessão presidencial, crise hoje seriamente agravada por fatores econômico-sociais típicos dos novos tempos.

Afirmava Raul Pilla, o inovável paladino do parlamentarismo, que no regime presidencialista o povo é o soberano num só dia — o dia da eleição — após o que ele abdica toda sua força para um Presidente que, qual o Leviatã, de Hobbes, tudo pode e tudo controla.

A insatisfação popular que levou as multidões às praças públicas é uma inegável consequência dos graves problemas, de toda a ordem, por estar a Nação marginalizada das grandes decisões que afetam o seu destino, dadas as características notoriamente centralizadoras do atual sistema de governo.

Não reside na forma de eleição a essencialidade democrática mas na estrutura constitucional que se estabeleça.

Nenhum regime presidencialista do Ocidente conseguiu estabilizar-se, exceção dos Estados Unidos por força da iniciativa privada e pelo caráter não ideológico dos seus partidos dominantes. Entre nós o Estado e o Governo são confiados a um só comando levando a opinião pública, impelida por conjunturas accidentais, a se voltar contra o regime nele incluindo as próprias Forças Armadas.

Da Velha República e de recente passado, temos tristíssimos exemplos de crises a culminarem com renúncias, deposições, cassações de mandatos, atos institucionais, recessos parlamentares e até o suicídio de um Presidente. São males congênitos de um presidencialismo que precisa ser abolido com inadiáveis urgências em favor da estabilidade jurídica e da paz social.

Os contornos de um sério impasse já se vislumbram nitidamente na medida em que o processo para a escolha do próximo Presidente alcança o dramático desfecho, com a sociedade brasileira tomada de total perplexidade e conduzida sob o impacto emocional. Não basta definir uma data imediata ou remota para o sufrágio dos futuros mandatários da Nação pelo voto popular, direto e secreto. Precisamos encerrar o ciclo conturbado de um Presidencialismo que graves traumas tem ocasionado para o Brasil.

Senhor Presidente, Senhores Congressistas

Para ingressarmos no estágio ideal do desenvolvimento político, sobre o qual se assentará a prosperidade material, necessitamos forte dose de espírito de renúncia por parte dos homens públicos e que todos se isentem de paixões e apetites menores, colocando acima de tudo a tarefa patriótica da reconstrução nacional.

PARLAMENTARISMO — JÁ!

Esta é a tese que defendemos para que a Nação reencontre seus verdadeiros caminhos.

Daí a nossa abstenção diante da Emenda Constitucional, ora examinada pelo Congresso Nacional, por não oferecer resposta à nossa posição.

Estamos, por isso, encaminhando um Substitutivo à Emenda Constitucional enviada pelo Executivo propondo a adoção do Parlamentarismo no Brasil, ao mesmo tempo em que defendemos eleições diretas para a escolha do Presidente da República.

O Parlamento precisa ser erigido em centro supremo das decisões por ser ele a instituição da mais legítima representatividade popular.

É mais do que certo de que o futuro da Pátria muito dependerá dos acontecimentos das próximas horas e dos próximos dias. Sobre nossos ombros recai pesada responsabilidade que devemos assumir sem outros compromissos que não sejam os ditados por nossa consciência democrática.

O Brasil eterno de todos os amanhãs nos cobrará inapelavelmente pelos erros que hoje possamos cometer.

Que Deus nos inspire neste instante e proteja o nosso Brasil.

Brasília, 25 de abril de 1984. — Oscar Alves — Reinhold Sthephanes.

DECLARAÇÃO DE VOTO

Senhor Presidente,
Senhores Congressistas,
Hoje, perante a nação, o Congresso Nacional será julgado.

E, por incrível, julgá-lo os seus próprios integrantes: deputados e senadores

Infelizmente, o resultado deste júri nacional muito se assemelha ao tribunal do júri popular de alguns locais de nosso vasto interior, cercado pelas forças policiais para assegurar a integridade não do júri mas do "coronel", que vive numa mansão de paredes envidraçadas, o voto já vai marcado por decisão única que manda sozinho, o coronel: absolvido ou condenado.

Aqui, por ordem do presidente, *Mutatis Mutandis*. Já é conhecida pelas evidências circunstanciais: a decisão do congresso, não da maioria dos presentes mas da minoria dos ausentes, será de condenação.

Condenação à consenso.

É a triste ilusão, senhor presidente, que retirou deste histórico dia congressual.

A nação está atenta e voltada a preensiva para o procedimento que aqui se delineará e, com base nele, fará o seu legítimo julgamento que permanecerá como o brônze para a eternidade.

Não desejo, senhor presidente, por respeito à ética parlamentar definir aqui os que se omitem, ou se omitirão nesta sessão memorial, mesmo porque a definição virá inapelavelmente pela memória nacional.

Desde o início de minha vida pública que ultrapassa um quarto de século, firmei-me pelas eleições diretas em todos os níveis. Meus coestaduanos são testemunhas.

Fiel a essa constância doutrinária aqui estou, e feliz, porque me embala a inexpugnável força do povo brasileiro organizado, pacífico e consciente do momento político que indica a hora de mudar.

Senhor presidente,

Irei, por convicção doutrinária, e orgulhosamente em nome de meu estado Mato Grosso do Sul, votar sim a

Emenda que devolve ao povo brasileiro a legitimidade de escolher o seu presidente, pelo sufrágio universal e voto direto, secreto, a 15 de novembro deste ano.

E minha declaração de voto, senhor presidente:
Sala das Sessões, 25 de abril de 1984. — Ruben Figueiredo

DECLARAÇÃO DE VOTO

Sr. Presidente,
Srs. Congressistas,

Hoje é um dia histórico. É o coroamento da apoteótica campanha desenvolvida pelo povo brasileiro em defesa dos seus mais legítimos direitos: O direito de eleger pelo voto direto os dirigentes da Pátria brasileira. Nas praças públicas, seja das vilas, dos povoados, das pequenas, das médias e grandes cidades a palavra de ordem era uma só.

DIRETAS JÁ.

Diretas já, contra a prepotência;
Diretas já, contra o arbítrio;
Diretas já contra a fome;
Diretas já contra a miséria;
Diretas já contra a desemprego;
Diretas já contra o analfabetismo;
Diretas já contra o FMI;
Diretas já contra a recessão;
Diretas já contra a inflação;
Diretas já contra a corrupção;
Diretas já contra os biônicos;
Diretas já contra a incompetência;

Diretas já pela independência econômica e social do Brasil; Este é o brado de alerta da nação inteira. E quero crer que o Congresso Nacional, na sua sabedoria de interpretar os anseios populares, irá dizer sim ao povo como seus legítimos intérpretes. Foge-nos a competência nesse momento de ditar normas à revelia da nação

Compromete qualquer parlamentar brasileiro distoar do grito uníssono da Nação brasileira: Queremos diretas já. Assim, pacificamente se tem manifestado a Nação brasileira. Milhões de brasileiros assim se manifestaram nas praças públicas. Recente pesquisa feita pelo Instituto Gallup, atestou o seguinte resultado: No Sul, 78% dos brasileiros desejam eleições diretas já!, 10% votariam contra as eleições diretas e 12% indiferentes; no Norte e no Centro-Oeste, 84% a favor das eleições diretas, 5% votariam contra as eleições diretas e 11% indiferentes ou sem opinião; no Sudeste, 84% eleições diretas já!, 7% votariam contra as eleições diretas e 9% indiferentes ou sem opinião; e vejam o Nordeste, 86% votariam nas diretas já!, 4% votariam contra as eleições diretas e 10% indiferentes ou sem opinião. Essa é a manifestação indiscutível da nação.

Deus queira que o reverso da medalha não venha acontecer, caso a emenda das diretas não seja aprovada hoje. Que a ordeira e pacífica manifestação popular não se transforme no inusitado, na agitação incontrolável, pela insensibilidade dos que não querem apear do poder.

Daí porque o bom senso deve prevalecer nessa decisão histórica do Congresso Nacional.

Aprovar as diretas já, devolvendo ao povo brasileiro, que trabalha, que produz, que gera impostos, o direito de escolher quem deve ou não ser o seu Presidente, é um dever responsável de cada parlamentar com assento nessa Casa.

Diretas já, é o caminho e a solução, pelo bem do Brasil.

Era o que tinha a dizer Srs. Congressistas. — Juarez Bernardes.

DECLARAÇÃO DE VOTO

Voto contra a Emenda Dante de Oliveira. E o faço consciente de que cumpri o meu dever de brasileiro e de democrata.

Faço política num Estado onde o antigo MDB, do qual se originaram os Partidos ora em oposição ao Go-

verno Federal, elegeu Governador, por duas vezes, em pleito indireto, o Dr. Antônio de Pádua Chagas Freitas. Sinto-me constrangido ao ver discursarem neste Plenário contra o pleito indireto à Presidência da República ilustres Deputados da Oposição que, quando tiveram maioria no Colégio eleitoral do meu Estado, não se sentiram impedidos de eleger Governador, em eleição indireta, um seu correligionário.

A Oposição, outrossim, verbêrou a eleição de Senadores por pleito indireto, passando a agredí-los com o epíteto de "biônicos". Mas quando alguns Senadores eleitos em pleito indireto aderiram à Oposição, esta os aceitou com entusiasmo e um deles foi eleito Secretário-Geral do maior Partido oposicionista.

O País sabe que se a Oposição tivesse obtido maioria no Colégio Eleitoral escolhido nas eleições gerais de 1982 estaria hoje brigando para eleger indiretamente um Presidente da República oriundo dos seus quadros. Não teria, através dos Governos Estaduais conquistados em eleição direta resultante de iniciativa do Presidente João Figueiredo, esbanjado vultosos recursos do Erário na manipulação de comícios faraônicos. No meu Estado, após mais de um ano à frente da Administração Estadual, o Governador Leonel Brizola se vangloria de ter realizado dois feitos: o sambódromo e o comício da Canelária.

Por igual, outros Governadores da Oposição notoriamente desgastados nos seus Estados por administrações desastrosas, aproveitaram a campanha Pró-Diretas para desviar a atenção pública dos seus desacertos.

Alega a Oposição que um Presidente eleito pelo Colégio Eleitoral não teria respaldo popular e político para Governar o País. Qualquer dos eminentes companheiros pedestristas candidatos às próximas eleições presidenciais, uma vez consagrado no Colégio Eleitoral, terá o apoio de 235 Deputados Federais do PDS e, tudo indica, da maioria da bancada do PTB e folgada maioria pedestrista no Senado.

Se houvesse eleição direta já, o País, no bojo de grave crise econômico-financeira que assola a Humanidade, veria seus problemas agravados perigosamente.

A emenda do Presidente Figueiredo consagra o critério das eleições diretas para 1988. Reduz o mandato presidencial para 4 anos o que não faz a emenda ora em votação. Além disso, mais abrangente, a emenda Figueiredo introduz, na Carta Constitucional, um leque de medidas tendentes a valorizar o Poder Legislativo.

A aprovação da emenda Figueiredo coroará sua paciente e notável obra em prol da reconstrução democrática do País. A anistia, a eleição direta para governadores e futuramente a eleição direta para Presidente da República consagrará, na História do Brasil, o nome do Presidente Figueiredo. — Saramago Pinheiro.

DECLARAÇÃO DE VOTO

Senhor Presidente do Congresso,
Senhores Congressistas,

Nesta hora grave da nacionalidade. Nesta hora difícil da política nacional é necessário postura, posição e cautela. A cautela não significa subserviência nem tampouco agresividade e violência. Significa posição de consciência.

Existe momentos na vida da pessoa humana em que o papel a desempenhar fica difícil. Na vida parlamentar é mais difícil e conflitante. Como distinguir a função do cidadão e do parlamentar. Muitas vezes uma agride a outra.

Ao votar pelas eleições diretas sei como cidadão que elas não vêm a solucionar o grave problema e o impasse institucional brasileiro. Mas como Deputado e portanto representando o anseio das pessoas que me escreveram, me procuraram pessoalmente, me interpelaram das mais diversas formas. Todas essas pessoas na sua totalidade levaram-me a tomar a posição em favor das eleições dire-

tas. Foi o Cidadão se conflitando ou se debatendo com o parlamentar e o parlamentar não tem direito de usurpar o cidadão. Assim fazendo ele estará de alguma forma usurpando seus representados, frustrando e até jogando fora um capital político formado ao longo de batalhas eleitorais.

Mas ao votar pelas eleições diretas não faço como símbolo de luta contra um Governo ou tomo como uma idéia agressiva a um regime. Faço até em homenagem ao líder histórico da abertura democrática no Brasil, Presidente Figueiredo. Reconheço os equívocos políticos praticados a partir da presente legislatura. Os equívocos, Senhor Presidente e Senhores Congressistas, não são somente do Executivo ou do Legislativo. São da conjuntura institucional. São de uma estrutura institucional que deveria ser revogada a partir da posse do novo Congresso. São enfim das limitações internas do próprio Congresso.

Assim Senhor Presidente, Senhores Congressistas, meu voto representa uma resposta, mas resposta a um anseio daqueles que me elegeram e aqueles que me elegeram sabiam da minha conduta e da minha plataforma de campanha que agora ao tomar esta histórica decisão não me arrependo nem abdico. — Stélio Dias.

DECLARAÇÃO DE VOTO

São decorridos vinte anos do Golpe Militar que depôs o governo legal, democrático e nacionalista do Presidente João Goulart, rasgou a Constituição de 18 de setembro de 1946, cassou os direitos políticos de três ex-Presidentes da República, de 139 deputados federais, três senadores, sete Governadores, de 1.200 oficiais das Forças Armadas e de milhares de líderes sindicais e religiosos e que conduziu o País para quatro lustros de ditadura militar.

Durante a vigência da ditadura foram presos milhares de cidadãos, tendo sido torturados e mortos nos cárceres da repressão centenas de patriotas.

A Nação, hoje, pelas suas forças orgânicas, pela união dos trabalhadores dos campos e das cidades, dos estudantes, profissionais liberais, dos líderes religiosos, dos sindicatos e das associações profissionais, se levantou num movimento sem paralelo em nossa história para reivindicar o seu direito à soberania.

Esse movimento levou milhões de brasileiros às praças públicas nas metrópoles nacionais e nos humildes lugares do interior do País, a clamar pelo direito à cidadania, sob o refrão Diretas Já.

Fiel as aspirações populares, que me reconduziram ao Congresso Nacional após doze anos da suspensão de meus direitos políticos, decretada arbitrariamente pelo General Costa e Silva, votarei pela aprovação da Emenda nº 5 de autoria do nobre Deputado Dante de Oliveira, estabelecendo a eleição do Presidente da República por voto direto e secreto em 15 de novembro de 1985.

Considero, porém, dever irrecusável advertir os congressistas para problemas que a referida Emenda deixa sem solução.

Assim é que, a questão da maioria absoluta dos votos naquela eleição, prevista na Emenda nº 20, de autoria do nobre Deputado Theodoro Mendes, não é decidida na Emenda nº 5.

Sabemos que os presidentes eleitos por maioria simples têm tido contestado o seu mandato como ocorreu em relação aos Presidentes Getúlio Vargas, Juscelino Kubitscheck e João Goulart.

A decisão pelo segundo sufrágio entre os candidatos mais votados parece de liminar prudência.

Finalmente como antigo defensor da instituição do regime parlamentar, que é compatível com a eleição direta do Presidente da República como provou o sistema eleitoral francês, permito-me lembrar a excessiva concentração de poderes atribuídos ao Presidente no Brasil, verdadeiro monarca por prazo limitado.

A eleição de um Presidente por voto direto exigirá, portanto, a extinção dos poderes absolutos que a atual Lei Maior lhe atribui, inclusive o de editar decretos-leis a serem aprovados por decurso de prazo.

Defendo pois que o atual regime presidencialista, tosco e primitivo, fator de crises sucessivas, seja corrigido pela instituição do regime parlamentar, forma de governo dos povos mais civilizados como os escandinavos, o inglês, o francês e demais países do Ocidente.

A eleição direta constitui a vitória da soberania nacional sobre o regime autoritário. É porém imperioso que o exercício do governo se realize por instrumentos democráticos modernos e formas políticas racionais.

Sala das Sessões da Câmara dos Deputados, 25 de abril de 1984. — **Oswaldo Lima Filho.**

DECLARAÇÃO DE VOTO

Declaro: Quem sabe eu estou expressando o sentimento do nosso Presidente, arrancando a bandeira das diretas das mãos do governador corrupto do Pará, que acaba de receber autorização para 60 milhões de dólares e trazendo essa bandeira para o PDS do Pará oposição séria à corrupção que assola o nosso Estado.

Espero, representando o Pará, representando o equilíbrio, o discernimento e a coragem que caracteriza a mulher brasileira, estar cumprindo com dignidade a missão que a vida e o meu povo me confiou. Voto nas Diretas Já, inclusive, para os prefeitos (biônicos) das capitais.

Brasília, 25 de abril de 1984. — **Lúcia Daltro de Viveiros.**

DECLARAÇÃO DE VOTO

Fundamento-me na profunda crise institucional que estamos vivendo. Aprovada ou não a Emenda Dante de Oliveira, em nada irá modificar o panorama que estamos vivendo, isto porque nosso País carece de Líderes, valores morais. Hoje está imperando o radicalismo, não sei se de direita ou de esquerda, pois eles se confundem, não há diálogo, só aberrações. O prioritário não são eleições diretas e sim uma constituinte.

Lamento a falta de patriotismo!

Temos que continuar trilhar os caminhos da democracia para convergirmos através de uma constituinte ao sistema parlamentarista, regime este que considero ideal para o nosso País.

Meu voto é Sim à emenda Dante de Oliveira. — **Nelson do Carmo.**

DECLARAÇÃO DE VOTO

Sr. Presidente,

Neste momento histórico para a Nação brasileira, como representante do povo paraense no Congresso Nacional, povo que viveu intensamente a Revolução da Cabanagem em meu Estado, não poderia faltar ao chamamento cívico que ora une a totalidade do povo brasileiro, para fazer retornar o País ao Estado de Direito e legitimação do Presidente da República pelo voto direto.

Atendendo a aspiração de todo o povo brasileiro e especialmente do povo do Pará, representado por segmentos da sociedade, trabalhadores, profissões liberais, jornalistas, professores, lavradores, e todo o povo enfim, que através de cartas, telegramas, ofícios e os demais meios ao seu dispor, fizeram chegar até mim o clamor pelas mudanças que se fazem necessárias neste País, a começar pela eleição do Presidente da República pelo voto direto.

Em consonância com a vontade dos meus compatriotas e dos meus coestaduanos, não poderia me furtar de cumprir o dever para o qual fui eleito, fazendo valer meu voto, pela aprovação da Emenda Dante de Oliveira.

Reafirmo as raízes e tradições mais ligadas ao meu povo, de quem herdei e cultivo um profundo sentimento Democrático. Peço ao Sr. Presidente, a inserção desta declaração de voto pelas Eleições Diretas para Presidente da República, nos anais do Congresso nacional, para que fique, de forma inquestionável, registrada a participação dos cidadãos do Pará, na memorável campanha cívica, cujos apelos estão em consonância com os ideais de Liberdade e Democracia, consubstanciados pelo voto direto para Presidente.

Muito obrigado.

Brasília, 25 de abril de 1984 — **Carlos Vinagre.**

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 2 horas do dia imediato.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície:

Semestre	Cr\$	3.000,00
Ano	Cr\$	6.000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície:

Semestre	Cr\$	3 000,00
Ano	Cr\$	6.000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visa do, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº 920001-2, a favor do:

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF
CEP 70.160

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 64 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00